

Segundo Lopes e Galvão (2005, p.51) a História da Educação tem, crescentemente, estabelecido relações com diversos outros campos da história. Nesse sentido, não se pode mais falar com propriedade, segundo as autoras, em uma história da educação “no singular”, e sim, em “histórias da educação”. Destacando-se, portanto, os estudos que investigam não somente o ensino e a escola – objetos tradicionais da disciplina–, mas também as crianças e os jovens, o livro e a leitura, as mulheres, a violência, entre tantos outros sujeitos e objetos que contribuem para melhor compreensão dos processos educativos do passado. Por extensão, podemos também incluir como objetos de análises os vários espaços socioeducativos.

Nessa perspectiva, vale então destacar, que vêm sendo promissores os estudos que têm se debruçado em análises acerca de não somente a educação produzida no espaço escolar, mas daquelas produzidas, de forma direta ou indireta, em outras instâncias socioeducativas tais como o teatro, o cinema, a fábrica, entre outras. Estudos esses, que têm como escopo principal compreender quais foram os processos educativos impostos no interior de cada uma destas instâncias.

Tendo como foco central os temas correlacionados infância, trabalho e escola, a pesquisa na qual iremos doravante apresentar seus resultados, se constitui um esforço investigativo onde, destacadamente, será nosso objetivo dar visibilidade à infância pobre trabalhadora e as estratégias viabilizadas pela iniciativa fabril destinadas à promoção de sua escolarização. Através deste estudo almeja-se investigar os espaços e instâncias de inserção e formação da criança naquele período histórico, destacadamente as tensões entre a escola e o trabalho. Tentando compreender, dessa forma, que tessitura de infância resultava do imbricamento de ações advindas do tempo fabril e escolar.

Delimitada no recorte temporal compreendido entre os anos que vão de 1880 a 1915 e, especialmente, circunscrita nos limites dos “muros” da fábrica Têxtil Cedro e Cachoeira, fábrica essa, situada na então cidade de Tabuleiro Grande (atual PARAÓPEBA-MG). A pesquisa em tela engendrou-se fruto de questionamentos e dúvidas não respondidos ainda durante o trabalho de monografia elaborado para crédito de conclusão do nosso curso de graduação em História ocorrido no ocaso do ano de 2004. Essas dúvidas e questionamentos surgiram, não é demais dizer, a partir da atenta análise de importantes documentos localizados no Museu Décio Mascarenhas anexo à fábrica, o qual guarda em suas antigas prateleiras uma gama inestimável de documentos bem conservados, catalogados e cuidadosamente preservados por mãos de pessoal especializado.

Entre esses variados documentos, dispostos e bem organizados no museu da fábrica, destacam-se alguns, tais como os relatórios anuais enviados à assembleia de acionistas, os copiadores de cartas contendo diversos assuntos que iam, desde solicitação de braços para compor a mão de obra da fábrica, a pedidos de favor, solicitação de emprego, denúncia contra operário, bem como, nomeação de professores etc. E havia também outros não menos importantes, tais como os dossiês, os livros de ponto, os livros de registros e, as ricas em detalhes, atas de reunião dos acionistas da fábrica. Certamente, foram esses, documentos de ímpar valor os quais contribuíram em muito para que fosse realizada, a contento, a pesquisa em tela.

Vale também destacar que, a análise dos não muitos, mas, não menos, importantes documentos encontrados no Arquivo Público Mineiro, tais como relatórios de inspeção e mapas escolares enviados pelos inspetores à Secretaria da Instrução Pública da província mineira, no período compreendido entre o final do século XIX e

início do XX, contribuíram sobremaneira para que pudéssemos lançar luz ao nosso objeto de pesquisa.

Quando da confecção de nossa monografia, entretanto, nossa investigação se concentrara, especificamente, em analisar a criança na sua inserção no trabalho enquanto espaço de socialização, buscando, entre outras coisas, dar visibilidade ao cotidiano dessa categoria de trabalhadores na fábrica, bem como, entender as diferenças de remunerações recebidas por esses menores em cotejamento à recebida pelo trabalhador adulto. Vislumbrávamos também analisar ainda outras questões tais como, as que se referiam à origem do operariado infantojuvenil e também as que ajudavam a pensar os inúmeros acidentes de trabalho, nos quais, possivelmente envolviam os “pequenos trabalhadores”, e por fim, as que se referiam às várias doenças que os infantes estavam expostos na insalubre atmosfera fabril.

Vale também dizer que, no solitário trato com as fontes constantes no museu, deparávamos, a todo instante, com documentos, principalmente os relatórios anuais enviados à assembleia de acionista da Cedro e Cachoeira e os livros de matrícula, contendo ricas informações acerca da existência de escolas mantidas pela fábrica, as quais eram destinadas aos menores trabalhadores e filhos de operários da mesma. Entretanto, devido aos limites de estruturação e de tempo impostos, como de norma, para grande maioria dos trabalhos de final de curso fomos obrigados a apenas separar tais documentos para pesquisas futuras.

Amadurecida a ideia, fomos então mais uma vez instigados a revisitar aqueles documentos lançando, entretanto, novos olhares, bem como, novos questionamentos sobre as mesmas velhas fontes que, outrora, foram separadas no intuito

de aprofundarmos e corrigirmos nossa compreensão acerca da experiência escolar mantida nas dependências da fábrica.

Destarte, no reencontro com as antigas fontes logramos elaborar novos interrogatórios, novas inquirições e novas problematizações. Pois, tal como sugerem os *Annales*, se o passado, por um lado, nos permite pensar o presente, por outro, numa relação de reciprocidade, é a partir das problemáticas, dúvidas e indagações feitas na realidade presente que o passado, constantemente, abre suas portas para ser mais uma vez revisitado e reconstruído (Reis, 1994, p.133).

Portanto, como acreditamos já ter explicitado, objetivaremos colocar em destaque neste esforço de pesquisa a infância trabalhadora da fábrica Cedro e Cachoeira e as estratégias viabilizadoras de sua escolarização. Mas estamos cômnicos, é bem verdade, de que escrever sobre a infância, sobre uma categoria geracional que geralmente “não fala”, mas de sobre a qual é falada, não é tarefa simples. Condição essa, que segundo Lopes; Galvão (2005), levou alguns autores a denominarem as crianças os grandes mudos da história uma vez que só se pode conhecer a história da infância através de traços indiretos.

Possivelmente, poucos são os registros escritos feitos por mãos das próprias crianças, ou seja, a partir de sua auto-representação. Pois a criança não se fez propriamente autora de sua auto-história, mas destinatária de discursos e práticas destinadas à sua formação para a vida adulta. Discursos esses, elaborados a partir de diversos campos de saberes e lugares sociais, tais como: os realizados pelos legisladores, pedagogos, escritores, pintores, pais, além de adultos que, escrevendo suas autobiografias e memórias, relembram a época em que foram crianças (Lopes; Galvão, 2005, p.64).

É possível então, que quase todo o escrito existente sobre a criança seja fruto de análises, percepções, deformações e, por que não dizer, preconceitos lançados a partir de “lentes” (muitas delas extremamente embaçadas) adultas.

Como alerta Perrot (1996, p.85), no seu estudo sobre a juventude operária, passível de ser estendida à história da infância, “*esta juventude é antes representada que descrita*”. Representação essa marcada por um olhar adultocêntrico. Segundo a autora: “*as representações estruturam o real da mesma forma que o exprimem, e seria inútil opor este àquelas, igualmente reais. Elas dizem algo de verdadeiro sobre a juventude, ao amplificar e deformar*” (Perrot,1996, p.85). Esse problema constante do historiador tributário das palavras do passado é exacerbado quando se trata de categorias marginais ou marginalizadas, como: os pobres, as mulheres, os jovens.

Porém, isto não significa a impossibilidade da escrita de uma história da infância que busque resgatar a singularidade da experiência histórica dos sujeitos de pouca idade, mas construir um olhar na interpretação das fontes que tome como central a categoria geração, na interseção com outras categorias sociais.

Diante dessa dificuldade, uma das estratégias adotadas pelos pesquisadores tem sido, segundo Lopes & Galvão (2005, p.65), a de se utilizar de diversos tipos de fontes, em geral representações sobre meninos e meninas encontradas, por exemplo, em obras literárias, arquivos de hospitais, discurso médico e até mesmo baixos-relevos e esculturas que ornamentavam monumentos funerários. Além disso, a análise sobre os objetos cotidianamente utilizados ou traços deixados pelos meninos e meninas, como brinquedos, vestimentas, correspondências e registros sobre jogos tem sido fértil no auxílio a historiadores na compreensão de como era a vida das crianças em outras épocas. Sob esta perspectiva, analisando a farta documentação encontrada no Museu da

Fábrica Cedro e Cachoeira, buscamos estudar a singularidade da experiência de crianças e jovens trabalhadores fabris.

Somos também sabedores de que uma outra dificuldade de se fazer história da infância está ligada ao fato de possuímos ainda não muitos trabalhos do gênero produzidos em âmbito nacional. Pois a história da infância, tal como sugere Gouvêa (2008), no âmbito das Ciências Sociais, se constitui ainda no Brasil, um vasto terreno a ser mais bem perscrutado.

Apresentando um importante esforço investigativo acerca da questão, Gouvêa (2008) admoesta-nos que a infância –em nível internacional- como objeto de investigação no campo da história, produziu e tem produzido estudos, ainda que esparsos, desde os tempos oitocentistas. Ela destaca que Jaques Donzelot, possivelmente numa tentativa de demarcar a história da Infância na França, indica em seu trabalho datado de 1986 a elaboração do livro “*Histoire des enfants trouvés*” publicado já na primeira metade do século XIX. A autora acrescenta que Walter Benjamin, por sua vez, na primeira década do século XX, também já se dedicava ao tema da infância, analisando os brinquedos e os livros infantis.

É possível que seja o historiador e medievalista francês Phillipe Ariès, no seu trabalho “*Lenfant et vie familiale sous l’Ancien Regime*” (1962), em que pese as críticas posteriormente recebidas quanto às limitações teórico-metodológicas presentes em sua obra, o primeiro autor a desenvolver de modo mais sistemático estudos sobre a história da infância.

Só para se ter uma ideia da repercussão que recebera a obra de Ariès, seu livro acerca da infância, segundo Lopes; Galvão (2005, p.62), na verdade, suscitou não

apenas uma série de críticas¹, mas também uma diversidade de novos estudos, mostrando a fecundidade de um tema até então praticamente não estudado pela História. Essa repercussão de sua obra pode ser medida a partir de suas ideias, nos domínios não só da História, mas da Sociologia, da Psicanálise, da Educação, da Ciência Política e mesmo em veículos destinados ao grande público. Pode-se dizer, ainda conforme as autoras, que todos os historiadores que escrevem sobre a infância “*se baseiam, seja para refutar, seja para concordar, em menor ou maior grau, nas conclusões de Ariès*”. (Lopes; Galvão, 2005, p.62)

Talvez fruto da repercussão que alcançara a obra de Ariès, depois da publicação de seu livro, segundo Lopes; Galvão (2005), diversos trabalhos foram realizados em todo mundo. Nos quais, muitas das afirmações do autor foram contestadas, complexificadas e nuançadas.

Alhures, em outros países tais como a Inglaterra, Estados Unidos, Itália, bem como, Portugal e Espanha também importantes trabalhos acerca da infância apareceram (Gouvêa, 2008, p.193). Tais como, os elaborados por David Hunt: “*Parents and childhood in history: the psychology of family life in Early modern France*” (1972), por L. A. Pollock: “*Forgotten children: parent childhood relations from 1500 to 1900*”, como por Dominique Julia e Egle Becchi: “*Histoire de l’enfance em occident*”, por

¹ Uma das críticas a Ariès, é lançada pelos autores medievalistas, na medida em que esses consideram que não é a modernidade que “cria” a criança, pois, mesmo antes dela, a criança já era representada de maneira particular, ou seja, já havia uma consciência da especificidade da infância. Para esses pesquisadores, nos manuscritos medievais que representavam a criança, havia o sentimento medieval de infância, mesmo que fosse predominantemente de ordem moral e religiosa. Outra crítica foi quanto ao uso que Ariès faz das fontes iconográficas não se atentando para a necessidade de entendê-la como específica de cada época e sociedade. Além disso, uma terceira crítica a Ariès diz respeito ao modo linear como o livro reconstitui a história das representações e dos sentimentos em relação à infância: é como se a cronologia proposta pelo autor pudesse ser aplicada a todas as sociedades e a todas as camadas sociais. In: Lopes & Galvão: História da Educação. 2005. p. 62-63, ou ainda, In: KOHAN, Walter O. *Infância*. Entre Educação e Filosofia. 2003.

Rogério Fernandes: “*Notas em torno de retratos de crianças*” (2000) e por J.M. Borrás Llop “*Historia de La infância em La Espanha contemporanea*”

No tocante às publicações nacionais, destaca-se que os temas produzidos acerca da história da infância parecem ter se concentrado em sua grande maioria em dois tipos de produção, ou seja, um que privilegia a criança na história e outro que, por sua vez, dá relevo à infância na escola.

O primeiro eixo, ou seja, aquele que se concentra em estudos acerca da infância na história tem se empenhado, por sua vez, em investigar o lugar da criança analisando os diferentes espaços sociais, bem como, os diferentes tempos históricos dando relevo às análises em torno do mundo do trabalho, do universo das brincadeiras, das assistências sociais –dentro do tema assistência destaca-se os sub-temas rodas de expostos, a criança pobre e abandonada, as políticas públicas em torno da infância, o problema da marginalidade, dos infratores, da delinquência, dos desviantes, entre outros–, da criança escrava etc.

O segundo, ou seja, aquele que centra seus estudos em torno da criança na escola tem se debruçado sobre análises que visam a discutir as várias estratégias de escolarização da infância. Percebendo a escola enquanto espaço de socialização, esses estudos vêm destacando diversas questões, tais como as que pensam as heterogêneas culturas escolares, as várias formas escolares, os métodos de ensino adotados, bem como, os sujeitos da escola, as legislações em torno da educação, entre outras coisas.

Entre as perspectiva que visam a analisar a criança no campo da história podemos elencar diversos trabalhos, tais como o elaborado por Fábio Pestana Ramos: “*A História trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século*

XVI” (2006), onde o autor busca mostrar o difícil cotidiano das crianças arregimentadas na condição de grumetes ou pagens pelas embarcações lusitanas seicentistas.

Também destacando a difícil vida da criança no mar, Renato Pinto Venâncio: “*Os aprendizes da Guerra*” (2006), por sua vez, descreve acerca do recrutamento de crianças na condição de aprendizes marinheiros no Brasil Imperial, a partir da década de 1840. Entre várias coisas, o autor destaca que, embora num primeiro momento, a maior parte desses infantes era arregimentada entre os órfãos e enjeitados abrigados nas santas casas, tempos depois, passara, entretanto a ser buscada entre os meninos com famílias constituídas e entre a grande massa de menores delinquentes.

Não menos importante é também o trabalho de Mary Del Priore: “*O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império*” (2006), onde a autora, bem como sugere o título, visa a discutir o cotidiano da criança livre nos tempos da Colônia e do Império, tentando definir tanto o conceito de criança construído àquela época como também mostrar as crescentes preocupações da medicina no trato da alimentação dos pequenos, os diversos brinquedos e brincadeiras adotados naquele contexto, e ainda, as credices presentes no imaginário popular, tais como aquelas que prescreviam os cuidados que se deveria ter com as crianças diante do iminente perigo de bruxarias, entre outras.

O lúdico e mágico mundo das brincadeiras é posto em relevo no trabalho de Raquel Zumbano Altman: “*Brincando na História*” (2006), no qual a autora destaca as danças, canções, rimas e jogos infantis produzidos na história bem como as contagiantes brincadeiras de rodas e de bonecas.

Uma análise centrada na criança abastada do Brasil pode ser encontrada no trabalho de Ana Maria Mauad: “*A vida das crianças de elite durante o império*” (2006).

Já a infância pobre e as políticas públicas em torno da mesma, elaboradas no interstício que abrange desde a primeira República ao governo militar, são pensadas, por sua vez, no trabalho de Edson Passetti: *“Crianças carentes e políticas públicas”* (2006) onde o autor destaca, entre várias coisas, que a difusão da ideia de que a falta de família estruturada gestou os criminosos comuns e os ativistas políticos, também considerados criminosos, fez com que o Estado passasse a chamar para si as tarefas de educação, saúde e punição para crianças e adolescentes. Destaca ainda que o Estado, sob o discurso de pretensão de reinserir o menor na sociedade passou a criar instituições de encarceramento para essa categoria geracional.

A criança escrava, por sua vez, é posta em relevo no importante artigo elaborado pelos autores José Roberto de Góes e Manolo Florentino: *“Crianças escravas, crianças dos escravos”* (2006), no qual tentam mostrar, entre várias coisas, que a entrada no mundo do trabalho marcou, conseqüentemente, para criança escrava também seu ingresso no mundo do adulto.

A criança escrava é também discutida no trabalho de Kátia Mattoso *“O filho da escrava”* (1996), no qual a autora teve como objetivo, senão o principal, identificar a que idade e como o filho da escrava deixava de ser criança e passava a ser percebido como escravo. Ela também defende, tais como os autores citados no parágrafo anterior, que o ingresso da criança escrava no mundo do trabalho marcava também o ritual de passagem da criança para a adultez.

Já a educação nos tempos coloniais de crianças indígenas e mestiças via missão religiosa é pensada por Mary Del Priore: *“O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia”* (1996). Em seu trabalho a autora, como ela própria ressalta, buscando observar a tentativa de adestramento físico e mental a que foram submetidas

as crianças indígenas enfatiza que o período da infância foi percebido naquele contexto como momento oportuno para a catequese porque era “ *também momento de unção, iluminação e revelação. Mais além, [era] o momento visceral de renúncia da cultura autóctone das crianças indígenas, uma vez que certas práticas e valores ainda não se tinham sedimentado*”.

Discutindo acerca da roda de expostos, Miriam L. Moreira Leite: “*O obvio e o contraditório da Roda*” (1996), destaca que criada em Portugal e trazida para o Brasil no século XVIII, a roda era criada pelos governantes com o objetivo de salvar a vida dos recém-nascidos abandonados para encaminhá-los depois a trabalhos produtivos e forçados. Ela complementa que a criação da roda foi uma das iniciativas sociais de orientar a população pobre no sentido de transformá-la em classe trabalhadora e afastá-la da perigosa camada envolvida na prostituição e na vadiagem.

O tema da roda volta mais uma vez no trabalho de Laura de Mello e Souza em sua obra “*O Senado da Câmara e as crianças exposta*”, (1996), onde a autora busca entender o papel das câmaras municipais mineiras na criação dos expostos durante o período colonial, destacando que, em Minas, o não pagamento das mensalidades aos criadores ou às amas de leite e, em contrapartida, a não obediência, por parte desses criadores ou das amas, às determinações de apresentar periodicamente as crianças às câmaras explicaria “*em parte, o alto número de mortes entre os enjeitados*”. Destacou ainda que, embora a legislação proibisse a discriminação racial no exercício da caridade camerária ou no das Misericórdias, a exigência do senado de Vila Rica no tocante à apresentação de atestados de brancura para os enjeitados sugere que, em Minas Gerais ou em grande parte desta província, a teoria (o normativo) e prática andavam apartadas com frequência maior do que normalmente se imaginou.

O tema dos enjeitados e rodas de expostos, por fim, ainda aparece no trabalho desenvolvido por Lana Lage da Gama Lima e Renato P. Venâncio: “*O abandono de crianças negras no rio de Janeiro*” (1996), onde os autores destacam que um dos efeitos diretos da Lei do Ventre Livre (1871) foi o aumento do abandono de crianças negras na cidade do Rio de Janeiro e uma das estratégias elaboradas para diminuir os impactos negativos desse abandono foi o envio desses enjeitados para as rodas e casas de expostos estabelecidas junto à Santa Casa de Misericórdia instaladas na Corte Imperial.

A sexualidade entre adultos e menores é também pensada, por sua vez, pelo pesquisador Luiz Mott em seu texto “*Pedofilia e Pederastia no Brasil*” (1996). O autor argumentando ser a pedofilia a “relação sexual de adulto com criança pré-púbere” e a pederastia “a relação sexual de adulto com adolescente” destaca que tais práticas mantidas entre adultos e menores foram muito frequentes na tradição luso-brasileira. Além disso, enfatiza que essas práticas sexuais não eram condutas das mais condenadas pela Teologia Moral dado o fato de a pedofilia, mesmo quando era realizada com violência, nunca tivesse chegado a ser considerada um crime específico por parte da Inquisição.

Também trabalhos pensando a origem do termo “menor” ou as várias representações que se fez em torno da palavra aparecem no artigo elaborado por Fernando Torres Londoño: “*A origem do conceito menor*”, (1996), no qual o autor defende, entre outras coisas, que na passagem do século XIX para o XX, “menor” deixou de ser uma palavra associada à idade, quando se queria definir a responsabilidade de um indivíduo perante a lei, para designar principalmente as crianças pobres abandonadas ou que incorriam em delitos. Complementa ainda, que a criança

abandonada, vadia e infratora, pelo menos no plano da lei, deixou de ser um caso de polícia e passou a ser uma questão de assistência e proteção garantida pelo Estado através de instituições e patronatos.

Também dentro da temática História da Infância podemos destacar o trabalho elaborado por Cynthia Greive Veiga e Luciano Mendes de Faria Filho: “*A infância no Sótão*”, (1999). Nesse importante esforço de pesquisa, os autores discutem questões como as em torno do surgimento de instituições destinadas à inserção social da infância pobre através do trabalho, tais como o Instituto João Pinheiro, bem como as escolas agrícolas “Barão de Camargos”, em Ouro Preto e “Carlos Prates” em Belo Horizonte. Pensando também acerca da questão do menor, os autores destacam, por sua vez, que foi a partir de 1920 que a palavra passou a referir-se à situação de abandono e /ou marginalidade, “*além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhe correspondem.*”

Entre os temas que pensam a infância em específico no mundo trabalho, tanto no âmbito das produções estrangeiras quanto das nacionais, podemos também enumerar importantes trabalhos.

Entre eles destaca-se a clássica obra “*O capital: Crítica da economia política*” (1984), de Karl Marx, na qual o autor enfatiza que a maquinaria à medida que tornou a força muscular dispensável, tornara também no meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. “*Por isso o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra de ordem na aplicação capitalista da maquinaria*” (Marx, 1984, p.23). Marx também destacou, entre outras coisas, que o capital de forma cruel superexplorou o trabalho de crianças e mulheres quebrando “*finalmente a resistência [que] o*

trabalhador masculino ainda opunha na manufatura ao despotismo do capital”. Para o autor o capital, tal “*como Herodes, nos primórdios do sistema fabril, roubou as crianças em asilos e orfanatos*”. (Marx, 1984, p.26).

Inclui-se também nesta lista o trabalho elaborado por Friedrich Engels: “*A situação da classe operária em Inglaterra*” (1975), no qual o autor buscando revelar a condição miserável de vida por qual passavam os trabalhadores aliada a uma exploração absurda perpetrada pelas fábricas inglesa, durante a segunda metade do século XIX, apresenta a dura realidade em que estavam submetidas crianças e adolescentes naquelas indústrias. Em sua importante obra, Engels mostra que crianças ainda em tenra idade, dos quatro anos em diante, trabalhavam sob rígida jornada, de dez a doze horas, onde muitas delas, devido à excessiva carga de trabalho, chegavam muitas vezes a desmaiar durante a labuta. Além disso, também destaca que os pequenos trabalhadores deveriam ainda submeter ao trabalho noturno, fato que provocava, nos mesmos, “*grandes males físicos e morais*”, em particular no tocante “*às relações sexuais precoces e desregradas*” em que eram iniciadas.

Michele Perrot: “*Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*” (1988), embora elabore uma discussão centrada especificamente na questão da mulher, nos permite, porém, realizar uma interpretação de seu trabalho que contribui um pouco para desmistificar a visão estereotipada acerca de crianças e mulheres. Segundo essa autora, na França do século XIX, as mulheres, bem como, as crianças foram importantes no desencadeamento de movimentos operários tomando, em muitos casos, a dianteira nas ações de contestação ao poder patronal. Embora, na análise dessa autora, as crianças tenham tido uma participação secundária nos movimentos efetuados pelas mulheres, não podemos desdenhar o fato de que naqueles movimentos,

devido à boa coordenação entre as duas categorias – mulheres e crianças –, foi possível o êxito de algumas manifestações.

No que tange às produções nacionais que discutem, especificamente, a criança no trabalho, podemos elencar a importante pesquisa elaborada por Esmeralda B. Bolsonaro de Moura: *“Infância operária e acidente do trabalho em São Paulo”* (1996), no qual a autora destaca, entre várias coisas, que por volta da década de 1912 o Departamento Estadual do Trabalho, praticamente inaugurando a estatística de acidentes do trabalho (que passara a então publicar em seus boletins), argumentava que muitos dos acidentes no trabalho que envolvia crianças tinham origem na *“imprudência com que se incumbiam de serviços não raro perigosos, os menores incapazes de se conduzirem de serviços com o devido cuidado”*. Moura (1996) ainda acrescenta que se, por um lado, na emergência do acidente, o trabalhador –adulto ou menor– tem, de certa forma, recuperada a sua tão *“relegada condição de ser humano”*, no caso específico do *“menor acidentado, o evento faz aflorar um dado sentimento da infância e da adolescência que, de certa forma, se diluíra com a inserção no mundo do trabalho”*.

Tendo como recorte temporal, as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX, Esmeralda B. Bolsonaro de Moura, em outro trabalho intitulado *“Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo”* (2006), talvez sugerindo a existência de uma natureza infantil, destaca que o mundo do trabalho não subvertia a infância e a adolescência a ponto de excluir o lúdico de suas vidas. A autora afirma que as brincadeiras dos menores, teimosamente, resistiam à racionalidade imposta pelo ambiente de trabalho e foram, ao longo do tempo, em nome da disciplina exigida nos regulamentos das fábricas e oficinas, o claro detonador de atitudes violentas. Acrescenta-se ainda que os menores nas fábricas e oficinas, negando-se a obedecer às

regras impostas, demonstravam como a condição de criança e de adolescente se sobrepunha, em muitas situações, à de trabalhador (Moura, 2006, p.268-269).

Também na listagem podemos incluir a pesquisa elaborada por Irma Rizzini: *“Pequenos trabalhadores do Brasil”* (2006), no qual a autora pensando o trabalho de crianças no contexto atual, sem deixar, no entanto, de dialogar com o passado e tendo como objetivo abordar as várias faces da exploração do trabalho infantil, tenta responder a razão da utilização dessa categoria de trabalhadores. A autora percebe, no entanto, que várias e divergentes são as respostas para sua indagação uma vez que a questão do trabalho infantil, hoje em pleno debate, suscita mais do que nunca opiniões e emoções diversas.

Tendo como recorte temporal, o período que vai desde a segunda metade do século XX até a década de 1990, pode-se também destacar o trabalho de Ana Dourado et al. intitulado *“Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco”* (2006) no qual, entre várias coisas, a autora afirma que tanto em Pernambuco quanto em Alagoas, regiões da agroindústria sucroalcooleira, talvez para fugir da fiscalização das leis definidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a preferência por crianças e adolescentes esteve presente nas usinas e engenhos de forma constantes. A autora acrescenta que, *“as características de docilidade, agilidade, baixo poder de contestação, sentimento de impotência e facilidade de demissão”* foram fatores que, certamente, contribuíram para a utilização ilegal da mão de obra infantil nos últimos cinquenta anos da economia da cana-de-açúcar.

Como anteriormente enfatizamos, em virtude de nosso trabalho objetivar incluir-se na história da infância, é nosso desejo pensar a infância produzida a partir da dupla inserção social dada no bojo das instâncias socializadoras trabalho e escola

buscando dar visibilidade a uma infância singular construída fruto da experiência desses dois distintos universos socializantes.

Embora os trabalhos realizados no Brasil tenham se concentrado, em sua grande maioria, em dois tipos de produção, ou seja, um que privilegia a criança na história, e outro que, por sua vez, dá relevo à infância na escola, há, entretanto, mesmo que de forma bastante diminuta, trabalhos que ao discutir o mundo do trabalho acabam abordando ocasionalmente a escola para crianças operárias e filhas de operários..

Dos não muitos trabalhos por nós encontrados, incluídos nessa perspectiva de análise, podemos destacar o elaborado por Webber Stelling “*Indústria Têxtil na Bahia – o apogeu no século XIX e tendências atuais (2003)*”² onde o autor discutindo acerca da indústria têxtil baiana, no século XIX, afirma que os operários além de receberem moradias dispunham também de escola para seus filhos, com turno noturno para os adultos.

Situa-se também nessa perspectiva de análise o trabalho realizado por Maria Auxiliadora Guzzo De Decca³: “*Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil 1889 a 1930*” (1991), no qual, fruto de importante pesquisa documentária, a autora discute já nos primeiros capítulos de sua obra acerca da formação e condição da classe operária em São Paulo. A autora nos revela que grande parte daquela mão de obra era composta por crianças ainda de tenra idade. Revela, também, que o mecanismo de se criar escolas para os operários fazia parte das estratégias de controle dos donos das fábricas que analisara.

² STELLING, Webber. *Indústria Têxtil na Bahia – o apogeu no século XIX e tendências atuais*, 2003. Vale destacar que trabalhos aqui apresentados, tais como o elaborado por Stelling (2003) ou os clássicos de Marx (1984) e Engels (1975) entre outros, embora focalizem em específico a economia fazem, o entanto, referência à criança na escola ou no trabalho.

³ DE DECCA, Maria auxiliadora Guzzo. *Indústria, trabalho e Cotidiano: Brasil 1889 a 1930* (1991).

Abordando acerca da educação da infância brasileira, Moysés Kuhlmann Jr.⁴ em seu trabalho intitulado “*Educando a infância brasileira*”, tendo como recorte temporal, a segunda metade do século XIX e o início do XX, descreve sobre o papel social da criação de creches, jardins-de-infância e escolas maternais naquele período. O autor revela que práticas como a de criação de jardins-de-infância desempenharam um papel moralizador da cultura infantil, de educar para o controle da vida social. Na mesma obra, sem se aprofundar na temática, Kuhlmann Jr. (2000), afirma que algumas escolas infantis foram criadas para atender a filhos de operários.

Discutindo a Socialização da força de trabalho: Instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo (1873-1934), Carmem Sylvia Vidigal Moraes⁵, destaca que nesse processo de socialização iniciativas encampadas pelos liberais paulistas objetivando normalizar, padronizar e sujeitar a força de trabalho em formação houve grande participação de instituições disciplinadoras e educativas, criadas para este fim, tais como os Liceus de artes de ofícios, as escolas profissionais (1911), as escolas noturnas (em 1893). A autora também enfatiza que em 1909, o congresso legislativo autorizou a criação de 50 escolas preliminares para crianças na capital e outros municípios do estado. Tais estabelecimentos deveriam situar-se nas proximidades das fábricas, dando precedência às empresas que fornecessem as instalações necessárias ao seu funcionamento (prédio, iluminação, etc.).

Em sua obra “*Do Cabaré ao lar: A utopia da Cidade Disciplinar (1890-1930)*” Margareth Rago⁶ ao pensar as diversas estratégias de disciplinarização oriundas

⁴ KUHLMANN JR, Moysés. *Educando a infância*. In: 500 anos de educação no Brasil. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.), 2000.

⁵ MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. *Socialização da força de trabalho: Instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo (1873-1934)*, 2003.

⁶ RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar (1890-1930)*, 1985.

de fontes de poder, tais como o poder médico-higienista, as autoridades públicas, os setores da burguesia industrial, os filantropos e reformadores, destaca que esses ao elaborarem normas e prescrições tentaram normalizar o operariado em formação, no Brasil da primeira República, e construir a utopia da cidade limpa, saudável e feliz. A autora também mostra que em 1909, foi criado um outro tipo de escola isolada, além das existentes nas zonas rurais: as destinadas a crianças operárias, nas proximidades das fábricas onde trabalhassem.

Ana Maria Infantsi⁷, em sua obra “*A Escola na República Velha*”, editada em São Paulo, no ano de 1983, destaca que, visando à ampliação do ensino primário, o Estado de São Paulo despendeu elevadas somas com a educação e cultura durante a Primeira República. A educação foi um dos setores que mais absorveu os recursos orçamentários estaduais nos quatro primeiros decênios republicanos. A autora mostra que para realizar a ampliação do ensino primário o Estado criou ou incentivou a criação de diversos estabelecimentos de ensino, tais como: escolas isoladas, escolas rurais, escolas noturnas, grupos escolares. Dentro dessas iniciativas, também se destacam as escolas destinadas a crianças operárias criadas em 1909 no Estado de São Paulo.

Domingos Giroletti, em sua obra “*Fábrica Convento Disciplina*”⁸, editada em 1991 pela editora Imprensa Oficial, realizando um grande esforço investigativo, ao analisar a fábrica de tecido Cedro e Cachoeira, nos revela que a mesma tinha no interior de suas dependências escolas de primeiras letras para os filhos de operários e sugere que outras iniciativas análogas foram copiadas pelas fábricas Marzagão, Cachoeira de Macacos, Gabiroba, São Vicente e outras.

⁷ INFANTOSI, Ana Maria. *A escola na República Velha: expansão do ensino primário em São Paulo*, 1983.

⁸ GIROLETTI, Domingos. *Fábrica Convento Disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

Utilizando o título de “*De Meninas fiandeiras a mulheres operárias: a inserção da mão de obra feminina na companhia de fiação e tecidos Cedro e Cachoeira (1872-1930)*”, 2009, Junia de Souza Lima, em seu trabalho de dissertação de mestrado, realiza uma importante análise acerca da incorporação das mulheres no processo de produção fabril da Cedro e Cachoeira . A autora destaca, entre várias coisas, que a fábrica mantivera em suas dependências escolas de primeiras letras para os menores trabalhadores da mesma.

Há também os trabalhos que abordam acerca das escolas de aprendizes. Nesta temática, destacamos, entre outros, o de Luiz Antonio Cunha: em seu artigo “*O ensino industrial-manufatureiro no Brasil*” (2000), bem como o de Alessandra Frota Martinez de Schueler: “*Forma e Culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências, e profissionalização docente em escolas públicas primárias*” (2002), e o também não menos importante trabalho de Francisco Foot & Victor Leonardi. “*História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*” (1982)⁹.

Em suas análises, estes trabalhos (como já dissemos), no geral, enfatizaram ou a escola, ou a fábrica, fazendo apenas relação ocasional entre ambos. Em nossa proposta de trabalho, porém, objetivaremos estudar a criança no interior destes dois universos. Buscando ainda entender a experiência de escolarização e de trabalho no interior da fábrica a fim de captar como a formação escolar e a formação para (e pelo) o trabalho se articulavam na experiência de vida daquelas crianças. Sendo assim,

⁹ MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de: *Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo, 1991*; CUNHA , Luiz Antonio. *O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. Revista Brasileira de Educação, 2000*; SCHUELER , Alessandra Frota Martinez de. *Forma e Culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências, e profissionalização docente em escolas públicas primárias. 2002*; FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: Das origens aos anos vinte, 1982.*

buscaremos entender como as experiências forjadas no interior das instâncias socializadoras, fábrica e escola, se dialogaram na construção do cotidiano daqueles sujeitos imprimindo-lhes uma forma original e um autofazer próprio.

Acreditamos, portanto, que para alcançarmos nossos objetivos seja necessário então pensarmos e operarmos a partir dos pressupostos teórico-metodológicos advindos a partir da grata contribuição dada pela História Social, bem como, estabelecermos um rico diálogo com o conceito de “experiência” elaborado por E. P. Thompson.

Vale destacar que, sobre história social, Vainfas (2002, p.35), discutindo acerca da “evolução” da mesma, afirma que a expressão Nova História considerada muitas vezes uma invenção da década de 1970 foi várias vezes utilizada por Bloch e, sobretudo, por Lucien Febvre nas décadas de 1930 e 1940 para designar aspectos contra o historicismo. Aludia então, sem ambicionar o status de uma nova corrente, à perspectiva de síntese, ao diálogo interdisciplinar e à ênfase nos aspectos socioeconômicos que se pretendia imprimir à pesquisa histórica –uma agenda de combate frontal àquilo que o autor chama de “Velha História”, cuja preocupação era voltada para os grandes fatos e personagens políticos, prisioneira de evidências documentais e fortemente nacionalista. Entretanto, esse historiador admoesta que se for o caso rotular a proposta de Febvre e Bloch nessa época, que julgavam então nova, o nome seria, na verdade, História Social.

Adotando posicionamento semelhante, Hebe Castro, em artigo no qual também discute a evolução da História Social, complementa que a afirmação aos *Annales* se faz necessária por ter-se tornado o marco, real ou simbólico, de constituição de uma nova história, em oposição às abordagens ditas rankianas, predominantes entre

os historiadores profissionais até a primeira metade do século. Para essa autora, ainda hoje, a expressão “História Social” é frequentemente utilizada como forma de demarcar o espaço desta outra postura historiográfica frente à historiografia tradicional (Castro 1997, p.45).

Eric Hobsbawm (1972 apud Castro, 1997, p. 47), por sua vez, admoesta que a história social até a 1ª metade do século esteve ligada a três acepções diferentes. Ele acredita que de 1930 a 1940 a designação história social aparecia vinculada a uma abordagem culturalista, com ênfase nos costumes e tradições nacionais, em geral ligadas ao pensamento conservador e produzidas relativamente à margem das posições acadêmicas mais prestigiosas específicas dos historiadores, nas quais, prevalecia o modelo rankiano de ênfase no campo da diplomacia e da política.

Depois, mais especificamente na Inglaterra, se desenvolveu uma história social do trabalho e do movimento socialista, frequentemente identificada simplesmente como “história social”. Aqui é a oposição entre o “individual” e “coletivo” que distingue a história social das abordagens anteriores. A ação política coletiva se constituía em seu principal objeto.

E por último, sob o signo mais forte dos Annales, desenvolvia-se, desde a década de 1930, uma história econômica e social. Afirmara ainda Hobsbawm (1972 apud Castro, 1997, p.47) que apesar da maior ênfase na história econômica, nos primeiros anos da revista, a “psicologia coletiva”, as hierarquias e diferenciações sociais também se encontravam presentes. A definição do social que se construía privilegiou-se o coletivo sobre o individual e a longa duração sobre a curta duração.

Entretanto, foi somente na década de 1950 a 1960, que uma História Social, enquanto especialidade, tendeu a se constituir no interior desta nova postura

historiográfica. Nunca é demais lembrar que foram épocas marcadas pelo apogeu dos paradigmas estruturalistas, pela euforia do uso da quantificação e seriação nas ciências sociais (aquilo que Chartier (1994), em sua obra *“A beira da falésia”*, chama de “paradigma galileano” o qual resultava numa espécie de “matematização” do social) e pelos avanços da informática e pela explosão das tensões sociais (destaca-se aqui, por exemplo, os movimentos de maio de 68).

Sob a influência de todos esses acontecimentos, a história social em sentido restrito, como nos lembra Castro (1997, p.48), surgiria como uma abordagem que buscava formular problemas históricos específicos quanto ao comportamento e às relações entre os diversos grupos sociais. Além disso, as discussões sobre operacionalidade dos conceitos de classe social (numa perspectiva marxista) e de estamentos sociais (numa perspectiva weberiana) tenderam a monopolizar as discussões em história social na França.

Quanto à influência sobre os aspectos metodológicos, a história social, bem como todas as ciências sociais, nas décadas de 1960 e 1970, ficou fortemente marcada pelos sofisticados, já citados, métodos quantitativos (Castro 1997, p.49). O estruturalismo de Lévi-Strauss, que havia marcado profundamente o marxismo na sua versão althusseriana (década de 1960) também, por conseguinte, estava deixando profundas marcas na historiografia francesa da década de 1970, cada vez mais preocupada com os mitos, o inconsciente, o tempo quase imóvel das estruturas mentais (Vainfas, 2002, p.139-140). Dessa forma, a história social acabava por fazer abordagens que valorizavam os grandes modelos e categorias, o serial e as análises macros. Acabava por suprimir os indivíduos em prol das grandes massas coletivas.

Entretanto, nos quase últimos trinta anos, veio também a ocorrer uma evolução cada vez mais complexa na história social. Segundo Castro (1997, p.50), o ponto de partida foi a crise dos paradigmas estruturalista emergente nos anos de 1970 que esteve ligada à consciência de que os comportamentos e realidades sociais não se conformavam a ficar confinados a modelos preestabelecidos. Passou-se a criticar os métodos quantitativos que, paradoxalmente, se por um lado trouxeram as grandes massas para a história, tendiam, por outro, a retirar-lhes a face humana.

Dessa forma, visando a corrigir este problema, começou-se a dar ênfase na cultura e na redução na escala de análise. A tradição marxista britânica de história social do trabalho e a obra de Thompson, em especial, haviam colocado as noções de experiência e cultura no cerne das análises sobre a ação social (Castro, 1997, p.51).

As análises sobre fontes ligadas à repressão, tais como os processos de inquisição, os inquéritos policiais e os processos judiciais, têm se mostrado extremamente férteis para dar voz às pessoas comuns. O diálogo com antropologia permitiu transformar mitos, rituais e imagens em fontes históricas. A redução de escala de abordagem é comum à maioria das pesquisas recentes em história social, ou seja, com a micro-história se pretende dar luz às vivências históricas individuais e mostrar comportamentos que ficavam ocultos nas abordagens macro (Castro, 1997, p.51).

Segundo Castro (1997, p.55), no Brasil, temática e teoricamente, a História Social nasceria sintonizada com as discussões que se desenvolvia em nível internacional. Em torno de Florestan Fernandes, a chamada escola Sociológica Paulista desenvolveu trabalhos voltados para a História social do negro e da escravidão. A partir da década de 1980, apareceriam temas voltados para a história social da família (onde se destacaram questões, tais como os arranjos familiares, as estratégias adotadas pelos

grupos e as redes de sociabilidade), para História Social do Trabalho (que deram a ver formulações relativas à vida cotidiana, a identidades sociais, ao controle social e à cidadania) e temas voltados para a História Social do Brasil Colonial e da Escravidão onde se constata vasta produção de trabalhos, dos quais, o conceito de experiência de Thompson tem servido de respaldo teórico-metodológico.

Sobre Thompson, é certo que sua obra se inscreve dentro da tradição marxista. Embora, verdade seja dita, a mesma se propõe a ser uma nova leitura desta tradição expurgando desta o viés economicista, autoritário e estruturalista de inspirações stalinista e althusseriana (Albuquerque Junior, 2007, p. 134)

Membro do partido comunista inglês até 1956 (período esse, quando ocorre sua desfiliação), Thompson atuou como um dos principais editores da *New Left Review* (Bezerra, 1995, p.121). Engajou-se diversas vezes em debate com outras importantes personalidades marxistas, entre as quais Perry Anderson, John Foster e, mais recentemente, Louis Althusser. Ele foi fortemente influenciado pelo marxismo, porém via seu projeto como uma espécie de reabilitação de Marx, como preenchimento de alguns dos silêncios deixados pelo autor (Thompson, 1981, p.190). Ele considerou que Marx silenciou, particularmente, no que diz respeito às mediações morais e culturais. Thompson, se, por um lado, não negou a importância dos fatores materiais, por outro, rejeitou explicitamente a metáfora de base/ superestrutura e procurou examinar o modo como as experiências materiais são abordadas culturalmente, ou seja, como as mediações “culturais e morais” determinam o objeto de análise.

Dessa forma, a experiência, como veremos mais adiante, seria o termo ausente ou silenciado que permitiria estabelecer a ligação entre a base e a estrutura

(Thompson, 1981, p.184) nela (a experiência) a estrutura seria “*transmutada em processo, e o sujeito é reinserido na história*” (Thompson, 1981, p. 188).

Quanto ao aspecto “linhagem historiográfica”, pode-se dizer, conforme nos lembra Vainfas (2002, p.65), que Thompson se liga a uma linhagem tipicamente anglossaxã que nada tem a ver com a “*escola francesa*”, seja nas temáticas, seja quanto à formação teórica. Para o autor a “escola” de Thompson é a mesma de Georges Rudé, o historiador canadense da “multidão” na história das revoluções burguesas, ou de Eric Hobsbawm, historiador das revoluções industrial e burguesa, do imperialismo e do movimento operário. E de Christopher Hill, estudioso da Revolução Inglesa de 1640. Assim ele pertence a uma corrente que combina a História Social britânica e o marxismo. Mas para o autor, ele se afasta não somente da tradição marxista, no que tange a questões que acreditamos já ter explicitado neste texto, mas também da História social britânica, segundo a qual as classes populares seriam prisioneiras de uma espécie de paternalismo das classes dominantes e, portanto incapazes de construir identidade e valores próprios.

Thompson (1981) admite que os valores e a cultura não são independentes da “*coloração da ideologia*”, entretanto, recusa a ideia de imposição cultural por parte de um Estado. Ele acredita que a imposição será sempre tentada, com maior ou menor sucesso, mas não pode alcançar nenhum “*êxito, a menos que exista uma certa congruência entre as regras e visão-de-vida impostas e a questão necessária de viver um determinado modo de produção*” (Thompson, 1981 , p.194).

Centralizando a crítica tanto no que considerava uma postura positivista de análises do marxismo, Thompson, como já explicitamos anteriormente, denunciou o viés economicista e mecanicista de análises (quanto no que chamou de idealismo

althusseriano) em que a teoria desconsiderava ou prescindia da realidade empírica não fornecendo garantias de uma identidade entre o objeto “real” e sua representação conceitual (Thompson, 1981, p.14).

Mesmo mantendo uma análise classista, como seria de esperar do marxismo, Thompson abandonou a “canonizada” definição marxista-leninista, que identificava a classe pela posição ocupada junto aos meios de produção. Alargou o conceito, entendendo que a categoria deveria ser apreciada no seu fazer-se, no acontecer histórico, na sua experiência como classe. Para ele a classe surge no cruzamento da determinação e da autoatividade, no qual, ela ao mesmo tempo em que se faz é, por outro lado, também feita (Thompson, 1981, p.121). A classe acontece quando alguns homens e mulheres, em relações produtivas determinadas, identificam seus interesses antagônicos e passam a lutar, a pensar e a valorar em termos de classe: assim o processo de formação de classe é “*um processo de autoconfecção, embora sob condições que são ‘dadas’*” (Thompson, 1981, p.121).

Para Thompson, ao pensar a classe, é inseparável a noção de luta de classe. A classe só adquire existência ao longo do processo de luta, que leva à gradual aquisição de identidade cultural e política. É “*no processo de luta que se forja a identidade social das classes populares, e não pela difusão dogmática de qualquer doutrina*”, de sorte que a “classe operária” pode perfeitamente adquirir uma dimensão própria de sua identidade social oposta à ordem burguesa, sem que tal identidade social assumira necessariamente um caráter revolucionário. Portanto, pode-se concluir que para Thompson não há classe sem luta. Ela é um fenômeno histórico que se desenvolve num processo inacabado de relação de lutas com outras classes no tempo (Thompson, 1981, p. 121).

Quanto à experiência, Thompson (1981), em sua obra *A miséria da teoria*, a define como aquilo que é determinado pelas relações de produção, em que homens e mulheres experimentam a vida como necessidades e interesses para depois tratá-lo na consciência e na cultura. Ela surge espontaneamente no ser social, mas não sem pensamento. Surge porque homens e mulheres são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. A experiência é a experiência de sujeitos fundantes, de sujeitos coletivos, de sujeitos políticos. A experiência é substrato da consciência, ou seja, é a experiência que determina a consciência (Thompson, 1981, p.16).

A experiência, portanto, seria uma espécie de antídoto contra os estruturalismos, os funcionalismos e os economicismos de perspectivas teóricas e políticas, à direita ou à esquerda, então hegemônicas no vasto campo intelectual das ciências humanas e sociais. Ela seria o termo ausente do marxismo, termo que, introduzido no planetário marxista-estruturalista, impediria o erro de não se articular (dialogar) base e estrutura, metáfora a ser abandonada, e também impediria o erro de não se articular estrutura e processo. Portanto, a experiência seria o termo de junção que fora silenciado por Marx (Thompson, 1981, p.184).

A experiência se dá pela relação dialogal entre o ser social e a consciência social operante. Um diálogo que se processa, é claro, de “*ambas as direções*” (Thompson, 1981, p.17). Ela é um acontecer inacabado, indeterminado. A experiência garante a não predeterminação ou a não pressuposição do objeto pela teoria (Thompson, 1981, p.45).

A partir dessa noção de experiência, a historicidade das categorias e dos conceitos nos diz claramente que eles não podem ser tomados como um “*a priori*”, como aquilo que submete a regras. Mas somente como aquilo que norteia. Portanto, em

Thompson os conceitos e as categorias são tomados somente como aquilo que informa o conhecimento indicando apenas uma expectativa e não esquematizações acabadas e fechadas de efeito modelizador que “*ossificam*” ou “*cristalizam*” a análise (Thompson, 1981, p.56). Para ele o embate entre o ser social (as forças condicionantes da trama do real) e a consciência social operante (os sujeitos exercendo suas vontades nos limites do possível e do desejável) constitui o real, que é determinado apenas depois de realizado. Além disso, acredita que as evidências (e os acontecimentos reais) não obedecem a regras, e não obstante não poderiam ser compreendidas sem a regra, à qual oferecem suas próprias irregularidades (Thompson, 1981, p.56).

Acreditamos, destarte, que a noção de experiência nos permitirá perceber tanto o espaço escolar quanto o fabril como universos singulares e não determinísticos. Ajudar-nos-á a captar, como já explicitamos anteriormente, as práticas neles realizadas como sendo um autofazer, que de forma original, se dá a partir da experiência dos sujeitos que os compunham. Experiência essa, que dialogará constantemente (seja resistindo ou negociando ou até mesmo, conformando-se), com as diversas estratégias disciplinares que objetivam conformar os sujeitos da fábrica e escola. Dessa forma, tal como sugere Thompson (1981, p.194), a experiência garante que no embate entre a teoria (norma) e o local, ambos não saiam ilesos.

Se, por um lado, o recurso ao método thompsoniano nos ajudará perceber as classes trabalhadoras como sujeitas de sua própria história uma vez que dá ênfase à “experiência”, bem como, ao fazer (ou autofazer) de uma cultura de classe, por outro, acreditamos que o recurso ao “conceito foucaultiano” de disciplina nos ajudará, por sua vez, perceber o significado da ação disciplinar elaborada pelos inúmeros agentes sociais

visando a produzir o cotidiano e a identidade dos trabalhadores, através da criação das instituições socioeducativas, tais como a família nuclear, a escola e a fábrica.

Acreditamos, portanto, que o recurso a Foucault, tal como se pode apreender em sua obra “Vigiar e Punir”, nos dotará de sensibilidade para, de forma semelhante, percebermos as inúmeras tentativas de estratégias disciplinares e de controle (estamos aqui pensando as ações perpetradas pelo poder fabril visando ao controle do trabalhador tais como as imposições das economias de tempo, os cercamentos e distribuição dos espaços, a ação do poder disciplinar entre outras), que a todo tempo visaram conformar os sujeitos da fábrica e da escola. Estratégias disciplinares essas, que logravam ir do trabalho ao lar dos operários.

Vale destacar que, segundo Foucault (2009, p.133), a disciplina se constitui em “*métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade*”. O autor admoesta que embora muitos dos processos disciplinares já existissem desde há tempo em diversas instituições, tais como conventos, exércitos e oficinas, foi, porém a partir do século XVII e XVIII que as disciplinas tornaram fórmulas gerais de dominação. Elas, segundo o autor, marcam um momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente ao aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então “*uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos*” (Foucault, 2009, p.133).

De Decca (1985 apud Rago, 1985, p.2) nos lembra que, recorrer ao “método disciplinar” foucaultiano é também importante porque num universo sem densidade e sem limites a disciplina (seja conformando os sujeitos, seja dialogando com os mesmos ou apenas como pretensiosa tentativa) recobrindo a fábrica, espraia-se também pela escola, pela família, na sexualidade da mulher e na educação das crianças.

Estamos bastante cômicos, é bem verdade, dos riscos em trabalhar com dois pensadores de matrizes teóricas tão distintas. Perigo esse já apontado com bastante temoridade por Vainfas (2002) no seu importante trabalho “*Os protagonistas anônimos da história*”.

O perigo talvez se dê devido à obra de E. P.Thompson, conforme critica Albuquerque Junior (2007, p. 134), se inscrever dentro da tradição marxista – embora expurgue da mesma o viés economicista, autoritário e estruturalista de inspirações stalinista e althusseriana. Marxismo, esse que, por sua vez, liga-se a toda a tradição do pensamento moderno de inspiração platônica e hegeliana, ou seja, um pensamento comprometido com as essências, com totalidades, com a razão, que persegue um sentido para história, um fim último para o ser, que busca o encontro com a verdade do real, que busca o encontro com a consciência plena trazida pelo esclarecimento progressivo, que pressupõe em última instância uma unidade da experiência humana.

Para Thompson a História é realista, ou seja, se constitui um discurso sobre o real, que o representa da forma mais próxima possível, possuindo uma existência exterior aos discursos que o tomam como objeto. Ele adverte que o historiador deve se aparelhar com métodos, técnicas e um aparato conceitual que lhe permitam dialogar com as fontes de forma a corrigir o máximo possível as distorções que os preconceitos e as pré-noções podem trazer para a compreensão do real. Para ele há nos discursos uma

verdade subjacente, e a história, como uma ciência do passado deve, portanto, ser capaz de chegar o mais próximo possível de sua verdade, retirando-o do desconhecimento ou do reino enganoso da memória ideológica dos vencedores (Albuquerque Junior, 2007, p. 134).

Foucault, por sua vez, conforme também lembra Albuquerque Junior (2007, p. 134), liga-se a outra tradição do pensamento ocidental, a tradição de inspiração heraclitiana ou pré-socrática e a outra tradição do pensamento moderno, a de inspiração nietzscheana e heideggeriana, ou seja, um pensamento não essencialista, que busca dispersar as totalidades explicativas, inclusive a totalidade da razão, entendida como múltipla, contingente e historicamente localizada; um pensamento que reivindica a multiplicidade dos sentidos na história, da finalidade do ser, da verdade e do que é chamado de real, a multiplicidade e historicidade da consciência e da experiência.

Se para Thompson a história é realista, para Foucault, ela nominalista, ou seja, se constitui uma prática discursiva, que participa da elaboração do real, assim como outras práticas. O real é, para Foucault, uma criação de práticas múltiplas, sejam elas discursivas ou não, e entre elas está a prática do historiador, que mantém uma relação mutável e historicamente datada, mas privilegiada, com relação ao passado. Para ele não existe uma verdade subjacente ao discurso, ou seja, percebe o real como aquilo que não possui uma existência exterior à sua escritura em alguma forma de linguagem, forma que dá a materialidade ao próprio real, que o nomeia, que o organiza, que lhe dá inteligibilidade. Argumenta que todo discurso, mesmo o historiográfico, é interessado, nasce de lutas políticas, de embates de poder, é presidido por estratégias e táticas, portanto, não é um discurso imune à ideologia, mas plenamente ideológico (Albuquerque Junior, 2007, p.135).

Contudo, ressaltamos que embora possa haver toda essa possível incompatibilidade de matriz teórica entre os dois pensadores em questão, queremos, no entanto, a despeito de podermos ficar expostos a inúmeras críticas, aceitar o desafio de trabalhar dialogando com ambos referenciais teóricos. Portanto, é nossa pretensão, bem próximo daquilo que competentemente fez Margareth Rago em sua Obra “*Do Cabaré ao lar*” (1985) ao estabelecer um profícuo diálogo com Thompson e Foucault, também operarmos com os conceitos e métodos fornecidos por esses autores. Mas, é bem verdade, que para evitarmos superdimensionar o normativo em detrimento do “vivido” de fato pelos sujeitos, tal como pode-se ver em alguns renomados trabalhos¹⁰, destacamos que iremos tomar de Foucault os mecanismos disciplinares apenas enquanto mera pretensão ou expectativa, nos pautando, a partir da noção de que os indivíduos diante da norma, do prescritivo ou do enunciado muitas vezes, ou quase sempre, os subvertem.

Mais uma vez, ainda tocante à análise da categoria infância, vale também destacar que, os aportes teórico-metodológicos fornecidos por Sarmiento (2005), serão de suma importância para pensarmos a infância como um constructo histórico e socialmente eivado de inúmeras roupagens através do tempo. A análise teórica desse autor contribui também a compreender a infância não como uma categoria no singular, mas dotada, diacrônica e sincronicamente, de múltiplas semânticas possíveis, sem deixar escapar de vista também os vários pertencimentos (classe, etnia, gênero) nos quais, essa infância poderá estar mergulhada. Logo não há infância e sim infâncias. As

¹⁰ Acreditamos que seja um bom exemplo para ilustrar nossa argumentação o trabalho de Domingos Giroletti: “*Fábrica, convento e disciplina*” (1991). Em sua obra, por sinal de grande importância, Giroletti parece ter se deixado cair um pouco nas sedutoras “armadilhas” fornecidas pelo método Foucaultiano uma vez que parece tomar as práticas no interior da fábrica como sendo um espelho da norma ou do regulamento, deixando, portanto, de perceber que, na maioria das vezes, as estratégias disciplinares que pretendiam condicionar os indivíduos segregavam, contra si, táticas “subversivas”.

contribuições postas por Sarmiento (2005) também nos permite que percebamos a infância como uma categoria historicamente construída, a partir de um processo de uma longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade. Para ele esse processo, “*para além de tenso e internamente contraditório, não se esgotou. É continuamente actualizado na prática social, tanto nas interações entre crianças quanto nas interações entre crianças e adultos*” (Sarmiento, 2005, p.365).

Já quanto às análises das escolas da fábrica, acreditamos que também a noção de cultura escolar, ou culturas escolares, tal como a proposta por Frago¹¹ seja de grande importância. Uma vez que articula, descreve e analisa, de uma forma muito rica e complexa, os elementos-chaves que compõem o fenômeno educativo, tais como: os tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas, considerando todos esses elementos em sua complexidade e sua pluralidade.

Portanto, acreditando já ter explicitado os principais pontos de nossa proposta de trabalho, vale dizer, que estruturamos nosso trabalho da seguinte forma:

Intitulado “*A fábrica Cedro e Cachoeira: surgimento, organização do processo produtivo, modalidades de arregimentação e composição da mão de obra*” no primeiro capítulo faremos uma breve discussão acerca das modernizações ocorridas na segunda metade do século XIX, as quais foram de grande importância para o surgimento de nossas primeiras indústrias. Veremos que nessa fase, entendida por Foot; Leonardi (1982) como sendo “*nossa primeira fase da revolução industrial*”, as indústrias têxteis foram o ramo fabril que mais predominaram, surgindo fábricas alhures

¹¹ In: FARIA FILHO, Luciano. *Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa*. Mimeo, 2001.

em várias partes do território nacional. Notar-se-á que seguindo esse “*boom têxtil*”, surgira também boa quantidade de fábricas têxteis na província mineira e, entre elas, destaca-se a fábrica têxtil Cedro, instalada no ano de 1868 e posta em funcionamento nos alvares da segunda metade do ano de 1872, fruto de esforços empresariais dos irmãos Mascarenhas.

Veremos ainda que dois anos mais tarde, ou seja, em 1874, também é posta em funcionamento a fábrica Cachoeira, mais um empreendimento da família Mascarenhas, vindo finalmente, no ano de 1883, visando a somar forças e reagir melhor à concorrência, ocorrer a junção das fábricas Cedro e Cachoeira, passando doravante a se chamar Companhia têxtil Cedro e Cachoeira.

Também, ainda nesse capítulo, faremos uma discussão acerca da composição de mão de obra da fábrica. Tentaremos mostrar que a fábrica, pelo menos nos seus primeiros anos de existência, se constituiu um verdadeiro “micro-mundo” onde conviviam labutando, num mesmo e curto espaço de trabalho, indivíduos (homens, mulheres e menores) de distintos pertencimentos étnico, cultural e jurídico, destacadamente, os trabalhadores nativos, estrangeiros e cativos. Ainda no que se refere à composição da mão de obra, notar-se-á que a categoria infantojuvenil representou, também nos primeiros anos da fábrica, a maior parcela de trabalhadores da companhia. E, para que lograsse a arregimentação dessa mão de obra, esteve na base desse mecanismo, uma intensa rede de clientelismo e compadrio mantida entre os poderosos e a população pobre local. Veremos, ainda, que essa rede também alicerçou a consecução de diversos outros bens, tais como escola, moradia, ajuda financeira, proteção nos negócios, entre outros.

No capítulo seguinte veremos em foco a criança no trabalho propriamente dito, onde destacaremos o difícil cotidiano dos pequenos trabalhadores no interior do processo produtivo, no qual, semelhante àquilo que percebeu Engels (1975) para o caso das fábricas têxteis inglesas do século XIX, via-se menores ainda com tenra idade, bem como, adultos, homens e mulheres, se submetendo a uma longa e rígida jornada de doze ou mais horas de trabalho durante seis dias por semana. Veremos que a fábrica, dotada de um severo regulamento, para submeter os pequenos trabalhadores se utilizava de diversas estratégias disciplinares visando ao controle e à sujeição dessa categoria de trabalhadores.

Além disso, também serão discutidas outras questões, tais como a origem dos trabalhadores infantojuvenis, as idades dos meninos na fábrica, bem como, as condições de remuneração dos trabalhadores.

No capítulo terceiro, apresentaremos as escolas noturnas mantidas pela companhia Cedro e Cachoeira destinadas aos menores trabalhadores e filhos de operários da fábrica. Notaremos que definir as possíveis causas que motivaram a criação de escolas noturnas para operários ou para filhos desses não é, talvez, tarefa das mais simples uma vez que as motivações suscitem mais do que nunca opiniões diversas por parte das fontes analisadas.

Não obstante ter havido, quem sabe, uma pressão das autoridades provinciais ou legislativas obrigando as fábricas a manterem escolas para os menores operários verificaremos, no entanto, que as fontes dão também fortes indícios que a escola talvez tivesse ainda sido usada como “engenhoso” instrumento de barganha entre os poderosos locais e as camadas populares, fruto de práticas clientelistas visando ao

uso político. A garantia ao acesso à escola serviu-se para os poderosos locais como instrumento de fortalecimento do seu poder local.

Veremos também que, anexas às dependências da fábrica, nessas aulas noturnas, ministradas em salas bastante apertadas, barulhentas e mal iluminadas o professor adotava o “método individual” – criticado à época por considerarem-no monótono, dispersivo e que mal empregava o tempo – para ensinar meninos e meninas trabalhadores da fábrica que vinham de uma dura jornada de trabalho durante o dia.

Trabalhando sob duras condições materiais, o docente fabril, que em muitos casos, tinha ainda que exercer uma dupla função na fábrica (operário durante jornada diurna e professor de primeiras letras à noite), recebia, seguindo uma tendência geral, um baixo salário que era uma remuneração inferior até mesmo à recebida por alguns operários de condição cativa na fábrica.

Finalizando, destacamos que no tópico seguinte faremos uma breve conclusão onde registraremos nossas principais apreensões acerca da pesquisa em foco. Esperamos que nosso trabalho seja uma boa contribuição para a temática em foco não tendo, entretanto (e nem é possível), pretensão de esgotarmos a discussão em torno do objeto, e sim contribuir para o levantamento de novas questões, objetivando verticalizarmos nosso conhecimento acerca das inúmeras estratégias viabilizadas naquele contexto – entre elas as empreendidas pelas fábricas – visando à escolarização da infância.

CAPÍTULO I

A FÁBRICA CEDRO E CACHOEIRA

**SURGIMENTO, ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO,
MODALIDADES DE ARREGIMENTAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA
MÃO DE OBRA**

Na segunda metade do século XIX, a economia brasileira começara um lento processo de transformação a partir da abolição do tráfico negreiro, em 1850, e acentuado pela Guerra do Paraguai¹². As exportações de café haviam criado um superávit em nossa balança comercial, possibilitando uma acumulação de capital em mãos de fazendeiros paulistas (Foot; Leonardi, 1982, p.44).

E, é também na segunda metade do século XIX, a partir de importantes modernizações, que o país direcionou esforços no sentido de desenvolver uma indústria significativa. As décadas de 1860/70 presenciaram a construção da primeira estrada de ferro no Brasil (aproximando populações até então isoladas, favorecendo a ampliação do mercado interno, facilitando o escoamento e circulação de mercadorias), o início da navegação a vapor, a construção de novos portos, a expansão das indústrias têxteis e de alimentação. No entanto, o maior crescimento ocorreu indústria têxtil (BAER, 1983, p.10). O Brasil Imperial sofreu então o seu “boom têxtil” surgindo, alhures, fábricas direcionadas para produção de tecidos. Num curto interstício de tempo já tínhamos um significativo número delas, tanto é que se *“havia duas fábricas têxteis em 1850, esse número crescera para 44 em 1881”* (Ibidem, p.10).

Portanto, conforme sugerem Foot; Leonardi (1982, p.36), o desenvolvimento do setor têxtil certamente representou a primeira verdadeira indústria surgida no Brasil.

Libby (1998, p.225) analisando o processo de crescimento das indústrias têxteis argumenta que alguns fatores foram fundamentais para que tal impulso industrializante lograsse êxito. O primeiro reside no fato de que com o fim da guerra civil dos Estados Unidos e a subsequente reorganização da produção algodoeira daquele país, praticamente fecharam-se as portas para a matéria-prima brasileira no mercado

¹²Segundo Stein (1979, p.31) durante a Guerra do Paraguai o governo brasileiro se viu obrigado a aumentar os direitos alfandegários objetivando arrecadar recursos para arcar com as despesas públicas. Ver in: STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil- 1850/1950*, 1979.

européu em início da década de 1870. A redução drástica das exportações redundou na queda vertiginosa dos preços internos do algodão que, por sua vez, passaram a atrair investimentos que pudessem tirar proveito da situação.

Outro fator que se configurou de fundamental importância para o “sucesso do setor têxtil”, – segundo o mesmo autor – foi a guerra contra o Paraguai na medida em que esta, juntamente com outros fatores conjunturais¹³, parece ter mudado a atitude de determinadas camadas da elite brasileira quanto à legitimidade do papel do Brasil como fornecedor exclusivo de matérias-primas agrícolas, dentro do esquema liberal clássico da divisão internacional do trabalho. A ideia de que o destino do país poderia perfeitamente incluir certo desenvolvimento industrial ganhava adeptos.

E um terceiro fator apontado por esse autor está ligado ao fato de que havia uma grande oferta de mão de obra livre disponível.¹⁴

Dessa forma, é digno de registro que já por volta de 1882, das 45 fábricas existentes no Brasil, 12 localizavam-se na Bahia, 11 no Rio de Janeiro, 9 em São Paulo e 8 em Minas Gerais. Nesta província, o Inquérito de 1882 mencionava oito fábricas de tecidos localizadas em Juiz de Fora, Curvelo, Machado, Cipó, Itabira, Sabará e Montes Claros (Foot; Leonardi, 1882, p.34).

Todavia, é certo que a concentração da indústria têxtil brasileira se dera, inicialmente, na cidade da Bahia. Naquela província se constituiu, portanto, no primeiro núcleo da indústria têxtil algodoeira brasileira, desde 1844 até a década de 1860. Essa predominância têxtil em solo baiano parece ter sido devido à província possuir, à época,

¹³ O autor não esclarece quais são esses outros fatores de ordem conjuntural. Mas, numa argumentação semelhante a de Stein (1979, p.31), acredita também que durante a Guerra do Paraguai o governo brasileiro se viu obrigado a aumentar os direitos alfandegários objetivando arrecadar recursos para arcar com as despesas públicas o que constituiu um impulso em direção a uma política geral mais protecionista.

¹⁴ Com essa afirmação Libby (1988, p.226) diz que obviamente não sugerir que o trabalho escravo não poderia ser utilizado em empreendimentos têxteis, dado o fato que uma das fábricas mineiras utilizava majoritariamente essa mão de obra até a abolição.

algumas vantagens em relação a outras unidades do Império, tais como, presença de matéria-prima, fontes de energia, além de, um significativo mercado rural e urbano. E não foi obra do acaso o fato de que, no ano de 1866, cinco das nove fábricas existentes no Brasil estavam na cidade baiana e arredores (Stein, 1979, p.35-36).¹⁵

Posteriormente, porém, de 1866 a 1886, o número de fábricas têxteis baianas aumentou de cinco para doze unidades, mas sua participação relativa no total de fábricas brasileiras caiu. E no ano de 1885, trinta e três das quarenta e oito fábricas brasileiras passaram a localizar-se nas províncias do centro-sul, destacadamente, nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, sendo que os subúrbios e a cidade do Rio de Janeiro concentraram maior número de fusos e teares (Stein, 1979, p.36).

A construção de uma rede de estradas de ferro ligando o Rio de Janeiro a São Paulo e Minas Gerais após a década de 1860 contribuiu, finalmente, e de forma decisiva, para o deslocamento da supremacia têxtil da Bahia para a região centro-sul do Brasil.

Ao concentrarmos foco na província mineira verificou-se que desde a Colônia, a produção de tecidos constituía uma importante fonte de recursos para a região e manutenção dos núcleos familiares, grande parte destes chefiados por mulheres. Porém, tal produção ocorria nos espaços domésticos, com uso de teares manuais. A moderna indústria têxtil adotando uso de teares mecânicos e um contingente expressivo de mão de obra surgiu, porém, somente início da década de 1870 (Giroletti, 1991, p.23).

¹⁵A título de comparação acreditamos ser digno de nota o fato de que para aquele mesmo ano, ou seja, 1866, os Estados Unidos já possuíam, somente no que tange ao ramo têxtil, cerca de mil fábricas em seu território. Ver in: Stein, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil- 1850/1950*. 1979.

É bem verdade, porém que, segundo ainda Giroletti (1991, p.23), o primeiro estabelecimento criado em Minas Gerais, equipado com modernas máquinas de fiar e de tecer importadas da Inglaterra, foi a Cana do Reino. Fundada em 1848¹⁶, no Município de Conceição do Serro, por dois ingleses, Pigot e Cumberland, era equipada com “*dois filatórios, um de 240 e outro com 60, de uma carda, 3 cabeças de puxadores, 5 descaroadores, uma urdideira, um tear mecânico, um caneleiro, 3 máquinas de torneiar ferro e uma de furar*”.

Além desses maquinários, Jacob¹⁷ (1911 apud Giroletti, 1991, p.23), acrescenta que também havia no interior da Cana do Reino “*um motor hidráulico de 10 cavalos de força [que] acionava a fábrica minúscula, um embrião da indústria têxtil que viria se implantar*”.

Todavia, como empreendimento fabril, a Cana do Reino se mostrou um malogro. Libby (1988, p.224) afirma que, durante a sua existência, essa fábrica se constituiu um fiasco e, praticamente, não passou de uma falsa indústria. E dado o evidente desinteresse da diretoria na fábrica em si, a não ser enquanto veículo para conseguir a concessão de recursos públicos, conclui o autor, não seria lícito tomar a cana do Reino como um empreendimento têxtil fabril em Minas antes da década de 1870.

Após passar por diversos percalços, o certo é que a Cana do Reino foi, no ano de 1874, definitivamente liquidada (Iglesias¹⁸ 1958 apud Giroletti, 1991, p.24).

¹⁶Vale dizer que parece não haver monocórdia quanto à data de criação da Cana do Reino. Foot; Leonardi (1982, p.35) afirmam, por sua vez, que a data de criação dessa fábrica se deu no ano de 1852.

¹⁷ Referência completa: JACOB, Rodolpho. *Minas Geraes no XX século*. Rio de Janeiro: Gomes Irmão, 1911.

¹⁸ Referência completa: IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835/1889)*. Rio de Janeiro: MEC-INL, 1958.

Portanto, como acreditamos já ter explicitado, a moderna indústria têxtil somente iria se implantar definitivamente em Minas Gerais nas três últimas décadas do século XIX. Segundo Libby (1988, p.230-231), entre o interstício de 1872 a 1887 vê-se surgir diversas fábricas têxteis espalhadas em solo mineiro. Durante aquele espaço de tempo entraram em funcionamento fábricas tais como a Brumado (1872), Béri-beri (1877), Itabirana (1879), Marzagão (1880), Senhor Bom Jesus d'água Fria (1881), Cachoeira de Macacos (1886) entre outras, perfazendo um total de 15 fábricas ¹⁹.

Apesar do grande número de fábricas têxteis mineiras surgidas no final do século XIX, Libby (1988, p.230) admoesta que se comparadas a outros investimentos fabris do ramo têxtil distribuídos nas diversas províncias do país, as fábricas têxteis mineiras se caracterizaram como sendo de pequeno porte. Característica essa, motivada pela dificuldade de transporte de equipamentos e maquinários para região, bem como, pela natureza do mercado consumidor essencialmente local.

Apontando a dispersão industrial como uma das causas, senão a principal, da não superação do caráter local do mercado têxtil mineiro, Foot; Leonardi (1982, p.171), explicam que predominavam no estado mineiro os pequenos estabelecimentos fabris, o que levaria Minas a possuir o maior número de empresas, em relação ao resto do país, no caso de alguns ramos como o têxtil. Por outro lado, esse grande número de unidade de produção espalhadas pelo estado levaria a um baixíssimo grau de concentração por fábricas, tanto de capital (máquinas) quanto de operários. Em 1910, o número de teares e de operários por estabelecimento na indústria têxtil era inferior aos índices de PE, BA, RJ, SP e DF. Esta baixa concentração, concluem os autores, acarretaria uma

¹⁹As outras fábricas são: Machadense (por volta de 1872), Mariense (1877), Cassu 1882, Montes Claro (1882), São Sebastião (1884), Industrial Mineira (1885), São Silvestre (1885). In: LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*, 1988, p. 231.

produtividade mais reduzida do que todos esses outros centros e contribuía para a não superação do caráter local ou sub-regional do mercado.

Numa argumentação semelhante, Macedo (2006) afirma que apesar das modificações trazidas pela introdução das primeiras indústrias têxteis na província, a estrutura econômica básica só seria alterada nas primeiras décadas do século XX. Nas últimas décadas dos oitocentos as mudanças seriam “pontuais, ainda que profundas”, destacando-se aquelas relativas às novas bases em que a dinâmica econômica viria a se assentar - o capitalismo e suas relações de produção assalariadas. Numa ordem social regida pela escravidão, as experiências das primeiras fábricas têxteis, plantadas em solo rural, aparecem como excrescências em total desarmonia com um mundo de há muito edificado.

1.1. A fábrica Cedro e Cachoeira

Consta que três irmãos, filhos de um rico fazendeiro de Curvelo, se associaram numa firma denominada Mascarenhas Irmãos, cujo objetivo era a montagem de uma moderna fábrica de tecidos. Os dois irmãos mais novos (Bernardo e Caetano Mascarenhas) haviam se estabelecido como comerciantes na região, atividade essa que lhes proporcionou uma considerável fortuna ao cabo de poucos anos. Com o capital acumulado resolveram se aventurar num empreendimento mais ousado, que seria o estabelecimento de uma fábrica têxtil (Libby, 1988, p.239).

Para esse fim, chegaram a adquirir um terreno com uma queda d'água potente o bastante para mover maquinaria, na cidade de Juiz de Fora, para a qual Bernardo Mascarenhas previa corretamente um futuro industrial próspero.

Entretanto, devido ao “naufrágio” da Cana do Reino, o projeto de construção da nova fábrica foi alvo de uma sistemática oposição desencadeada por familiares. A desaprovação paterna traduziu-se em resistência à participação acionária no empreendimento. Os irmãos preferiram não assumir os riscos, negando-se a dar o “*amparo financeiro indispensável*” (Libby, 1988, p.239).

Mais tarde, porém, mesmo que ainda oferecendo bastante resistência, Antônio Cândido, o irmão mais velho, foi convencido e aderiu à sociedade impondo, entretanto, como condição primordial, que a construção da fábrica fosse próxima à Taboleiro Grande, município onde residia.

Tudo acertado entre os irmãos criou-se então a fábrica, em 1868, e direcionou-se esforços para a concretização do grande projeto, primeiramente, comprando ao valor de 4:875\$000 a fazenda da Ponte, localizada em Taboleiro Grande, a qual dispunha de uma queda d’água que poderia ser aproveitada como força motriz para fábrica (Mascarenhas, 1972, p.49).

A opção da Cedro em utilizar energia hidráulica ia ao encontro das estratégias utilizadas pela maioria das indústrias existentes à época. Stein (1979, p.37) afirma que durante os primeiros anos de existência das fábricas, por ser o carvão considerado muito caro, o que dificultava a concorrência com o tecido importado, julgou-se que a indústria deveria usar a água em lugar do carvão, a qual se constituía uma das fontes mais abundantes de energia do Brasil.

Local e máquinas comprados deu-se início à construção do edifício que abrigaria a fábrica. As instalações exigiam robusta estrutura de madeira, capaz de suportar o pesado maquinismo em movimento e a eixaria da força motriz. Os esteios, as vigas e os barrotes para o apoio do assoalho e das paredes de adobo, deveriam ter

resistência bastante para manter em nível a maquinaria, bem como neutralizar os efeitos da vibração. Foram para isso, recrutados serradores e carapinas e instaladas a serraria e a ferraria para o preparo de pregos e de toda a ferragem (Stein,1979, p. 58).

O ano de 1871 foi todo dedicado à construção do edifício da fábrica e de residências para o pessoal, desde a do gerente até a do mais simples operário, pois nenhuma casa existia na região além da sede da fazenda da Ponte. Começou-se também, no mesmo ano, a construção do açude, rego e bicame.

Em setembro de 1871, o maquinário comprado do estrangeiro aportou-se no Rio de Janeiro, após cinco meses de atraso. Retirada da alfândega a maquinaria, veio esta do Rio de Janeiro até Juiz de Fora, através estrada de ferro. Nessa cidade a carga que pesava cerca de 250 toneladas foi acondicionada sobre aproximadamente duzentos carros de boi que debaixo de sol escaldante do cerrado e olhar assustado do sertanejo conduziu-se por aproximadamente 66 léguas até seu local de destino, Taboleiro Grande (Stein,1979, p. 59).

Com as instalações prontas e o maquinário já no local, foi a vez então, de se concentrar esforços na montagem das máquinas. Findados os trabalhos de montagem da maquinaria a Fábrica então deu início ao funcionamento em 12 de agosto de 1872, possuindo 18 teares movidos por energia oriunda de roda d'água a qual fornecia uma potência de 40 cavalos.

Dez anos após à data de fundação, ou seja, em 1882, no relatório à Câmara Municipal, os gerentes informavam que, no interstício de tempo compreendido da criação da fábrica até aquele ano, havia ocorrido um significativo aumento do maquinário e melhoria de tecnologia. Registrou-se que a fábrica passou então a contar com 40 teares, 5 filatórios, 1 descaroçador, 1 abridor-batedor, 1 máquina de fazer

mantas, 6 cardas, 2 pavieiros, 1 abridor, 1 abridor de resíduos, 1 retorcedora, 5 tosquiadeiras, 1 calandra e 3 urdideiras. Foi também acrescentando à roda hidráulica de 40 cavalos uma máquina a vapor (20 cavalos de potência) auxiliar para trabalhar em combinação com a roda d'água durante o tempo seco quando, por ventura, houvesse falta de água (Mascarenhas, 1972, p.88-89).



FIGURA 1- VISTA PANORÂMICA DA FÁBRICA DO CEDRO- 1883

Fonte: Vaz, 1990

Todavia, vale antes destacar, que ainda em 20 de agosto de 1874, outros quatro membros da família Mascarenhas, Bernardo Mascarenhas, Francisco Mascarenhas, Dr. Pacífico Mascarenhas, Vitor Mascarenhas juntamente com Luiz Augusto V. Barbosa (um quinto sócio)²⁰ resolveram matricular no tribunal do comércio da capital do Império, sob o nº 14.254 a fábrica denominada Santo Antônio do Curvelo. No entanto, tal denominação não prevaleceu e foi substituída pelo nome Fábrica Cachoeira a qual foi instalada a 8 quilômetros da cidade de Curvelo.

²⁰Parece haver controvérsia pelas fontes sobre a participação ou não de Bernardo Mascarenhas na criação da Fábrica da Cachoeira.



FIGURA 2 - VISTA PANORÂMICA DA FÁBRICA DA CACHOEIRA, POR VOLTA DOS ANOS 20

Fonte: Vaz, 1990.

Tempos depois, objetivando somar forças para responder melhor às ameaças de concorrência e obter maior desenvolvimento em menos tempo, direcionou-se esforços em busca de uma junção entre as fábricas Cedro e Cachoeira. Sendo assim, no ano de 1883, concluiu-se a fusão passando, doravante, essas duas fábricas a pertencer à Companhia de Sociedade Anônima Cedro e Cachoeira com sede na cidade de Caetanópolis, a 5 Km de Paraopeba, a qual existe até os dias atuais (Mascarenhas, 1972, p. 112)²¹.

Na data da junção, a Cedro adquiriu mais alguns teares passando a ter um total de 40 máquinas. Mas, ainda continuava a ser movida por uma roda d'água de 11.5 metros de diâmetro por 1,4m de largura. A Cachoeira iniciou a sociedade possuindo, por sua vez, 60 teares, quantidade essa, bem superior a da Cedro.

²¹A fábrica São Sebastião, também da família Mascarenhas, foi inaugurada em 1884. Já a São Vicente, consta que em 1891, os empresários da Cedro e Cachoeira fizeram sua aquisição. Ver: DOMINGOS, Giroletti, *Fábrica Convento e disciplina*, 1991. Também LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*, 1988.

A partir da data da junção, ambas as unidades fabris tiveram um considerável crescimento em suas produções. Mas não sem antes enfrentar diversos problemas que tiveram como resultado atrasos ou queda na produção de ambas as unidades.

Além das dificuldades com maquinário e pessoal não especializado verificou-se que tanto a unidade da Fábrica Cedro quanto da Cachoeira enfrentaram outros inúmeros problemas que reduziram ou dificultaram grandemente suas capacidades produtivas. Vários foram os relatos dos gerentes reclamando acerca de epidemias, secas, enchentes, falta de estradas em boas condições, acidentes, entre outros, que quando recrudesciam causavam grandes danos na fábrica e contribuía sensivelmente para queda da produção²². Mas, parece que à medida que os anos foram passando, as fábricas, adotando várias estratégias, foram superando as dificuldades que lhes sobrevieram.

1.1.1. Organização do processo produtivo

Segundo Giroletti, (1991, p.35) o regulamento da Fábrica Cedro é documento base para se ter uma ideia de como as fábricas têxteis estavam organizadas internamente. Os dados fornecidos pelo regulamento apontam que havia nesta fábrica oito repartições – portaria, fiação, urdição, tecelagem, preparação, tinturaria, ferraria e carpintaria.

a) Fiação

²² In: Relatórios anuais da Fábrica Cedro e Cachoeira 1884-1922. In: Museu Décio Mascarenhas.

A fiação compreendia desde o descaroçamento até a entrega do fio. Era composta de vários equipamentos que desempenhavam tarefas e funções distintas, mas complementares. Ela era dividida em duas etapas: a) preparação para e b) processo de fiação propriamente dito. A preparação do algodão era feita em várias máquinas: descaroçador, abridor, batedor, cardas, passador (ou laminador), pavieiro grosso (ou maçarqueira) e pavieiro fino. No descaroçador processava-se a separação do algodão da semente. No abridor, por sua vez, processava-se a abertura das fibras e fazia-se uma primeira limpeza.

No batedor, o algodão era farpado para separar as fibras das impurezas para logo em seguida submetê-lo às cardas onde as fibras eram novamente esgarçadas e dispostas em camadas regulares e entrelaçadas. No passador (ou laminador) as fibras eram paralelizadas, retirando-se as curtas. O pavieiro grosso era utilizado quando se queria fios mais grossos e o pavieiro fino quando se queria fios mais delgados. Na fiação propriamente dita, concluía-se o processo de produção do fio (Giroletti, 1991 p. 36).

Nessa seção, vale destacar, havia um grande emprego de meninos e meninas. Acreditamos que seja possível que o grosso da mão de obra infantil estivesse empregado na seção da fiação. Mas havia também a presença de estrangeiros, certamente, na função de chefia como foi o caso do inglês Nathaniel Hool, que trabalhava na referida “*repartição de fiação*”²³ (faremos uma discussão mais detalhada mais adiante acerca da mão de obra estrangeira).

b) Urdume

²³Carta do gerente da Fábrica Cedro ao também gerente da Cachoeira, datada de 18 de agosto de 1890. In: Copiador de Carta CE 1890.

Essa repartição compreendia a “recepção do fio até a entrega dos rolos de urdume”. Atualmente, a seção é chamada de preparação de tecelagem, por melhor designar as operações que nela se processam. Nessa repartição o fio é transferido para bobinas menores, que são utilizadas na trama da tecelagem, ou formavam o “queijo”, que seria transformado pelas urdideiras em rolo urdido (Ibidem, p.63).

c) Tecelagem

Na tecelagem procedia-se “à recepção de rolos urdidos até a entrega de panos à preparação”. Nela processava-se, pelo cruzamento e entrelaçamento, a conversão do fio em pano, sólido e resistente. Na tecelagem trabalhavam poucos homens, desempenhando funções técnicas e de chefia, ou de auxiliares. A maior parte da mão de obra era composta por mulheres (Ibidem, p. 67).

d) Tinturaria

A tinturaria era uma seção que poderia se dar entre a fiação e a urdição, ou depois da fazenda tecida, como unidade de acabamento. Segundo Giroletti (1991) o regulamento da Cedro não descrevia o processo de transformação que se operava na tinturaria, nem como se articulava com as demais seções. Ao especificar a competência do mestre tintureiro, referia-se mais à qualidade da produção. Determinava-se que os fios deveriam ser tingidos em “quantidade, qualidade e cores” estabelecidas pela gerência (Giroletti, 1991, p. 38).

e) Seção de preparação

A seção de preparação abrangia desde a “*recepção de pano dos teares até a entrega do mesmo – aperfeiçoado, limpo e em peças nitidamente marcadas, prontas para ir para o depósito*” (Mascarenhas, 1972, p.82). Nesta se fazia o controle de qualidade do produto: do fio, do tecido e do acabamento. O pano era examinado e identificavam-se possíveis defeitos, como também se assinalava de qual tear era procedido o material, informando ao administrador para providências necessárias (Giroletti, 1991, p.41).

f) Caldeiraria

Apesar de que no próprio regulamento constassem apenas oito repartições, ao verificarmos a *Relação das Machinas e do pessoal da fábrica Cedro de 1915* foi possível perceber que, internamente, havia uma outra repartição de grande importância na fábrica: a caldeiraria. Essa repartição era a responsável pela geração do vapor, assim como, pelos trabalhos como montagem, soldagem e acabamento de equipamentos construídos a base de ferro. Portanto, eram investidos de grande responsabilidade aqueles que nela trabalhavam, demandando que os mesmos fossem dotados de boa especialização. Talvez seja por isso, que se registrara frequentemente a presença de estrangeiros naquela repartição. Como foi, por exemplo, o caso do “*caldeireiro italiano [que era] especialista em fazer concertos de ferro fundido*²⁴”.

²⁴Carta do gerente da Cachoeira ao Tenente Coronel Gregório José Velloso, datada 13 de janeiro de 1881. In: Copiador carta CA anos 1881-1882 p. 233

Vale ainda dizer, que a materialidade existente na caldeiraria consistia de 2 caldeiras, 1 motor de 80 cavallos, além de 1 caldeira da tinturaria.

g) Parte externa da fábrica

No lado de fora da fábrica ainda havia a turma de carretos, onde constava a existência de 1 automóvel “Orion”, 1 carro americano, 2 Frollys, 3 carroças americanas, 1 carroça c/grade e 4 carros²⁵. A turma de Conservação de Estrada, que continha o pessoal responsável pela limpeza e melhoramento da estrada visando facilitar o tráfego dos veículos. E a turma de conservação do rego e açude que era composta, em sua maior parte, por trabalhadores adultos. Contudo, constatou-se a presença de menores realizando trabalhos nessa repartição. Menores como Anacleto, Aurélio, José, Levindo Eugênio, Adolpho Coco, entre outros, que no ano de 1901 figuravam-se entre os trabalhadores da fábrica.²⁶

h) Energia e vila operária

Como já vimos anteriormente e Giroletti (1991, p.43) também reitera, a energia utilizada pelas fábricas mineiras do século XIX, na sua maior parte, era a hidráulica. A Cedro foi inicialmente acionada por uma roda d'água fabricada na própria região. No entanto, como também já destacamos, a unidade da Cachoeira, quando da sua inauguração, utilizou-se de energia proveniente de turbinas hidráulicas. Em 1884, a

²⁵ Vale lembrar que estes dados são de 1915, mas, parece que antes da introdução dos veículos modernos nas fábricas, os serviços de transporte eram feitos por carroças e tropas. É possível verificar nos copiadores da Fábrica Cedro (1895-1896) várias cartas do gerente reclamando da demora na entrega de produtos pelas tropas.

²⁶ Livro de Ponto da Fábrica Cedro do ano de 1901. In: Museu Décio Mascarenhas.

Cedro também passou a utilizar-se de turbinas hidráulicas em substituição às chamadas rodas d'água.

No entanto, analisando os copiadores de carta da fábrica percebeu-se que, a partir do mês de novembro de 1885, começaram as conversações para se instalar na fábrica a energia elétrica. Mas foi somente no ano de 1905 (Giroletti (1991); Duarte (1991)) que veio de fato, a ocorrer a implantação de luz elétrica na fábrica o que permitiu, concomitantemente, o trabalho noturno e a iluminação elétrica da vila operária adjacente à fábrica.

A propósito sobre a vila operária, vale ainda destacar, que para facilitar o controle e dar suporte logístico aos operários a fábrica possuía um complexo arquitetônico dotado de farmácia, padaria, armazém, escola, igreja e casas para os trabalhadores. É certo que, desde sua fundação, em 1872, a fábrica já instalara nas suas dependências moradias do tipo chalé para as famílias operárias. Os trabalhadores solteiros, como veremos no capítulo seguinte, por sua vez, dispunham de “*cômodos*” na dependência da fábrica para abrigá-los²⁷.

²⁷ Carta datada de 18/03/1890 fábrica Cedro. In: Caixa de correspondências recebidas ano 1890.



FIGURA 3 – “PLANTA” INICIAL DA FÁBRICA CEDRO.

Fonte: Museu Décio Mascarenhas.

Na fábrica, os industriais puxaram uma grande varanda de junco para colocar as máquinas de fiação, ficando o salão grande para a ferraria e instalação dos teares. Por trás do edifício, havia disposta, como uma “verdadeira cidadela”, uma rua de casa de operários ficando a fábrica destacada em uma “*bonita e elegante praça, fechada toda por casas, de maneira que havia somente uma entrada que era o portão grande do gradil*”²⁸. O que possivelmente lograsse uma disposição panótica (Rago, 1985; Moraes, 2003) pela qual a arquitetura, a partir dos princípios de Bentham, talvez resolvesse o

²⁸ Carta de Francisco Mascarenhas ao mestre Cândido, datada de 01 de junho de 1883. In: Copiador de CA Francisco Mascarenhas 1878-1887.

problema de “*permitir a um só olhar vigiar e controlar o comportamento de muitos, fazendo com que a própria ideia de um olhar atento e vigilante ininterrupto fosse internalizada pelas pessoas sobre as quais recaísse de fato ou não.*”

A instalação de luz elétrica, embora, possivelmente tenha trazido maior comodidade às casas dos operários, por outro lado, redundou, parece-nos, numa tentativa de recrudescimento do controle dos corpos dos trabalhadores dado o fato de às 21:00 as luzes da vila serem diuturnamente apagadas determinando, dessa forma, o horário em que todos os trabalhadores e familiares deveriam se recolher para seus aposentos. O policiamento nas diversas ruas da vila operária era feito pelos guardas de quarteirão os quais eram responsáveis por manter a ordem e o sossego local (Giroletti, 1991).

2. Trocas de favores: compadrio e clientelismo

“Presadíssimo Primo”,

“Temos presente a sua de ontem que nos foi entregue pelo Sr. Jerônimo Soares Maciel, que deseja empregar sua família nesta fabrica, e pelo qual o primo se interessa. Presentemente, vamos lhe informar o Sr Maciel (que) (sic) estamos com o pessoal inteirado, porém a qualquer hora pode haver vaga de lugares, e incontinentemente arranharemos para sem demora o seu protegido seguir para cá com a família”(grifo nosso) (carta do gerente da CA a seu primo Padre Francisco de Paula Moreira datada em 8 Fevereiro 1888).²⁹

Ao revirmos a imensa e empoeirada (não por descuido e sim pela ação inexorável do tempo) documentação constante do Museu da fábrica Cedro e Cachoeira, foi possível constatar, nas cerca de dez mil cartas manuscritas em volumosos copiadores (contendo em média quatrocentas páginas cada um), a recorrência de um padrão de

²⁹In: Copiador de Carta Cachoeira 1881-1882. p. 263.

narrativa onde aparecem constantemente pedidos de proteção, trocas de favores e de ajuda mútua.

Através de uma atenta leitura das cartas, foi possível verificar que havia uma intensa prática de compadrio (bem como clientelismo) entre os poderosos locais e a grande massa de populares, prática essa que, possivelmente, estava na espinha dorsal das redes de relações sociais mantidas na região das fábricas. Era através dessas densas trocas de favores que as “camadas inferiores” se articulavam para a consecução de benefícios e ajuda, os quais, a esfera pública não garantia. As fontes por nós analisadas vêm indicando que o recurso às trocas e aos pedidos de proteção esteve profundamente arraigado em praticamente quase toda malha social.

E porque nos interessa tanto discutir esse poderoso mecanismo de trocas de favores? A razão de abordarmos neste trabalho acerca de questões relativas a práticas de compadrio e clientelismo se dá pelo fato de as missivas analisadas indicarem que era através dessas intensas trocas de favores que as camadas populares tinham acesso a questões tais, como a trabalho, à escola, à ajuda financeira, à proteção nos negócios, entre outras coisas. Portanto, acreditamos que somente compreendendo essas trocas de favores é que lograremos entender como funcionava aquela intensa rede social. Permitir-nos-á talvez, compreender quais “regras sociais” estavam subjacentes aos mecanismos de arregimentação da força trabalho, de fornecimento de vagas nas escolas mantidas pelas fábricas, de contratação de professores, entre outros.

Verificou-se também que essas práticas de compadrio requeriam, em contrapartida, da parte do protegido, o dever do mesmo ser leal e obediente a seu protetor, lealdade e obediência essas, pensadas aqui no sentido amplo das palavras. Essa

obediência e lealdade ao protetor alicerçavam, por sua vez, relações de cunho clientelísticas entre o homem do povo e os poderosos locais.

O artigo de Ivan de Andrade Vellasco: Clientelismo, ordem e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate, 2009, onde o autor discute questões relativas à ordem privada, dependência e clientelismo, além de ter nos servido de aporte teórico-metodológico para discussão em tela, recupera três eixos explicativos na produção historiográfica brasileira sobre o tema.

O primeiro eixo explicativo se caracteriza por aquele que percebe os poderes locais como sendo fortes frente a um Estado fraco, incipiente e de “tentáculos” curtos. Os teóricos pertencentes a esse eixo analítico defendem ser a estrutura social brasileira feudalizada, clânica e dispersiva. Dão grande ênfase no papel da dinâmica social e das contradições destacando, no geral, as tensas e complexas relações entre os administradores do Estado e as oligarquias locais. Defendem, ainda, haver uma autonomia dos potentados locais perante o Estado (Estado esse caracterizado por ser caótico, desordenado e excessivamente burocrático) e como consequência dessa autonomia abria-se um profundo fosso entre a teoria e a prática onde, em última instância, o normativo, sobretudo o de natureza jurídica, não poderia, dessa forma, ser tomado ao pé da letra. Portanto, uma lei não só não era uniformemente aplicada no tempo e no espaço, como frequentemente seria desprezada inteiramente, havendo sempre, caso fosse necessário, um motivo justificado para a sua desobediência.

Pertencente a essa linha analítica, pode-se destacar o nome de Caio Prado Junior em seu clássico “Formação do Brasil Contemporâneo, 2000”. Nesse importante trabalho o autor classifica a administração portuguesa como sendo caótica, contraditória e rotineira, ressaltando a complexidade dos órgãos, a confusão de funções e

competência. Para Prado Junior (1973³⁰ apud Souza, 2006, p. 36) “os princípios daquela sociedade eram diversos, onde o público não se distingue claramente do privado, não havia a unidade e a simetria que hoje se observam , discriminando funções, definindo competências e atribuições”.

Não menos importante, também, é a obra de Oliveira Viana: “Populações meridionais do Brasil, 2005,”. Viana (2005), embora adote uma análise profundamente presa a um determinismo sociológico - o que nos obriga que relativizemos um pouco suas observações-, por outro lado, contribui grandemente ao elaborar um intenso estudo sobre os quatro séculos iniciais da história política brasileira, desenvolvendo uma narrativa onde está presente um contexto intensamente marcado por práticas de clientelismo, estratégias, alianças e disputas de clãs familiares. Segundo esse pensador, o “desamparo legal, em que vivem, sob [o] regime histórico de mandonismo, de favoritismo, de caudilhismo judiciário, [fez com que] todos os desprotegidos, todos os fracos, todos os pobres e inermes tendesse(m) a abrigar-se, por impulso natural de defesa, à sombra dos poderosos, para que os protejam e defendem (Sic) dos juizes corruptos, das devassas monstruosas, das residências infames , das vinditas implacáveis.”³¹

Acreditamos, ainda, que Gilberto Freyre em sua obra “Casa Grande & Senzala (1993)” se constitui outro nome que também pode ser incluído no eixo analítico em questão. Tal afirmação se sustenta no fato de que o autor fornece uma interpretação de nossa estrutura social em que também a ênfase no importante papel da família em

³⁰ Referência completa: PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo, 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

³¹ Podemos também destacar dentro desse eixo explicativo o nome de Maria Sylvia de Carvalho Franco em sua obra “*Homens livres na ordem escravocrata*, 1997”, conforme nos lembra Vellasco (2009).

relação ao Estado é destacada, afirmando que a “dinâmica familiar marcava a colonização desde o início e orientava toda a formação da sociedade”. A obra de Freyre se constitui rico aporte teórico-metodológico para pensarmos questões relativas à nossa herança cultural alicerçada no patriarcalismo, bem como, nas intensas trocas de favores, nas ajudas mútuas e no clientelismo.

Percebendo o Estado forte, dinâmico e centralizador diante das famílias sem iniciativa e dependentes, o segundo eixo analítico discute o aspecto patrimonialístico do Estado brasileiro, apresentando-o como imune às interferências de interesses de grupos organizados. Os teóricos desse eixo explicativo defendem ainda que o Estado, com maestria, cooptou as elites locais.

Acreditamos que obra de Raimundo Faoro: *Os Donos do Poder* seja o exemplo mais clássico dessa linha explicativa de nossa estrutura social. A perspectiva adotada no trabalho de Faoro se constitui raro contributo para pensarmos a dimensão patrimonialista do Estado Brasileiro, patrimonialismo que orientou em muitos casos as práticas dos atores políticos resultando, por assim dizer, na “invasão do público pelo privado”. Além disso, em “Os donos do poder”, Faoro (1989) defende *que o Estado*, alheio e distante à sociedade, amputou todos os membros que ousaram resistir ao seu domínio. Para ele o Estado, imposto à colônia antes que ela tivesse povo, permaneceu íntegro e reforçado pela espada ultramarina.

Também podemos incluir nesta mesma linha de interpretação, o trabalho de Simon Schwartzman, “Bases do Autoritarismo Brasileiro”, o qual, tal como se viu em “Os Donos do Poder”, reforça os traços de uma leitura weberiana de dominação tradicional e patrimonialista para o caso brasileiro. Defende o autor ter havido em nossa estrutura social um sistema político de cooptação sobreposto ao de representação e uma

sociedade estamental igualmente sobreposta à estrutura de classes, bem como, o primado do Direito Administrativo sobre o Direito Civil e uma forma de domínio patrimonial-burocrática, na qual, o indivíduo aparece como um ser desprovido de iniciativa e sem direitos diante do Estado (Cunha, 2006, p. 229).

E por fim, há o terceiro eixo, o qual parece relativizar a relação de forças entre Estado e grupos locais, percebendo que poder central e regional, ao invés de se anularem, estabeleceriam na verdade uma relação de reciprocidade para consecução de seus interesses. Como corolário dessa relação recíproca entre as duas esferas tem-se um Estado o qual seria uma continuidade das relações privadas.

Dentro desse eixo explicativo citamos a obra “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda. “Raízes do Brasil” é uma reflexão que se constitui um importante contributo para se pensar questões marcantes na formação cultural brasileira tais como a predominância das relações pessoais sobre as impessoais; a nossa recusa cultural à adoção de regras claras e universais; o pernicioso “jeitinho” brasileiro; e a tão criticada “cordialidade” negativa (que não iguala, mas distingue, distancia, hierarquiza) fruto, segundo o autor, de nossas raízes ibéricas, questões essas, que contribuíram para que no Brasil as ideias democráticas e liberais fossem “um mal entendido” (Holanda, 1971). Não seria tautológico afirmar que a referida obra se configura em um valioso aporte teórico-metodológico para os temas clientelismo e vínculo de dependência entre os atores políticos .

Aqui também destacamos a obra de Richard Graham, “Clientelismo e política no Brasil do século XIX, 1997”. Trabalho esse, em que pese ter recebido críticas de ser uma análise do fenômeno clientelismo que se perde numa abordagem a-histórica e de ter adotado uma perspectiva de larga duração para um tema que, *ao longo*

da “evolução” histórica, se apresenta sob vários matizes³², a análise de Graham contribui, entretanto, sobremaneira para pensarmos a prática do clientelismo no Brasil. Na concepção do Graham (1997), a nossa formação social se definiu por uma relação onde “os pequenos sabiam que o caminho mais sábio era buscar a proteção dos mais poderosos, (...) os clientes dependiam de seu chefe, e em retribuição ofereciam-lhe lealdade.”

Todos esses autores apresentados, não obstante, suas análises se situarem em eixos explicativos distintos, se constituem importantes aportes teórico-metodológicos que contribuem cada um à sua forma, para pensarmos questões tais como personalismo de nossa raiz cultural, práticas de clientelismo, relações de compadrio, indistinção entre o público e privado, entre outras.

2.1. As cartas

Ao analisarmos a documentação, percebemos que havia três categorias de cartas. A primeira delas, que se constituía maioria, era de pessoas simples pedindo algum favor aos industriais. A segunda categoria, por sua vez, se constituía naquelas que traziam pedidos de determinado protetor em favor de seu protegido aos donos da fábrica e, por fim, havia também cartas enviadas pelos próprios donos da fábrica a outros industriais ou negociantes pedindo proteção mútua.

³²A respeito das críticas ver Alexandre Mendes da Cunha. “*Patronagem, clientelismo e redes clientelares*”, 2006.

Os pedidos nas cartas eram variados. Poderiam ser para matricular protegidos em escola, arranjar emprego ou mudar de função na fábrica, dar acolhimento e pousada a protegido, dar proteção mútua nos negócios, autorizar e conceder recursos para casamentos de seus “*afilhados*”, entre outros. Obviamente, para receber proteção por parte do protetor era necessário, em contrapartida, haver lealdade e obediência por parte do protegido.

Em carta datada de 26 de agosto de 1880, Francisco Mascarenhas, à época então gerente da Cachoeira, escrevia ao Major Manoel César Pereira da Silva a fim de acertarem negócios, mas ao encerrar a missiva, dizia ao amigo que desejava que a encomenda a qual enviara chegasse a gosto, “*para assim continuar(em) a proteger aos que são com verdadeira estima e consideração*” (Grifo meu).³³ Quase três meses depois, porém o gerente escrevera nova carta, agora para o Sr Antonio Eulálio de Souza, residente em Diamantina, informando-o acerca de encomenda a ser entregue pelo escravo Chrispim e novamente termina a missiva dizendo desejar que tudo estivesse conforme “seus desejos para continuar a merecer a (...) valiosa proteção”³⁴.

Embora houvesse três categorias de cartas de pedido, em alguns casos encontramos cartas que poderiam se enquadrar em duas categorias concomitantes, pois nelas, além dos missivistas pedirem apoio mútuo, poderiam também solicitar proteção para um protegido _ podendo ser de sua parentela ou não. Como foi, por exemplo, a carta enviada em de 23 de junho de 1883 onde o gerente da unidade da Cachoeira escreve ao major Manoel César Pereira da Silva dizendo-lhe o seguinte:

³³Carta de Francisco Mascarenhas ao Major Manoel César Pereira da Silva de 26 de agosto de 1880. In: Copiador Carta CA 1881-1882. p. 74.

³⁴Carta de Francisco Mascarenhas a Antonio Eulálio de Souza, datada de 24 de Nov de 1880. In: Copiador Carta CA 1881-1882. p. 173.

“A muito que já podia o nosso amigo estar de posse do pedido de panos que fez. Porém a circunstância de ser quase a totalidade constante de americanos nº 1 e 2, nos atrasamos alguns tanto, acusando mais diversos acidentes que tem havido na fábrica, bem como um incêndio que tomou proporções assustadoras (...) concorrendo para ficássemos retardados em muitos pedidos que ainda temos a remeter.”³⁵

No trecho da carta, Francisco Mascarenhas se desculpava com Manoel César Pereira da Silva pelo atraso da remessa de panos encomendado junto à fábrica, dizendo-lhe que um incêndio de proporções assustadoras tinha sido a causa do infortúnio. O gerente da Cachoeira, porém, segue admoestando a seu destinatário sobre a necessidade de continuarem a se proteger como *“sempre foi de costume”*. Dizia ele:

“Em vista dos termos expostos, estamos certos, o nosso amigo razoável e justiceiro como é, entenderá que temos razão e continuará a nos proteger como tem feito”³⁶(grifo nosso).

Portanto, a partir deste importante relato, podemos perceber que as trocas de favores ocorriam não apenas de forma unilateral, não apenas de forma vertical, mas também de maneira horizontal, de forma bilateral. À luz dos documentos, somos então levados a pensar que tal prática de proteção também se dava entre os iguais se configurando, dessa forma, ajudas mútuas estabelecidas também entre os próprios poderosos locais. Esse mecanismo de proteção entre iguais, talvez, nos ajude a entender as estratégias criadas pelas fábricas para permanecerem “de pé” nos momentos em que os negócios passavam por dificuldades.

As fontes mostram que, devido às péssimas condições das estradas e à deficiência dos meios de transportes, eram frequentes as queixas e desculpas no tocante a atrasos de entrega de mercadorias por parte da fábrica. Mas é possível que a prática de

³⁵In: Copiador de Carta Cachoeira 1881-1882. p. 490.

³⁶Ibidem, p. 490.

proteção tivesse se configurado como uma espécie de “código de honra” estabelecido entre os industriais da fábrica e seus fornecedores. Tal prática de proteção talvez contribuísse para que fatores como atrasos na entrega de encomenda fossem frequentemente tolerados e relevados pelos fornecedores, permitindo assim, que os “compadres” continuassem a se proteger sempre como haviam feito. Talvez esteja aí uma das explicações do porquê as fábricas tivessem sobrevivido tão bem aos momentos críticos de sua constituição.

Também, na mesma carta, foi possível perceber que o velho Mascarenhas, além de pedir proteção para os negócios em comum, rogava também em favor de seus sobrinhos, conclamando ao amigo que oferecesse proteção e acolhimento a seus protegidos.

“Agora resta-nos a agradecer ao nosso bom amigo o bom acolhimento e proteção que dispensa aos nossos sobrinhos, estamos muito certos que eles dizem sempre: que bons pais não fariam por eles mais do que V S^a e sua Exm^a Sn^a fizeram” (grifos nossos).

Estavam na lista de obséquios do protetor “*arranjar empregos, emprestar dinheiro, (...) providenciar médico, (...) dar pousada e refeição (..) forçar casamento em caso de descaminho de menores*”(Leal,1975, p.38). Proteção e acolhimento esses que, conforme escreveu o gerente, nem “*bons pais não fariam*” mais do que eles aos sobrinhos. Simbolicamente, é possível que o protetor desempenhasse um papel semelhante ou, até mesmo, muito acima daquele desempenhado pela esfera paterna. Ou mais específico ainda, o protetor teria as qualidades do “perfeito pai”, do “*pai ideal*”. Ele era o grande guardião dos pequenos e desamparados que protegia, acolhia, provia e conduzia sua extensa “*família*” na lide diária e que por proteger tinha, por outro lado,

também a “*justa*” prerrogativa de punir os “*filhinhos*” que se mostrassem “*rebeldes*”, “*desobedientes*” e “*infêis*”.

Em outra carta datada de 1º de abril de 1881, o gerente da cachoeira escrevera para o Sr João Ribeiro de Carvalho Amarante, dizendo-lhe que esteve na fábrica “*o seu enviado e recomendado, que procura(va) (...) dois escravos fugidos*”³⁷. Tudo levando a crer que o dito enviado e recomendado, ao pisar em terras dos Mascarenhas, receberia por parte destes, todo um suporte logístico, tal como acomodação e alimentação de modo que a missão a qual foi enviado lograsse êxito.

Somos levados a pensar que tal prática de proteção e de solidariedade mútua talvez permitisse aos homens daquele tempo desenvolver e manter, ora em sinergia com poderes públicos e ora até mesmo os substituindo, uma intensa e difusa rede de informação e vigilância. Essa prática de ajuda mútua visou, e é possível que em muitos casos tenha obtido sucesso, à manutenção de um estado de coisas que, contra a ameaça constante de fuga de escravos, extravio de patrimônio ou desordens quaisquer, procurou garantir a normalidade social. O gerente terminava a carta dizendo que tomara “*os sinais para prendê-lo logo apareçam por cá, e recomendamos as autoridades e ao destacamento militar estacionado no Curvelo. O seu recomendado seguiu para o Cedro*”³⁸(Sic).

No que se refere à obtenção de vagas na escola, as práticas de proteção a um protegido também estiveram bastantes presentes. Várias cartas mostram relatos em que os gerentes recomendavam órfãos a amigos da cidade de Diamantina com o objetivo de

³⁷Carta do gerente da CA de 01 de abril de 1881. In: copiador de Carta da CA 1881-1882. p. 340.

³⁸ Ibidem, p. 340.

matriculá-los no colégio daquela cidade, curiosamente, num período em que já havia escola noturna na fábrica.³⁹

“Cedro 18 de outubro de 1875”

“Prezado amigo e Sñr

Esta lhe há de ser entregue por Vitalina Francisca França orfanzinha pobre que vai para o colégio das irmãs de caridade, e o Alexandre de (Sabino?) que também (vai) para o colégio. Para ambos estes meninos peço ao amigo o obséquo de servir de correspondente (ficando? ilegível) a nosso debito toda despesa que caso eles façam. (...) Vai com eles também outra menina para o colégio, Rosaria é o seu nome, recomendamos-a ao amigo.”(sic)

Vitor Mascarenhas⁴⁰

Garantir vagas em escola para algum protegido, ou filho de protegido, certamente aumentava o prestígio dos poderosos locais junto às camadas inferiores. Legitimava-os diante dos pequenos e ampliava-lhes a clientela. Além disso, fortalecia ainda mais os laços de dependência e de gratidão por parte dos protegidos. Estar “debaixo das asas” de um protetor, numa época em que os direitos não estavam garantidos, poderia significar acesso à escola e a outros benefícios.

No que tange às cartas pedindo emprego verificou-se nas mesmas que os solicitantes de vagas desenvolviam uma estratégia de escrita muito semelhante uma da outra. A abordagem aos donos da fábrica parecia obedecer a uma forma padrão. O pretendente à vaga redigia uma carta ao gerente da fábrica desejando-lhe a boa saúde, e em muitos casos estendia os votos à família do mesmo, objetivando despertar-lhes a sensibilidade e atingir-lhes o coração. Feito isso, o missivista solicitava o emprego na fábrica, nunca se esquecendo, porém, de ressaltar na carta o *“caráter nobre e*

³⁹No livro de ponto da Cedro consta que já havia instalada escola noturna regida pelo professor Francisco Ivo desde do ano de 1874. In: Livro de Ponto da Cedro 1872-1878.

⁴⁰Carta de Vitor Mascarenhas datada de 18 de outubro de 1875 a João Ribeiro de Carvalho Amarante. In: Copiador de Cartas. Do Cedro (Irmãos Mascarenhas) 1872-1879.

justiceiro” do gerente, qualidades essas que lhe tornavam uma “pessoa honrosa” o que criava no solicitante a plena confiança de que o protetor “*iria lhe atender*”⁴¹

Ao término da carta, a solicitante em questão lembrava ao “*nobre*” gerente que eternamente lhes reconheceria o favor prestado criando expectativas, dessa forma, para retribuição futura do favor recebido.

*“Venho humildemente à presença de V S^a (...) confiada no seu caráter nobre e justiceiro que honram a pessoa de V S^a, espero que serei atendida.(sic) (...) espero ser atendida contando que Deus terá VS^a a pagar, e de mim o reconhecimento eterno”.*⁴²(grifos nosso)

As cartas mostram também que o fato de ser amigo de algum protegido poderia redundar em ganhos de benefício. Na carta de 28 de junho de 1886 há um interessante pedido de emprego feito pelo protegido Francisco Ivo (que possivelmente tenha sido o primeiro professor da escola noturna da unidade da Cedro), em favor de seu homônimo Francisco Dias. Seguindo a um padrão de escrita semelhante ao encontrado nas outras cartas, o professor inicia a missiva estimando votos de boa saúde ao gerente e sua família. Após isso, solicitava ao mesmo que empregasse na fábrica um indivíduo que seria, por sua vez, seu protegido (como também a toda sua família), “*favor [esse, que], lhe ser(ia) grato, e sempre as ordens*”⁴³ (Sic). *Vemos então aqui um curioso caso onde um protegido pedia a favor de um outro que seria, por sua vez, seu protegido.* Portanto, somos levados a pensar que a prática do favor e a lógica da proteção estavam enraizadas grandemente no seio daquela sociedade.

⁴¹Carta de Hermeniana Maria D’Freitas ao gerente da Cedro Theophilo Marques Ferreira de 26 de Fevereiro de 1887. In: Caixa número 15 do museu Décio Mascarenhas.

⁴²Ibidem.

⁴³Carta de Francisco Ivo da Silva ao capitão Theophilo Marques Ferreira de 28 de julho de 1886. In: Caixa nr 15 do Museu Décio Mascarenhas.

O documento também permite que relativizemos as afirmações feitas por Regina Horta Duarte em sua obra “A imagem Rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo” 1991 e as realizadas por Maria Helena Ribeiro em seu romance “*Fazenda da Ponte*” 1968. Duarte (1991) em seu importante trabalho, onde discute a trajetória do escritor anarquista Avelino Fóscolo, o qual durante o último quartel do século XIX trabalhou como farmacêutico na unidade da Cedro sugere, entre várias coisas, que devido às péssimas condições de trabalho na fábrica haveria, portanto, uma grande recusa dos populares arrabaldes daquele estabelecimento fabril em se empregarem no mesmo.

Apresentando afirmação contrária à defendida por Duarte (1991), Ribeiro (1968), não obstante, ser o seu trabalho de cunho ficcional (apresenta, porém, muitos fatos históricos) diz em seu importante livro de romance que a fábrica de tecido Cedro e Cachoeira exercia forte atração nos moradores da região. Segundo a autora o sonho de todos os habitantes de Tabuleiro Grande era o de se empregar na fábrica.

Como já explicitamos, sob a luz da documentação somos, no entanto, compelidos a relativizar ambas as afirmações. Pois se, por um lado, as fontes vêm mostrando que o oferecimento de vagas na fábrica esteve na base das trocas de favores denotando que havia um interesse por parte dos habitantes em se empregarem na fábrica, por outro, as fontes⁴⁴ vêm revelando que houve muitos casos de debandada do emprego por parte dos operários.

É possível então, que a atração em trabalhar na fábrica ocorresse somente, ou principalmente, no momento anterior ao ingresso na mesma, mas que esse interesse

⁴⁴ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia Cedro e Cachoeira em 26 de março de 1896. In: Museu Décio Mascarenhas.

fosse diluindo gradativamente à medida que o trabalhador ia percebendo a dura realidade do processo de produção.

O certo é que, se, por um lado, havia aqueles que queriam se empregar na fábrica, permanecendo na mesma a vida toda, por outro, é possível que houvesse indivíduos que simplesmente sentiam repulsa pelo trabalho fabril devido ao fato de estarem acostumados a outros processos, formas e tempo de organização do trabalho.

Houve outros casos em que as cartas traziam pedidos de parentes solicitando favor aos poderosos locais. É interessante o fato de que nestas cartas o missivista parecia se esforçar em lembrar ao protetor os seus laços parentais, a fim de conseguir favor para si e para seus recomendados. Possivelmente, era uma forma de atingir o coração e quebrar possíveis resistências por parte do protetor. A carta de um primo da família Mascarenhas parece ilustrar bem essa situação, onde o dito primo aparece pedindo aos gerentes sementes de algodão e aproveitando para rogar-lhes casa e comida para seu camarada de nome Martiniano.⁴⁵

“Presadíssimo primo amigo”

“Tenho tido desejos de ahi ir passear, ver os importantes estabelecimentos(..)de gozar das amáveis companhias de seus possuidores, que bem merecidamente gozam dos brilhantes nomes de verdadeiros patriotas, cavalheiros e filantrópicos (...)tenho precisão de sementes d’algodão herbáceo [sic] (...) primos seus sócios, e por cujo favor ficarei agradecido, outrossim rogo-lhe que dê cômodo e comida ao meu camarada, por d’esta, Martiniano, e despachá-lo, si for possível (..) pelo que igualmente ficarei agradecido.”⁴⁶ (Grifo meu)

⁴⁵ É importante lembrar que parece que os termos amigos, companheiro, protegidos e camaradas estavam intimamente ligados, ou seja, indicavam aqueles que demandavam proteção. Ver in: Francisco José Oliveira Viana.: *Populações Meridionais do Brasil*. 2005. p. 227.

⁴⁶Carta de Jose Martins Lessa datada de 11 de outubro 1886. In: Caixa número 15 do museu Décio Mascarenhas.

É interessante destacar que nesse caso os adjetivos “justiceiros” e “nobres” foram substituídos por outros não menos enobrecedores, tais como “Patriotas”, “cavalheiros” e até mesmo “filantrópicos”.

Somos levados a pensar que o adjetivo “*justiceiro*” era uma palavra que parecia querer lembrar aos empregadores da sua missão de “justiça social”, credenciando-lhes como aqueles imbuídos do nobre dever de protegerem os desamparados das injustiças as quais os poderes públicos ignoravam, tal como sugere Oliveira Viana, referindo-se ao homem do povo. Segundo o autor, ao campônio “*nada o ampara. Nenhuma instituição, nem nas leis, nem na sociedade, nem na família, existe para a sua defesa.*”⁴⁷

Já os termos “*patriota*” e “*filantrópico*”, por sua vez, pareciam estar querendo investir os poderosos do papel de guardiões de uma causa maior, que não se restringia apenas aos interesses particulares, mas ao próprio interesse do país e do povo e, por isso, seu papel social investia-se de tons caritativos e de amor à humanidade.

A filantropia, não devemos esquecer, era um movimento, tal como nos lembra Geremek (1986), que se escorava na beneficência individual praticada a partir da iniciativa de particulares. Ela juntamente com humanitarismo esteava a beneficência em princípios laicos operando como que uma “*laicização*” do mandamento do amor ao próximo. A utilidade das iniciativas filantrópicas seria, ainda conforme o autor, incontestável na medida em que foi muitas vezes um verdadeiro amparo para os necessitados e procurou atenuar as sequelas da deterioração material, dos “*reveses da sorte*” na vida dos pobres e combater o laxismo social. Embora, verdade seja dita, que

⁴⁷ Francisco José Oliveira Viana.: *Populações Meridionais do Brasil*. 2005. p. 226.

em face às dimensões do pauperismo tivesse “*atuado [apenas] como mero paliativos*”
p. 280.

Após lembrar ao gerente de todas as suas nobres virtudes, o solicitante aproveitava para pedir comida e acolhimento para seu camarada ou protegido.

Muitas vezes o pedido de favor para um protegido se dava entre os próprios irmãos Mascarenhas, criando um vínculo de dependência direta entre a comunidade e toda a família de industriais. Seu poder de legitimação perante aos populares parece que estava diretamente ligado à capacidade de atendimento de determinado pedido. Por isso, quando por algum motivo não havia condições de atender de imediato o pedido o gerente, objetivando dar uma satisfação ao missivista, logo respondia dizendo que atenderia assim que surgissem vagas, o que talvez produzisse no protegido uma expectativa de ser a qualquer hora atendido e também evitaria que o protetor ficasse em situação de impotência diante do protegido. A carta a seguir talvez ajude a materializar isso:

“Antonio (Mascarenhas),

(...) Todos os empregos estão atualmente preenchidos e o convento cheio (...) com aumento da fabrica será mister admitir mais algumas moças, e por estes 4 ou 6 meses, senão antes te avisarei para vir a tua protegida. (grifos meus)”⁴⁸

Chico

A carta acima também contribuiu para compreendermos como se dava o mecanismo de cooptação da força de trabalho. Se por um lado havia aqueles que

⁴⁸

In: Copiador de cartas Francisco Mascarenhas 1878-1887. p. 268.

enviavam cartas pedindo para trabalhar, por outro, havia uma extensa rede de indicação onde alguém privilegiava um seu protegido.

Ao que tudo indica a prática de empregar protegidos em muitos casos contribuía para que indivíduos sem habilitação para determinado cargo fossem empregados no lugar de outros bem mais qualificados para o mesmo cargo. Dessa forma, tal prática impedia o estabelecimento de regras claras e iguais para todos. Mas poderia haver casos em que atender a um pedido para um inabilitado poderia causar algumas rugas entre aquele que atendia ao pedido e o que pedia a favor de algum protegido.

Voltemos novamente ao caso do menino Alexandre, protegido de Antônio Mascarenhas. Através de pedido feito por Antonio a Francisco Mascarenhas o menino ingressou na fábrica para trabalhar no escritório. Mas a questão trouxe decepção ao gerente, pois no seu entendimento o *“menino não tinha boa letra”*. O gerente então reclamou com o irmão Antonio, dizendo que *“o menino não era excelente para o escritório”*, conforme lhe havia dito, além disso, *“possuía péssima escripta, e (...) sua letra é de mulher e é muito acanhado para escrever.”*⁴⁹ A franqueza de Francisco Mascarenhas ao relatar ao irmão Antônio a inaptidão do menino para o trabalho em escritório fez com que este respondesse àquele de forma nada delicada quase criando uma cisão entre os irmãos.

Francisco Mascarenhas prosseguia se defendendo da ira do irmão dizendo que o menino foi indicado para ser empregado da Cia Cedro Cachoeira e se houve caridade não foi de sua parte, mas do irmão Antônio. Acusava o irmão de ter exaltado

⁴⁹ In: copiadador de carta Francisco Mascarenhas 1878-1887. p. 159.

demais as habilitações do menino, prometendo que o mesmo ficaria na fábrica por apenas um ano, para depois lhe enviar para a Europa, a fim de ser “formado em maquinista”. Promessa essa que não havia acontecido, reclamava Francisco. Além disso, também acusava o irmão de não querer despende alto valor em dinheiro para gastos com o seu protegido.

“Se não tens ânimo de gastar dinheiro para financiares um brilhante futuro do seu protegido, que se fosse beber instruções no velho mundo iria em pouco nos prestar relevantes serviços.” (grifos meus)⁵⁰

As relações de proteção não ficavam restritas em nível local. Em muitas cartas foi possível perceber que a proteção, também, era mantida com poderosos situados além das fronteiras da província, demonstrando dessa forma que os tentáculos dessa rede alcançavam grandes distâncias. Como foi o caso em que Francisco Mascarenhas escreve a Siqueira Dias Simões, seu amigo do Rio de Janeiro, indicando o Sr. Joaquim Amâncio D’oliveira, representante da fábrica para que o amigo pudesse “*protegê-lo (no Rio de Janeiro) afim de obter o emprego que quer*”(sic).⁵¹

Somente compreendendo a dinâmica das relações de proteção praticadas naquela época é que se torna apreensível práticas que hoje possam nos parecer estranhas, mas que eram perfeitamente normais para aquela época. Como foi o caso em que Guilhermina Mathias escreve para o gerente da Cedro Theophilo Marques dando-lhe ciência que Sebastião de Figueiredo desejava casar com sua filha Venância, mas que não podia ainda dar resposta definitiva ao pretendente em:

⁵⁰ Ibidem. p. 159

⁵¹ Carta de Francisco Mascarenhas a Siqueira Dias Simões datada de 19 de Junho de 1878. In: Copiador de carta Francisco Mascarenhas 1878-1887.

“rasão de não ter ainda comunicado a Vossa senhoria e por isso venho hoje não só pedir a sua aprovação quanto ao dito casamento como também pedir-lhe se for possível passar a minha filha Venância do thear de pano grosso para o de pano fino que será mais um favor a de Vossa senhoria respeitadora” (sic).⁵²

Na carta Guilhermina consulta aos poderosos locais acerca da possibilidade de matrimônio da filha colocando, portanto, nas mãos do protetor o destino e felicidade de Venância. Não podemos esquecer que estamos analisando um contexto histórico em que as relações públicas e privadas eram ainda pouco diferenciadas. Paternalisticamente, o futuro da filha passava então pela aquiescência do protetor.

Acerca de relações de permissividade semelhantes à estabelecida entre Guilhermina e o industrial, Oliveira Viana, dotado de uma visão, quem sabe, obumbrada por um determinismo sociológico, sugeriu que o campônio somente se sentia bem quando estava sob um chefe. E *“o ter de conduzir-se por sua própria inspiração, o ter de deliberar por si mesmo, sem orientação estranha, sem sugestão de um superior reconhecido e aceito, constitui para ele uma grave e dolorosa preocupação”*. O autor conclui dizendo que *“dessa tortura moral só se liberta pondo-se às ordens de um chefe, e obedecendo mansamente à sua sugestão, ao seu império”⁵³*.

Todavia, é possível que a questão seja bem mais complexa do que aquilo que pensou Viana (2005). Acreditamos que possivelmente o homem do povo tivesse aprendido muito bem a operar as regras do jogo lhe apresentadas. Aprendeu (e usou disso) que buscando a proteção de um poderoso lograria conquistar benefícios que, de outra forma, seria muito dificultoso. E é possível que as raízes dessa prática tivessem

⁵²Carta de Guilhermina Mathias a Theophilo Marques datada de 6 de outubro de 1886. In: Caixa nr 15 Museu Décio Mascarenhas.

⁵³Francisco José Oliveira Viana.: *Populações Meridionais do Brasil*. 2005. p. 227/228

sido herdadas do antigo costume no país, no qual os desamparados buscavam padrinhos para proteger a si e sua prole. Estratégia essa, intensamente praticada principalmente pela população cativa.

Silvia Brugger em sua obra *“Minas Patriarcal: Família e Sociedade”* (2007), diz que, nos séculos XVIII e XIX, a prática do compadrio foi grandemente usada entre os cativos e homens livres no Brasil. A autora enfatiza que o *“apadrinhamento”* contribuía para criar, ou reforçar, as relações sociais que se constituíam em importantes alianças ampliando, dessa forma, os laços familiares para além da consanguinidade. Além disso, essa prática visava à possibilidade de ganhos para o compadre ou seus filhos reforçando assim as teias sociais estabelecidas na própria comunidade escrava.

Acreditamos que a experiência de recorrer a um padrinho tenha sobrevivido ao tempo e continuado a informar as práticas sociais na realidade social que estamos analisando. Obviamente, esse compadrio que persistirá no costume da população não é mais necessariamente aquele institucionalizado o qual se estabelecia a partir do ato do casamento ou do nascimento, e sim um compadrio informal, que implicava, necessariamente, proteção e obediência, fidelidade e obtenção de benefícios. Era um compadrio mantido tacitamente entre padrinhos ocasionais, ou não, com interesses a fins. Portanto, diferentemente de uma inércia moral por parte do homem do povo, tal como sugeriu Viana (2005), acreditamos que as camadas populares, pelo contrário, resignificaram e agiram utilizando-se do próprio sistema e suas regras para alcançar benefícios de toda ordem.

Voltando, ao caso de Guilhermina em específico, salientamos que é incontestável o fato de que o protegido para alcançar a algum favor teria que para isso

ser leal e submisso ao protetor local, deixando que o mesmo interferisse até mesmo nas minúcias de sua vida. Mas acreditamos que diante de tais relações é necessário também estabelecermos ambivalência dialética⁵⁴. Pois, se por um lado, a carta apresenta uma relação de lealdade e submissão entre os atores sociais, por outro, acreditamos que a mesma pudesse está na verdade evidenciando estratégias de lutas. Uma estratégia onde o “fraco” apossando das regras do jogo utilizava-se das mesmas para lograr conquistas.

Ora, é bem verdade que cada um luta com o que tem. Somos tentados a pensar, e há grandes indícios, que Guilhermina entendendo muito bem como se postavam as peças do “tabuleiro de xadrez” utilizou-se da estratégia de submissão para alcançar objetivos maiores. Melhorar a situação da filha Venância dentro da fábrica, como pôde-se observar no final da carta, possivelmente, significou para a missivista uma grande conquista.

A prática de pedir favores a um protegido parece, portanto, ter se difundido em toda malha social e as camadas populares, como já dissemos, parecem ter entendido grandemente isso. Ter um protetor significou no contexto analisado inserção na esfera “*pública e privada*”, ou seja, constituiu canal de acesso à educação, bem como obtenção de emprego na fábrica Cedro e Cachoeira ou em outras indústrias indicadas pelos gerentes. Em um momento em que a esfera pública era precária, o que dificultava o cumprimento de seu papel social, coube a particulares, atendendo a interesses privados, realizar políticas de cunho público. Portanto, devido a essa relação de trocas

⁵⁴ Chamamos de ambivalência dialética, tal como acreditamos estar sugerindo Chalhoub (2003, p.23), ao esforço de análise empreendido pelo pesquisador em perceber que uma ação, lei ou evento podem não estar detidos a semântica única. Dessa forma, “uma concessão ou doação deve (ou pode) também ser interpretada como uma conquista” ... ou por exemplo, “a constatação da ocorrência de um ‘consenso social’ a respeito de certos assuntos precisa ser compreendida em termos de uma ‘hegemonia de classe’” etc. . In: CHALHOUB, S. *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, 1990.

de favores, os poderosos entravam e interferiam no âmbito público e privado. Os protegidos, diante da necessidade de serem atendidos em suas petições, se permitiam a colocar-se em uma relação de submissão, obediência e lealdade com o protetor, autorizando-o em muitos casos interferir em decisões que hoje compreendemos como de cunho estreitamente particular. Devido à relação de proteção os protegidos tinham e se permitiam ter o destino guiado pelos chefes locais.

Contudo, é bem verdade que, como sabiam da regra do jogo não sendo, portanto, tão assujeitados como aventou Viana (2005), os populares, no limite, em muitos casos (tal como Guilhermina e Venância) acabavam também interferindo na condução de seus destinos. Não se constituindo, de forma alguma, figuras “*inertes*” ou “*passivas*” na trama social.

3. A composição da mão de obra: a presença de trabalhadores nativos, estrangeiros e cativos na fábrica.

No que se refere à dimensão e caracterização da mão de obra da nascente indústria têxtil brasileira, segundo o recenseamento nacional de 1872, havia 139.488 trabalhadores, dos quais, 50,5% encontravam-se em terras mineiras. Mais de 90% da força de trabalho era composta de mulheres, tanto em Minas quanto no país como um todo. Porém, observa-se um pequeno e crescente decréscimo de sua participação (Macedo, 2006)⁵⁵.

⁵⁵ Não devemos esquecer que muitas dessas trabalhadoras que a autora (Macedo, 2006) classifica como mulheres poderiam ser ainda “meninas” ou “mocinhas” de 13 a 15 anos de idade.

Ainda a respeito da composição de mão de obra, Versiani (2002, p.192) ao analisar diversos relatórios enviados por várias fábricas têxteis⁵⁶ espalhadas pelo país às comissões de inquérito, na segunda metade do século XIX, percebeu que em todas elas havia a predominância de “crianças e adolescentes livres”.

Sampaio⁵⁷ (1978, p.216 apud Versiani, 2002, p.193) por sua vez, também ao analisar as fábricas têxteis baianas, comenta que: *“a origem desse operariado está mencionada com clareza [nas fontes utilizadas]: eram recrutados entre as camadas mais pobres da população e, especialmente nos orfanatos da cidade”*, o que indica que *“a menção a orfanatos aponta para o emprego generalizado [grifo nosso] de menores”*.

Obviamente, a província mineira, no que tange ao emprego da mão de obra infantojuvenil (nativa), também não fugiria a esse padrão de composição apresentado pelas as outras províncias do país. Pois dos 35 cotonifícios fundados, entre 1868 e o final do século, as informações indicam que, além da grande predominância de mulheres, houve também forte incidência de trabalho infantil e adolescente (Versiani, 2002, p.194).

As fontes mostram ainda (Libby, 1988), que das nove fábricas situadas na província mineira, no período compreendido entre 1886-87, dos quase mil operários, 57% da mão de obra era composta por mulheres. Por outro lado, as crianças menores de 14 anos compunham cerca de um terço daquela força de trabalho. Segundo Libby (1988, p.234) nem todos os relatos sobre as várias fábricas fazem distinções por idade quando tratam da mão de obra. Mesmo assim, acredita que o trabalho infantil e

⁵⁶ As fábricas são: Todos os Santos, Queimados e Conceição, na Bahia; São Pedro da Alcântara, Santo Aleixo e Andaraí Pequeno, na cidade e província do Rio de Janeiro, além de uma em Sorocaba, São Paulo, e outra em Cipó, Minas Gerais (Cana do Reino). Ver: VERSIANI, Flavio. *Escravos, homens livres e imigrantes*: nota sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920. 2002. p192

⁵⁷ Sampaio, José Luiz Pamponet. et al. “Algodão e indústria na Bahia. em :Governo do Estado da Bahia...1978.

adolescente constituía um elemento essencial ao funcionamento das fábricas. O autor ainda argumenta que a clássica história da indústria têxtil inglesa nos mostra que a mão de obra das crianças era perfeitamente adequada às necessidades de processos produtivos que exigiam um pouco de destreza e bastante disciplina. E, portanto, não haveria nenhuma razão para se imaginar que em seu início a indústria fabril nacional se diferenciasse da inglesa quanto à composição geracional da mão de obra.

Durante o ano de 1886, a fábrica têxtil de Montes Claros empregava um total de 81 pessoas; 70 trabalhadores eram órfãos ou jovens abandonados. Entre as 66 pessoas empregadas na União Itabirana, 40 eram meninos e meninas. O mesmo pode ser observado na fábrica Béri-beri em 1883. Dos 130 trabalhadores empregados na fábrica durante este ano, 110 eram do sexo feminino com idade entre 10 e 30 anos o que denota a presença de crianças na fábrica (Libby, 1988, p.234-236).

No caso da Fábrica Cedro e Cachoeira, sabe-se que o grosso do operariado era composto por mulheres. Elas, durante todo o período que compreendeu nossa pesquisa, se constituíram quase sempre o dobro da quantidade de trabalhadores masculinos na fábrica. Entretanto, vale dizer que, embora a fábrica fosse inaugurada em 1872, Lima (2009, p.178) discutindo acerca da mão de obra feminina, informa que de fato as mulheres só passaram a compor, de forma mais significativa, o conjunto de trabalhadoras da Fábrica Cedro e Cachoeira a partir do ano de 1877, mesmo que durante a fase construção das instalações da fábrica tivesse no projeto a construção do “convento”. Segundo a autora, ao incluir no projeto fundante a construção de um “convento” pode estar sinalizando, portanto, que a fábrica, desde o início, já previra o uso de mulheres em seu processo de produção.

Já no tocante à mão de obra infantil, tudo indica que essa foi também grandemente empregada. No ano de 1882, em resposta aos quesitos da comissão de inquérito da Cedro os gerentes declararam no artigo 8º, *“que emprega-se nos diversos trabalhos da fábrica 130 pessoas, homens e mulheres, sendo 60 menores”* (Mascarenhas, 1972, p.130). Ou seja, a se confirmarem os dados do documento, quase 50% da força de trabalho era constituída por menores. E, se levarmos em consideração a observação levantada por (Libby, 2002, p.235) onde o mesmo defende que a definição de *“menor parece ter-se estendido às crianças com 14 anos de idade ou menos”*, abraçaremos, junto com o mesmo, a ideia de que *“boa parcela da mão de obra poderia ainda ser adolescente”* (Libby, 2002, p.235).

Iremos agora, a partir dos dados recolhidos dos relatórios da fábrica, realizar uma análise mais centrada da composição da mão de obra da fábrica na última e primeira década dos séculos XIX e XX, respectivamente.

TABELA 1.
Composição quantitativa da mão de obra ocupada nas unidades da Cia. Cedro e Cachoeira. (1883-1983)

ANO	TOTAL DA MÃO DE OBRA OCUPADA	HOMENS	MULHERES	MENINOS	MENINAS
1883	264	50	111	63	38
1884	268	54	120	62	32
1885	319	-	-	-	-
1886	378	-	-	-	-
1887	445	48 ⁽¹⁾	105	54	26
1888	489	56 ⁽²⁾	107	50	22
1889	485	75 ⁽³⁾	178	-	-
1890	471	85 ⁽⁴⁾	151	-	-
1891	478	-	-	-	-
1893	254 ^(*)	-	-	-	-
1894	260 ^(*)	-	-	-	-
1896	262 ^(*)	-	-	-	-
1911	290 ^(#)	-	-	-	-
1912	290 ^(*)	-	-	-	-
1913	600	78 ⁽⁵⁾	169	73	-
1914	320 ⁽⁶⁾	78	169	75	-
1922	298 ⁽⁶⁾	87	160	51	-
1958	1981	792	1011	40	138
1983	2863	1890	888	85 ⁽⁷⁾	-

Fonte: Dados obtidos a partir da análise dos relatórios anuais da Cia. Cedro e Cachoeira .

- (1) Valores referem-se apenas aos operários da fábrica do Cedro, que contava com 233 empregados.
(2) Valores referem-se apenas aos operários da fábrica do Cedro, que contava com 235 empregados.
(3) Valores referem-se apenas aos operários da fábrica do Cedro, estando incluídos homens, meninos, mulheres adultas e meninas. O número de operários da Cedro era 253.
(4) Valores referem-se apenas aos operários da fábrica do Cedro, estando incluídos homens, meninos, mulheres adultas e meninas. O número de operários da Cedro era 242.
(*) refere-se apenas ao total dos operários da fábrica da Cachoeira.
(#) refere-se apenas ao total dos operários da fábrica da Cedro.
(5) Valores referem-se apenas aos operários da fábrica da Cachoeira, que contava com 320 empregados.
(6) Valores referem-se apenas aos operários da fábrica da Cachoeira.
(7) Refere-se a menores.

Como pôde-se perceber a tabela apresenta diversas lacunas, uma vez que os vários anos analisados não fornecerem o quantitativo específico de cada categoria de trabalhadores, seja por gênero ou por geração. Não obstante a existência dessa lacuna percebe-se, porém, que outros anos constantes na mesma são, em contrapartida, mais ricos em detalhes apresentando de forma mais “elucidativa” o efetivo de trabalhadores, adultos e crianças, na fábrica fazendo também especificação ao gênero.

Dessa forma, destacamos que no ano da junção das unidades da Cedro e Cachoeira, 1883, o somatório de empregados de ambas as fábricas perfazia um total de 264 trabalhadores dos quais 101 eram menores e 161 adultos revelando, portanto, que 38% da mão de obra da fábrica era ainda infantojuvenil.

Não podemos também deixar de mencionar, ainda para o mesmo ano de análise, que dos 161 trabalhadores adultos 111 eram mulheres labutando ao lado de um efetivo de 50 homens demonstrando, dessa forma, que na perspectiva gênero, elas se constituíam ampla maioria na fábrica chegando a ser, indubitavelmente, mais do dobro do número de homens.

Comparando-se somente os dados relativos aos meninos e meninas, verificamos que, diferentemente do que ocorre com os trabalhadores adultos (onde o efetivo feminino supera o masculino), o número de meninos é bem superior ao de meninas, configurando-se quase o dobro daquelas. Curiosamente, como já vimos, ao atingir a fase adulta as mulheres passam a ser ampla maioria na fábrica.



FIGURA 4 - OPERARIADO NACIONAL DA FÁBRICA DA CACHOEIRA

Fonte: Museu Décio Mascarenhas. (Obs. Não é possível precisar a que período se refere a imagem acima, mas pelo tipo de vestimenta, estamos inclinados a pensar que seja superior ao período estabelecido como recorte temporal desta pesquisa).

Analisando o ano imediatamente subsequente, ou seja, 1884, foi possível perceber que o número de funcionários da fábrica subira um pouco, passando de 264 para 268. O número de homens e mulheres também subiu de 161 para 174 funcionários, mas a quantidade de operárias na fábrica aumentara ainda mais em relação aos operários do sexo masculino, representando 120 mulheres diante de um efetivo de 54 homens. Mas é interessante dizer que o número de menores reduziu em relação ao de adultos, passando de 101 para 94 indivíduos. Entretanto, tal quantidade em relação ao total de funcionários ainda permanecera bastante expressiva representando 35% da mão de obra.

Já nos anos de 1885 e 1886 o número de funcionários quase que dobrou. No entanto, as fontes não nos possibilitaram registrar a composição detalhada de homens, mulheres e crianças. Note-se, porém que no ano de 1887 os dados voltam a ser mais precisos, mas embora tivéssemos o somatório total de trabalhadores das duas fábricas (445 pessoas) não conseguimos, entretanto, obter em separado os números da unidade da Cachoeira.

Contudo, isso não impediu que fizéssemos algumas considerações. Primeiramente, pode-se dizer que como havia 445 trabalhadores na companhia Cedro e Cachoeira, isso então sugere que passados os cinco primeiros anos da junção das fábricas o número de empregados da companhia obteve um aumento de quase 100% em relação a sua quantidade inicial de 1883. Notou-se ainda, que as mulheres continuaram a ser ampla maioria na fábrica perfazendo um total de 105 trabalhadoras diante apenas 48 operários do sexo masculino. Portanto, tudo indica que, sob a ótica do gênero, a fábrica, durante a maior parte de sua existência, foi um espaço predominantemente feminino, opinião essa, bem próxima à defendida por Lima (2009).

É bem verdade, que sob a perspectiva geracional, os dados fornecidos pela fábrica mostraram, por outro lado, que em boa parte do período por nós analisado, a Cedro e Cachoeira teve sua linha de produção composta predominante pela categoria “infantojuvenil”.

Destaca-se, ainda com relação ao ano de 1887, que havia somente na Fábrica Cedro, 80 menores ao lado de 153 adultos, o que significa dizer que mais da metade da mão de obra era ainda infantil. O número de meninas operárias também permanecia bem menor do que o de meninos chegando a ser apenas metade desse onde se registra 54 meninos diante de um número de apenas 26 meninas.

Para o ano de 1888 notou-se que não ocorreram mudanças significativas. Destaca-se somente que o número de trabalhadores infantis caiu, enquanto o de adultos aumentou podendo então estar sugerindo que esses menores, ou estavam atingindo a maioridade e passando a ser registrados como trabalhadores adultos, ou quem sabe, se retirando da fábrica ou, mesmo ambas as coisas.

Destaca-se que para todos os demais anos em que tivemos acesso ao número dos operários da fábrica, conforme a tabela, as mulheres predominaram numericamente na fábrica. Sabemos que não faz parte de nosso recorte temporal, mas para efeito de informação, parece que, à medida que caminhamos para a época atual, a fábrica passara a ser um espaço predominantemente masculino diferenciando-se da sua configuração inicial onde a mão de obra feminina “reinava” em absoluto.

Vale também dizer que, a partir de 1890, as fontes deixaram de registrar a presença da criança na fábrica voltando a fazê-lo somente bem mais tarde. O que nos leva a perguntar se tal desaparecimento nos registros não seria em virtude de que, tal como sugere Lewkowics et al. (2008:105), no final do século XIX estivessem

acentuando os discursos e as preocupações em torno da exploração da mão de obra infantil na indústria tendo como principal bandeira a retirada dos menores do mercado de trabalho em prol de sua inserção na escola?

Além disso, também nos indagamos se não poderia essa omissão das fontes, no que tange aos trabalhadores infantis, está evidenciando, tal como ainda sugere Lewkowics, et al. (2008), que “*escolarização passa(ra) a ser encarada (ou quem sabe se afirmando) como um valor que deveria atingir a todos*”? p.105

Vale ainda reforçar que, nos primeiros anos de nossas indústrias, conforme nos lembra Rago (1985), o trabalho de meninas e meninos era visto como um valor, como um instrumento de inserção social, fruto da ação filantrópica concedida por parte do poder patronal. Acreditava-se que a educação da infância pobre e desvalida a partir do trabalho colaboraria para retirá-la do iminente perigo das ruas impedindo que menores, ainda em tenra idade, caíssem no mundo vadiagem e delinquência. Tal medida de inserção social também contribuiria para diminuir o ônus que sociedade deveria dispensar com amparo à infância abandonada e desamparada.

Entretanto, ainda segundo Rago (2005) a partir do final do século XIX, passou-se a serem cada vez mais fortes os reclames por parte dos jornais operários, dos setores higienistas, entre outros, a favor do redirecionamento das crianças rumo à escola.

É possível então que fruto dessa tensão em torno das discussões acerca do trabalho e da escola, do final do XIX e início do XX, tornou-se a ser cada vez menos louvável registrar crianças na fábrica. E talvez a consequência disso, tenha sido a omissão das fontes em torno da presença de crianças na fábrica.

Todavia, é possível que com o fortalecimento dos discursos em torno da regulamentação do trabalho infantil – uma vez que, talvez a regulamentação acabasse, no limite, também legitimando o trabalho infantil– as fábricas novamente e, de forma gradual, recomeçassem a registrar crianças na relação de operários⁵⁸.

No que tange à característica do operariado nativo na fábrica, percebeu-se que aquela incipiente força de trabalho era formada por indivíduos dotados de pouquíssima ou quase nenhuma qualificação desprovidos de educação industrial. Eram homens, mulheres e crianças oriundos, como já dissemos, do meio artesanal e do campesinato. Era “*gente simples [...] sujeitos as vezes às energias brutaes de chefes estrangeiros*”⁵⁹(Sic).



FIGURA 5 - OPERARIADO NACIONAL DA FÁBRICA CEDRO

Fonte: Museu Décio Mascarenhas. (Obs.: Quanto à datação sugerimos a mesma observação feita à [...], porém, antes que Hugo (1988) afirma que mesmo com toda essa intenção de removal da criança do trabalho rumo à escola notou-se que sua presença na fábrica ainda foi bastante significativa nas primeiras décadas do século seguinte. Dessa forma, os dados da tabela parecem ratificar a afirmação da autora, pois, a partir de 1913 os registros acerca da mão de obra infantil vão gradualmente reaparecendo, e ainda, em 1958 registrou-se menores na fábrica, mesmo que de forma diminuta.

⁵⁹ Carta de Francisco Mascarenhas ao Cap. Theotonio Alexandrino datada de 18 de set de 1890. In: Copiador Cartas 1890.

Já em relação à mão de obra estrangeira vale dizer que, no recurso às fontes, foi possível verificar que as mesmas indicam que houve a presença, mesmo que de forma bastante diminuta, de mão de obra estrangeira na companhia Cedro e Cachoeira.

Importa antes destacar que, a respeito da entrada de trabalhadores estrangeiros no Brasil, Stein (1979, p.64), sugere que foi primeiramente na Inglaterra e depois no continente europeu, onde a revolução industrial criava um contingente numeroso de artesão, mecânicos e técnicos especializados em fiação e tecelagem do algodão, que os empresários brasileiros buscaram “a nata” da sua mão de obra para colocar as suas fábricas em funcionamento, operar, dar manutenção e treinar os seus trabalhadores. Havia a crença, à época, de que essa mão de obra estrangeira, aliada à criação de escolas de ofícios, iria complementar o emprego de rapazes e moças do campo –que recebiam menores salários– e possibilitar a formação de operários, mecânicos e manufaturas inteiramente nacionais.

Moura (2006, p.261) analisando a realidade das fábricas de São Paulo, do final do século XIX e início do século XX, percebeu que havia naquelas fábricas grande presença de trabalhadores estrangeiros vendendo sua força de trabalho. A autora também admoesta que nessas fábricas havia ainda forte presença de menores trabalhadores, dos quais “alguns eram imigrantes como seus pais, [e] outros, filhos de imigrantes”.

A autora ainda complementa que, em meados da década de 1870, anúncios de estabelecimentos industriais solicitando crianças e adolescentes para trabalhar no setor têxtil, começaram a multiplicar-se na imprensa paulistana. Constantemente jornais como a “*Folha Fanfulha*”, a qual se referia aos “*menores*” imigrantes como “*bambini*”,

“fanciulli”, “ragazzi”, “minorenni”, separava parte de suas colunas para comunicar oferta de emprego aos pequenos trabalhadores que sozinhos ou lado dos pais chegavam às terras tupiniquins (Moura, 2006, p. 262).

Portanto, a se considerar os dados fornecidos pela autora, verifica-se que nas fábricas de São Paulo possivelmente famílias inteiras estrangeiras, pai, mãe e, junto a eles, as crianças, eram arregimentadas pelas fábricas têxteis, fato que talvez tivesse se repetido, alhures, em outras províncias onde esteve presente a mão de obra estrangeira. Inclusive nas fábricas têxteis mineiras.

No caso de Minas Gerais, vale antes lembrar que, na província, se utilizou muito pouco do trabalho de imigrantes. A presença desses operários qualificados foi muito forte somente nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e em outros da região Sul. Em Minas, entretanto, predominou o uso da mão de obra nativa livre (Libby (1988, p.226); Foot; Leonardi (1982, p.117).

Embora os estrangeiros não fossem quantitativamente significativos eles, em sua maioria, representaram uma importante fonte de mão de obra qualificada para a indústria têxtil mineira. Até as últimas décadas do século XIX nem os escravos nem os brasileiros assalariados tinham especializações necessárias que atendessem as indústrias têxteis. Os industriais do ramo têxtil necessitavam de técnicos competentes e estavam, portanto, dispostos a contratarem estrangeiros.

Nos registros fornecidos pelas diversas fábricas em solo mineiro verificou-se, mesmo que de forma diminuta, a menção de um ou mais estrangeiros exercendo função de chefia em estabelecimentos do ramo têxteis. Na maioria dos casos esses

estrangeiros vinham para exercer a função de mestre de fiação, de tecelagem ou de maquinistas.

Em 1875, a fábrica têxtil Brazil Industrial recrutou cinco técnicos ingleses para montar o maquinário (Stein, 1979, p.52). Em 1883 a fábrica Béri-beri empregava 130 pessoas. À exceção do maquinista estrangeiro todas as outras pessoas eram brasileiras Apud (Libby,1988, p.234). Em Uberaba, a fábrica têxtil Cassu, por exemplo, registrara em 1886 que trabalhavam em sua linha de produção *“61 pessoas, compreendidas neste numero o diretor, o machinista George Gedney e o guarda livros Ernesto Rocha, dos restantes são livres 55 pessoas, 15, mulheres maiores de 14 anos, 10 meninas de 8 a 14 annos, 20 meninos de 7 a 12 annos, 10 homens de 14 annos e 3 escravos”* (Libby,1988, p.234) .

A fábrica Cedro e Cachoeira, por sua vez, também registrou em seus documentos a presença de mão de obra estrangeira. Pelo menos nos últimos anos do século XIX, todos os mestres da fábrica do Cedro, à exceção do ferreiro-mestre e do carpinteiro-mestre, foram recrutados no exterior. Eles eram arregimentados por agentes, de preferência do mesmo país de onde o maquinário havia sido comprado (Vaz, 1990, p.53). O contrato de compra das máquinas da fábrica Cedro, por exemplo, incluía o provisionamento de um técnico para montá-lo e operá-lo.

Os documentos indicam que a fábrica mantinha contato com agenciadores, tais como o norte americano Van Vlick Lidgerwood representante da empresa Author Danfort Paterson de New Jersey estabelecido na cidade do Rio de Janeiro e Robert Kerr contato da fábrica na Inglaterra. Esses agenciadores eram responsáveis por contratar trabalhadores estrangeiros para a fábrica (Mascarenhas, 1972, p.67).

Robert Kerr, por exemplo, na cidade de Manchester, ficava incumbido de enviar equipamentos e peças, bem como, de contratar mecânicos, maquinistas e outras especialidades para a fábrica. Vale dizer, que em carta, a fábrica comunicava ao inglês as condições de contrato que desejava, bem como, as especificações e qualidades que queria no trabalhador a ser-lhe enviado. Em muitos contratos havia também cláusulas prevendo que o estrangeiro deveria ensinar, na fábrica, o ofício à parte da incipiente força operária nativa. Já o agenciador, por sua vez, encarregava-se de arranjar os candidatos a vagas que melhor preenchessem os pré-requisitos solicitados pela fábrica.

Podemos elencar os nomes de vários trabalhadores que venderam suas forças de trabalho na Companhia Cedro e Cachoeira nos primeiros anos de existência da fábrica. Tais como o norte-americano Barnes e seu conterrâneo James A. Nicholson que nos dois primeiros anos da década de 1870 trabalharam na unidade da Cedro na montagem da mesma (Mascarenhas, 1972, p.67).

Os documentos também revelam a presença de maquinistas ingleses na fábrica, tal como foi o caso de William Hutchinson contratado por dois anos, em 1876, para supervisionar o estabelecimento e a operação da fábrica e treinar a força de trabalho. Hutchinson trouxe consigo o filho Hebert juntamente com outro parente de nome Guilherme Hutchinson. Três anos mais tarde, dois técnicos e um tecelão estrangeiros substituíram Hutchinson. Em 1883, outro inglês, James Winders foi, por sua vez, contratado (Giroletti, 1991, p.86-88).

Consta ainda que, em 1884, a companhia procurava por um experiente e habilidoso tintureiro na Inglaterra. Mas há também o registro de ter trabalhado na

fábrica um operário português. Além disso, não podemos esquecer que a fábrica ainda possuiu um caldeireiro italiano “*especialista em fazer concertos em ferros fundidos*”⁶⁰.

No que tange a crianças estrangeiras na fábrica, diferentemente do caso de São Paulo, as fontes por nós analisadas parecem se calar. Mas devido aos documentos constarem a vinda de maquinistas estrangeiros e família para fábrica, isso, parece-nos, estar sugerindo que muitos desses estrangeiros vinham para as terras tupiniquins trazendo não somente a esposa, mas ainda filhos e filhas. E chegando à fábrica é possível que toda a família fosse submetida ao trabalho fabril.

É bem sugestiva a carta em que o gerente dizia a Mr. Robert Kerr que desejava “*um homem nas condições de Mr. W. Hutchinson [...] um gentleman mais ou menos [...] Preferimos que seja casado, e que venha com sua família; se tiver filhos aptos para o trabalho, cá encontrarão serviço*”⁶¹.

Se há apenas indícios de existência de meninos e meninas estrangeiros na fábrica as fontes, porém, são bem mais explícitas quanto à presença de adolescentes estrangeiros na Cedro e Cachoeira. Em carta o gerente da fábrica solicitava a Mr. Kerr que lhe enviasse “*dous moços práticos para ajudantes de machinistas sendo um para looms e outro para opining*”. Na mesma carta o gerente também dizia preferir “*mocinhos de 16 a 18 annos [que] dever(iam) ser solteiros [e] que [fizessem] contrato em 4 a 6 annos*”⁶². Em carta redigida posteriormente consta a chegada desses jovens operários à fábrica.

⁶⁰ Carta do gerente da fábrica ao Ten Cel Gregório José Veloso (de Montes Claros), datada de 13 de janeiro de 1881. In: Copiador de cartas Fábrica da Cachoeira anos 1880-1881.

⁶¹ Ibidem.

⁶² Carta do gerente a Robert Kerr (de Manchester), datada de 13 de agosto de 1880. In: Copiador de Cartas CA, anos 1880-1881.

Vale ainda dizer, que ao lado dos trabalhadores livres (nativos e estrangeiros) co-labutavam também na fábrica trabalhadores de condição escrava. Analisando a documentação fornecida pela Companhia Cedro e Cachoeira verificou-se que muitos desses trabalhadores cativos pertenciam à fábrica e outros, sob contrato firmado, eram, por sua vez, alugados junto a seus senhores pela direção da fábrica para desempenharem trabalhos diversos.

Não podemos nos esquecer que, segundo Libby (1988, p.95), a prática de alugar cativos em Minas Gerais remonta ao século XVIII e à febre aurífera, quando o constante surgimento de novos focos de extração aluvial exigia mobilidade da mão de obra utilizada. Das três principais atividades de transformação que se firmavam no decorrer do século -a mineração aurífera subterrânea, a indústria têxtil, doméstica e fabril, e a Siderurgia- a siderurgia, segundo o autor, claramente se comprovou mais dependente do trabalho escravo. Ele afirma que mesmo nos derradeiros anos do regime escravista no Brasil, raramente se embarcava num empreendimento siderúrgico sem que se tivesse como certa a disponibilidade de mão de obra escrava, especializada e apta à aprendizagem.

Vale dizer que, no tocante às fábricas têxteis, muitos foram os registros por nós analisados em que constam trabalhadores cativos ao lado de operários livres labutando nas fábricas. A efeito de exemplo vale dizer que, a fábrica têxtil Cassu, de Uberaba, registrara em 1886 que trabalhavam em sua linha de produção *“61 pessoas, compreendidas neste numero o diretor, o machinista George Gedney e o guarda livros Ernesto Rocha, dos restantes são livres 55 pessoas, 15, mulheres maiores de 14 anos, 10 meninas de 8 a 14 annos, 20 meninos de 7 a 12 annos, 10 homens de 14 annos e “3 escravos”* (Ibidem, 234) (Grifo nosso).

Na Cedro e Cachoeira, os dias trabalhados pelos escravos (bem como pelos trabalhadores livres) eram registrados no livro de ponto da fábrica e os pagamentos eram, por sua vez, lançados nos livros contábeis, borrador e livro diário (Giroletti, 1991, p.60). Verificou-se, a partir desses documentos, que os escravos estavam presentes em diversas repartições. Encontravam-se nos serviços de cozinha, de limpeza da fábrica, de condução de tropas, de ferraria, de carpintaria, bem como, de serraria, de alvenaria, entre outros.

Como foi o caso, por exemplo, do escravo “*Jerônimo Cabra*”. Há no Livro de Ponto o registro de que o escravo “*Jerônimo*” que, possivelmente, pertencia a Caetano Mascarenhas, exercia na fábrica a função de carpinteiro recebendo, a favor de seu senhor, um salário de 13\$000 réis semanais, o que representaria uma diária próxima a 2\$200 réis⁶³.

Além de Jerônimo, sabe-se que a cedro adquiriu e foi proprietária até a abolição de pelo menos dois escravos. O primeiro chamava-se Manoel Cabra ou Manoel Picolista, comprado em 04-01-1873 por um conto e quinhentos mil réis. O segundo, de nome Joaquim, foi adquirido para mesma unidade pela Companhia Cedro e Cachoeira em 27-07-1883, por trezentos e cinquenta mil réis, para prestar serviços na Cedro (Giroletti, 1991, p.60).

Há ainda outro caso de contratação de escravo pela fábrica digno de registro. Consta que o então gerente da fábrica Cachoeira Francisco Mascarenhas arrematou uma escrava para trabalhar como “*cosinheira (Sic) para os empregados da fábrica*”. A cativa viria sob a promessa de que ao chegar à fábrica seria liberta na condição de servir pouco tempo, trabalhando até que fossem pagas as despesas que fizesse na fábrica. O mais

⁶³ Livro de Ponto a Cedro 1873 a 1878. In: Museu Décio Mascarenhas.

interessante desse caso, é que a escrava trazia consigo duas filhas e dois filhos que possivelmente seriam aproveitados pela fábrica em seu processo de produção.

É verdade que os documentos não revelaram a faixa etária desses trabalhadores escravos. Mas seria absurdo pensar que muitos desses cativos que trabalhavam na fábrica tivessem ainda com poucos anos de vida? Que fossem meninos e meninas cativos trabalhando na fábrica desempenhando sabe-se lá o quê no processo de produção? Caso tenhamos um pouco de razão em nossas suposições teríamos o fato de que a fábrica fosse então um universo socializador, um curioso “micro-mundo” onde socializava-se em posições hierárquicas distintas trabalhadores nativos, estrangeiros e escravos. Ela constituía-se num “lócus” que concentrava no mesmo espaço socializador todo um conjunto heterogêneo de línguas, religiões, culturas, costumes e condições jurídicas.

Era essa então a realidade da fábrica Cedro e Cachoeira. Um espaço onde coexistiam indivíduos de origem estrangeira (portugueses, ingleses, norte-americanos, italianos), nativos e escravos, de diferentes condições sociais, extratos geracionais, origem racial e credo religioso.

CAPÍTULO II
A CRIANÇA NA FÁBRICA

“É nosso dever dizer ao primo, que o menino José Claudino é também preguiçoso e manhoso, que para tal serviço é absolutamente imprestável, a menos que se não lance mão de meios fortes para obrigá-lo a trabalhar. Até foge e oculta-se...”⁶⁴

A epígrafe acima registra os comentários do gerente da fábrica Cedro e Cachoeira, dirigidos ao primo e acionista, sobre o menino José Claudino, que durante a década de 1870, trabalhava na fábrica como operário. Se seu comportamento indicava ser este imprestável para o ofício, aos olhos do gerente, busquemos então resgatar sua experiência como trabalhador, semelhante a dos demais meninos e meninas menores de idade, que ali eram seus companheiros, bem como, apresentar outros aspectos do cotidiano fabril.

Antes das 06:00 h da manhã Claudino, ainda de madrugada, tinha seu sono interrompido pelo soar do sino que, com suas badaladas estridentes, fazia o rotineiro convite ao trabalho.

José Claudino, no entanto, não estava só nessa labuta. De forma alguma! Junto a ele um “*batalhão*” de meninos e meninas, nas mais variadas idades (cinco, seis, sete, dez, onze entre outras), deixava seus aposentos e se punha em “marcha” rumo à fábrica. Mas tinham que se apressar, pois deveriam ultrapassar os portões de entrada antes que o relógio marcasse 06:00h da manhã. Ao adentrar o pátio do estabelecimento fabril, Claudino deveria se apresentar imediatamente ao porteiro, onde este realizava a chamada e anotava os possíveis faltosos no livro de ponto da fábrica⁶⁵. Tal como sugere Foucault, em sua clássica obra *Vigiar e Punir*, a fábrica parecia um convento, uma

⁶⁴ Trecho retirado da carta do gerente da fábrica Cedro ao primo João Geraldo da Silva Pereira datada de 24 de abril de 1873. In: Copiador de cartas da Cedro 1872-1879.

⁶⁵ Ver Regulamento da Fábrica Cedro e Cachoeira: das atribuições do Porteiro.

fortaleza, uma cidade fechada, onde o guardião só abriria as portas à entrada dos operários e após o horário previsto “ninguém mais terá o direito de entrar.”⁶⁶

Retiradas as faltas, o porteiro, juntamente com os mestres, iniciava então uma minuciosa e atenta inspeção das vestimentas dos operários, não deixando livre da revista nem mesmo os mais insignificantes detalhes, pois regulamentava-se não admitir trabalhadores que não estivessem decentemente vestidos. As normas da fábrica sempre objetivavam proibir seus empregados de usarem vestimentas rotas ou maltrapilhas, ou “*excessivamente imundas*”.⁶⁷

Anotados os ausentes, sancionados os maltrapilhos, terminava-se então a ritualística inspeção das vestes, e após isso, os trabalhadores, homens, mulheres e crianças, se dirigiam cada um para seu respectivo setor de trabalho, uns para as áreas externas, outros para o interior da fábrica. As crianças, bem como os adultos, que trabalhavam na parte externa da fábrica poderiam compor as turmas de conservação de estrada, de conservação do rego, entre outras funções.⁶⁸

Desejava a fábrica, ao adotar esse mecanismo de distribuição dos corpos, quadricular os espaços mantendo cada indivíduo no seu lugar, e em cada lugar, um indivíduo. Pretendia-se evitar, dessa forma, as distribuições por grupos, as repartições indecisas, os desaparecimentos descontrolados, bem como, a difusa circulação dos indivíduos. Importava “*estabelecer as presenças e as ausências.*”⁶⁹

⁶⁶ FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. 1988, p. 130

⁶⁷ Artigo 14º do regulamento da fábrica.

⁶⁸ In: livro de ponto da fábrica Cedro 1901.

⁶⁹ FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. 1988, p. 131.

Internamente, no processo de produção, os menores, assim como o menino Claudino, poderiam exercer diversas funções, tais como gordoeiros, ajudantes de carpinteiros, engomadores.⁷⁰

Poderiam também exercer funções na seção de tecelagem. Era a essa repartição que todas as outras deveriam atender preferencialmente, pois se constituía o “termômetro da produção”⁷¹ e qualquer atraso ocasionava sérios prejuízos. Espaço predominantemente feminino⁷², na tecelagem, o “*mestre de tecelão*” não deveria, sob nenhuma condição, permitir que as moças (e meninas) saíssem da fábrica para mudar de rol, pois “*antes de um tear parar, o rolo (de fio) cheio deve(ria) estar no chão esperando.*”⁷³

Além disso, naquela seção, objetivando alcançar a boa produtividade, determinava-se que as operárias fossem “*corrigidas de todos os defeitos que implicassem em pequena produção, [tais como] parada de tear, perda de tempo, e não deveria(m) ser*” [de forma alguma] “*estorvadas(s)*”⁷⁴(Sic).

Toda a ação, movimento e ritmo de produção eram minuciosamente “*cronometrados*”. Prescrevia-se, por exemplo, que “*dever(ia) colher de cada tear, 200 pancadas por minuto*”... “*se trabalha(sse) num ano como o cretone Cedro teria(-se) 16.000/38=421 polegadas por minuto*” ou “*10,5 metros por minuto*”, ou “*6.300 por dia*” ou ainda, “*1.890.000 por ano*”⁷⁵. Portanto, as batidas dos teares determinavam os movimentos das moças e meninas, que tinham que se manter na posição de pé e se

⁷⁰ Analisando os livros de registro das unidades do Cedro e Cachoeira e os Dossiês é possível constatar que os menores não ocupavam somente cargos de ajudantes no processo de produção.

⁷¹ Livro Copiador da Fábrica do Cedro 1916-1917, p.131-140. In: Museu Décio Mascarenhas.

⁷² Conforme atesta Junia de Souza Lima. De meninas fiandeiras a mulheres operárias. 2009. p.157.

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ Livro Copiador da Fábrica do Cedro 1916-1917, p.131-140. In: Museu Décio Mascarenhas.

movimentarem com agilidade. Dessa forma, a máquina agia igualmente sobre os corpos ditando sistematicamente os tempos, bem como, as posturas necessárias para a boa produção.

Parece que era a seção de fiação o setor que mais demandava os infantes. Isso porque, se nos dias quentes os trabalhos ocorriam naquela repartição em perfeitas condições, nos dias frios e úmidos, porém, devido à baixa temperatura que causava enormes estragos de algodão e faziam com que a linha de produção caísse pela metade, era necessário arregimentar maior número de crianças para dar conta da tarefa. Aumentando o número de meninos na fiação se evitaria, por consequência, uma reação em cadeia na seção de tecelagem que dependia diretamente do material produzido na fiação. Talvez seja por isso que, nas épocas de frio e chuva, o gerente, de forma bastante contrariada, constantemente reclamava não haver “*meninos que chegue!*”⁷⁶

Consta também, que a linha de trama, material indispensável na tecelagem, era “*fornecida pela fiação por 2 pequenos (meninos) que leva(vão) a linha a cada tear trazendo de lá as espulas vazias*”⁷⁷. Chegando o material na tecelagem as moças, bem como, as meninas tecelãs tinham que, com rapidez, dar conta de toda linha trazida. Sob grandes apuros estariam aquelas que, por ventura, não desembobinasse as espulas a tempo. Aos atrasos na produção, cabia a um “*menino avisar ao chefe para corrigir a tecelona (Sic).*”⁷⁸

⁷⁶Carta de Francisco Mascarenhas de 9 de out de 1885. In: Copiador de Cartas CA der 1884-1886. Na mesma carta o gerente revela que, nos dias normais, a referida seção ocupava-se de pelo menos quarenta meninos. Já na carta datada de 10 Set 1885 o referido gerente declarava a seu irmão Bernardo que “*de manhã é preciso 8 a 10 meninos em cada filatório*” e é provável que a fábrica possuía pelo menos uns 8 filatórios. In: copiador de carta CA 1884-1886 p 296.

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ Livro Copiador da Fábrica do Cedro 1916-1917, p.131-140. In: Museu Décio Mascarenhas (*grifos meus*).

Ah! Havia também o escritório. Os “rebentos” que porventura possuíssem uma gama de qualificações, tais como letra bonita e boa leitura, tinham grandes chances de trabalhar no serviço de escrituração. E era extremamente vantajoso! Pois os meninos que, por fortuna, ali trabalhassem ficavam abrigados das “*energias brutas de chefes estrangeiros.*”⁷⁹

Quem sabe tenha sido esse o caso do menino Alexandre? Consta que por acreditarem possuir boas habilitações, o empregaram no escritório da unidade da Cachoeira ainda no alvorecer da década de 1880. Mas, para infelicidade do pobre menino e decepção do gerente, descobriu-se que o mesmo não era tão qualificado como alvitavam, em virtude de, como já vimos, possuir o desafortunado, “*péssima escripta, letra de mulher*” além de ser “*muito acanhado para escrever.*”⁸⁰

Tudo leva a crer que o pobre infante, após descoberto o triste engodo, tenha então perdido o “*abrigo seguro*” naquela repartição e “*caído nas garras brutais*” dos *enérgicos mestres estrangeiros.*

Em outro canto da fábrica, longe da “*calmaria*” do serviço de escrituração, Claudino, por sua vez, deveria se dirigir para seu boxe onde durante seis dias por semana teria que diariamente submeter a uma rígida jornada de quase doze horas ininterruptas de frenético trabalho ⁸¹. Deveria, também, ficar na posição de pé, não devendo de forma alguma assentar ou ficar em posição inconveniente ao trabalho. Além disso, não podia manter conversa com outros meninos durante a labuta, sob pena de ser

⁷⁹ Carta Francisco Mascarenhas ao Capitão Theotônio Alexandrino datada de 18 de Setembro de 1890. In: Copiador de carta da CA 1890.

⁸⁰ In: Copiador de carta Francisco Mascarenhas 1878-1887. p. 159.

⁸¹ No livro de ponto da Fábrica do ano de 1872 -1872 constam que os trabalhadores trabalhavam seis dias por semana. Acreditamos que o dia de folga se desse no sábado uma vez que há registros constando trabalhos também aos domingos.

multado em 200 réis pela infração ou até mesmo 400 réis na reincidência⁸² além, ainda, de poder sofrer outras punições.

Na fábrica Cedro e Cachoeira, a economia de tempo imprimia-se rígida e sistematicamente, todavia, em muitos casos, sem deixar de dialogar com outros tempos sociais, uma vez que, “*submerso*” na sombria atmosfera fabril, o menino, juntamente com os demais operários, deveria almoçar “*religiosamente*” às nove horas da manhã⁸³, tal como rezava o “*velho costume mineiro de almoço entre 9 e 10 horas.*”⁸⁴

Lá, bem atrás da loja e dos prédios, havia uma alongada fileira de chalés para os operários (homens, mulheres e crianças) e ao lado dessas edificações, talvez objetivando inculcar ou reforçar uma conveniente ideia de “*comunidade operária*” e otimizar o controle, a fábrica construiu um galpão onde diariamente eram servidas as refeições para os trabalhadores.

Todavia, tinham que comer apressadamente, pois trinta minutos depois, ou seja, às nove e meia, todos os operários deveriam voltar ao trabalho. Em “*maus lençóis*” ficariam aqueles que, por ventura, se atrasassem. A organização fabril objetivou impor uma “*micropenalidade do tempo*” reprimindo os atrasos, as ausências, as interrupções das atividades e qualquer ação ou comportamento que contribuísse para a redução do ritmo da exploração do capital, como também sugerira Foucault.⁸⁵

O relato do viajante James W. Wells, em visita à Cedro no ano de 1875, é talvez paradigmático para se pensar a pretensão de controle e disciplinarização da

⁸² Artigo 14 do regulamento da fábrica Cedro e Cachoeira.

⁸³ Domingos, Giroletti. *Fábrica, convento e disciplina*. 1991.

⁸⁴ FARIA FILHO, Luciano & VAGO, Tarcísio Mauro. *Entre relógios e tradições: para uma história do processo de escolarização em Minas Gerais*. p. 128.

⁸⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 1988. p. 159.

fábrica sobre a incipiente força operária nacional do final do século XIX. Observou o viajante, na referida ocasião, que os operários da Cedro viviam, tanto no interior da fábrica como nos alojamentos em que moravam, decentemente vestidos. Além disso, dizia ele, “*eram indivíduos frugais, higiênicos, sóbrios, industriosos e de bom comportamento.*” “*Enchia-lhe os olhos*” o processo de transformação pelo qual passaram os operários. Transformação essa, segundo o viajante, conseguida através da “*rígida e excelente disciplina*” imposta sobre os mesmos.

Seu relato, não obstante acabasse mais revelando uma representação depreciativa acerca dos trabalhadores fábrica, se constituiu, por outro lado, numa importante fonte que também contribui para se pensar parte do cotidiano fabril. Expressando bastante admiração, o inglês elaborou o seguinte registro acerca dos efeitos da disciplina fabril sobre os operários. Dizia ele “*que transformação indústria (Sic), disciplina e um bom exemplo haviam efetuado neste povo! Que diferença da vida normalmente esbanjadora, faminta e inútil deles!*” Terminava dizendo que “*a fábrica mantinha uma excelente e rígida disciplina e qualquer conversação era proibida, a não ser aquela absolutamente necessária ao serviço.*”⁸⁶

No período de constituição da incipiente força operária, parece que ao tentar imprimir uma nova e racionalizada economia de tempo sobre trabalhadores “*indisciplinados*”, “*desqualificados*” e , quem sabe, “*de vida esbanjadora*”, demandou do poder fabril, em contrapartida, a necessidade de disciplinar antigos e enraizados tempos ordenados por tarefas⁸⁷ – ou pela natureza– bem como, conter determinados comportamentos prejudiciais à boa produção, presentes no costume de

⁸⁶ Relato do Viajante James W. Wells datado do ano de 1875. In: MASCARENHAS, Geraldo Magalhães. Centenário da Fábrica de Cedro histórico: 1872-1972. 1972, p. 86.

⁸⁷ E.P. THOMPSON. *Costumes em comum: Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo*, 1995. p. 269.

homens, mulheres e menores, recém egressos do meio campesino e de orfanatos arrabaldes. Indivíduos aqueles que, desde então, “*sob rígida disciplina*”, deveriam ser “*educados*” para se constituírem em “*úteis*” e “*industriosos*” operários. Mas é certo que a despeito das observações de James Wells a pretensão de se impor excelente disciplina nem sempre funcionava⁸⁸.

Às 12:15h realizava-se nova pausa, porém de 15 minutos apenas para o café. A duração do jantar, por sua vez, era também de meia hora, das 15 às 15:30h. Neste horário, os operários voltavam para a fábrica e trabalhavam até “*anoitecer*” e às 18:00h todos, à exceção daqueles que ainda iriam submeter ao desgastante trabalho noturno, se dirigiam ao portão de saída.

É provável que mais dura fosse ainda a economia de tempo imposta às meninas, companheiras de Claudino, moradoras do “*convento*”⁸⁹ anexo à fábrica. Levantavam-se às cinco da manhã, antes ainda do sol nascer, faziam a higiene pessoal, arrumavam as camas, rezavam e dirigiam-se ao refeitório, ali, faziam a primeira refeição e iam para o trabalho.

Na Cedro, saíam do convento por uma porta lateral, desciam uma escada e estavam dentro do pátio da fábrica. Voltavam pelo mesmo lugar, nos intervalos previstos para alimentação, retornando logo em seguida aos seus postos de trabalho. Ao anoitecer, realizando um movimento quase que inverso ao feito pela manhã, repetia-se o

⁸⁸ Vale ressaltar que não acreditamos que as ações e comportamentos no interior da fábrica se dessem na mais perfeita ordem. Ora, possivelmente sob o olhar observador do viajante em questão os indivíduos lograssem conter seus hábitos e comportamentos visando passar certa imagem de boa ordem e disciplina.

⁸⁹ Segundo Giroletti (1991, p.171), apesar do nome, o Convento era uma instituição laica criada pela fábrica para abrigar as meninas e moças solteiras trabalhadoras da fábrica. O autor afirma que a prática do convento não foi adotada somente pela Fábrica Cedro e Cachoeira, mas ainda por outras fábricas tais Gabiroba, Marzagão, Beribéri, São Vicente, entre outras.

ritual, pois as operárias regressavam a seus aposentos onde se lavavam, rezavam o terço devendo, pontualmente, dormir às 21:00h.⁹⁰

Ao término das refeições, para evitar questões tais como imoralidade, descaminhos e possíveis dissabores durante o retorno para o trabalho ou para os respectivos aposentos, a organização fabril separava cuidadosamente homens e mulheres conduzindo-os por caminhos distintos.⁹¹

Os administradores da fábrica objetivavam que a vida de seus operários fosse *“repartida de acordo com um horário absolutamente estrito, sob uma vigilância ininterrupta: cada instante do dia destinado a alguma coisa, prescrev(endo) um tipo de atividade e implica(ndo) obrigações e proibições.”*⁹²

Ao menino Claudino, também, era proibido deixar sua máquina e ir haver-se em conversas e brincadeiras com outras crianças entre as perigosas e barulhentas máquinas da fábrica e em grandes apuros também ficaria caso quebrasse alguma vidraça e sujasse, escrevesse ou fizesse caricaturas nas paredes.⁹³

Nos boxes, as crianças eram vigiadas constantemente e qualquer vacilo poderia redundar em admoestação ou multa por parte de seus superiores. Nunca é demais lembrar que a jornada de trabalho era longa e rígida. Fora o horário de almoço não havia tempo para descanso e distração. As crianças (e também os adultos) eram obrigadas a trabalhar confinadas em pequenos boxes, onde o ambiente era dotado de pouca ventilação, de bastante barulho, bem como, de saturada concentração de pó e

⁹⁰ Já as que frequentavam a escola faziam-no das 19 às 20:30h. In: Domingos, Giroletti. *Fábrica, convento e disciplina*. 1991, p. 178.

⁹¹ DOMINGOS, Giroletti. *Fábrica, convento e disciplina*. 1991.

⁹² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 1988. p. 110.

⁹³ Artigos 4º e 6º do regulamento da fabrica Cedro e Cachoeira.

resto de algodão, fatos esses que, provavelmente, poderiam causar enormes problemas respiratórios.

Além disso, nas épocas das chuvas a fábrica tornava-se tão escura, tão sombria, a ponto de ter que, em algumas vezes, “*parar os teares do centro.*”⁹⁴ Em alguns casos, as goteiras no telhado estragavam as traves de sustentação do teto, colocando em risco a integridade física dos operários.⁹⁵

Caso José Claudino quisesse visitar as latrinas deveria, somente após autorização dos mestres, se dirigir para aquelas exclusivamente reservadas às crianças, e lá deveria ter o cuidado de não as sujar com restos de algodão, carretéis e massarocas; caso contrário, poderia ser multado. Além disso, caso o menino faltasse com o asseio nas latrinas, sujando ou molhando o assoalho e os bancos poderia, da mesma forma, ser multado.⁹⁶

E, se por ventura, algum menino fosse flagrado fumando no interior da fábrica ou ainda, desrespeitando aos superiores hierárquicos era então imediatamente levado para as devidas correções pelos pais ou tutores. Mas, se o fumante ou desobediente fosse adulto, as normas previam a imediata expulsão do infrator.⁹⁷ Como foi, por exemplo, o fato ocorrido em 17 de novembro de 1885, na unidade da Cachoeira, ocasião em que o “*compadre Lages foi despachado d’aqui por ter sido pilhado fumando no depósito de algodão descaroçado.*”⁹⁸

⁹⁴ No relatório Anual de 1905 o gerente da Cedro relata que com a instalação da luz elétrica no referido ano o problema de iluminação foi resolvido.

⁹⁵IN: Relatório Anual de 1905.

⁹⁶Art. 8º e 9º do regulamento da fábrica.

⁹⁷ Art. 3º do Regulamento da fábrica.

⁹⁸Caixa Box 14 In: Museu Décio Mascarenhas.

Era ainda vedado ao menino (bem como aos adultos) lançar pelo assoalho água, óleo ou qualquer outro líquido. Estragar fios, lançando-os pelo chão a fora ou nas latrinas ao invés de colocá-los nas caixas ou depósitos, estrategicamente, dispostos ao lado das máquinas e destinados para o acondicionamento dos restos de fios. Estavam também no rol de proibições escrever, ler livros, jornais ou se dar a qualquer outra distração incompatível com a “*boa ordem do trabalho.*”⁹⁹ Ao infrator o regulamento previa penas de 200 réis, ou mesmo 400 réis caso fosse reincidente.

Além disso, se o menino, por acaso, desejasse sair da fábrica antes do término previsto da jornada de trabalho teria que, para isso, pegar por escrito uma licença das mãos do administrador geral ou do mestre de repartição e apresentá-la ao porteiro para a respectiva liberação. As normas previam duras penas para aqueles que se evadissem da fábrica sem a devida autorização.¹⁰⁰ As faltas ao trabalho somente seriam justificadas caso Claudino fosse acometido de alguma moléstia que o impedisse de trabalhar,¹⁰¹ mas nenhuma outra justificativa, sob nenhum pretexto, seria aceita, redundando, se por ventura ocorresse, em pesadas multas.

Havia ainda outras proibições. Se algum menino se envolvesse dentro da fábrica em brigas ou espancasse alguém ou ainda contribuísse para conflitos deveria também ser entregue aos pais ou tutores para as devidas correções.¹⁰² Mas os pais e tutores não estavam sozinhos nessa empreitada disciplinar. Dentro da fábrica havia ainda os implacáveis “*feitores ou administradores de meninos*”¹⁰³ bem como os

⁹⁹ Artigos 7º, 9º, 11º.

¹⁰⁰ Artigo 5º do regulamento.

¹⁰¹ Artigo 13º do regulamento.

¹⁰² Artigo 3º do regulamento.

¹⁰³ Os livros de registro de empregados da Cedro traz a denominação “Feitor de Meninos” o que parece diferir do termo empregado na Unidade da Cachoeira pois, na carta de 4 de julho de 1885 Francisco Mascarenhas utiliza o termo “administrador de meninos”. In: Copiador de cartas da Cachoeira 1884-1886.

mestres gerais que, dotados de uma atenção redobrada, fiscalizavam todos os passos dos menores no intuito de controlar, vigiar suas ações, seus comportamentos e garantir a boa produção. Tinham também a atribuição de *“fazer que todos estivessem em seus lugares conforme o horário do corpo da fábrica.”*¹⁰⁴

Dos feitores e administradores era exigida pelas fábricas uma postura enérgica e dura no trato para com os meninos. Não se queria por parte das fábricas, para ocupar o cargo, pessoas pusilânimes, que tratassem os infantes com brandura e suavidade e, que por isso, não fizessem valer as normas previstas no regulamento. Ser considerado um bom administrador de meninos significava, em contrapartida, ser severamente ruim para os *“pequenos”*.

Sendo assim, não eram vistos com bons olhos feitores ou administradores de meninos que cedessem às *“despóticas”* manhas, pirraças e caprichos dos pequenos trabalhadores. Em carta enviada ao amigo Theophilo (Fábrica Cedro), o gerente da Cachoeira explicitava o perfil que desejava encontrar no indivíduo imbuído de exercer a função de feitor de meninos, dizendo que *“o administrador de meninos, ou hade (Sic) ser muito bom para os paes de meninos e ruim para nós, ou bom para nós e ruim para os meninos”*. *“Maquiavelicamente”* terminava confidenciando ao amigo que *“prefer(ia) o último caso”*.¹⁰⁵

Recebendo carta branca para atuar, esses feitores também podiam, em caso de indisciplina por parte dos pequenos, lançar mão de *“meios fortes”* para obrigá-los a sujeição ao trabalho. Os administradores dispunham de todo um aparato de recursos

¹⁰⁴ Art. 4º do regulamento da Fábrica Cedro Cachoeira.

¹⁰⁵ Carta de 4 de julho de 1885 enviada por Francisco Mascarenhas a Theóphilo Marques das Unidade da Cachoeira. In: Copiador de cartas da Cachoeira 1884-1886.

“pedagógicos” para os auxiliarem no controle disciplinar. Um desses aparatos era uma grande palmatória visivelmente dependurada na parede que, odiada e temida pelos meninos, mas amada pelos feitores, estava sempre pronta a entrar em ação para corrigir algum pequeno rebelde que, como José Claudino, se comportasse mal e fosse considerado “*manhoso, preguiçoso ou imprestável para o serviço*”.

Mais temido ainda pelos “*menores*” trabalhadores, talvez, fosse o imponente “tronco”¹⁰⁶, majestosamente arvorado no meio do pátio da fábrica. Instrumento disciplinar esse, desde a tempo, tão familiar para os escravos e agora também íntimo dos então meninos “livres” da fábrica.

Além dos castigos que eram utilizados para submeter os pequenos trabalhadores, como componente do controle, havia ainda, um persuasivo sistema de premiações. A fábrica objetivando estimular o bom comportamento e a maior dedicação dos menores previa ao término de cada ano de trabalho, por exemplo, distribuir aos “meninos mais aplicados aos serviços e de melhor procedimento, 12 prêmios de 5\$000 réis cada um.”¹⁰⁷

Além disso, a organização fabril, para reforçar a disciplina e garantir a boa produção, dispunha de um hierarquizado e bem organizado corpo de “*agentes disciplinares*” estrategicamente dispostos nas várias repartições integrantes do processo produtivo. Um mestre era responsável, em cada seção, pela manutenção da disciplina, do controle e da boa produção dentro da esfera que lhe competia. Esses mestres, seja na

¹⁰⁶ Acerca da utilização do tronco pela fábrica Ver in: DUARTE, Regina Horta. *A imagem Rebelde* : a trajetória libertária de Avelino Fóscolo. Campinas, SP: Pontes (Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991. P.61. Giroletti (1991) acrescenta que, além do tronco, o uso da palmatória foi grandemente recorrido pelos agentes da fábrica para a obtenção da disciplina. In: GIROLETTI, Domingos. *Fábrica Convento Disciplina*. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. p.169.

¹⁰⁷ Domingos, Giroletti. *Fábrica, convento e disciplina*. 1991, p. 152.

tecelagem, ou na fiação, ou na carpintaria, ou ainda, na seção de urdume, entre outras, deveriam cumprir fielmente as ordens emanadas pelo mestre-geral.

Acrescenta-se o fato de que, dentro da esfera que lhes competia, deveriam ainda observar e fazer cumprir, pelos seus subordinados, as disposições previstas no regulamento. Estavam no rol de suas atribuições, admoestar os operários que, por ventura, se afastassem do cumprimento de seus deveres, repreender os negligentes ou mal-procedidos e participar para o mestre-geral os trabalhadores que se mostrassem insensíveis às respectivas admoestações e repreensões.

Esses mestres de repartição não estavam, por sua vez, livres de controle e fiscalização. Sobre os mesmos, colocado num escalão imediatamente acima, havia a figura singular do, já citado, mestre-geral. O indivíduo investido na função de mestre-geral era uma espécie de elo entre os seus subordinados e a gerência da fábrica, e competia-lhe, por sua vez, cumprir perfeitamente as ordens emanadas pelo gerente devendo fazer com que as mesmas fossem também executadas pelos diversos mestres de repartição.

Deveria ainda zelar para que todas as disposições previstas no regulamento fossem fielmente cumpridas pelos mestres sob sua responsabilidade, admoestando energicamente àqueles que, por ventura, se afastassem do cumprimento de seus deveres, ou repreendendo aos que se mostrassem negligentes ou mal-procedidos, sujeitando-os a multas nas contravenções. Se por acaso, mesmo após as admoestações e repreensões, algum mestre rebelde permanecesse insensível à ação disciplinar, por sua vez, o mestre-geral deveria então enviá-lo ao escritório do gerente para sanções mais enérgicas.

Portanto, obedecendo a um sistema gradual de penalizações, na fábrica, as punições poderiam ir desde uma “*simples*” admoestação, passando pela repreensão, podendo “evoluir-se” para uma pena mais pesada que consistia em participar o infrator ao gerente para as devidas correções.

Finalmente, no topo da hierarquia fabril e imediatamente acima do mestre-geral (e de todos os demais empregados) estava o posto de gerente da fábrica. Era do gerente que a assembleia de acionista iria cobrar a boa ordem, disciplina e produção na fábrica. Fazia parte do rol de suas obrigações, cobrar do mestre-geral o perfeito cumprimento das disposições previstas no regulamento da fábrica e era também ele o responsável por enviar anualmente relatórios à assembleia de acionistas informando a situação de pessoal, maquinário, produção da fábrica, bem como, os problemas enfrentados.

O poder fabril, ao também instituir de deveres e poderes, bem como, ao fiscalizar os próprios agentes responsáveis pela fiscalização, lograva estabelecer, no interior do sistema, um conveniente mecanismo de observação recíproca e hierarquizada onde todos, sem exceção, não ficavam livres da ação disciplinar. Dessa forma, o poder disciplinar pretendia estabelecer uma rede de relações onde o controle exercesse tanto um sistema de vigilâncias verticais _do alto para baixo, bem como, de baixo para cima_ quanto horizontais _exercidas de forma mútua e lateral.

Tal como sugere Michel Foucault acerca dos dispositivos de controle “essa rede ‘sustentava’ o conjunto, e o perpassava de efeitos de poder que apoiavam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados.”¹⁰⁸

¹⁰⁸ Foucault, Michel. *Vigiar e Punir*. 1988, p.168.

Com todo esse aparato de controle_ correção por parte dos pais ou tutores, vigilância implacável dos mestres e dos feitores de meninos, uso de palmatória e do tronco além de um “*persuasivo*” sistema de premiações_ a fábrica pretendeu controlar, disciplinar e inculcar uma racionalidade de trabalho nos pequenos trabalhadores. Tudo leva a crer que as crianças que trabalhavam ao lado dos pais tinham as penas de correção intermediadas pelos mesmos e quem sabe, por conta disso, tais penas fossem um pouco atenuadas.¹⁰⁹

Entretanto, os menores “*órfãos de fato*”, os quais dispunham apenas de moradias localizadas nas dependências da própria fábrica e, portanto, excluídos totalmente do convívio e intermediação paternos, tinham suas sortes entregues unicamente aos caprichos ou bel-prazer dos mestres e feitores da fábrica.

Convivia o menino Claudino ao lado de gigantescas máquinas que faziam ser ouvidas a longas distâncias e poderiam ser extremamente perigosas. Uma delas era a temida e odiada “*machina do diabo*”, que nos primeiros anos de existência da fábrica oferecia constantemente riscos contra a vida e a integridade dos operários provocando diversos acidentes, tal como aquele ocorrido na unidade da Cedro em que o operário estrangeiro de nome Nathaniel Holt, “*por comprovada incúria*”, deixou de fazer as devidas limpezas na máquina de vel, “*resultando dar a mesma um estampido, como de uma pequena peça de artilharia[...] ficando reduzida a pedacinhos, os quais cauzaram os mesmos estragos, que cauzaria um estilhaço de uma peça para a aquella direção*”¹¹⁰(*Sic*).

¹⁰⁹ Domingos Giroletti em *Fábrica, Convento e Disciplina*, 1991, afirma que as fábricas se utilizavam da ajuda dos pais para corrigirem os filhos que se mostravam rebeldes ao trabalho.

¹¹⁰ Carta do gerente da Cedro a Robert Kerr, datada de 22 de agosto de 1882. In: *Copiador de cartas CE anos 1882-1883*.

Havia também outras máquinas que também não eram menos perigosas e que poderiam, se não tomadas as devidas precauções, provocar diversos acidentes. Máquinas essas tais como a denominada “diabinha” (uma versão talvez menos potente da máquina Devel), além de inúmeras máquinas de tecer e de fiar.

E, por fim, havia ainda a perigosíssima máquina de descarçar algodão que constantemente lograva fazer suas vítimas na fábrica. Vários foram os trabalhadores que tiveram mãos e braços amputados, devido a acidentes provocados pelos descarçadores. Como aquele ocorrido por volta do ano de 1879 em que o gerente da unidade da Cachoeira Francisco Mascarenhas reclamava a um amigo que uma máquina oriunda da Inglaterra arrancou a mão esquerda de um operário e *“foi necessário soffrer infelizmente amputação no anti-braço.”*¹¹¹

Ou ainda, como aquele ocorrido uma década depois, mais especificamente, no dia 10 de outubro de 1889 (numa quinta-feira), na mesma unidade da Cachoeira, onde um operário, talvez por descuido, *“meteu as mãos nas serras do descarçador de algodão, cujas as (Sic) serras puserão-lhe mãos e braço em estado deplorável, (...) estragando ossos, nervos, carnes, e reduzindo tudo a uma massa desforme”*(Sic).¹¹²

Nunca é demais lembrar que o menino Claudino e outras crianças estavam expostos a todo perigo que tais máquinas poderiam causar.

Há indícios de que muitos desses acidentados na fábrica eram menores trabalhadores, entregues a dura disciplina fabril e exaustos pelo ritmo frenético da máquina. Tal como se pode apreender do caso ocorrido em novembro de 1885 em que

¹¹¹ Carta de Francisco Mascarenhas do dia 5 de dezembro de 1879. In: Copiador de Carta CA de 1878-1887.

¹¹² Carta de Francisco Mascarenhas do dia 11 de outubro de 1889. In: Copiador de Carta CA de 1905 p. 329.

envolvia na cena do acidente um menor trabalhador, “*um operário novo, aprendiz*”, [que] “*deixou cair entre a complicada engrenagem um bollo de massarocas, estando a machina em movimento; partiu diversos ferros e rodas de pouca importância etc.*”¹¹³ (*grifos meus*). Mas, continuemos nossa visita a fábrica.

Veza por outra, na fábrica as coisas poderiam “esquentar”, pois ocorriam terríveis incêndios, muitos deles de procedência misteriosa, que provocavam calafrios nos trabalhadores. Um deles ocorrera bem cedo, numa manhã de sábado, mais especificamente no dia 11 de junho de 1881, onde as chamas “*tom(aram) proporções assustadoras*”, mas “*graças ao glorioso Santo Antonio e a muita energia dos operários e operarias, extinguiu-se (Sic) o fogo, que queimava todo o forro dos quartos de descaroador, opinner, devil e picker*”.¹¹⁴ Mas, diferentemente, de vários acidentes que aconteciam na fábrica, parece que a causa não tinha sido fruto de mancadas de algum operário bisonho. Dessa vez o pivô de todo o acidente foi o mancal do descaroador de 40 serras que, por não possuir polé móvel, não conseguira, dessa forma, separar “*instantaneamente o descaroador que cada vez ateava mais o incêndio em grande porção de algodão descaroadado.*”¹¹⁵

¹¹³ Carta de Francisco Mascarenhas gerente da Cachoeira ao irmão Bernardo, da Cedro, datada de 20 de novembro de 1885. In: Copiador de Carta CA de 1884-1885 p. 390.

¹¹⁴ Carta de Francisco Mascarenhas do dia 11 de outubro de 1881. In: Copiador de Cartas CA de 1880-1881. p. 445.

¹¹⁵ Ibidem, p. 445.

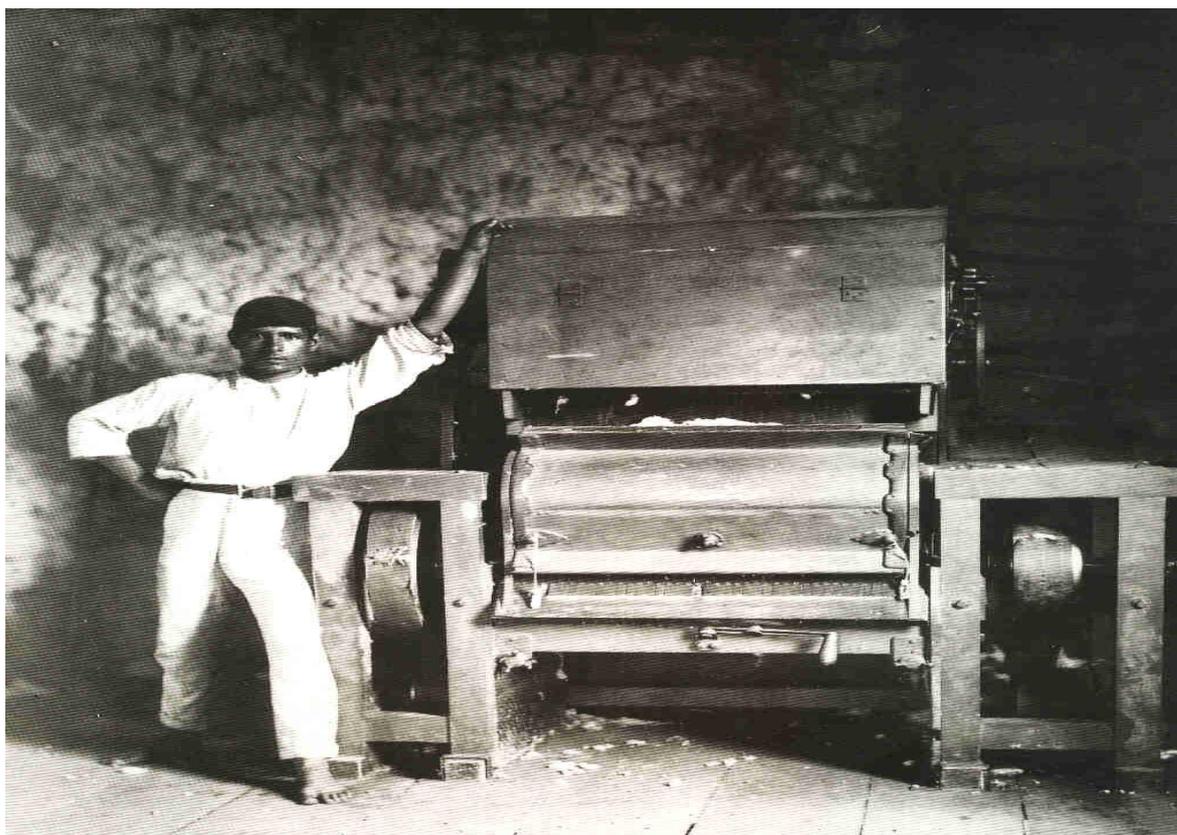


FIGURA 6 - Jovem operário manuseando o temido descaroador na Fábrica do Cedro, por volta do fim do século XIX - Destaque para o cuidado com a vestimenta.
Fonte: Vaz (1991, p. 57)

Talvez tivesse razão a fábrica em lançar duras punições a aqueles que fossem flagrados fumando no seu interior, prevendo, sem direito de questionamento, pena de expulsão – ou correção pelos pais em caso de crianças – para os operários. Pois, no nebuloso espaço fabril a grande quantidade de pano e resto de algodão poderia fazer com que, em caso de incêndio, as chamas se alastrassem rapidamente. Consta, por exemplo, que por trás da máquina de descaroar, se formava uma enorme e alva “parede” de algodão¹¹⁶, material que, certamente, se constituía num excelente “estopim” para desencadeamento de incêndios.

¹¹⁶ A figura de número 03 é talvez bastante sugestiva para se imaginar o perigo de fogo na fábrica. Nela, podemos perceber que havia grande quantidade de algodão por detrás da máquina de descaroar.

Ao lado dos acidentes e incêndios, havia também o fato de que o confinamento de pessoas em espaço apertado da fábrica facilitava a propagação rápida de inúmeras epidemias entre os trabalhadores, tais como sarampo, varíola e influenzas que, quando “*grassavam*” na Cedro e Cachoeira, “*causavam falhas de dezenas de meninos na fiação.*”¹¹⁷

Potencializadas, quem sabe, pela atmosfera saturada de pó na fábrica, havia também epidemias como a de bronquite, que durante o ano de 1891 foi tão grave que “*morreram repentinamente três mulheres durante o anno, e algumas crianças*”,¹¹⁸ ou a de gripe espanhola, que durante o ano de 1919 findou a vida do “*jovem e excelente auxiliar, o senhor Alberto soares, cujas qualidades moraes e profissionais eram muito apreciadas e úteis*” ou ainda, a de tuberculose, que fez com que *duas [operárias]* tivessem as vidas *ceifadas*¹¹⁹ durante o ano de 1922.

Não somente as máquinas e as epidemias poderiam se configurar inimigas dos trabalhadores. Em certas épocas do ano a natureza também lograva fazer seus estragos. Nos períodos de chuva, grandes enchentes sobrevinham e muitas delas desciam inesperadamente chegando “*à altura nunca vista*” vindo quase a danificar “*a turbina da fábrica.*”¹²⁰

Em outubro de 1885, na unidade da Cachoeira, uma enchente repentina pegou a fábrica de surpresa estragando grande quantidade de algodão e fazendo com

¹¹⁷ Carta de Francisco Mascarenhas datada de 10 de junho de 1890. In: Copiador de Carta CA de 1890.

¹¹⁸ Aprestamento para Relatório Anual. In: Copiador de Carta CA de 1891-1992.

¹¹⁹ Relatórios Anuais da Companhia Cedro e Cachoeira, apresentados à Assembleia Geral Ordinária dos Accionistas pelo Diretor Gerente datados de 19 de março de 1921 e 19 de março de 1922.

¹²⁰ Carta de Francisco Mascarenhas datada de 4 de fevereiro de 1885. In: Copiador de Carta CA 1884-1886.p 108.

que os filatórios ficassem “*trabalhando pessimamente*”.¹²¹ Durante aquela temporada de chuvas o gerente ficou bastante temeroso de que com o peso da terra umedecida tudo viesse abaixo, o que causaria grande prejuízo e interrupção dos trabalhos.

Nessas enchentes, constantemente, ocorria o fato de gigantescas toras de madeira, árvores frondosas, com raízes e frutos, descessem sobre violenta correnteza causando grande pavor entre os trabalhadores e estragos na fábrica. Consta que em uma delas “*os [...] operários, molhados até aos ossos [e] com água pelos joelhos*” tiveram que dispensar duro esforço para “*salvar a caldeira*” das águas.¹²²

A força das enchentes, muitas vezes, causava ainda a destruição de pontes fazendo com que as tropas que vinham carregadas da Bahia não pudessem atravessar de um lado para outro. Vários eram também os carros de boi que, por conta da ausência de pontes, voltavam para o local de origem sem entregar à fábrica o carregamento de madeira previamente encomendado para o aquecimento das caldeiras. Consta que, em 1885, as enchentes fizeram tantos estragos que a fábrica tivera que ficar parada “*por dois ou três dias.*”¹²³

Chegando, porém, o período de estiagem, era a vez então das grandes secas fazerem os seus estragos. Muitas das quais eram tão violentas que, além de contribuírem para “*desorganizarem o serviço*” (pois os motores dependiam de água para funcionar) e “*trazerem epidemias*”, causavam grande falta de gênero alimentício vindo o “*povo [a]*

¹²¹Carta de Francisco Mascarenhas datada de 22 de outubro de 1885. In: Copiador de cartas Cachoeira1884-1885.

¹²²Maria Helena Ribeiro. Fazenda da Ponte: romance, 1968.

¹²³Carta de Francisco Mascarenhas datada de 22 de outubro de 1885. In: Copiador de cartas Cachoeira1884-1885.

*alimenta(r) quase que exclusivamente de carne e sêbo, a ponto de, com o enorme consumo de gado, a carne chegar a preços nunca vistos”*¹²⁴ (Sic).

A fábrica também não estava imune às desordens entre operários. O regulamento pretendia, a todo custo, punir severamente todo o tipo de rusgas e violências entre os membros do corpo operário. Regulamentava (caso fosse o infrator adulto) “*pena de expulsão*” para aqueles que brigassem, espancassem ou promovessem conflitos¹²⁵. Caso fosse menor, como já vimos, o desordeiro seria imediatamente entregue aos pais ou tutores para os devidos corretivos. Mas toda essa precaução não seria suficiente para impedir que o maquinista inglês James Winders puxasse “*um revólver para o Juca, [operário] que podia ter sido vítima se o (nome ilegível) não tomasse-o incontinente*”.¹²⁶

Também as brigas entre casais, quando ocorriam na vila operária adjacente à fábrica, poderiam causar escândalos entre os operários e não escapava dos falatórios no dia seguinte. Como foi a ocorrência registrada na carta de 09 de junho de 1888 em que o mesmo inglês James Winders por se embriagar constantemente passou “*a entrar em conflitos cada vez mais violentos com sua mulher e com outros operários.*” Consta que em um sábado, “*a pretexto de brigas ou má resposta da inglesa ao velho, o Sr. James deu-lhe muita pancada, e como ninguém soubesse neste dia, passou-se em segredo.*”¹²⁷

Todavia, no domingo, o inglês novamente se embriagou “*e começou com novas surras em sua mulher, com grande escândalo e gritaria, e com revolver e*

¹²⁴ Cartas de Francisco Mascarenhas datadas de 13 de maio de 1890 e 18 de setembro de 1890. In: Copiador de Cartas CA de 1890. p. 244 e 442.

¹²⁵ Art. 3º do regulamento da Fábrica Cedro Cachoeira.

¹²⁶ Carta do Superintendente da fábrica CE ao diretor Antônio Cândido datada de 07 de março de 1888. In: Caixa de Correspondência Recebida 1888.

¹²⁷ Ibidem.

espingarda a querer atirar na coitada”¹²⁸. Por fim, a pobre inglesa morrendo de medo de perder a vida pelas mãos do inglês fugira e “*esteve escondida dormi(ndo) no mato.*”¹²⁹

Um ano depois, ou seja, em 1889, os constantes problemas de embriaguez do inglês o levaram a cometer mais uma “*falta gravíssima*”¹³⁰ na unidade do Cedro “*que tornou impossível a sua permanência alli, [e] foi há pouco despedido*”¹³¹ relatava o decepcionado gerente.

Na fábrica os namoros, as escapulidas noturnas, os encontros e desencontros apaixonados, as práticas amorosas, todos, eram grandemente vigiados e, em alguns casos até mesmo proibidos. Alguns deles poderiam redundar, até mesmo, em expulsão dos enamorados. Como foi, por exemplo, o caso do mestre Pitta que “*mettido em namoros com uma antiga rapariga do convento*” fora expulso da fábrica juntamente com a dita rapariga para a cidade de Curvelo.¹³²

Caso bastante parecido foi também o ocorrido com o Sr. Clarindo, trabalhador da São Vicente, consta que o operário “*foi despachado do serviço por ter declarado uma moça empregada da fábrica que ele lhe convidara para atos imorais, por vezes a diversos brinquedos também ilícitos, sendo ela chamada para dar explicação, declarou, em vista da abadessa e do maquinista chefe, estes fatos.*”¹³³

E, caso se desconfiasse do estado civil de algum pretendente a namoro com uma das moças do convento enviava-se rapidamente um “*positivo*” (mensagem) à

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ In: Caixa de Correspondência Recebida ano 1888.

¹³⁰ Carta do diretor da Fábrica Cedro a Robert L. Kerr datada de 23 de março de 1889. In: Copiador de cartas CE 1888-1889.

¹³¹ Ibidem.

¹³² Carta de Francisco Mascarenhas a Bernardo Mascarenhas, datada de 30 de agosto de 1885. In: Copiador de Cartas CA 1884 -1886.

¹³³ Giroletti, Domingos. *Fábrica, Convento e Disciplina*. 1991. p. 157.

paróquia de origem do tal pretendente para descobrir se o mesmo era casado. Como foi a carta enviada por Francisco ao irmão Bernardo Mascarenhas pedindo-lhe para indagar o pároco de Piratininga se o operário “*Benedito Avelino da Silva é(ra) casado lá.*”

Consta que Benedito, que era paulista, queria casar-se com Virgínia Estrella, filha de Joaquim Emigdio. Mas enquanto não chegava a resposta de que o tal Benedito era ou não casado, e temendo alguma “escapulida” noturna na qual havia o grande risco de os noivos cederem à tentação de cometer aquilo que para a gerência, possivelmente, era “o terrível pecado da fornicação”, “*o casório ficou suspenso*”¹³⁴ não restando alternativa ao patrão senão “*desterrar a noiva para São Sebastião porque os namoros estavam tomando proporções irregulares, e receava[se] alguma fuga.*”¹³⁵

Evitando ou dificultando, quem sabe, que Benedito desvirginasse a moça antes das bênçãos do “sacro-casamento” o poder fabril acreditava, portanto, estar exercendo um fino controle sobre os corpos evitando ou contendo, dessa forma, as práticas sexuais ilícitas.

Relata-se que houve por conta do desterro para São Sebastião, muito choro e lamentações por parte da moça. Mas, no final de tudo, e para infelicidade da desiludida Virgínia, descobriu-se que a desconfiança por parte da fábrica procedia, pois chegara a tão esperada e frustrante notícia de que Benedito, de bendito parece que não tinha nada uma vez que o sujeito era mesmo casado na província de São Paulo. Por conta disso, “*foi tocado do estabelecimento como um cão danado.*”¹³⁶

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ Ibidem.

¹³⁶ Carta do gerente da Fábrica da Cachoeira datada de 12/04/1886. In: Caixa de correspondência 4 A-Museu Décio Mascarenhas.

Sorte maior talvez tivera o operário João Inglês que, vindo da Inglaterra e aqui conhecendo aquela que seria sua futura esposa, desejou contrair matrimônio. Mas, por ser o estrangeiro de religião protestante, para se casar, tivera antes que batizar-se no catolicismo, quem sabe pelas “santas mãos” do padre Rolim, que diligentemente realizou o casamento dos noivos.¹³⁷

E por falar em Padre Rolim, consta que esse era o responsável espiritual dentro do universo fabril. Tinha sobre seus cuidados uma igreja criada na dependência da fábrica, cujo padroeiro era o requisitadíssimo Santo Antônio. Durante as cerimônias de inauguração na fábrica, como foi a das turbinas, havia sempre os efusivos “*discursos do Pe Rolim e de um operário*¹³⁸” debaixo de grande festejo e entusiasmo. Também quando ocorria alguma morte de operário lá estava novamente o padre Rolim sempre pronto a rezar uma missa para pobre alma que partira. No entanto, quando o finado não professava a fé católica não havia santo que fizesse o danado do padre rezar missa. Tal como ocorrera quando da morte do inglês John Smith.¹³⁹

Na ocasião da morte de Smith registrou-se que como os padres não rezavam missa para protestantes, nem por milagre, não restou alternativa a patrão e empregados, senão, rezarem um terço que foi concorrido por todos para descanso da alma do pobre inglês. Além disso, ainda devido à sua religião, o inglês não pôde ser sepultado em

¹³⁷ Ibidem. Em outras fábricas, alhures, há também registros acerca de instalação de igrejas para operários. Consta que em 1853, a Todos os Santos, por exemplo, mantinha, em suas dependências, uma capela onde um padre celebrava missa nos sábados e feriados. In: STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850/1950)*. 1979 p.71.

¹³⁸ Carta de Francisco Mascarenhas a Bernardo Mascarenhas datada de 30 de agosto 1885. In: Copiador de Carta CA 1884-1886.

¹³⁹ Carta de Francisco Mascarenhas a Bernardo Mascarenhas datada de 16 de setembro 1885. In: Copiador de Carta CA 1884-1886.

cemitério católico próximo à fábrica e sim no alto de uma colina onde a gerência posteriormente “*mandou erigir um cruzeiro.*”¹⁴⁰

Não somente de acidentes, doenças, brigas e proibição de namoros se constituíam o cotidiano dos operários. Havia também as cerimônias e festividades religiosas que quando ocorriam não tinha remédio que pudesse conter a euforia dos operários. Como, por exemplo, as festas de cavalhadas realizadas, no mês de maio, na cidade de Curvelo, as quais eram acompanhadas de teatro, touradas etc.. Não confienciava certo dia o gerente da Cachoeira ao da Cedro que “*Curvêllo está hoje em gallas, e festivo; veijo-me na breve contingência de parar a fábrica na 2ª feira para os empregados irem a festa no domingo e na segunda*”¹⁴¹ (Sic)

Ah! Não podemos nos esquecer que também havia os festejos de Santo Antônio, padroeiro da fábrica, que eram bastante esperados pelos trabalhadores. Nas festas do santo casamenteiro havia tanto empolgação e euforia na fábrica que o gerente se sentia obrigado “*dar aos operários um tutu de feijão e um copo de vinho.*”¹⁴²

Festas também ocorriam quando havia alguma inauguração na fábrica. Tal como a ocorrida quando da instalação da estamperia na unidade da Cedro ainda nos alvares de 1908. Consta que nessa inauguração, realizada numa movimentada e festiva tarde de 15 de fevereiro, houve “*aclamações do povo e operários do cedro ao nome do Sr. Francisco Dalle, fundador da primeira estamperia que se estabeleceu no Estado de Minas Gerais.*”¹⁴³

¹⁴⁰ Copiador de cartas da Cedro 1882/1883 p.438.

¹⁴¹ Carta de Francisco Mascarenhas a Theophilo Marques datada de 16 de maio 1885. In: Copiador de Carta CA 1884-1886.

¹⁴² Carta de Francisco Mascarenhas a Bernardo Mascarenhas, datada de 23 de maio 1885. In: Copiador de carta CA 1884-1886.

¹⁴³ Ibidem.

Em clima de comemoração, patrões e operários se misturavam aclamando o nome do Capitão Dalle, realizando, por conta disso, uma grande passeata que percorreu as diversas ruas da fábrica, ao som de fogos e de música orquestrada “galhardiosamente” pela “bandinha de música” formada durante as aulas noturnas de música ministradas nos fundos da fábrica –os meninos mais talentosos poderiam compor a banda da fábrica. Consta que, naquela ocasião, o Coronel Caetano indo à *“frente dos operários, radiante de alegria, prodigalizou a todos as maiores atenções, distribuindo um farto copo d’água”*¹⁴⁴(Sic) para os presentes.



FIGURA 7 - Banda de Música da Fábrica Cedro na década de 1930 – Destaca-se a presença grande número de crianças entre os integrantes da orquestra.

Fonte: Museu Décio Mascarenhas - Fábrica Cedro e Cachoeira

Quando o relógio da fábrica então marcava 18:00hs,¹⁴⁵ os sinos novamente soavam determinando o fim de mais uma jornada de trabalho e todos, à exceção

¹⁴⁴ Ibidem.

¹⁴⁵ Em carta datada de 07 de novembro de 1885 Francisco Mascarenhas declarava ao irmão Bernardo que durante aquele período os operários estavam trabalhando das 06:00 às 19:00h, ou seja, treze horas de trabalho (In: Cop Carta CA 1884-1886). Em 1905 com a chegada da luz elétrica a fábrica passou a adotar o trabalho noturno, entretanto não nos foi possível, porém, através dos registros, verificar se havia crianças trabalhando ou não, à noite.

daqueles que iriam ainda submeter ao trabalho noturno, se dirigiam ao portão de saída sob os atentos olhares do pessoal da portaria, de modo a impedir que qualquer objeto fosse subtraído da fábrica. Dali, muitas seguiam para suas residências ou para o convento ou ainda para as acomodações destinadas exclusivamente aos meninos. Mas havia também menores que, depois de uma cansativa jornada de trabalho, tinham ainda que enfrentar os bancos das escolas noturnas que funcionavam nas dependências da fábrica.

Os menores trabalhadores, bem como os adultos que, por ventura, moravam na vila operária adjacente à fábrica, de regresso ao lar se deparavam, constantemente, com um quadro nada animador, dado o fato de que eram péssimas as condições das moradias fornecidas pela fábrica. Nas quais as disposições dos barracos impediam que recebessem a luz do sol; muitos cômodos não possuíam sequer uma janela; os assoalhos tinham inúmeras gretas e a água que se acumulava nos porões misturava-se aos “insetos, ratos, gambás, gatos mortos e em decomposição. Além disso, nas casas “as paredes irregulares, possuíam orifícios [que] permitiam a abundância de insetos como o barbeiro, o percevejo e a pulga” podendo provocar inúmeras doenças nos moradores.¹⁴⁶

Voltemos então a Claudino. Mesmo com todos os mecanismos de controle por parte da fábrica, o menino mostrava-se refratário às normas e, amiúde, fugia ou escondia-se dos mestres e feitores para não trabalhar. A relutância de Claudino em não acatar as normas e adequar-se às regras da fábrica rendia-lhe, como já vimos, adjetivos bastante pejorativos: *manhoso, preguiçoso, imprestável*. Os gerentes acabavam concluindo que deveriam se utilizar de meios “mais fortes” para obrigá-lo a trabalhar.

¹⁴⁶ A Fábrica do Cedro. Gazeta de Paraopeba. Villa Paraopeba, 16-09-1917, ano VII, p. 3 e 4. Ver também in: DUARTE, Regina Horta. *A imagem Rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. 1991.

Quais seriam esses meios mais fortes? A palmatória? O tronco? Haveria ainda outros mecanismos de sujeição?

É certo que na tensão constante entre a intencionalidade fabril e a vontade dos indivíduos tecia-se uma infância dotada de uma peculiar singularidade. Era uma infância, que na luta diária pela sobrevivência forjara uma experiência na qual, tudo indica, aprendera mecanismos de resistência e, quem sabe, de negociação. De alguma forma, as relações no interior do sistema fabril pareciam ter ensinado a aqueles pequenos trabalhadores que determinados comportamentos, atos ou recusas poderiam muitas vezes redundar em conquistas.

E, talvez, o menino Claudino tivesse ressignificado muito bem tais mecanismos. Para subverter a lógica fabril fazia manhas, trabalhava de “corpo mole”, esquivava-se e até mesmo escondia-se. Elaborava várias táticas para fugir da vigilância incessante de seus incansáveis feitores e mestres.

É enganoso, porém, pensar que a rebeldia de Claudino tivesse como motivação a pura e simples recusa ao trabalho. Acreditamos que não. Tudo indica que, ao invés da recusa do trabalho em si, o menino talvez estivesse recusando na verdade, o tipo de trabalho que estava sendo-lhe imposto, o qual, certamente não lhe despertava nenhum interesse.

Consta que José Claudino desejava muito trabalhar na carpintaria, lá, juntinho do “*excellente e extremamente humano mestre Chrispim*”¹⁴⁷, mas a fábrica dentro de uma racionalidade própria e visando a atender aos interesses que melhor lhe convinha, o colocara em uma repartição que não lhe despertava desejo. Estabeleceu-se

¹⁴⁷ Carta do gerente da Cedro a seu parente João Geraldo da Silva Pereira datada de 24 de abril de 1873. In: Copiador de carta da CE período 18out182 a 10 abr 1879.

então uma pequena “batalha” entre o menino e a fábrica onde cada um passara a lutar com as armas que possuía. Claudino, por um lado, se escondia, esquivava-se e a fábrica, por outro, para sujeitá-lo usava de “*meios fortes*”. Nesse embate entre “Davi e Golias”, parece ter vencido o primeiro, uma vez que a “fábrica” acabou se convencendo que José Claudino somente se sujeitaria ao trabalho se fosse trabalhar na carpintaria de Chrispim.

Registra-se que vencido pela rebeldia do menino, o gerente, bastante desconsolado, relatava a um parente que “*não nos convindo muito, elle [José Claudino] quer entrar para a carpintaria de Chrispim (...) Fica, pois o menino com Chrispim para o Francisco [Mascarenhas] vir fazer-lhe a caridade de mudar a obrigação, para não criar um vadio.*”¹⁴⁸

Dessa forma, parece que a fábrica “perdia os anéis, todavia, não perdia os dedos”. Pois ver o menino na carpintaria de Chrispim, mesmo que a contragosto do interesse da gerência, era melhor do que deixá-lo nos braços da vadiagem, como bem se pôde apreender na fala do gerente. E o menino enfim venceu pela insistência, mesmo que sofrendo “meios mais fortes” de sujeição, conquistando (ainda que fosse apenas por um breve espaço de tempo) o lugar que sempre almejou: a carpintaria do considerado “*extremamente humano mestre Chrispim.*”

Por parte da fábrica, a experiência fabril ensinava diariamente a seus agentes disciplinares que para transformar meninos e meninas, pequenos corpos insubmissos oriundos, em sua maior parte, dos abrigos de órfãos e do meio campesino, em trabalhadores úteis, e quem sabe dóceis, era necessário se utilizar de grandes aparatos disciplinares para sujeitá-los ao trabalho.

¹⁴⁸ Ibidem.

Contudo, como já vimos, a experiência diária parece também ter ensinado aos pequenos trabalhadores que fazer “corpo mole”, “esconder” ou “fugir ao trabalho” poderia redundar em “conquistas” no interior da fábrica, mesmo que fosse a custa de duras penas.

O menino José Joaquim, contemporâneo de Claudino na fábrica, se constitui outro exemplo. Consta que Joaquim trabalhou ao lado de Claudino e, talvez, seguindo seus passos se insubordinava, desrespeitava os mestres e feitores, em virtude de querer exercer na fábrica plena liberdade, recusando, por isso, submeter-se a horários rígidos e ao cerceamento de sua locomoção.

Registrou-se que o menino de tão *“incorrigível e insubordinado que [se] mostrou, foi (...) necessário pedir-lhe indirectamente sua retirada da fábrica”*, confienciava o Mascarenhas. Mas, numa realidade social recheada de relações de proteção, o menino tinha quem o protegesse. Após longo impasse entre a fábrica que o recusava e os padrinhos que o protegiam, o gerente se lamentava dizendo que estava *“diante de um dilema: ou obrigar o menino a sujeição negando-lhe a ilimitada liberdade que a sua idade reclama (...) ou deixa-lo plenamente livre com os demais qui aqui trabalham”* (Sic).¹⁴⁹

Afinal de contas, o que seria essa tal “ilimitada liberdade que a idade reclamava”, presente na fala do gerente? Não temos ainda as respostas para tal, somente sabemos que acreditava a fábrica que era preciso frear essa ilimitada liberdade que a infância reclamava, para daí fazer subsumir a identidade infantil de meninos e meninas,

¹⁴⁹ Carta do gerente da Fábrica Cedro à senhora D. Maria Evangelista, datada de 12 de junho de 1873. In: Copiador de cartas CE – 1872-1879- p.61.

trabalhadores da mesma, dando visibilidade somente a uma identidade única, ou seja, a do trabalhador cumpridor de tarefas e gerador de lucros.

No final da querela travada entre o menino e a fábrica o gerente pareceu também ter se rendido à vontade de Joaquim, tendo em vista que terminara dizendo ao parente que *“aceito enfim o menino, adoptamos o segundo caso”*, ou seja, deixá-lo na fábrica *“plenamente livre com os demais”* [operários] *“qui aqui trabalham.”*¹⁵⁰

Portanto, se para José Claudino a rebeldia parece, aos nossos olhos, ter redundado em conquista de uma nova função no espaço fabril, para seu homônimo há fortes indícios que a mesma se traduziu em conquista de plena liberdade no interior fábrica, mesmo que também fosse a contragosto dos gerentes.

Contudo, se houve menores que, tal como Claudino e Joaquim, se rebelaram dentro da fábrica impondo suas vontades, mesmo que para isso sofressem “meios mais fortes”, houve, no entanto, outros que simplesmente buscaram romper com a intenção de controle da fábrica resolvendo o impasse através da tática da fuga.

Como foi o caso ocorrido, em 30 de outubro de 1893, na São Vicente, em que *“fugiram 03 meninos dos que lá vieram e não se sabe que rumo levaram, e dos quais dois são tutelados da Companhia.”*¹⁵¹

E como foi também o caso ocorrido na Fábrica Cachoeira, em que os menores Randolpho e Jose que, próximo do dia 30 de junho de 1889, talvez cansados de

¹⁵⁰ Ibidem. 61.

¹⁵¹ Caixa Box 22 A. In: Museu Décio Mascarenhas.

rígidas normas e de adoção de “meios fortes” por parte da fábrica, sorrateiramente, fugiram deixando, segundo o gerente, suas “*mães aflictíssimas com tal fuga.*”¹⁵²

Quantos outros que como Claudino, Joaquim, José ou Randolpho passaram por situações análogas no universo sombrio da fábrica? Quantos casos as fontes deixaram de revelar? Quantas outras estratégias normatizadoras foram utilizadas pelas fábricas e táticas, em contrapartida, foram adotadas por esses pequenos trabalhadores que, por fim, contribuíram para a tecitura de uma infância singular no interior do sistema fabril? Uma infância que resistia (fazendo corpo mole, ou escondendo-se, ou mesmo fugindo) ou, quem sabe, tivesse talvez aprendido táticas de negociação.

O referido texto objetivou, como acreditamos já ter explicitado, recuperar, de forma bastante descritiva, parte do possível cotidiano da criança na fábrica. A partir de agora tentaremos realizar uma discussão de aspecto mais analítico em torno da infância trabalhadora da fábrica. Será ainda nosso interesse, neste capítulo, pôr em destaque questões várias, tais como a origem da mão de obra infantil, as idades dos meninos na fábrica, bem como as condições de remuneração do trabalhador: idade e qualificação.

2. A origem da mão de obra infantil

GIROLLETI, 2002 (108) afirma que, em geral, a massa operária da Fábrica Cedro e Cachoeira vinha das baixas camadas sociais. Muitas vezes, os candidatos

¹⁵² Carta do gerente da Cachoeira Francisco Mascarenhas a Quintiliano Alves Ferreira (da fábrica de São Roberto) datada do dia 30 de junho de 1889. In: Copiador Carta Cachoeira 1889-1890 p. 202.

apresentados eram menores e moças pobres, arrimos de família, órfãos ou viúvas desvalidas. Ele acrescenta que vários desses menores trabalhadores da fábrica Cedro e Cachoeira poderiam ser procedentes de orfanatos ou asilos espalhados, alhures, na província mineira. Todavia, poderiam ainda advir de regiões circunvizinhas às fábricas ou mesmo serem filhos dos próprios operários da Companhia.

Analisando os livros de registro¹⁵³ de ambas as fábricas, no período de 1890 a 1915, foi possível chegar a conclusões que se aproximam em muito das suposições levantadas pelo autor.

No caso da Unidade da Cedro foram verificados 88 registros e os dados indicaram que os menores trabalhadores da fábrica eram oriundos de localidades diversas tais como Arraial Trayras, Sete Lagoas, Arraial do Jequitibá, Fazenda Gineta, Paraopeba, Pedro Leopoldo, bem como, Sabará.¹⁵⁴

Já em relação à unidade da Cachoeira foram perscrutados 76 registros de menores. Percebeu-se que semelhante à realidade apresentada pela unidade da Cedro a da Cachoeira também tinha seus menores originários de diversas localidades. Foi possível constatar meninos e meninas oriundos de regiões, tais como Cordisburgo, Conceição do Serro, Gouvêa, São Gonçalo e Datas.¹⁵⁵

Entretanto, não foram raras também as vezes em que nos deparamos com registros indicando que esses menores poderiam nascer ali mesmo, bem próximo da fábrica, ou seja, na vila operária e depois, quando então ganhavam certa idade, empregavam-se na fábrica. Como foi o caso de Norvina Theodoro, que nascida em

¹⁵³ Livros de Registro n° 1, 3, 7 e s/n°.

¹⁵⁴ É o caso, por exemplo, de Diolinda Joaquina dos Santos que nascida em 1896 ingressou aos 11 anos na fábrica no setor de tecelagem. A operária Diolinda dos Santos era procedente da histórica cidade de Sabará. In: Livro de Registro de operários da Fábrica Cedro.

¹⁵⁵ Nascida em 1897, Olympia Tarneirão se constitui noutro bom exemplo. Vindo da região de Datas, Olympia ingressou nos quadros da unidade da Cachoeira em 1901 quando ainda tinha a idade de 14 anos. In: Livro de registro de operários da fábrica constante no Museu Décio Mascarenhas.

1904, e natural da vila operária da fábrica do Cedro, ingressou na unidade da Cachoeira aos 11 anos de idade exercendo função na seção de fiação.

Duas são as hipóteses possíveis para o caso em questão: ou Norvina nasceu na Vila operária da Cedro e depois mudou-se para região de Curvelo incorporando-se logo em seguida na unidade da Cachoeira, ou ingressou-se primeiramente na fábrica da Cedro transferindo-se depois para compor o quadro de funcionários da unidade da Cachoeira.¹⁵⁶

Copiadores de cartas da Cachoeira mostram que esse mecanismo de transferência de operários era comum, pois, amiúde, ocorria convenção entre as fábricas no sentido de cederem funcionários entre si. A carta escrita, em 03 de novembro de 1890, pelo então gerente da Cachoeira Francisco Mascarenhas ao então gerente da fábrica têxtil Santa Bárbara pode corroborar tal afirmação:

“Tenho aqui um operário (trabalha d’esde o descaroçador até os [scritorios?] ou batedores) que está a muito com uma ferida [gullica?] no nariz, e que já desanimou com remédios, visto o pouco ou nenhum proveito. Pergunto-lhe se me poderá arranjar para esse moço um emprego por 2 meses, que lhe dê para as despesas, afim d’elle usar dos banhos ahi. Aguardo resposta n’esse sentido.”¹⁵⁷

Outro fato digno de nota é que, como vários menores nasciam nas vilas operárias, significa dizer que grande parte deles era parentela de operários, o que confirma a afirmação anterior de Giroletti. Na Cedro, dos 88 registros encontrados, 63 eram de crianças que nasceram na vila operária. Já na unidade da Cachoeira, por sua vez, dos 76 registros analisados 55, ou seja, 72,37% eram de menores procedentes da vila operária dessa fábrica.¹⁵⁸

¹⁵⁶ Livro de registro de operários.

¹⁵⁷ Documento encontrado no Copiador de Cartas da Cachoeira de 1890. p139.

¹⁵⁸ Nascido na vila operária da unidade da Cedro, Adolpho Gonçalves, ainda menino, ingressou na fábrica da Cedro no ano de 1899, quando então tinha a idade de 12 anos exercendo possivelmente a função de fogaista. Também nascida na vila operária, porém na da Fábrica Cachoeira, no ano de 1900,

Havia casos em que famílias inteiras ingressavam na fábrica. Tal mecanismo ocorria talvez porque os pais ou tutores viam nesse ato a possibilidade de impedir que os menores sob sua responsabilidade se inserissem na perversão ou delinquência ou/e porque *“o assalariamento de menores e órfãos era, muitas vezes, forçado pelos próprios pais ou pelos seus responsáveis, como única maneira de garantir a sobrevivência própria e da prole”* (Giroletti, 1991).

Isso parece se confirmar, pois não foram raras as vezes que encontramos nos registros das fábricas casos em que pais e filhos vendiam suas forças de trabalho no processo de produção. Houve até registros que mostraram 1ª, 2ª e até 3ª geração de famílias trabalhando na fábrica. Famílias essas como a Tarneirão, a Militão, a Sant’anna, a Trindade entre outras.¹⁵⁹

No tocante a família Militão, por exemplo, consta no livro de ponto de 1915 que o patriarca da família, Dionilio Militão, trabalhou no processo de produção da unidade da Cedro. Dionilio depois se casou com Brígida Alves Damasceno e da união desse casamento nasceram em 1900, José Militão e em 1906, Maria Militão. Mais tarde, ambos os filhos ingressaram na fábrica, ele em 1910, aos 10 anos de idade, na carpintaria e ela em 1919, aos 13 anos, na tecelagem. Tempos depois, José Militão, por sua vez, casou-se com a pedroleopoldense Antonieta Sant’anna, também operária da fábrica.¹⁶⁰ Dessa união nasceu, em 1934, Brígida Sant’anna Militão que, por sua vez, ingressou na fábrica na década de 1940 com a idade de 15 anos. E segundo informação de funcionários do Museu Décio Mascarenhas, até nos dias atuais existem remanescentes dessa família na fábrica.

Maria Peracio, por sua vez, ingressara na fábrica em 1911 com a idade 12 anos. In: Livro de registro de operários da fábrica.

¹⁵⁹ Livro de registro de operários da fábrica. In: Museu Décio Mascarenhas.

¹⁶⁰ Consta no Livro de Registro de empregados S/Nº da Cedro que Antonieta Sant’anna ingressou na Cedro em 1906 aos 10 anos de idade na seção de tecelagem.

Vale ainda dizer que, como já vimos, para o caso das moças que vinham de fora, a fábrica construiu uma instalação que apesar de laica, denominava-se “convento” onde eram recolhidas as moças operárias, instalação a qual existe até hoje, porém, transformada em local de abrigo para Museu Industrial Décio Mascarenhas. No Relatório Anual de 1905 enviado pelo diretor gerente da Companhia Cedro e Cachoeira à Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas há referência sobre o “convento”:

“Um excelente e arejado prédio recentemente construído para o convento esta sendo habitado por avultado número de moças operárias, que viviam mal acomodadas no antigo convento.”

Consta, nos registros analisados, que o “convento” era regido por uma senhora dotada de “*excellentes qualidades*”¹⁶¹, bem como, de “*confiança*”¹⁶² na fábrica, a qual era referida com o sugestivo nome de *abadessa*. Sob a responsabilidade da mesma ficava a alimentação geral das moças e meninas operárias hóspedes do convento as quais, por sua vez, deveriam pagar àquela, “*compettentes*”¹⁶³ diárias para cobrir os respectivos gastos com sua manutenção.

Vale ainda dizer que, as conventuais se submetiam a um estreito controle. Somente saíam para ir à fábrica, à missa, ou à escola e, nos dias especiais e aos domingos, para realizar passeios pela região, sempre acompanhadas e vigiadas de perto pela “*abadessa*”. Além disso, dispunham de “*médico e de botica por conta da fábrica*”¹⁶⁴.

Deviam ainda prover, às suas próprias custas, os gastos relativos a comestíveis e vestuários, fazendo-o sob regime de comunidade, e por conta disso “*a despeza de alimentação*”, discursava o gerente, “*tornava(se) medíocre para cada uma* ,

¹⁶¹ Carta do gerente da Cedro ao Sr. Cel Gregório José Velloso (de Montes Claros) datada de 17 agosto de 1889. In: Copiador de carta Cedro 1888-1889. P.419.

¹⁶² Ibidem.

¹⁶³ Ibidem.

¹⁶⁴ Ibidem.

visto [que eram] *repartido(s)* [os custos] *entre todas, sendo a cosinha (Sic) uma só*”¹⁶⁵.
Portanto, quanto “*maior [era] o número [de conventuais], mais favorável se tornava a despesa a cada uma.*”¹⁶⁶

Dessa forma, conforme se pôde apreender do relato, devido a esse regime de comunidade, quanto maior era o número de hóspedes no convento, menor era o custo com a manutenção. Por outro, por conta desse mesmo regime, a saída ou fuga de uma operária do convento gerava inevitavelmente o aumento de gastos para aquelas que permanecessem na instalação.

Também para os meninos “órfãos de fato”, oriundos de orfanatos ou de outras localidades, a fábrica possuía instalações do tipo dormitório para abrigá-los. Conforme o trecho em carta escrita a 18 de março de 1890 pelo gerente da cachoeira a seu companheiro da Cedro: “*Tenho muita necessidade de tecelonas e se puder vir cinco tanto melhor, uns dois ou três meninos, para quem tenho casa e emprego para todos.*” (grifos meus) (Cx. De correspondência Rec. 1890).

Além de oferecer dormitórios e escolas para os meninos órfãos oriundos de outras localidades, a fábrica ainda fornecia-lhes remédios e roupas.¹⁶⁷

Portanto, muitos dos menores da fábrica Cedro e Cachoeira eram originários de orfanatos e logradouros situados em localidades circunvizinhas à fábrica. No entanto, grande parte deles eram filhos e filhas de operários procedentes da vila operária adjacente à fábrica. Nesse sentido o capital se utilizava não somente do trabalhador assalariado, mas muitas vezes de toda sua prole.

¹⁶⁵ Ibidem.

¹⁶⁶ Ibidem.

¹⁶⁷ Caixa Box nr 02 A In: Museu Décio Mascarenhas.

3. As idades dos meninos na fábrica

Engels (1975:258), analisando a situação dos trabalhadores na Inglaterra percebeu que várias crianças a partir dos seis, sete ou oito anos trabalhavam durante dez ou doze horas por dia, em pequenas salas com uma atmosfera pesada. Ele acrescenta que o trabalho de enrolar o fio nas bobinas (as dobadeiras) era realizado por raparigas de 14 anos ou mais. E logo em seguida, essas bobinas eram colocadas na máquina por “rapazes” com “*idades variáveis entre os oito ou mais anos, os quais enfiavam o fio em pequenos orifícios*”. Percebemos então, conforme as observações desse autor, que as fábricas inglesas absorviam, amiúde, em seu quadro de operários, crianças de poucas idades.

Para o caso tupiniquim percebeu-se que, alhures, as fábricas também se utilizaram da força de trabalho de “menores” de poucas idades. A partir de 1840, à medida que aumentava o número de fábricas têxteis era cada vez maior a quantidade de mulheres e de menores na indústria. Muitos desses menores não tinham mais de 10 anos e trabalhavam o mesmo número de horas diárias que os adultos. Foot; Leonardi (1982, p.116) acenam em seu trabalho que havia, nas fábricas por eles analisadas, casos de “meninos e meninas de 5 ou 6 anos trabalhando 12 horas diárias na indústria têxtil.”

E parece que essa prática de arregimentar crianças de tenra idade nas fábricas, principalmente as têxteis, se alongou até boa parte do século XX, pois não denunciava Adelino de Pinho, em seu artigo datado de 19 de dezembro de 1922, que crianças de todas as idades, desde os oitos anos, ainda continuavam entulhando as fábricas de tecidos e outras mais? Pinho (apud Passeti, 1991, p. 355).

Em Minas Gerais, por sua vez, os registros mostram que, seguindo à tendência apresentadas em boa parte das fábricas nacionais, as faixas etárias das crianças presentes no trabalho fabril têxtil também eram baixas. A fábrica Cassu, localizada em Uberaba, registrava ainda no ano de 1886 que trabalhavam em seu interior 61 pessoas, dos quais “10 eram meninas de 8 a 14 annos” [e] “20 meninos de 7 a 12 annos”¹⁶⁸. Portanto, a considerar os dados fornecidos pela fábrica constata-se que praticamente a metade da mão de obra da mesma era composta por meninos e meninas de pouca idade.

A Fábrica Cedro e Cachoeira parece também não ter fugido à regra. Ao perscrutarmos os Livros de Registro da fábrica percebeu-se que ela utilizou-se de menores de quase todas as idades, inclusive daqueles de poucas idades. Conforme

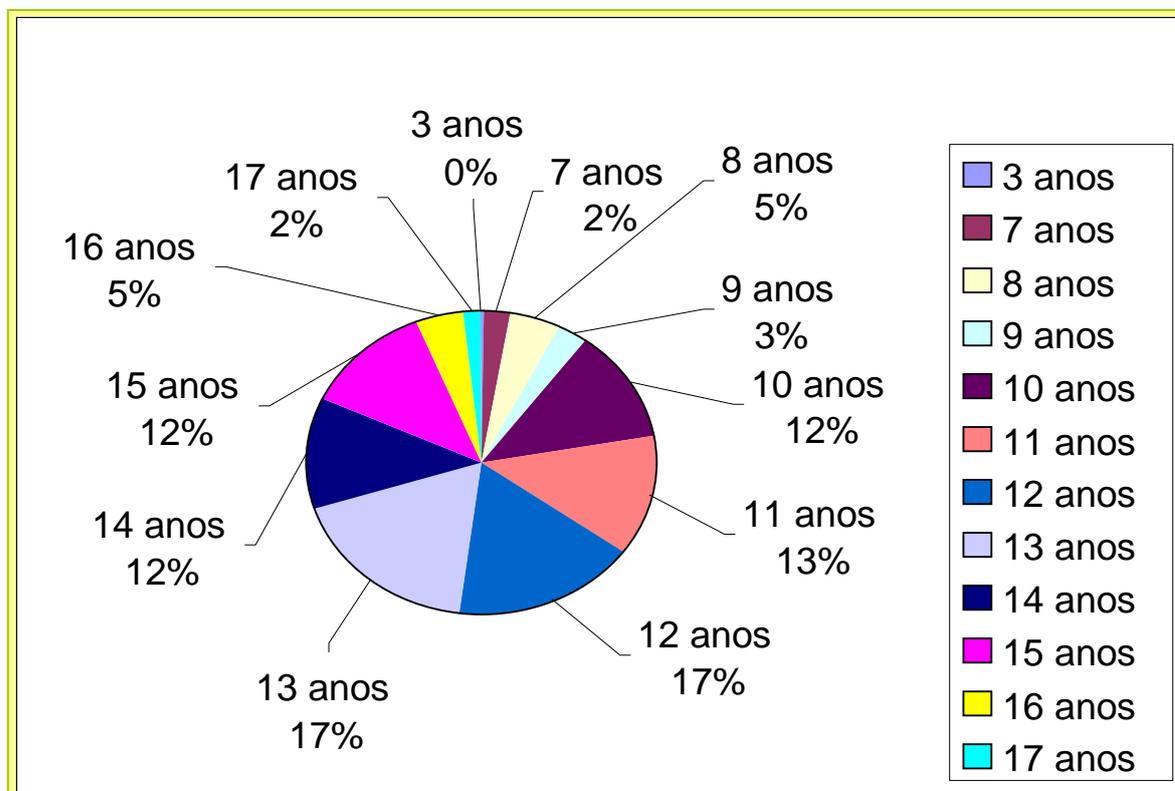


GRÁFICO 1- Percentual de faixas etárias de operários infantojuvenis no interregno de 1890-1920. (Fonte: Livros de Registro de Empregados da Fábrica CCC. IN: Museu Décio Mascarenhas).

¹⁶⁸ Ver in: LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. 1988. P. 234.

Primeiramente, deve-se assinalar que estamos aqui chamando de trabalhador “menor” à definição atribuída apenas às crianças menores de 14 anos, idade essa, que no mundo do trabalho, foi tida, à época analisada, como marco divisor entre as etapas da menoridade e da maioridade conforme bem sugere Nogueira (2009, p.67) em seu importante trabalho. Apresentando argumentação semelhante e complementar, Libby (1988, p.234) diz também acreditar que a categoria de órfãos incluísse somente menores de 14 anos.

Vale ainda dizer que, na íntegra, o relatório elaborado pelo gerente da fábrica Cassu talvez também seja bastante sugestivo para se pensar a questão defendida pelos autores acima, dado o gerente ter registrado que ao lado de “*15 mulheres maiores de 14 annos e 10 homens [também] maiores de 14 annos* trabalhavam ‘*10 meninas de 8 a 14 annos*’ [e] ‘*20 meninos de 7 a 12 annos.*’ ”¹⁶⁹ Portanto, parece-nos, que no mundo do trabalho, ser referido como “menino”, “menina” ou “menor” significava também dizer que o indivíduo provavelmente estava inserido dentro de uma faixa etária compreendida dos 14 anos para baixo, todavia, ser referenciado como “homem”, “mulher”, “adulto”, ou também como “maior”, provavelmente subtendia que o trabalhador estivesse nas faixas etárias além dos 14 anos.

Destarte, também estamos cômnicos, conforme sugere Libby (1988 p. 234), de que muitos dos indivíduos que nos relatórios são referidos como “adultos” tinham, na verdade, idade de 15, 16 ou 17 anos, estando assim, ainda inseridos na categoria de adolescente. Também somos sabedores de que analisar acerca das idades dos sujeitos históricos do século XIX (e quem sabe mesmo do início do século XX) não é tarefa simples dada à imprecisão dos registros de nascimento do período em questão.

¹⁶⁹ Ibidem, p. 234

Não obstante a destacada imprecisão é certo, no entanto, que vários indícios que apresentaremos mais adiante nos levam a acreditar que na fábrica Cedro e Cachoeira labutavam, ao lado de adultos, crianças de tenras idades.

Dessa forma, é digno de nota que, foram localizados, no período de 1890-1915, 234¹⁷⁰ trabalhadores infantojuvenis de diferentes idades vendendo sua força de trabalho nas unidades da Cedro e Cachoeira. Pôde-se apreender que boa parcela deles era composta de indivíduos adolescentes de idade entre 15, 16 e 17 anos, representando, respectivamente, um percentual 12%, 5% e 2% do total encontrado.

Entretanto, desses 234 trabalhadores infantojuvenis, constatou-se que o grosso desse efetivo era composto por indivíduos definidos, no universo do trabalho, como “menores”, principalmente aqueles inseridos dentro de faixas etárias compreendidas entre os 12 e 13 anos, faixas que perfaziam, tanto uma quanto outra, 17% do total analisado. Como foi, por exemplo, o caso de Gabriel Calistrato de Sant’anna.

Nascido em Conceição do Serro no ano 1894, Gabriel ingressara na fábrica aos 13 anos de idade na seção de ferraria e permaneceu trabalhando na mesma entre período delimitado de 1907 a 1956, perfazendo um total de 49 anos de serviço.

Caso semelhante foi também o de Severino Eugênio o qual, natural da cidade de Paraopeba, ingressou na fábrica no ano de 1897 quando tinha ainda a idade de 12 anos exercendo a função de ajudante de engomadeira.

¹⁷⁰ Acreditamos, porém, que seja bem mais expressivo o número de crianças que ingressaram na fábrica nesse período. No entanto, estamos trabalhando com o que foi possível recolher dos documentos uma vez que boa parte da documentação parece ter sofrido algum tipo de dano.

Bastante expressivo também foi o número de menores que entraram na fábrica a partir dos 11 anos de idade. Esta faixa etária representou uma média de 13% do total dos menores analisados.

Não menos importantes foram ainda as faixas etárias correspondentes a 14 e 10 anos de idade, as quais representaram 12% cada. Todavia, não foram raras as vezes que os documentos revelaram o uso da força de trabalho de meninos de oito e sete anos no processo produtivo, perfazendo um total de 5% e 2% respectivamente.

Também foi possível verificar através dos documentos da fábrica pelo menos cinco casos em que menores de sete anos incorporaram como trabalhadores da fábrica. Como foram, por exemplo, os dos menores operários Theóphilo Esteves e Nazaret Soares, os quais entraram na fábrica aos sete anos de idade nos anos de 1901 e 1910¹⁷¹ respectivamente.

Portanto, eram expressivas as faixas etárias dos menores que possuíam idades que iam dos 10 a 14 anos, conforme atesta o gráfico. Por outro lado, embora os dados também revelassem a presença de menores com idades bastante reduzidas, ou seja, seis e sete anos, essa faixa etária apareceu, entretanto, apenas de forma bastante diminuta. Acreditamos que um dos motivos para esse percentual tão baixo seja talvez porque, diferentemente dos menores compreendidos nas faixas mais altas, ou seja, de 10 a 14 anos, aqueles possivelmente, devido à reduzida idade, não corresponderem tão bem à exigência de boa produção requerida pela fábrica. Tudo leva a crer que os meninos e meninas de nove anos para baixo devido, quem sabe, à fraca compleição corporal produzissem muito aquém do necessário pretendido pela fábrica e fossem preteridos pelos de maior idade..

¹⁷¹ Livros de Registro de Empregados s/nº e livro de Registro de Empregados nº1 (ambos da Cedro).

O relato contido em uma carta enviada pelo gerente da Cachoeira ao senhor Francisco Xavier de Almeida por volta do ano de 1894 talvez seja bastante elucidativo para respaldar nossa suposição. Nele o gerente dizia que:

“Cá chegarão felismente as moças que (...Vexcel...) recomendou-me incontinente [e] foram recolhidas ao convento, onde são bem zeladas e trabalham satisfeitas, dentre as que vieram, há 3 pequenas que actualmente não ganham nem para comer, o que não é conveniente para elas. Portanto peço que tem de mandar-me mais moças, venham somente aquelas que possam prestar maiores serviços” (Sic) (Grifos meus).

Como podemos perceber na carta, o gerente agradece a seu interlocutor pelo envio das “moças” para a fábrica, todavia, reclama que entre as mesmas chegaram três pequenas –acreditamos que o termo “pequena” estava se referindo a meninas de tenra idade– as quais, segundo o gerente, não ganhavam “nem para comer”. Ele ainda acrescentara que desejava “moças” que pudessem “prestar maiores serviços”. Portanto, talvez isso explique o porquê do maior percentual de menores entre faixas etárias compreendidas entre 12 a 14 anos, os quais, provavelmente poderiam produzir quantidade de trabalho mais próxima daquilo que desejava a fábrica.

Opinião semelhante a que aqui queremos mostrar pode ser encontrada na análise feita por Lima (2009, p.153), uma vez que a autora, ao discutir acerca da idade das moças trabalhadoras da fábrica (passível de ser estendida para também se pensar o caso dos meninos), diz que em muitas das cartas, os gerentes se preocupavam em estabelecer algumas características consideradas importantes para as candidatas ao trabalho nas fábricas. Ela, também, diz acreditar que expressões como “robustas”, “sadias”, “desembaraçadas”, “práticas”, “inteligentes” e que “tivessem acima de 14 anos”, talvez estivessem sinalizando a importância dada à compleição física da operária sugerindo, por outro lado, que as moças franzinas poderiam ter dificuldades em realizar

as tarefas. Pois, deveriam ter agilidade suficiente para acompanhar o ritmo imposto pela máquina e serem suficientemente inteligentes para operá-las.

Contudo, há indícios de que diante de uma eventual falta de trabalhadoras com idade acima de 14 anos os empregadores tolerassem o recrutamento daquelas que estivessem na faixa de idade próxima dos 15 anos, ou seja, 12, 13 ou 14 anos, desde é claro, que tivessem boa compleição física. Isso talvez ajude a explicar a maior porcentagem de trabalhadores nas faixas de idade dos 10 a 15 anos.

Não obstante a preferência por meninos de maiores idades a fábrica, como já vimos, não recusara os mais novos. Talvez isso se desse porque, aos olhos do poder patronal, ter meninos de pouca idade na fábrica, ainda que produzissem aquém do almejado, era melhor do que deixá-los entregues na “escola da vadiagem”, como bem vimos na discussão acerca do menino Claudino no tópico anterior.

Segundo Rago (1985, p.136-137) na visão do poder patronal, a função moralizadora do trabalho justificava a introdução nas indústrias, mormente as têxteis, de um vasto contingente de menores, principalmente aqueles com “pouquíssimas” idades. Ela acrescenta que, como já ficou evidenciado no primeiro capítulo, o trabalho naquela perspectiva aparecia como uma maneira salutar de impedir a vagabundagem e o desperdício das energias das crianças. E, portanto, ganhava cores de benefício, por parte do poder patronal, o fato do patrão aceitar em sua propriedade pais e filhos, permitindo que trabalhassem lado a lado, aprendendo juntos nesta “escola das virtudes” que era fábrica.

Portanto, o fato da criança começar a trabalhar com pouca idade gerava na mesma, conforme se pensava à época, salutar hábitos de trabalho. Não podemos também esquecer que Antonio F. Bandeira Junior, em seus levantamentos sobre a

situação da indústria no Estado de São Paulo (passível de ser estendida para também se pensar o papel social do trabalho em Minas Gerais no período em análise), defendia ardorosamente a participação das crianças no trabalho fabril, representado como atividade positiva e vantajosa tanto para se evitar a emergência de marginais e ociosos na cidade quanto por formar o caráter e propiciar a aprendizagem de uma profissão aos futuros homens da nação (Hall; Pinheiro, 1979 apud Rago, 1985, p.137).¹⁷²

“É considerável o número de menores, a contar de cinco anos, que se ocupam em serviços fabris percebendo salários que começam por duzentos réis diários; mais do que isso, têm esses menores a vantagem de adquirir hábitos de trabalho, aprendendo um ofício que lhes garante o futuro, ao passo que não aumentam a falange dos menores vagabundos que infestam a cidade.” (Grifos meus).

O caso da menina América também serve para ilustrar a questão. Ao analisarmos o Livro de Registro da Cedro encontramos o registro de uma menor de pouca idade figurando entre os trabalhadores da fábrica. Nascida na vila operária da Cedro no ano de 1908, América Gonçalves da Trindade ingressou na fábrica em 1911 aos três anos. Vale antes dizer, que embora possa parecer estranho uma menina de tão pouca idade estar trabalhando na fábrica, pesquisas recentes vêm, entretanto, mostrando que no período analisado inserir-se precocemente no mundo do trabalho não era uma prática estranha.

Lewkowicz et al. (2008, p.120), em sua importante obra, analisando o censo de 1831 verificou que, na cidade mineira de Mariana, crianças de “*três ou quatro anos de idade*” já apareciam com ocupação de trabalho definida. Segundo ainda a autora, a partir dos cinco anos, o contingente dos que ingressavam na força de trabalho não parava de crescer. Portanto, como já dissemos, parece que arregimentar crianças de três,

¹⁷² Referência completa: Hall, Michael; Pinheiro, Paulo Santos. A classe operária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979 apud RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

quatro ou cinco anos não era uma prática estranha às fábricas tupiniquins existentes à época e, é possível, que tal costume tenha sobrevivido ao tempo e continuado a informar as práticas sociais no contexto em que estamos analisando.

É bem verdade que, no tocante às baixas idades apresentadas por alguns dos menores analisados, somos cômicos de que a questão suscita alguns questionamentos e desconfiança dada a imprecisão dos registros de nascimento fornecidos à época estudada. Mas, vale dizer que, vários indícios apresentados durante a pesquisa da documentação nos levaram a acreditar que na fábrica havia a existência de menores com baixas idades labutando no processo de produção.

Analisando os demais membros da família de América verificou-se que havia entre os mesmos, a “experiência” de se inserirem cedo no mundo do trabalho. Os dados acerca da família da menina indicam que ela fazia parte de um grupo familiar onde todos, pai, mãe e os irmãos mais velhos entraram muito novos em contato com o mundo fabril e, tudo indica, que essa prática tenha também se reproduzido em relação à América, uma vez que a família carregava consigo um histórico de vida que revela uma íntima e precoce relação com o trabalho.

Symphonio Gonçalves da Trindade, que no futuro viria ser o pai de América, por exemplo, ingressou na fábrica Cedro no ano de 1882, quando tinha ainda idade de 13 ou 14 anos. Não sabemos a função que exercera de início na fábrica, todavia, ele aparece em outros registros exercendo, talvez mais tarde, a função de feitor de meninos. Tempos depois, Symphonio então conheceu Amélia Gonçalves vindo com essa contrair matrimônio.

Frutos dessa união nasceram possivelmente três filhos, destacadamente, Maria Gonçalves da Trindade, José Gonçalves de Trindade, e, por fim, América

Gonçalves da Trindade. Verificou-se que, seguindo o exemplo dos pais, os irmãos de América também entraram com idade precoce na fábrica. José Gonçalves, por exemplo, nascido em 23 de agosto de 1903, na cidade de Paraopeba, ingressou na Cedro em 08 de agosto do ano de 1910 quando tinha ainda a idade de seis anos.

Nascida dois anos mais tarde, ou seja, em 1905, a irmã de José e de América, Maria Gonçalves da Trindade, incorporou na fábrica em sete de janeiro de 1914 quando então tinha a idade de oito anos. Também não temos a função que Maria Gonçalves exercera nos primeiros anos na fábrica, mas consta que trabalhou na tecelagem vencendo uma diária de 2.500 réis.

Por fim, como já explicitamos, consta que América Trindade, por sua vez, nascida em 1908 ingressou na fábrica, no ano de 1911, antes ainda de completar totalmente os três anos de idade. Somos levados a pensar que o fato de sua mãe levá-la à labuta diária na fábrica talvez possibilitasse àquela conciliar, ao mesmo tempo, a difícil tarefa de ter que trabalhar e cuidar da filha.

E, é possível que no contato inicial com o universo fabril a menina fosse desempenhando tarefas bastante rudimentares dentro da fábrica vindo, à medida que os anos iam passando, a desempenhar funções mais complexas, processo no qual a fábrica possivelmente pretendeu ser uma “escola” que servira para incutir-lhe hábitos de trabalho.

Portanto, tudo indica que, no período entre 1890-1920, menores de várias faixas etárias vendiam suas forças de trabalho na Cedro e Cachoeira. Acreditamos, porém, à luz das fontes, que o grosso desses menores estava dentro das faixas etárias compreendidas entre os 12 e 14 anos. Entretanto, não foram raras as vezes que os dados revelaram existir na Cedro e Cachoeira meninos e meninas de ainda tenra idade, mais

especificamente, de seis, sete e oito anos trabalhando, havendo, até mesmo (aos olhos de hoje) um curioso caso de uma menina de três anos incompletos fazendo parte do corpo de operários da fábrica.

4. Condições de remuneração do trabalhador: idade e qualificação

A mecanização da produção têxtil foi marcada mundialmente pela intensificação do uso de trabalho infantil. A bibliografia internacional, bem como a nacional apontam como um dos fatores determinantes no uso intensivo de mão de obra infantil nas indústrias do século XIX e primeiras décadas do XX (no caso brasileiro) o pagamento de menores salários do que aqueles previstos para o trabalhador adulto. Batalha (2006) afirma que: *“crianças eram usadas como mão de obra barata e desqualificada no trabalho industrial, ganhando em torno de metade do trabalhador adulto”*. Por sua vez, autores como Foot & Leonardi, 1982, p.186; Vaz, 1990, p.197; Giroletti, 1991, p.98, Rago,1985, p.140, se convergem ao afirmarem que a causa ou uma das causas que contribuía para que o trabalho infantil lograsse êxito foi porque seu emprego favorecia certos mecanismos de superexploração, entre eles, o rebaixamento de salários.

Cabe analisar a relação entre o trabalho infantil e o processo de industrialização e desenvolvimento capitalista. O próprio movimento operário inglês organizou-se tendo como uma das principais reivindicações na primeira metade do século XIX a restrição ao trabalho infantil nas fábricas. Por um lado, pelas condições de insalubridade e pelas longas jornadas de trabalho. Por outro, por lançar no desemprego

grande parte dos trabalhadores adultos, como já apontado, por priorizar-se a contratação de menores com salário inferior. Questão que se reproduziu na organização dos operários brasileiros na primeira metade do século XX (Vide Batalha, 2008).

No entanto, no caso da Cedro e Cachoeira, no recurso às fontes, indica-se relativizar a universalidade da afirmação de uma remuneração infantil inferior. Foi possível observar que alguns trabalhadores menores ganhavam salário igual ou até mesmo maior do que os recebidos por alguns trabalhadores adultos. Como foi o caso, por exemplo, do trabalhador Cândido Alves, 13 anos de idade, que trabalhava na turma de conservação de rego e açude. Consta que no ano de 1901, o menor Cândido recebia uma diária de 1800 réis mesmo valor recebido por Theophilo Corrêa, adulto de 29 anos¹⁷³. Cândido recebia salário superior ao de Levindo Eugenio, 16 anos, integrante da turma de conservação de rego e açude. Consta que Levindo recebia, por sua vez, um salário de 1500 réis (diária).

Trabalhando ainda na fábrica na condição de “menor”, o operário Adolpho Coco se constitui outro caso digno de análise. Coco recebia um salário de 1500 réis pelos trabalhos prestados na turma de conservação. Se compararmos o salário de Coco com o de Cândido Alves, discutido anteriormente, verificaremos que o primeiro recebia um vencimento um pouco inferior em relação ao recebido por Alves. Mas, vale destacar que, na seção de conservação de rego e açude várias especialidades estavam presentes. Havia naquela repartição carpinteiros, pedreiros, carreiros, carapina e ajudantes. Verificando a função que Adolpho Coco desempenhava na fábrica, percebeu-se que o mesmo era ajudante.¹⁷⁴

¹⁷³ Livro de Ponto da Cedro, ano 1901, semana de 21 a 26 de janeiro. In: Museu Décio Mascarenhas.

¹⁷⁴ Manuscrito de 10 de fevereiro de 1901 e Livro de Ponto da Fábrica Cedro de 1901. Ambos localizados In: Museu Décio Mascarenhas.

Dessa forma, somos inclinados a pensar que o motivo pelo qual Coco recebesse salário inferior ao de Cândido Alves talvez fosse menos a condição de “menor” e mais a sua especialização inferior. É provável que a função de ajudante não fosse considerada pela fábrica algo que demandasse grande habilitação. Logo, não seria também forçoso pensar que talvez o menor Cândido Alves, por sua vez, talvez exercesse naquela seção uma função que demandasse alguma especialização e, portanto, justificasse seu salário superior ao de alguns adultos.

Vejamos ainda o caso das tecedeiras. Segundo Libby (1988, p. 245), analisando a questão salarial da Cedro e Cachoeira, “*as tecedeiras recebiam salários maiores que o grosso do operariado (...) encabeçavam as turmas, sugerindo que constituíam figuras de prestígio dentro da comunidade fabril.*”

Deveríamos supor que as funções de tecedeiras fossem, portanto, monopólio dos adultos dado o prestígio salarial que possuíam, conforme apontou o autor. Mas, confrontando o *Livro de Registro de Operários* com a *Relação das Máquinas e do Pessoal da Fábrica do Cedro* datado de 1915, foi possível perceber que as tecelãs, independentemente da idade que possuíam, recebiam por metro. Verificou-se também que, das mulheres que trabalhavam na tecelagem, a média de idade era de 18 anos.

Porém, ao lado de trabalhadoras adultas de idades variando entre 20 e 28 anos co-labutavam mocinhas de 13 e 14 anos. Como foi o caso, por exemplo, de Noemi Pereira Corrêa, 13 anos e Izabel de Freitas Guimarães, 14 anos, ambas tecelãs. Isso significa dizer que também na tecelagem a condição geracional parece não ter se constituído como fator diferenciador na remuneração salarial, já que tanto as menores quanto as adultas recebiam por metro.

Há também o caso de Nazareth Soares (13 anos). Nazareth trabalhava na função de urdideira recebendo por hora 130 réis que era um salário superior ao recebido por Rozario Cândido, de 20 anos. Esta, por sua vez, trabalhava como desmanchadeira e recebia um salário/hora de 100 réis. Mesmo havendo uma significativa diferenciação etária, isso não significou desvantagem salarial para a urdideira em relação à desmanchadeira. Tudo leva a crer que urdir demandasse mais habilitação do que desmanchar. O salário de Nazareth Soares era também maior do que o recebido por Henriqueta Cândida, 25 anos, que trabalhando de meadeira recebia um salário/hora de 110 réis.



FIGURA 8 - Presença de menores trabalhando na seção de tecelagem da fábrica Marzagão, realidade talvez não muito diferente à encontrada na fábrica Cedro e Cachoeira conforme sugerem fontes.
Fonte: Nogueira (2009, p.74)

Diante dos dados, novamente enfatizamos que a relação estabelecida pela bibliografia especializada entre condição geracional e remuneração salarial merece ser relativizada. Verificou-se que muitos menores recebiam baixos salários. Mas notou-se também que muitos deles poderiam receber salário igual o maior aos recebidos pelos adultos. Acreditamos, portanto, que na Cedro e Cachoeira não era a idade o fator determinante dos baixos salários e sim a especialização que os trabalhadores possuíam, independentemente de serem os mesmos menores ou não. Mas o que teria então motivado os empresários da Cedro e Cachoeira a optarem pelo emprego de meninos e meninas em seu quadro de operário?

Apresentar respostas definitivas ao fenômeno em questão não é tarefa das mais simples. Analisando diferentes fontes bibliográficas percebemos que há várias respostas para as possíveis causas da opção pela mão de obra infantil.

Versiani (2002, p.203), pesquisando acerca da realidade de fábricas têxteis situadas em solo baiano (passível de ser estendido para se pensar o caso da Fábrica Cedro e Cachoeira) considera, entre vários fatores, que uma das causas das primeiras indústrias têxteis em optarem por trabalhadores infantis foi devido às crianças possuírem aptidão específica para o tipo de tarefas exigidas de um operário têxtil, pois pelo fato de a produção têxtil doméstica, comumente, envolver mulheres e crianças, fazia delas uma fonte “natural”¹⁷⁵ na oferta de mão-de-obra para as indústrias.

Argumento semelhante é utilizado por Libby (1988, p. 234) que, por sua vez, acredita que as causas da preferência pelo trabalho infantil foram motivadas porque as tarefas exercidas no setor têxtil demandavam um pouco de destreza e bastante disciplina e “docilidade”. Para ele essas características são facilmente produzidas ou encontradas nas crianças.

Já para o caso da Fábrica Cedro e Cachoeira, em específico, Giroletti (1991) considera que uma das causas pela preferência pela mão de obra infantil foi devido ao fato dessa categoria ter

¹⁷⁵ Não estamos aqui querendo concordar ou não com esse autor no que se refere a essa afirmação. Queremos somente apresentar ao leitor algumas das várias respostas dos autores sobre as causas do trabalho infantil.

sido considerada pelos empregadores das fábricas como bastante assídua e constante no trabalho. Um outro motivo da preferência por essa categoria de trabalhadores estava no fato de que por serem os operários “menores”, em sua maioria, solteiros, o uso de sua mão de obra tornava-se vantajoso, haja vista, o fato de que não demandasse custos com construção de habitação.

Giroletti (1991, p.122) descarta os argumentos que defendem a filantropia como causa da preferência pelo trabalho infantil. Segundo ele, o recrutamento de mão de obra portava-se por regras claras e definidas e não por razões filantrópicas ou caritativas. Pelo contrário, o recrutamento era ditado pela eficiência e racionalidade econômicas, pela busca do lucro e pela perspectiva se de formar um plantel de trabalhadores especializados para garantir maior eficácia e melhorar o padrão de qualidade dos produtos.

Percebe-se então que são múltiplas as possíveis causas de arregimentação da mão de obra infantil pelas fábricas têxteis. O certo é, que apontar questões de superexploração salarial como causa para contratação de “menores” na Fábrica Cedro e Cachoeira certamente se constitui atitude imprudente de nossa parte.

Vale ainda dizer, que a carta de Theophilo Marques a Celestino Soares da Cruz, pode contribuir um pouco para respaldarmos nossa argumentação. Na carta o gerente destacando o aspecto habilitação dos operários informava que “*a respeito das operárias vindas (...) não trabalham nas condições comuns, cada uma (ganha) segundo as habilitações que tiver, e conseqüentemente com o salário que for estipulado*”¹⁷⁶ (*Grifo meu*). Logo, percebemos que as habilidades individuais tinham peso maior na negociação salarial, especialmente dada à carência de mão de obra especializada.

Neste caso, a condição de trabalhador com um conhecimento técnico determinante para o exercício da função impunha-se em relação a identidade

¹⁷⁶ Carta de Theophilo Marques a Celestino Soares da Cruz, datada de 20 de março de 1890. In: Copiador de Cartas da Cedro anos 1889-1890.

geracional. Para além da condição infantil, era enquanto trabalhador melhor qualificado que tais sujeitos eram apreendidos na lógica empresarial.¹⁷⁷

¹⁷⁷ Vale destacar que, não estamos aqui querendo dizer que os trabalhadores da fábrica não estivessem debaixo de um regime de superexploração salarial. Analisando os trabalhos de Duarte (1991) e Lima (2009) é possível verificar que os salários pagos aos operários em geral eram bastante baixos chegando quase ao nível de sobrevivência. No entanto, vimos que as análises generalizantes que defendem a superexploração pelo capital de menores em relação a adultos devem ser relativizadas.

CAPÍTULO III
AS ESCOLAS NOTURNAS DA FÁBRICA CEDRO E
CACHOEIRA

No transcorrer da segunda metade do século XIX, na província mineira e alhures, diversas fábricas têxteis passaram a registrar em seus relatórios a manutenção de escolas noturnas para seus operários ou filhos desses (Libby, 1988). Na tentativa de lançar luz sobre as possíveis causas que motivaram seus idealizadores a criá-las percebeu-se que talvez não seja tarefa das mais simples. Analisando os diversos trabalhos onde a discussão fábrica e escola aparece, bem como, ao perscrutar a documentação por nós encontrada verificamos que seria atitude imprudente da nossa parte eleger causa única para o evento em tela.

Para Giroletti (1991:162), além do fato de terem, no momento da constituição da incipiente massa operária, servido de instrumento ideológico auxiliar na produção de disciplina, as escolas noturnas tiveram ainda como causa imediata, acredita o autor, *“a formação dos menores que atuavam na fábrica”*. Ele argumenta que através da alfabetização e da leitura, ferramentas essenciais para o desempenho das novas tarefas fabris, se lograria capacitar ao futuro trabalhador realizar diversas atividades inerentes ao trabalho na fábrica, tais como confeccionar relatórios, realizar assentamento das horas trabalhadas e da produção, fazer leitura de prospectos e plantas de máquinas, ou de manuais técnicos, bem como, dos regulamentos etc.

Opinião bastante semelhante é a também apresentada por Stein (1979:71) que, por sua vez, diz acreditar que, no geral, as fábricas somente assumiram as escolas porque era vantajoso para elas possuírem empregados alfabetizados que soubessem ler instruções. O autor cita, por exemplo, que a fábrica de tecido Santo Aleixo (RJ) patrocinou escolas noturnas, nas quais se ensinava alemão e o português, provavelmente

por causa dos “*colonos alemães que deixaram Petrópolis para se engajarem no trabalho na baixada fluminense.*”p.71.

Também apresentando argumentação convergente, Nogueira (2009:66) informa-nos que, devido à existência de uma mão de obra bastante jovem e diante das exigências impostas pela fábrica moderna, com seu maquinário importado da Europa, os requisitos de qualificação exigidos dos trabalhadores foram ampliados. Essa ampliação do nível de exigência veio a ocorrer, defende a autora, porque a fábrica introduzira uma nova segmentação do processo de produção, bem como, trouxe à cena do trabalho novas funções, algumas delas exigindo maior especialização técnica e outras que, por sua vez, “foram simplificadas permitindo a incorporação massiva de mulheres e crianças sem qualquer preparação prévia”. Eis aí o motivo, segundo Nogueira (2009), para que a preocupação dos empresários do setor têxtil mineiro com a educação dos operários estivesse “*presente desde a gênese das próprias industriais*”. p.66.

A considerar a afirmação da autora (Nogueira, 2009), somos então levados a pensar que, diante do novo quadro de modernização trazido pelas fábricas, (pelo menos enquanto pretensão) a criação de escolas pelas mesmas se constituiria, portanto, numa das importantes componentes de nosso processo de industrialização. Porque seus idealizadores tinham como escopo imediato fornecer, através delas, entre outras coisas, conhecimentos básicos de leitura e de alfabetização, os quais talvez fossem considerados requisitos necessários para a formação da incipiente e desqualificada mão de obra.

Para Foot & Leonardi (1982), entretanto, foram as fortes “doses” de paternalismo presentes no bojo das relações mantidas entre patrões e empregados somadas ainda ao desejo de estabelecer um fino controle sobre as famílias de

trabalhadores, as principais causas que levaram as fábricas, alhures, a fundarem armazéns, creches, capelas, bem como, escolas, os quais se constituíram, na visão dos autores, em “agências” de veiculação da ideologia patronal, conforme pode-se apreender na citação abaixo:

“Além da presença paternalista conservadora dos patrões, o controle social sobre as famílias de trabalhadores, [nas] vilas operárias, se fazia presente através de escolas para as crianças, creches, armazéns e capelas, onde se veiculava a ideologia dominante”. p.199.

Em sua obra intitulada *“Escravos, homens livres e imigrantes: nota sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920”*, Flávio Versiani¹⁷⁸, por sua vez, nos apresenta, ainda mais uma possível motivação para a criação de escolas pelas fábricas. Segundo o autor a criação de escolas de primeiras letras pelas fábricas possivelmente foi incentivada pelas autoridades públicas da época porque, por outro lado, desobrigava o erário público – dotado de exíguos recursos orçamentários – do ônus de ter que prover a educação de grande número de meninas e meninas¹⁷⁹.

O autor (Versiani: 2002) acrescenta que, o governo do Ceará, por exemplo, tentou promover ativamente a fundação de um estabelecimento têxtil em sua província, no final da década de 1870, oferecendo garantia de lucratividade ao capital empatado, desde que a fábrica recebesse e educasse “120 órfãos ou menores, entregues pelo governo, dando-lhes, além de educação primária, ensino dos ofícios de fiandeiro e tecelão”. Destarte, as fábricas mantiveram aulas para menores operários porque, nas palavras do autor, *“havia assim como uma transação: os órfãos eram ‘entregues’ às*

¹⁷⁸ VERSIANI, Flávio: *Escravos, homens livres e imigrantes: nota sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920*. (2002). p.196.

¹⁷⁹ Vale lembrar que em algumas províncias brasileiras eram bastante baixos os valores previstos no orçamento destinados à educação. In: Primitivo Moacyr. *A instrução e o Império*. 1937. p. 145.

empresas, que utilizavam seu trabalho e em troca assumiam os encargos de sua educação.” P.197.¹⁸⁰

Portanto, como já explicitamos anteriormente, parece que são múltiplas as hipóteses levantadas visando a dar conta de explicar as razões de criação de escolas por parte da iniciativa fabril, evidenciando, desta forma, a impossibilidade de se elencar causa única para o fenômeno. Percebe-se, portanto, com base nos autores, que as causas da criação de escolas poderiam ir desde o simples interesse do poder patronal em usar a escola como instrumento ideológico na produção da disciplina de seus trabalhadores, até outras, tais como possibilidade de contribuir na formação dos operários, reflexo de uma atitude paternalista por parte do poder patronal, ou ainda, talvez porque o fornecimento via iniciativa fabril acabasse desonerando os cofres públicos. Não excluindo, é claro, a coexistência de algumas delas.

Não obstante à pertinência dessas hipóteses levantadas acreditamos, porém que ao lado, ou mesmo acima, de todas essas possíveis causas, houvesse na verdade algum tipo de imposição, na forma legal (ou quem sabe, pelo menos na ordem do discurso) obrigando as fábricas a proverem escolas para os menores que nelas estivessem vendendo suas forças de trabalho.

Apresentando uma argumentação bem próxima da que aqui queremos mostrar, Libby (1988) afirma que embora também não descarte a possibilidade de terem existido atitudes paternalistas por parte das diretorias das fábricas quanto ao

¹⁸⁰ Cabe também considerar o contexto da promulgação da Lei do Ventre Livre (1871). Marcus Vinícius Fonseca discutindo acerca das concepções e práticas em relação à educação dos negros no processo de abolição do trabalho escravo no Brasil (1867-1889) revela uma prática, por parte dos senhores de escravos, muito semelhante à apresentada por Versiani (2002). Segundo Fonseca (2000, p.93) muitos senhores de escravos por trás do discurso de estarem “educando” crianças desamparadas em suas fazendas tinham como escopo resolver problemas relativos à falta de mão de obra. In: FONSECA, Marcus Vinícius. Concepções e práticas em relação à educação dos negros no processo de abolição do trabalho escravo no Brasil (1867-1889). 2000.

fornecimento de escolas diz, no entanto acreditar que o fato de quase todos os relatos das fábricas estarem mencionando escolas noturnas estabelecidas para seus empregados, principalmente o elemento infantil, evidenciando, quem sabe, uma conformidade de práticas, é bem possível que houvesse pressão legislativa ou das autoridades provinciais no sentido de requererem das fábricas a manutenção do ensino para os operários.

As fontes (Giroletti, 1991:162) mostram que na província mineira, várias fábricas, tais como a São Vicente, a São Sebastião, a Gabiroba, a Marzagão, bem como, a Beribéri¹⁸¹, entre outras “fundaram suas escolas primária”. O relato do gerente da Beribéri, por exemplo, fornece fortes evidências a favor da hipótese de ter havido sobre as fábricas a imposição de uma obrigatoriedade legal em torno do fornecimento de escolas. Dizia o gerente

“Os operários da nossa fábrica são obrigados do ensino primário, doutrina etc.. O estabelecimento já tem escola por conta da província; tinha desde o princípio por conta da fábrica” (apud Libby, 1998 p.236) (grifos meus).

Cabe dizer que outras fábricas mineiras possivelmente também cumpriram as imposições legais e mantiveram escolas em suas dependências. O relato do gerente da fábrica Senhor Bom Jesus d’Água Fria não obstante também sugerir que na base das motivações da criação de escola estivesse o desejo de difundir “luzes” ou “amor ao trabalho” na incipiente força operária, bem como, instituir na mesma uma nova vida morigerada para o futuro, por outro lado, tendo em vista o fato do gerente estar registrando o feito em relatório pode também estar sugerindo a existência de uma

¹⁸¹ Os mapas de matrícula datados do ano de 1899 revelam, ainda, que outras fábricas de tecidos, tais como Rio do Peixe Cia., São Roberto, Passa Tempo e Botelho Silva também mantiveram escolas de primeiras letras para seus operários. In: SECRETARIA DO INTERIOR. Escolas particulares e municipais. 3º Secção. Códice SI- 836. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1899.

imposição ou pressão legislativa diante da qual as fábricas possivelmente deveriam prestar contas.

“Em 2 de junho de 1884 fundei uma escola de instrução primária para ambos os sexos, sob a direção de um bom professor, pai de família exemplar e cheio de serviços da mesma profissão, com o que tem-se difundido alguma luz e mais amor ao trabalho nestes desprestigiados da fortuna, que além de interesse material enxergam nesta nova instituição uma vida moral para o futuro”. (Apud Libby: 1988 p.236) (Grifos meus).

Vale registrar que o Decreto nº 260, de 1º de dezembro de 1890, rezava em seu artigo 12 que *“nos estabelecimentos fabris ou commerciaes”* não seriam empregados meninos de até 15 annos, que não tivessem frequentado escolas primárias, públicas ou particulares, ao menos durante 12 semanas. Rezava ainda o mesmo artigo que os proprietários dos estabelecimentos que não se conformassem com a prescrição prevista, *“seriam multados em 200\$000 por cada um menino analfabeto.”*¹⁸²

Tendo em vista essa imposição da lei e devido ao fato de que, como já vimos, a maior parte do operariado fabril era ainda infantojuvenil, é possível então que a criação de escolas pelas fábricas acabasse sendo uma das estratégias elaboradas por seus diretores objetivando ficarem de acordo com a prescrição legal evitando, dessa forma, de terem que dispensar parte importante de seu contingente de mão de obra. Isso talvez ajude a explicar a suposta conformidade de prática levantada anteriormente por Libby (1988).

É possível ainda que, diante dessa conformidade de prática, as autoridades provinciais da época acabassem por fim regulamentando um “costume” que já vinha, desde a tempo, sendo adotado por grande parte das fábricas. Tanto é que, na primeira Reforma de Ensino Republicana se dispôs no seu artigo de número 54 da lei 41, de

¹⁸² In: Colção dos Decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 1903-Expedidos de 03 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro 1890.

1892, que “*os pais, tutores, patrões e protetores*” eram responsáveis pela educação dos meninos que em sua companhia ou que sob sua autoridade estivessem e, como tais, eram também obrigados a fazerem com que eles, em idade escolar, frequentassem a escola pública primária do Estado.¹⁸³

Todavia, como veremos adiante, a fábrica Cedro Cachoeira tal como outras fábricas espalhadas alhures na província, relatam criação de escolas em data muito anterior à data de instituição da lei de obrigatoriedade escolar para os menores trabalhadores. A unidade da Cedro, por exemplo, registrara criação de escolas noturnas para operários desde o início do ano 1874 (Giroletti, 1991), já a unidade fabril da Cachoeira e a Senhor Bom Jesus d’Água Fria, por sua vez, registraram criação de escolas desde a década de 1880. Portanto, tudo indica que as fábricas criaram escolas, numa época em que, possivelmente, não havia ainda a instituição de mecanismos legais determinando sua criação. Novamente somos levados a pensar que embora talvez não houvesse prescrição por escrito obrigando as fábricas a manterem escolas, por outro, é bem possível que, de alguma forma, o tema fizesse parte da ordem dos discursos.

As fontes indicam, que na Corte do Rio de Janeiro, em 1874, coincidentemente, mesmo ano da criação da escola da Fábrica Cedro, fora enviado para apreciação na Assembleia Geral Legislativa um projeto de Lei perpetrado pelo então ministro João Alfredo tratando acerca do ensino obrigatório. Nesse mesmo projeto propunha o ministro que se deveria no mais breve tempo possível, generalizar a instrução para a população existente à época. Para isso, defendia o ministro, teriam que criar aulas noturnas destinadas não só aos menores de idade superior à fixada para a

¹⁸³ Fato esse que, segundo Nogueira (2009), fazia com que a criação de escola deixasse de estar ligada a uma forma de “paternalismo”, mas antes à exigência do cumprimento da legislação vigente à época. P. 77.

frequência das escolas diurnas, mas também aos adultos que, por suas ocupações, “*só as horas da noite poderiam dispor para tal fim*” (Moacyr, 1937:133).

Vale registrar, que de início, o projeto de João Alfredo visou restringir a reforma apenas para o Município da Côrte, pois alvitrava que a capital tupiniquim seria uma espécie “eixo irradiador” donde, a partir do exemplo, serviria de modelo a outras escolas espalhadas nas demais províncias.

Estavam dentro das propostas contidas no projeto pontos muitos importantes para discussão, tais como: 1) propagação, a todas as classes sociais, de instrução primária e conhecimentos convenientes que habilitassem cada indivíduo a exercer melhor a sua profissão 2) fornecimento de ensino profissional com abertura de escolas industriais 3) determinação para que os donos, diretores ou gerentes das fábricas e oficinas, existentes e que se fundarem, cuidassem que recebessem o ensino primário e elementar os seus operários menores de 18 anos que ainda o não tivessem, sob pena de multa de 50\$000 a 100\$000, tendo ainda a obrigação de submetê-los a exame no fim de cada ano perante o inspetor literário do distrito. 4) as escolas seriam diurnas e noturnas e as horas das respectivas lições determinadas de modo que se atendesse às condições de trabalho dos indivíduos que as frequentassem. 5) auxiliar os estabelecimentos particulares de instrução gratuita primária e profissional do mesmo município que se mostrassem dignos de favor, sendo preferidos os que se propusessem a manter cursos noturnos para adultos, e ficando os respectivos diretores sujeitos para com o inspetor da instrução às mesmas obrigações dos professores públicos (apud Moacyr, 1937:155).

Portanto, podemos perceber que o projeto João Alfredo, além de abordar a questão do ensino profissional, colocara também na pauta de discussão outras, tais

como as que tratavam, por exemplo, acerca da necessidade de se obrigar a iniciativa patronal de prover escolas para seus empregados.

É verdade, porém que o dito projeto não chegou a sair do papel, uma vez que, foi impugnado, em maio de 1875, pelo então deputado geral José Bento da Cunha Figueiredo Junior, sob a alegação de que as despesas em torno de sua realização iriam elevar sobremaneira os encargos dos cofres públicos da “união”, a qual passava por difícil circunstância financeira (Ibidem, 157).

Não obstante o projeto ter se constituído letra morta na Assembleia Geral, conforme sugeriu Moacyr (1937), acreditamos que os “calorosos” debates em torno do referido projeto acabassem, por outro lado, gerando ou, quem sabe, revelando uma tensão acerca da questão. Além disso, é também possível que acabassem despertando determinados setores da sociedade para a necessidade de se obrigar as fábricas e os estabelecimentos comerciais a se responsabilizarem pela escolarização de inúmeros meninos e meninas trabalhadores.

Acreditamos ainda, que essa tensão posta nos debates públicos sofreu algum tipo ressonância na corte e fora dela ocasionando, quem sabe, que várias fábricas instaladas em diversas partes do país, antecipando a lei, acabassem tomando a iniciativa de prover escolas em suas dependências para as “crianças” que nelas labutavam.

Nesse sentido, parece que a lei se instituíra para regulamentar uma prática que já vinha ocorrendo. Isso, talvez explique o fato de fábricas como a Cedro e, outras mais, terem se encarregado de fornecer escolas para seus operários, numa época, em que a lei fosse talvez ainda inexistente.

Falta-nos, porém maiores dados empíricos para melhor respaldarmos nossa argumentação. Entretanto, acreditamos que essa questão levantada contribui de certa

forma, como ponto de reflexão para outros trabalhos que se propuserem a debruçar sobre a temática sem, no entanto, excluir as demais razões apontadas pela bibliografia.

2. As escolas das unidades da Cedro e da Cachoeira: surgimento

As escolas noturnas de primeiras letras da unidade da Fábrica Cedro, como já explicitamos, foram instaladas no mês junho do ano de 1874 e é provável que as aulas se iniciaram já nas primeiras semanas daquele mês, mais especificamente, entre os dias 14 a 21 dos referidos mês e ano, conforme sugere o documento por nós analisado.¹⁸⁴

Já com relação às escolas da unidade da Cachoeira, as fontes por nós encontradas não nos permitiram nomear com clareza a data de inauguração de tais escolas. Todavia, nos relatórios anuais¹⁸⁵ aparecem registros dando conta do funcionamento de aulas noturnas, naquela unidade, já por volta do ano de 1884.

Percebeu-se ainda que, no geral, as aulas de ambas as unidades, quando dos primeiros anos de existência da escola, foram regidas possivelmente entre os horários de sete às 20:30h da noite, durante seis dias da semana tendo, porém um dia para descanso. Não podemos esquecer, como já destacamos nos capítulos anteriores, que às 21:00h era o horário em que todas as luzes da fábrica e vila operária eram então apagadas. E, dessa forma, parece que o tempo escolar teve que necessariamente dialogar com outros tempos sociais praticados no âmbito universo fabril.

Na Cedro e Cachoeira, é possível que as causas que fizeram com que suas escolas noturnas adotassem seis dias letivos estivessem ligadas ao fato de que as mesmas, no início da implantação (talvez por não possuírem ainda um estatuto interno

¹⁸⁴ Livro de Ponto da Cedro ano 1872- 1878.

¹⁸⁵ Segundo Relatório apresentado à Assembleia Geral dos acionistas da Companhia Cedro e Cachoeira a 9 de março de 1885. In: Museu Décio Mascarenhas.

que as regulasse), tiveram seus dias de funcionamento rigidamente regulados pelos dias de funcionamento do trabalho fabril. Dessa forma, o professor, “aos moldes” dos operários, submetia a um tempo de trabalho muito semelhante ao praticado pelos demais operários da fábrica seguindo, por conseguinte, os mesmos dias de trabalho e folgas dos demais trabalhadores, conforme constante no Livro de Ponto da Cedro.¹⁸⁶

Tudo leva a crer que o professor (no caso os do sexo masculino) era visto apenas como mais um “operário” da fábrica que, em muitos casos, deveria se submeter ao regime fabril e ainda teria a dupla função de reger aulas durante a noite. Pois as fontes indicaram que, além de regerem aulas, muitos dos docentes que passaram pela fábrica tinham ainda, a dura atribuição de exercer outras funções no interior do processo de produção. Não perguntava o Sr. Francisco Mascarenhas, então diretor da unidade da Cachoeira, ao gerente da Cedro sobre “*qual o maior preço que posso pagar ao mestre que será também auxiliar da repartição de panno?*”¹⁸⁷ (Grifos meus).

Portanto, somos inclinados a pensar que, no caso da Cedro, a escola noturna apresentou como traço característico o fato de manter à frente de sua regência um mestre que durante o dia poderia ser “*auxiliar da repartição de panno*” e, à noite, professor de primeiras letras.¹⁸⁸

Já podemos imaginar as consequências nefastas que tal hibridez funcional poderia causar na qualidade das aulas ministradas à noite. Certamente não era tarefa das

¹⁸⁶ Livro de Ponto da Fábrica Cedro ano 1873 -1878. In: Museu Décio Mascarenhas. No referido livro de ponto consta que o professor Francisco Ivo, nos primeiros anos de existência da escola, tal como os demais trabalhadores da fábrica trabalhava seis dias por semana regendo aulas na escola mantida pela fábrica.

¹⁸⁷ Carta de Francisco Mascarenhas datada de 25 de novembro de 1889. In: Copiador de Cartas CA de 1889-1890. p. 417.

¹⁸⁸ Acreditamos, porém, que somente os professores do sexo masculino exerciam dupla função na fábrica. As fontes mostram, por exemplo, que a professora Dona Maria Emília (sobre a qual falaremos mais adiante) durante o dia regia as escolas mistas e à noite dava aulas na escola noturna da Cedro, exercendo, portanto função exclusiva de docência na fábrica. Ver: Albino Jose Alves Filho. Relatório do inspetor extraordinário, ano de 1900. In: Secretaria do Interior. Caixa 2746.

mais fáceis, pois, somando-se o fato de tanto professor quanto alunos já viessem bastante extenuados em virtude da longa e rígida jornada de trabalho diurna, essa dificuldade se agravava ainda mais pelo fato das aulas, serem ministradas em sala apertada e provida de pouca iluminação. Além disso, coroando aquele difícil quadro, o professor utilizava o método individual bastante criticado por ser, tal como sugerem Faria Filho; Vago (2001, p.119-120), um método monótono, desperdiçador de tempo, bem como, estimulador de indisciplina.

Quanto ao dia de descanso, vale novamente dizer, que nos seus primeiros anos de existência, a escola separava apenas um dia para tal. E é provável que esse dia de folga ocorresse no sábado, tendo em vista os documentos apontarem a existência de trabalhos também aos domingos. Acreditamos, portanto, que a escola seguiu a mesma rotina de tempo da fábrica adotando, por conseguinte, os mesmos dias de folga e trabalho da mesma.

Se a escola da fábrica Cedro e Cachoeira teve no seu início, talvez por falta ainda de um estatuto interno, uma organização de tempo fortemente orientada pela organização do tempo fabril, pouco dialogando com a prescrição contida no regulamento de ensino primário existente à época, parece, entretanto, que à medida que os anos foram se passando instituiu-se na fábrica uma estatutização interna¹⁸⁹ para a escola noturna, a qual talvez logrou estabelecer um diálogo mais próximo entre o tempo escolar fabril e a legislação do ensino primário vigente à época. Pois, as fontes mostram

¹⁸⁹ Em carta de Francisco Mascarenhas a seu parente Theophilo Marques da Cedro consta a informação sobre envio de cópia de estatuto da escola noturna. In: Copiador de Cartas CA de 1889-1890. p. 448. Infelizmente, vale destacar que não tivemos acesso ao dito estatuto.

que as aulas passaram a ser regidas todos os dias da semana incluindo o domingo “ficando a 4ª feira e sabbado para descanso”¹⁹⁰. (sic).

Por outro lado, percebe-se que, ao mesmo tempo em que ocorre por parte da escola uma maior aproximação ou conformação de seu tempo escolar com a prescrição imposta pela legislação, nota-se, por outro, que a escola o fez de forma dialogável e original. Pois instituiu a “4ª feira e o sabbado” como dias de folga, e não os dias previstos pela prescrição vigente no período que, segundo Mourão (1962), rezava em seus artigos contidos na lei 41 de 1892, não haver “aulas nos domingo e nas quintas-feiras, bem como nos feriados legais.”

Desta forma, tudo indica que a escola da fábrica, em parte, acatava a prescrição legal imposta pela lei que era a de manter dois dias para descanso letivo, entretanto, o cumpria de forma dialogável, uma vez que não obedecia à risca os mesmos dias impostos pela legislação.

Por que será que a escola não seguiu à risca a prescrição da lei vigente à época? Quais experiências contribuíram para que a escola noturna fabril implantasse dias de funcionamento distintos dos previstos em lei? A resposta talvez esteja na religião de alguns operários estrangeiros que trabalhavam na fábrica.

Na fábrica, como já vimos, as funções mais importantes eram, geralmente, desempenhadas por estrangeiros. Integravam o grupo, indivíduos de diversas nacionalidades, os quais ocupavam, no processo de divisão de trabalho, funções “chaves”, tais como maquinistas, caldeireiros e carpinteiros.

Como foi, por exemplo, o caso do inglês Nathaniel Hool, que trabalhava na “repartição de fiação”¹⁹¹, ou dos protestantes norte americanos Nicholson e Barnes que

¹⁹⁰Carta de Francisco Mascarenhas a Theophilo Marques, datada de 20 de novembro de 1889. In: Copiador de Cartas CA de 1889-1890. p. 437.

trabalhavam, por sua vez, como maquinistas¹⁹², ou ainda, do “*caldeireiro italiano* [que era] *especialista em fazer concertos de ferro fundido*.”¹⁹³

A grande maioria desses estrangeiros tinha, em comum, a prática de professar a religião protestante e, ao ingressarem na fábrica, consta que trouxeram consigo o costume de sacrificar dias santos. E a fábrica, a despeito de toda sua intenção normatizadora, teve que dialogar com a experiência religiosa desses protestantes estrangeiros permitindo-os que tirassem um dia da semana para santificar. Dispensas essas, que eram descontadas nos respectivos salários.

Somos levados a pensar (é necessário, ainda, o levantamento de mais fontes) que esses protestantes reservavam o dia de sábado para santificar. Caso nossas suspeitas se confirmem, é provável que essa folga religiosa também determinasse os dias de descanso de toda a fábrica uma vez que não acreditamos que a Cedro e Cachoeira manteria dia de funcionamento no sábado sem, entretanto, ter “à mão” estes profissionais estrangeiros os quais se constituíam peças fundamentais no processo produtivo.

Portanto, parando a fábrica no sábado, parava-se também a escola. Além disso, a favor desta hipótese, havia o fato do professor também trabalhar durante o dia na fábrica e, como os demais operários, talvez, também, quisesse ter o seu dia de folga. Soar-nos-ia estranho o fato do mesmo ter que folgar durante o dia de sábado, mas, ter que se deslocar à noite para fábrica unicamente para dar aulas. O mais comum seria que o docente retirasse sua folga por completo, pois, já que folgara durante o dia folgaria

¹⁹¹ Carta do gerente da Cedro ao também gerente da Cachoeira, datada de 18 de agosto de 1890. In: Copiador de Carta CE 1890.

¹⁹² Carta do gerente da Cedro datada de 30 de dezembro de 1872. In: Copiador de carta da CE 18 de outubro de 1872 a 10 de abril de 1879. p. 18.

¹⁹³ Carta do gerente da Cachoeira ao Ten Cel Gregório José Velloso, datada 13 de janeiro de 1881. In: Copiador carta CA anos 1881-1882 p. 233.

também o turno da noite sendo mais viável para o mesmo, para os discentes, em geral, como também para a organização fabril. Talvez esteja aí chave elucidativa que ajude a compreender o porquê a escola da fábrica reservasse para descanso o sábado e não o domingo, como prescrevia a lei.

Caso confirmemos todas essas conjecturas, estaremos diante de uma realidade em que a experiência fabril ao dialogar com a experiência dos sujeitos determinou que a escola noturna lançasse uma outra originalidade, que consistia nas aulas aos domingos e não no sábado, mesmo que, o poder instrucional normatizasse o domingo e a quinta-feira como dias de descanso.

Ao estabelecer dias de descanso na quarta-feira e no sábado, a escola da fábrica acatava, aos seus moldes, a prescrição prevista na lei de se ter dois dias semanais reservados para descanso. Entretanto, para além do normativo, a fábrica, da maneira que melhor lhe convinha, impôs para as escolas descanso letivo nos dias em que mais adequassem à sua realidade produtiva. Revelando que acatara em parte o normativo, mas que, por outro, o fez de forma própria e original. Tal como sugere Thompson (1981), no embate entre o normativo e o local, ambos, certamente não saem ilesos.

Quanto ao público das escolas noturnas é certo que era composto por meninos e meninas trabalhadores da fábrica, conforme informara o gerente da unidade da Cedro ao Dr. Quintiliano José da Silva, em carta datada de 2 de fevereiro de 1875, dizendo manter “*a mais de um anno, grátis duas escolas para ambos os sexos*”¹⁹⁴. Mas parece que a escola não foi exclusiva para o público operário. Informava ainda o gerente que as escolas, no ano de implantação, “*foram frequentadas por 51 alumnos*

¹⁹⁴ Carta dos Irmãos Mascarenhas a Quintiliano, datada de 2 de Fevereiro de 1875. In: Copiador de Cartas de 18 de outubro de 1872 a 10 de abril de 1879. p. 171.

[composto por] gente do estabelecimento e vizinhança”¹⁹⁵. Portanto, apesar da escola ter sido criada para atender ao operariado da fábrica, na prática, acabou contemplando indivíduos não pertencentes à mesma, os quais eram, possivelmente, recomendados pelos gerentes a frequentarem as aulas. Não dizia o gerente da fábrica que a companhia se constituía “*um amparo às famílias paupérrimas*”?¹⁹⁶

Diante da afirmação prestada pelo documento anterior podemos, estar diante de outro traço característico da escola que era o de ser privada, mas aberta de forma gratuita para a população residente na vizinhança da fábrica.

Talvez, fruto desse atendimento ao público extrafabril, a fábrica Cedro e Cachoeira recebesse da parte do Estado subvenção para as respectivas escolas, como foi possível verificar nos documentos por nós perscrutados. Analisando as documentações encontradas no Arquivo Público Mineiro foi possível encontrar no relatório do inspetor técnico Francisco Lopes de Azevedo enviado ao secretário do interior pedido de remessa de mobílias e material escolar para as escolas de Taboleiro Grande, bem como, para as da fábrica do Cedro¹⁹⁷. Evidenciando, portanto, a existência de subvenção por parte da esfera pública à escola da fábrica.

E parece que a prática de subvenção de escolas particulares por parte do Estado não se resumia apenas para o caso da Cia Cedro e Cachoeira. A título de ilustração, é válido lembrar que os documentos relativos à instrução pública vêm mostrando que a fábrica Cachoeira de Macacos, tal como a Companhia Cedro e Cachoeira, matinha escola particular noturna para operários. Verificou-se que no relatório, de 1º de agosto de 1909, o inspetor técnico da 2ª Circunscrição Literária José

¹⁹⁵ Ibidem, p.171.

¹⁹⁶ Ibidem, p.171.

¹⁹⁷ AZEVEDO, Francisco Lopes de. Relatório da Instrução Pública da 2ª Circunscrição. Sete Lagoas, 04 de maio de 1909. In: SI 3294.

Ferreira de Andrade Brant Junior solicitava ao então secretário do interior Estevam Leite de Magalhães Pinto vários materiais escolares para aquela escola noturna, materiais esses, tais como quadros negros, livros didáticos, tímpanos, mapas, cartas entre outros.¹⁹⁸

Também, não podemos esquecer, que propunha a Reforma João Alfredo de 1874 a subvenção, por parte do Estado, dos estabelecimentos particulares de instrução gratuita primária e profissional do mesmo município que se mostrassem dignos de favor, sendo preferidos os que se propusessem a manter cursos noturnos para adultos, e ficando os respectivos diretores sujeitos para com o inspetor da instrução às mesmas obrigações dos professores públicos. Portanto, os estabelecimentos fabris que se enquadrassem nas condições previstas pela lei, possuindo escolas particulares ou não, estavam passivos de receberem subvenção das “mãos” do Estado (Moacyr, 1937, p. 135).

Voltando para o caso da unidade da Cedro, verificou-se que a escola aparecia de caráter privado em sua forma, mas na prática atendia, segundo o gerente, de forma gratuita o público externo à fábrica. Somos, por conta disso, levados a pensar que, na escola, crianças que tinham enfrentando uma dura jornada de trabalho durante o dia e que, por isso, tinham seus corpos cansados e castigados pelo trabalho, coeducavam ao lado de outras que, possivelmente, não estavam submetidas à mesma rotina de tempo de trabalho imposto pela fábrica.

Também, não podemos deixar de pensar que por trás do discurso dos industriais em atender a população pobre, no que tange à instrução primária, possivelmente escondia-se um outro objetivo, ou seja, o de usar a escola como máquina

¹⁹⁸ BRANT JUNIOR, Jose Ferreira de Andrade. Relatório da Instrução Pública da 2ª Circunscrição. Sete Lagoas, 01 de agosto de 1909. In: SI 3294.

de cooptação das camadas pobres. Configurando-se, dessa forma, na velha prática de clientelismo. Prática essa que, como já vimos, foi bastante utilizada naquela região.

A documentação por nós analisada vem mostrando ter havido grande demanda por escola na região¹⁹⁹ em análise, é possível que a escola tenha sido usada como moeda de troca com a população pobre desejosa por escolarizar seus filhos. Foi possível identificar, através da documentação, casos em que determinado protetor, visando a ampliar sua clientela local ou a redor, escrevia aos gerentes solicitando vagas em escola para determinado protegido.²⁰⁰

Talvez a possibilidade de terem seus filhos ou tutelados alfabetizados pesasse a favor na decisão de pais e tutores em enviar o menor para trabalhar na fábrica. Como foi possivelmente o caso do menino Cândido, que em setembro do ano de 1881, foi por Antonio Henrique de Freitas, entregue à fábrica recebendo seu condutor, por parte da gerência, a promessa de que o menino seria “*muito bem tratado e aprenderia a ler*”.²⁰¹ (*grifo meu*).

A demanda por escola registrada nas fontes pode estar também evidenciando o fato de estarmos analisando uma realidade em que os sujeitos em cena davam certo valor à instrução escolarizada, por isso, a consecução de vagas na escola ganhasse tanta importância se constituindo, até mesmo, em alvo de trocas de favores.

No que tange às escolas mantidas pela unidade da Cachoeira é possível que, à semelhança do que vinha ocorrendo em torno das escolas da unidade Cedro, houvesse por parte da população local, também grande demanda por escolarização. Pois, verificou

¹⁹⁹ Na carta de Francisco Mascarenhas a seu parente Theophilo Marques da Cedro, datada de 01 de outubro de 1889, há um registro de um abaixo-assinado dos operários e habitantes da Fábrica Cachoeira pedindo instalação de “*escolla mixta*” (*sic*). In: Copiador de Cartas CA 1889-1890.

²⁰⁰ Carta do gerente da CA a Ricardo Martins da Costa, datada de 12 de setembro de 1881. In: Copiador de Carta da Cachoeira 1881-1882.

²⁰¹ *Ibidem*.

que em 1889 objetivando instalar uma instrução diurna na região da fábrica, Francisco Mascarenhas escrevera para Theophilo Marques da Cedro dizendo remeter-lhe uma cópia do ofício do delegado e um abaixo-assinado dos operários e habitantes da “fábrica, pedindo escola mixta.”²⁰²

É possível que essa demanda por escolas vinda da parte dos pais não fosse um caso restrito apenas à população em torno da região da fábrica Cedro e Cachoeira. Viana (2006, p.127) ao analisar as tensas relações entre governo, escola e família no processo de institucionalização da instrução pública elementar em Minas Gerais, percebeu a partir da leitura detalhada dos relatórios dos delegados literários que a institucionalização das aulas de instrução elementar envolveu conflitos de naturezas diversas. Segundo a autora, os delegados da instrução pública, se por um lado, denunciavam as dificuldades em se fazer cumprir a lei da obrigatoriedade da instrução primária, pelo fato de que eram pobres as famílias e precisavam empregar as crianças na rotina de trabalhos domésticos, bem como, porque não podiam comprar os materiais necessários à aprendizagem da leitura e escrita, por outro, eles eram enfáticos a apontar que em diferentes localidades, os pais reivindicavam a criação de escolas. Estabelecendo-se, desse modo entre as famílias, escolas e governo uma relação de negociação, no sentido de promover condições mais adequadas para a educação das crianças.

No caso da fábrica Cedro e Cachoeira, essa demanda por escolarização por parte da população local possivelmente teve como consequência direta o uso da escola como moeda de troca de favores.

²⁰² Carta de Francisco Mascarenhas a Theophilo Marques datada de 01 de outubro de 1889. In: Copiador de Carta da CA 1889-1890.

É possível ainda pensar que não somente o mecanismo de obtenção de vagas estivesse sujeito de ser usado como moeda de trocas de favores entre a população e os poderosos locais. Os cargos de professores, da mesma forma, condicionavam-se à barganha política. Verificou-se que, se por ventura, algum professor, ou parentela do mesmo, manifestasse posicionamentos políticos contrários aos dos poderosos da fábrica poderia, em contraresposta, certamente terem cassados os seus direitos de reger aulas na escola da fábrica.

Registra-se, por exemplo, que Antonio Cândido, o influente Barão de Sete Lagoas, que ao lado de seus irmãos Bernardo e Caetano Mascarenhas fundaram a fábrica da Cedro, entrara em grande rivalidade política com, o já citado anteriormente, Avelino Fóscolo, na época jornalista mas que, tempos atrás, tinha sido também farmacêutico da fábrica.

Conta-se que nos albores do ano de 1889, momento em que Fóscolo publicava, periodicamente em um jornal de Tabuleiro Grande, artigos enaltecendo a república, a qual era ainda somente uma aspiração, foi então ameaçado energicamente pelo barão. Ocasão essa, em que este exigiu de Fóscolo que parasse de publicar artigos de conteúdo republicano. Mas diante da recusa do jornalista em cumprir as determinações do Mascarenhas, este, possivelmente em retaliação, exonerou do cargo de professora da escola da fábrica a senhora Maria Gonçalves Ribeiro, esposa de Fóscolo (Duarte, 1991: 28).

Um caso muito curioso foi observado na Fábrica de Tecido São Vicente na época também de propriedade da família Mascarenhas. Consta que em visita à escola noturna daquela fábrica o inspetor extraordinário Domiciano Rodrigues Vieira, após ter viajado léguas sobre o lombo de um animal, encontrara a escola da fábrica sendo regida

pela professora Amélia Felicíssimo “*uma preta boçal, supinamente ignorante quase sem intelligencia, casada, honesta*”²⁰³. Revelando mais quem sabe os seus preconceitos, o inspetor ainda complementava que “*para cumulo desta desgraçada instrução primaria a mestra é normalista titulada pela escola normal de Ouro Preto. Nunca encontrei uma professora tão sem intelligencia! Admiro, pasmo como é que esta preta conseguiu titular-se pela escola Normal da capital*”²⁰⁴. Encolerizado Vieira ainda registrara que professora era “*uma péssima normalista, que não [tinha] idéia (sic) alguma de pedagogia, de organização escolar, de methodo de ensino, de grammática, de arithmetica, de nada!*”²⁰⁵

Indagando o gerente da fábrica sobre o porquê mantinha a professora a frente da regência da escola, Vieira foi informado por aquele que Amélia estava “*ali por proteção ao marido que e[ra] ferreiro ou pedreiro, empregado da fabrica*”²⁰⁶. Admitia o gerente e diretor da fábrica que reconhecia a “inépica” da professora e que tanto ele quanto o inspetor escolar distrital desejavam que fosse substituída, mas que a toleravam “*por não querer ser denunciantes pois (sic) o marido é[ra] bom operário da fabrica e protegido,[e] não quer[iam] desagradá-lo.*”²⁰⁷

Assim sendo, somos levados a pensar que a prática de compadrio e clientelismo estabelecida entre os poderosos e a população local era uma experiência que estava subjacente aos mecanismos de obtenção de cargos de professores nas escolas das fábricas dirigidas pela família Mascarenhas.

²⁰³ Vieira, Domiciano Rodrigues. Relatório da Instrução Pública da 1ª a 5ª Circunscrição. Santa Luzia, junho de 1900. In: SI 2746.

²⁰⁴ Ibidem.

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ Ibidem.

²⁰⁷ Ibidem.

Vale destacar que essa prática de oferecer vagas para professores em troca do apoio político possivelmente não era um fato isolado nas fábricas sob direção dos Mascarenhas. Mello (1956 apud Galvão, 2001, p. 123) ²⁰⁸ analisando acerca da evolução do ensino na Paraíba destaca que também naquela região havia grande instrumentação política no oferecimento de emprego para professores. Tal prática, muitas das vezes, tinha como consequência direta o fato de se contratar para o cargo indivíduos sem a mínima habilitação para regerem tais aulas. Na visão do autor os:

“indivíduos muitas vezes, que estavam em condições de frequentar a escola primária, recebiam o pomposo título de mestres, e estribados no protecionismo político, conseguiam uma vitaliciedade em que cimentavam o direito da ignorância. Chefes políticos, com simples recados, arranjavam o cargo de professor para pessoas semi-analfabetas, seus afilhados ou eleitores, que se eternizavam, ensinando o ABC às infelizes populações do interior (Mello, 1956 apud Galvão, 2001, p. 124).

Vejamos o caso do professor Nereu Cecylio dos Santos que durante um tempo foi professor da escola noturna da unidade da cachoeira. Consta que no ano de 1889 a escola noturna da Cachoeira se ressentia grandemente de *“um bom professor”* que fosse *“um moço habilitado”* para regê-la. Mas na impossibilidade de encontrar um indivíduo que preenchesse tais requisitos, *“a lacuna foi preenchida”* pelo *“compadre Nereu”* que trabalharia *“nas mesmas condições do sr. José Guilherme”* professor da Cedro.²⁰⁹

Analisando a passagem acima, somos levados a pensar que o fato do professor Nereu estivesse preenchendo uma *“lacuna”* poderia estar sugerindo que o mesmo possivelmente possuía pouca ou nenhuma qualificação para o cargo. Acreditamos que não obstante a fábrica estivesse procurado um professor habilitado

²⁰⁸ MELLO, José Batista de. Evolução do ensino na Paraíba. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1956.

²⁰⁹ Carta de Francisco Mascarenhas (gerente da Cachoeira) a Theophilo Marques da Cedro, datada de 20 de dezembro de 1889 In: Copiador de Carta CA ano 1889-1890. Também In: Aprestamento para relatório anual da Fábrica cachoeira ano 1889. Ambos documentos locados no Museu Décio Mascarenhas. (Grifos meus).

para reger sua escola, possivelmente o fato de Nereu Cecylio manter uma relação de “compadre” com gerente facilitou em muito a sua escolha para cargo, não importando se tivesse ou não habilitação para a função. Segundo Souza (2000, p.78), estando o clientelismo (também o compadrio) instituído como critério básico de recrutamento, o favor acabava não distinguindo professores capazes dos incapazes. Possivelmente, tenha sido este o retrato predominante nas escolas da Fábrica Cedro e Cachoeira.

Vejam também o caso da professora dona Virgínia S. dos Reis. A documentação indica que também em 1889, ocasião da criação da escola pública diurna na Fábrica Cachoeira, Francisco Mascarenhas enviou carta a Luis Antonio dos Reis indagando-o se sua filha Virgínia dos Reis aceitaria o cargo de professora da dita escola. Na mesma carta o gerente também informara a Reis que embora já havendo algumas pretendentes ao lugar, preferia, no entanto “*sua filha, que têm aqui muitos parentes próximos.*”²¹⁰

O critério utilizado pelo gerente para escolher Virgínia ao cargo de docente, ou seja, pelo fato de ter muitos parentes próximos da fábrica, pode ter sido porque estando próxima à sua parentela a moça receberia, quem sabe algum tipo de ajuda “logística” para sua manutenção ou também porque talvez tais parentes se constituiriam como “fiscais” no controle da conduta e comportamento da mestra na comunidade. Mas, tal critério de escolha pode estar também sugerindo que com tal feito os poderosos lograriam “cair nas graças” dos não poucos parentes locais de Virgínia podendo, dessa forma ampliar ou afirmar-se diante de uma extensa clientela doméstica dada a proteção destinada à Virgínia.

²¹⁰ Carta de Francisco Mascarenhas (gerente da Cachoeira) a Luis Antonio dos Reis (de Diamantina), datada de 2 de abril de 1889 In: Copiador de Carta CA ano 1889-1890.

Não podemos esquecer que, tal como sugere Leal (1975), garantir vagas em escola, bem como cargos para algum protegido ou filho de protegido certamente aumentava o prestígio dos poderosos locais junto às camadas inferiores. Legitimava-os diante dos pequenos e ampliava-lhes a clientela. Além disso, fortalecia ainda mais os laços de dependência e de gratidão por parte dos protegidos. Estar “debaixo das asas” de um protetor, numa época em que os direitos não estavam garantidos, poderia significar acesso à escola, a emprego e a outros benefícios.

Pode-se, então concluir preliminarmente que, em Tabuleiro Grande, distrito onde estava montada a fábrica do Cedro, as primeiras iniciativas de instrução escolar de primeiras letras tiveram como traços característicos o seu caráter noturno e particular, mas, a forma privada não impediu o ingresso gratuito de crianças fora do universo fabril nessas escolas. Sendo assim, os documentos nos colocam diante de uma realidade social onde foi possível perceber crianças trabalhadoras da fábrica coeducando ao lado de outras não submetidas à rigidez de tempo fabril.

Outra característica possível de se apreender da escola noturna da fábrica Cedro, foi a que tanto o aluno quanto o professor possuíam dupla condição na fábrica. Onde este era ao mesmo tempo operário e discente, e aquele, por sua vez, era operário durante o dia e professor de primeiras letras durante a noite.

Também, se configurou como traço característico da experiência escolar noturna na Cedro o fato de que nela, talvez devido à sua imbricação mantida com a fábrica, os dias de descanso previstos pelo poder instrucional foram respeitados, mas adaptados à realidade da fábrica, adotando-se o sábado e a quarta-feira ao invés da quinta e o domingo.

E, por fim, podemos ainda acrescentar que na Cedro e Cachoeira é possível que várias das motivações citadas anteriormente para se criar escolas estavam em jogo, entretanto, não podemos também deixar de destacar o fato de que nessas escolas em específico, as fontes vêm também sugerindo ter havido fortes indícios das mesmas terem sido usadas como máquinas de cooptação das camadas populares servindo de mecanismo de ampliação da clientela local principalmente para uso político. Há também fortes indícios de que diante da necessidade da fábrica em poder contar com mão de obra especializada foi então a escola criada para poder dotar a incipiente força operária dos pré-requisitos necessários para sua qualificação.

3. A exigência de morigeração e os salários dos docentes

As fábricas desde o início tiveram dificuldades em arranjar professores para regerem suas escolas noturnas. Parece que sempre estiveram na mira dos industriais, docentes que fossem ao mesmo tempo pessoas “*habilitada(s) e que ganh(assem) barato.*”²¹¹

Também os quesitos idoneidade, bons costumes, morigeração se consistiam em pré-requisitos básicos para se ingressar como professor na escola noturna. Tal como ocorria nas outras escolas daquele período o caráter moral do docente era uma das características valorizadas, pois desejava a fábrica ter a frente de seus alunos um professor dotado de virtudes e qualidades que servissem de bom exemplo para seus

²¹¹ Carta de Francisco Mascarenhas a datada de 25 de novembro de 1889. In: Copiador de cartas CA de 1889-1890 p. 418.

discentes. Não era gratuito que o gerente reclamava que por falta de um professor idôneo a escola do sexo masculino “*esteve por algum tempo paralisada.*”²¹²

Discutindo acerca da moralidade do docente, Gouvêa; Jinzenji (2006, p.124) contribuem ao dizer que a centralidade do exemplo do adulto na formação da infância reforçava o papel da educação escolar das classes sociais inferiores. Tendo em vista o prejuízo advindo da sua inserção em meios formados por adultos não dotados de qualidades morais e de instrução que possibilitassem a formação de um indivíduo morigerado, a educação escolar afirmava-se como antídoto aos males do seu meio familiar. Assim, as qualidades morais dos professores constituíam um dos principais elementos a definirem seu perfil. Para Vilella (2000, p.125), naquele contexto se dava mais ênfase nas qualidades morais do professor do que propriamente em sua habilitação profissional sugerindo que, na opinião da autora, na concepção dos dirigentes da província, a escola para o povo destinava-se mais a moralizar e disciplinar do que necessariamente instruir.

Na Fábrica Cedro e Cachoeira, vale lembrar, muitos dos rapazes (que poderiam quem sabe ter ainda 12 ou 13 anos) e das moças que frequentavam a escola noturna dormiam respectivamente nos dormitórios e convento especialmente destinados para os mesmos. Várias eram as vezes, que alguns desses jovens impulsionados pelo desejo tentavam, no apagar das luzes e silêncio da noite, deixar seus aposentos para travarem encontros amorosos.

Contudo, para evitar escapulidas noturnas, a fábrica então passou exercer uma fina vigilância tanto sobre o convento quanto sobre os dormitórios para meninos. Diante do rígido controle os enamorados tiveram que elaborar outras táticas para burlar

²¹² Aprestamento para o Relatório Anual do ano de 1891. In: Copiador de cartas CA (1891-1992) .P. 120 a 123.

a fiscalização dos agentes de segurança da fábrica. E, a experiência lhes mostrava que o horário das aulas era um momento onde a vigilância talvez fosse um pouco relaxada. Era durante o momento de retorno das aulas noturnas, ou um pouco mais tarde que, segundo Giroletti (1991), “*as moças tentavam as fugas com seus namorados ou eram raptadas por Romeus apaixonados.*”

Fazia-se assim necessário dobrar a vigilância sobre os corpos, a fim de se evitar dissabores ou algo que ferisse a moral e os bons costumes. Tudo indica que tanto a “abadessa” (governanta do “convento”) quanto os mestres das escolas noturnas, no limite, se constituíssem também em agentes de controle responsáveis por manterem uma rígida vigilância sobre os corpos, por imporem horários e espaços limitados para circulação, bem como, por fazerem zelar pela moralidade.

Dessa forma, o caráter exemplar do professor, no que tange ao papel moralizador das camadas populares, público alvo das escolas elementares, era acrescido pela demanda de controle do comportamento dos operários no contexto da fábrica.

Todavia, mesmo com toda intenção de controle, a fábrica não conseguiu conter engenhosas fugas e escapulidas durante o horário da escola noturna. Como foi o caso, por exemplo, ocorrido em setembro de ano de 1900, em que, umas das moças sorrateiramente “*escapuliu na hora da escola noturna*” para fugir com o tintureiro, o qual era casado e “*ladrão de moças*”.²¹³ Acrescentava o gerente que estava “*tocando o processo [e] todos os accionistas daqui foram de opinião que deverão ser processados para exemplo e moralidade do estabelecimento.*”²¹⁴

Verificou-se também que, as fábricas buscaram sempre pagar baixos salários aos mestres, e devido a isso, a tarefa de arranjar bons professores que fossem ao mesmo

²¹³ In: Caixa de correspondência do ano de 1900 mês 09, de 01 a 11, localizada no Museu Décio Mascarenhas.

²¹⁴ Ibidem. (Grifos meus).

tempo, habilitado e idôneo, se tornara bastante difícil. Não reclamava um dos gerentes da dificuldade de se encontrar mestres para escola, enfatizando que “*não é(ra) possível encontrar-se pessoa habilitada que ganhe barato?*”²¹⁵ Na ocasião o gerente pretendia arranjar um professor que aceitasse receber um ordenado de 150\$000 anuais e como já vimos, estava encontrando imensas dificuldades para arranjar alguém que se voluntariasse para tal empreitada.

Todavia, vale destacar, que possivelmente a política de se pagar maus salários a professores não era uma prática específica da fábrica Cedro e Cachoeira. Segundo Durães (2007, p.151), na província mineira, muitas eram as reivindicações dos professores e professoras em torno da melhoria de remuneração. A autora admoesta que até mesmo os governantes mineiros afirmavam que o corpo docente das escolas públicas primárias estava submetido a “*vencimentos mesquinhos.*” Consta por exemplo, que em 1892 um professor de qualquer cadeira recebia uma remuneração bem próxima à recebida por um porteiro de externato ou por um amanuense²¹⁶, funções essas, que segundo a autora, não demandavam nenhuma formação específica. Assim sendo, “*comparando-se a remuneração dos professores e das professoras em relação à de outros trabalhadores, o seu valor sinaliza a possibilidade de não se ter a garantia de condições mínimas de sobrevivência*” (Durães, 2007, p.172).

O relato do Inspetor escolar da 3ª Circunscrição Sebastião Rodrigues Sette e Câmara, talvez, seja também sugestivo para ilustrar a argumentação da autora. Em seu relatório elaborado no segundo semestre do ano de 1895 o inspetor registrava a queixa dos professores primários de que a “*desvalorização monetária resultante das emissões*

²¹⁵ Carta de Francisco Mascarenhas a datada de 25 de novembro de 1889. In: Copiador de cartas CA de 1889-1890 p. 418. Vale, ainda, destacar que a expressão “*pessoa habilitada*”, pode aqui estar sugerindo tanto capacitação intelectual quanto moral.

²¹⁶ Segundo Durães (2007, p.156) A função de amanuense se consistia em executar qualquer escrituração de trabalho que fosse exigida pelo agente geral ou revisor.

*inconcrectiveis (ou inconcientíveis?), reduziu effectivamente de quase dois terços o valor real dos vencimentos estipulados na tabella anexa ao regulamento.*²¹⁷

Destarte, em virtude das constantes queixas salariais por parte do corpo docente somos levados a pensar que a prática de pagar maus salários aos docentes estava presente na maioria das escolas à época. E parece não ter sido diferente nas da fábrica Cedro e Cachoeira. Os documentos vêm mostrando que a escola noturna da companhia, desde o início de sua existência, pagou salários poucos vistosos a seus professores resultando que esses, em muitas ocasiões, recebessem ordenados muito abaixo dos pagos aos profissionais que tinham, por ventura, algum tipo de qualificação na fábrica.

Para sustentarmos nossa argumentação faz-se necessário antes compararmos os salários dos docentes da fábrica com os de outros professores existentes à época na província mineira. As tabelas abaixo apresentam os valores dos salários pagos aos professores de Minas Gerais nos anos de 1876 e 1892 respectivamente.

TABELA 2

Vencimentos anuais de professores da instrução pública da província de Minas Gerais - 1876.

Professores	Remuneração
Professores das sedes da comarca	960\$000
Ditos de outras cidades e vilas	840\$000
Ditos de freguesias	720\$000

²¹⁷ CÂMARA, Sebastião Rodrigues Sette e. Relatório da Instrução Pública da 3ª Circunscrição. São João Del Rey. Segundo Semestre de 1895. In: SI 2746.

Ditos de distritos e povoados	600\$000
Ditos interinos de qualquer classe	500\$000

Fonte: Durães, 2007, p. 160.

TABELA 3

Vencimentos anuais dos professores das escolas primárias de Minas Gerais -1892.

Professores	Remuneração
Professores normalistas das escolas	
Urbanas	1:800\$000
Distritais	1:400\$000
Rurais	1:200\$000
Professores não-normalistas das escolas	
Urbanas	1:300\$000
Distritais	1:100\$000
Rurais	1:000\$000

Fonte: Durães, 2007, p. 165.

As tabelas de número 2 e 3 mostram os valores pagos aos professores de acordo com a região onde lecionavam. Retratando o ano de 1876 a primeira tabela indica que os professores locados nas sedes das comarcas, bem como, nas vilas e cidades eram aqueles que recebiam as maiores quantias vencendo anualmente um salário de 960\$000 e 840\$000 respectivamente. Isso se dava porque, segundo Durães (2007, p. 163), nas cidades ou vilas o custo de vida possivelmente era mais alto.

A tabela 2 também indica que um professor que regesse aulas nas escolas distritais ou de povoados (que era o caso das escolas situadas em Taboleiro Grande), por sua vez, recebia anualmente um salário de 600\$000.

Analisando os valores dos vencimentos recebidos pelos professores das escolas noturnas da fábrica Cedro Cachoeira, percebeu-se que os mesmos eram bastante inferiores aos recebidos nas escolas existentes à época. O caso de Francisco Ivo, que talvez tenha sido o primeiro professor da escola noturna da Cedro, é um bom exemplo para pensarmos a questão.

Francisco Ivo ou “Xico Ivo”, como era chamado, aparece no ano de 1874 (já nas primeiras semanas de funcionamento da escola), exercendo a função de professor das aulas noturnas vencendo um salário de 1\$000 réis diários. Se, tal como fez Libby (1988) ao calcular os salários dos operários da fábrica, hipoteticamente descontarmos apenas os dias de folga na fábrica (52 dias) teremos então 311 dias trabalhados. Caso Francisco Ivo trabalhasse diuturnamente sem faltar um único dia de serviço receberia, ao término do ano trabalhado, a quantia de 311\$000 réis. Comparando o valor hipotético recebido por Francisco Ivo com os recebidos pelos professores das escolas distritais à época veremos que seu salário era praticamente a metade daquele recebido por estes professores. As fontes não revelam, mas possivelmente Xico Ivo não era oriundo de escola normal.

A tabela número 3 mostra, por sua vez, os vencimentos recebidos pelos docentes a partir do ano de 1892, período esse em que ocorreu um reajuste nos salários pagos aos mestres. A tabela 3 também indica que havia diferenciação entre os salários pagos aos professores normalistas e os não normalistas. Além disso, permaneceram as

diferenças salariais por localidades onde as escolas urbanas apresentavam pagamento de melhores salários a seus docentes.

Pode-se conjecturar que tendo em vista o fato de que possivelmente Xico Ivo não tivesse o curso de normalista tal fato talvez explicasse o porquê o referido professor recebesse menor salário. Infelizmente, não tivemos acesso aos valores pagos aos professores não normalistas na década de 1870 para que, dessa forma, fizéssemos uma comparação.

A respeito das vantagens salariais dos normalistas Durães (2007, p. 167) informa que a partir do ano de 1900 houve uma pequena mudança na remuneração dos professores e das professoras primárias públicas. Os normalistas que trabalhavam nas escolas distritais e coloniais passaram a receber 1:680\$000 e os não normalistas, por sua vez, 1:320\$000.

Todavia, investigando os salários pagos aos professores normalistas da escola noturna da fábrica, percebemos que mesmo esses docentes recebiam baixos ordenados. Vejamos, por exemplo, o caso da professora Maria Emília Martins Pereira que era normalista desde o ano de 1893 pela escola de Sabará. Se analisarmos o ordenado de Maria Emília, verificaremos que ela recebia no ano de 1900 um ordenado anual de 600\$000, ou seja, valor esse que se configurava menos da metade do recebido pelos professores não normalistas das escolas distritais no referido ano.²¹⁸

Vale destacar que o salário pago à Maria Emília era também menor do que até mesmo ao pago à tão criticada professora Amélia Felicíssimo que, como vimos, regia a escola noturna da fábrica São Vicente. Formada em escola normal Amélia recebia um salário de 150\$000 réis mensais, quantia essa que se configuraria um

²¹⁸ ALVES FILHO, Albino José. Albino Jose Alves Filho. Relatório do inspetor extraordinário, ano de 1900. In: Secretaria do Interior. Caixa 2746.

ordenado anual em torno de 1500\$000, ou seja, quase três vezes mais do que o valor pago à professora Maria Emília.

Vale destacar que os documentos mostraram que entre os professores da Cedro e Cachoeira, os quais tivemos acesso, dona Maria Emília foi a que recebia maior teto salarial na fábrica se constituindo seu ordenado uma exceção entre os salários recebidos pelos docentes. Os demais salários de professores giravam em torno de 1\$000 réis diários.

E não era somente em relação ao vencimento de outros docentes que o salário do professor fabril era baixo. As fontes também indicam que alguns docentes da Cedro e Cachoeira recebiam um ordenado bem inferior até mesmo do que os recebidos pelos trabalhadores com alguma habilitação na fábrica.

Voltemos a Xico Ivo. Consta que trabalhando seis dias por semana Ivo, como já vimos, recebia um ordenado de mil réis diários. Seu salário, se comparado aos de outros operários da fábrica, tais como o pago a Manoel Cabra (600 réis por dia) ou o pago a Ismael (60 réis diários) ou ainda, o pago a Porphirio (150 réis diários) não era um mau salário. Não era um mau salário se os operários aqui citados não fossem escravos!

Como já vimos, no momento de transição do trabalho escravo para o livre, a fábrica utilizou-se grandemente do trabalho escravo para desempenhar algumas funções no interior do processo de produção. Há o registro no livro de ponto da Cedro²¹⁹ de vários escravos que contratados junto a seus senhores ganhavam jornais na fábrica. Como foi, por exemplo, o caso do escravo Thomas que fora contratado junto a seu

²¹⁹ Livro de Ponto da Cedro 1872-1878.

senhor à “*rasão de 150\$000 mensaes, dando-lhe alimentação, comida, porém, por conta de seu senhor todas as mais despesas, como roupa, remédios, etc.*” (Sic)²²⁰

Voltando ao nosso professor, foi possível perceber que o mesmo recebia um bom salário se comparado aos recebidos pelos escravos (que certamente, em sua maioria, não possuíam qualificação) ou ao recebido por operários livres não qualificados. Mas, ficava muito aquém dos recebidos pelos operários dotados de alguma habilitação, pois, não reclamava o gerente da Cachoeira, em carta datada de junho de 1881, que “*não se obtem a menos de 2000 diarios um bom engomador?*”²²¹

Vejamos então outras qualificações. Contemporâneo de Xico Ivo na fábrica, o ferreiro Silvestre, que aparece trabalhando na companhia, durante os anos de 1874 a 1878, pode ser um bom exemplo para pensarmos a questão. Silvestre recebia, como ferreiro, uma diária de 2\$500 réis, ou seja, mais do que o dobro do que recebia o mestre Francisco Ivo. Neste caso, acreditamos que a qualificação de ferreiro foi determinante para que a diferença entre os salários recebidos por ambos fosse tão discrepante. Há outros exemplos.

Vejamos então o caso de Bernardo, que trabalhava, por sua vez, na carpintaria exercendo a função de carpinteiro. Consta que Bernardo recebia um salário de 5\$000 réis diários, ou seja, a considerar os dados, verificamos que o carpinteiro vencia um salário que se configurava em quase o quántuplo ao que recebia o professor Francisco Ivo.

²²⁰ Carta de Francisco Mascarenhas ao Sr. Vicente Justiniano de Aguiar, datada de 16 de julho de 1885. In: Copiador de cartas CA 1884-1886, p.240.

²²¹ Carta do gerente da Cedro a João Ribeiro de Carvalho Amarante, datada de 21 de junho de 1881. In: Copiador de cartas CA ano de 1880-1881. Na chamada “Relação de Máquinas, Cargos e Salários da Fábrica da Cachoeira” registra-se, porém que no ano de 1887 uma engomadeira recebia em torno de 1600 réis. In: Giroletti, Domingos. Fábrica Convento e Disciplina. 1991, p.49.

O mestre Crispim da carpintaria, por exemplo, aquele mesmo com quem o menino José Claudino (600 réis diários) queria trabalhar, recebera, na semana de 5 a 12 de junho de 1873, a quantia de 18\$800, a qual, admitamos, era bem superior à recebida por Francisco Ivo.

Dissemos que o salário do professor era bem vantajoso se comparado aos pagos aos escravos que vendiam jornais na fábrica. Mas, temos que fazer algumas ressalvas.

Vejamos, por exemplo, o caso de Jerônimo Cabra citado capítulos atrás neste trabalho.²²² Como vimos Jerônimo recebia a favor de seu senhor a quantia de 13\$000 réis semanal, o que seria uma diária próxima a 2\$200 réis. Era, portanto um salário que se configuraria quase o dobro do recebido pelo professor. Mas, não nos soa estranho o fato de um escravo estivesse recebendo um salário superior ao que recebia um professor?

A resposta para isso pode estar ligada à qualificação do escravo Jerônimo. Há uma carta datada de 10 de dezembro de 1885 na qual Francisco Mascarenhas escreve ao irmão Bernardo, então gerente da Cedro, solicitando-lhe que enviasse para a unidade da Cachoeira o mestre Jerônimo para realizar trabalhos de carpintaria. Portanto, é provável que o escravo Jerônimo exercesse a profissão de carpinteiro. Profissão que, possivelmente, não era estranha aos escravos conforme pode ser visto na carta enviada pelo gerente da Fábrica de São Sebastião encaminhando um liberto para o trabalho de carpintaria para a fábrica do Cedro: *“como queres carpinteiro, vai esse cidadão (é liberto) ganhando livre de despesas estomacais a 1.500 diários. É carpinteiro polido e homem muito de bem e muito humilde.”*(Sic)²²³

²²² In: Livro de Ponto da Cedro (1872-1878).

²²³ Caixa de Box 11 – 18/11/1884- Museu Décio Mascarenhas.

É verdade que verificando o livro de ponto²²⁴ aparecem, juntamente com Jerônimo Cabra, também mais dois outros operários de nome Jerônimo. Como a carta do gerente não registra o sobrenome do tal “*mestre Jerônimo*” cria-se uma lacuna. Mas, nada impede, de ser o dito “mestre Jerônimo” o escravo que na Cedro recebia o nome de Jerônimo Cabra dado o salário bastante alto para alguém que não fosse qualificado na fábrica. Talvez, seja este o motivo porque Jerônimo recebesse a quantia de 13\$000 réis por semana, quantia essa, como já destacamos, bem superior a recebida pelo “velho” Xico Ivo.

No período compreendido entre os anos de 1874 a 1876, ou seja, dois anos depois, o salário de Xico Ivo permaneceu inalterável, diferentemente do recebido pelo ferreiro Silvestre, que subiu de 2\$500 para 2\$800 réis, ou seja, quase 15% de aumento.

Até mesmo o valor dos jornais recebidos pelo escravo Porphirio sofreu acréscimo. Se, por exemplo, em janeiro de 1875 Porphirio recebia uma diária em torno de 150 réis, verificou-se, porém, que nas semanas de dezembro daquele mesmo ano o escravo já estava recebendo uma diária de 800 réis, um acréscimo de mais de 400%. Mas, o salário de Xico Ivo, insistimos em dizer, permaneceu inalterável no período verificado.

Ao deslocarmos para o ano de 1878, último ano registrado no livro de ponto, percebe-se que o salário de Xico Ivo não tinha sofrido ainda nenhum reajuste. Enquanto o do ferreiro Silvestre que, como já vimos, anos atrás tinha sofrido um acréscimo de quase 15%, subira novamente de 2\$800 para 3\$000 réis diários.

E não pensemos que a situação salarial do professor iria melhorar nos anos seguintes. Parece que a profissão de professor jamais foi considerada pela fábrica um

²²⁴ Ibidem.

trabalho qualificado. Os salários durante os anos subsequentes a 1878 permaneceram baixos. Não podemos esquecer que, em 1889, o gerente procurava (sem conseguir ter sucesso) um professor que aceitasse receber um ordenado de “150\$000 anuais”. Dividindo esse valor pelo número de meses chegaremos a uma quantia de 12\$500 réis mensais, quantia essa, que seria bem menor ainda a que recebia Xico Ivo na década de 1870. Destaca-se, entretanto, que no ano de 1887, como já vimos, registrou-se na fábrica uma pequena melhora nos salários recebidos pelo professor. Consta uma remuneração de 1500 réis para aqueles que desempenhassem na seção de panos a dupla função de “chefe mestre-escola”. Não obstante à dita melhora de remuneração cabe notar que essa quantia não era muito diferente à recebida pelo professor Xico Ivo na década anterior.

Talvez, essa desvalorização salarial somada a outros fatores (quem sabe o fato de ter que exercer dupla função na fábrica) ocasionasse que na fábrica sempre houvesse dificuldade em se arranjar mestres, onde aqueles que se aventuravam em reger tais aulas não permaneciam por muito tempo, resultando que as aulas, amiudadas vezes, fossem suspensas por falta de professores.

As fontes não são muito reveladoras quanto aos salários recebidos pelos professores nos anos subsequentes. Registra-se, porém que no ano de 1901 as escolas da unidade da Cachoeira eram regidas pelos professores D. Anna Francisca Pinto da Silva e Avelino Cesar Bueno, onde este recebia 30\$000 réis mensais e aquela recebia, por sua vez, 1\$000 reis diários.

Já para o ano de 1909, os documentos mostram que a escola noturna da unidade da Cachoeira (as fontes não indicam se era a escola de meninos ou de meninas) era regida pela professora Adélia Alves da Silva onde aquela recebia ainda 1\$000 réis

por noite para ensinar a seus alunos “*o ensino de leitura, escripta e contabilidade por números inteiros*”. Portanto, passadas quase três décadas após a criação das escolas noturnas da Fábrica Cedro e Cachoeira os salários dos docentes ainda permaneciam inalteráveis e baixos.

4. As inúmeras interrupções e a estratégia fábrica e família

Os relatórios anuais elaborados pelos gerentes vieram mostrando que durante o passar dos anos a escola, de um, ou de outro sexo sofreram constante falta de professores. A falta constante de professores resultou na suspensão frequente das aulas. E essas suspensões, que alternavam entre as escolas, ocorreram durante quase toda década de 1880.

Percebeu-se que ora, faltava professor na escola dos meninos ora, era a escola de meninas que se ressentia de uma boa mestra. Houve anos, por exemplo, que os gerentes reclamavam a falta de mestre para a escola masculina. Mas, quando encontravam a solução para o problema da escola de meninos era vez, então de faltar docente nas escolas de meninas.

Vejamos por exemplo, a sequência de anos compreendidos entre 1883 a 1890.

Consta no relatório, que no ano de 1883, as escolas chegaram a funcionar na fábrica nesse período, onde a destinada aos alunos do sexo masculino teve matrícula de

60 meninos. Entretanto, a referida escola funcionou irregularmente, em virtude de ainda, não possuir “*casas própria para melhor funcionar a escola.*” (Sic)²²⁵

A escola do sexo feminino, por sua vez, funcionou regularmente com um efetivo de “27 meninas.” Há um fato curioso relacionado ao número de frequência de meninos e meninas nas escolas em questão.

Consta no mesmo relatório que o número de meninos e meninas trabalhando na fábrica era, respectivamente, 28 meninos e 12 meninas, mas se prestarmos atenção no efetivo de alunos matriculados na escola verificaremos que era de 60 meninos e 27 meninas se constituindo, deste modo um número bem superior ao efetivo de meninos e meninas trabalhadores da fábrica. Tal fato pode, então, estar corroborando a afirmação feita pelo gerente, em 1875, na qual dizia ser a escola para operários e “*gente da vizinhança.*” Pode estar também indicando que o atendimento ao público extrafabril permanecia ainda em pleno vapor.

No que tange ao problema de falta de professores, parece que o ano de 1883 não apresentara irregularidades. Porém, o mesmo não se pode dizer quanto ao ano subsequente.

Em 1884 o gerente registrou que as escolas, de início, funcionaram com frequência de 38 alunos e 33 alunas. Mas, reclamava que “*por falta de professores as aulas deixarão de funcionar.*”²²⁶ Há fortes indícios de que a causa das constantes faltas de professores estava ligada, entre outros, a problemas de baixos salários.

²²⁵ Primeiro Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia Cedro e Cachoeira a de 17 de março de 1884. In: Museu Décio Mascarenhas.

²²⁶ Segundo Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia Cedro e Cachoeira a de 09 de março de 1885. In: Museu Décio Mascarenhas.

O ano de 1885, por sua vez, apresentou mudanças, pois as aulas das meninas voltaram a funcionar com a frequência de 24 alunas. Entretanto, a escola dos meninos ainda continuava fechada por falta de professores.²²⁷

No ano seguinte, 1886, os gerentes voltaram a reclamar que “*não funcionarão regularmente as escolas noturnas por falta de professores.*”²²⁸ Entretanto, tudo indica que meses depois a escola masculina voltou novamente a funcionar, uma vez que as fontes informam ter frequentado a escola, no período analisado, um efetivo de 46 alunos, permanecendo a aula das meninas fechada por falta de professor.

No ano posterior, 1887, foi a vez da aula noturna para meninas voltar e a dos meninos fechar. O gerente registrou que houve frequência de “*24 alumnas na escola*”, e que tais aulas passaram a ser sustentada às expensas da própria gerência. Portanto, tendo em vista o fato de a escola de meninas ter sido mantida à custa do próprio gerente e não pela assembleia de acionistas da Companhia, pode estar indicando que havia por parte dos gerentes (os gerentes eram, no geral, também integrantes da família Mascarenhas e um dos acionistas da fábrica) um grande interesse em manter a escola funcionando.²²⁹ Quais seriam os motivos? Motivação assistencialista? Barganha política? Capacitar os operários? Ou a combinação desses motivos?

No mesmo relatório, o gerente também registra que a escola mista, mais uma das escolas criadas pela fábrica (porém de caráter público e diurna) tivera uma frequência de 101 alunos.²³⁰

²²⁷ Terceiro Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia Cedro e Cachoeira a de 22 de março de 1886. In: Museu Décio Mascarenhas.

²²⁸ Quarto Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia Cedro e Cachoeira a de 15 de março de 1887. In: Museu Décio Mascarenhas.

²²⁹ Quinto Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia Cedro e Cachoeira a de 15 de março de 1888. In: Museu Décio Mascarenhas.

²³⁰ Acreditamos que a escola mista da Cedro tenha surgido em 1886, pois, há um documento iconográfico no qual registra-se o livro de matrícula da referida escola com a data de 1886 a 1909.

Em 1888 parece que as coisas se normalizaram no que tange à escola noturna. O gerente informou que a do sexo masculino tinha sido mantida com aproveitamento para os “*respectivos alunos*”. Informou ainda, que as aulas das meninas continuavam, a ser sustentada por conta da gerência da fábrica, e não pela da companhia, como declarara no último relatório.²³¹

Em 1889, ano da república, também não houve alteração, pois as escolas noturnas de ambos os sexos funcionaram regularmente com uma frequência total de 98 alunos dos dois sexos. Dizia o gerente, que ambas as escolas eram “*regidas por hábeis professores.*”²³²

Nos relatórios seguintes o gerente disse que, em 1890, as aulas públicas (no caso da escola mista) e as “particulares” corresponderam à expectativa, tendo havido, porém “*algumas interrupções por motivos particulares.*”²³³

Percebeu-se que, durante os primeiros anos da década de 1880, as aulas constantemente sofreram interrupções. Constam nos relatórios diversas reclamações dos donos da fábrica no tocante à falta de mestres.

Entretanto, notou-se também que à medida que a década de 1880 foi findando paralelamente as aulas foram regularizando-se. O que teria acontecido durante esse interstício que possibilitou a normalização do fornecimento da instrução privada na fábrica? Quais as estratégias possíveis que a fábrica criou para solucionar a falta e, quem sabe, o pagamento de mestres?

²³¹ Sexto Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia Cedro e Cachoeira a de 15 de março de 1889. In: Museu Décio Mascarenhas.

²³² Sétimo Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia Cedro e Cachoeira a de 15 de março de 1890. In: Museu Décio Mascarenhas.

²³³ Oitavo Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia Cedro e Cachoeira a de 16 de março de 1891. In: Museu Décio Mascarenhas.

Vimos, anteriormente, que as escolas privadas ora, foram sustentadas pela companhia Cedro ora, pelo gerente. Essa alternância de financiamento da instrução privada não poderia estar querendo indicar a existência de uma tensão entre os gerentes e os acionistas no que tange a quem devesse ficar a responsabilidade de financiar a escola? Não poderia os acionistas (talvez por não perceberem como necessária a escola) estarem se recusando de ter que arcar com o ônus da instrução?

Analisando os relatórios da instrução somos levados a pensar que, em algum momento da história da escola noturna da fábrica, houve uma tensão entre os gerentes (ávidos por fornecerem instrução às camadas pobres, visando, quem sabe à possibilidade de ampliar o poder local ou talvez porque ao instruir a mão de obra nativa lograssem melhor qualificá-la para não mais depender do braço estrangeiro) e a assembleia de acionistas que talvez visse a escola como uma fonte de prejuízos.

Talvez diante do impasse de quem devesse arcar com o ônus da instrução privada, a fábrica tivesse que criar estratégias para manter as escolas funcionando. Quem sabe isso explique o porquê de ter havido anos que a manutenção da escola ficou unicamente por conta dos gerentes. Isso talvez também explique o porquê da declaração dos gerentes dizendo desejar contratar um mestre habilitado sob o ordenado de 150\$000 réis. Como a fonte pagadora saía do bolso do próprio gerente possivelmente a estratégia utilizada por ele foi a de contratar, sob um baixo salário, um habilitado mestre que se dispusesse a dar aulas à noite.

Pode, no entanto, ser que tal estratégia não tenha logrado êxito, em virtude de não encontrar-se mestres que quisessem receber um salário insignificante como foi possível verificar nos diversos relatos dos gerentes. E, desta feita, é possível que os

gerentes tenham tido que criar outra estratégia. Mas qual? É possível que a resposta seja encontrada na intervenção da família.

Folheando a documentação constante no Arquivo público Mineiro foi possível entrar em contato com o relatório do Inspetor Geral Albino Jose Alves Filho, da 3ª Circunscrição Pública, datado do ano de 1900, período esse em que o funcionamento das escolas apresentara maior regularidade.

No relatório em questão, o inspetor informou que havia na fábrica Cedro duas escolas particulares, *“sendo uma mantida pela companhia que pagava a professora o ordenado de 600\$000 anuaes e a outra mantida pelos paes dos alumnos mediante a mensalidade de 3\$000.”*²³⁴

Diante do relato do inspetor Alves Filho, somos inclinados a pensar que a fábrica (em virtude talvez dos altos custos da instrução e da possível má vontade dos acionistas em quererem arcar com o ônus instrução particular) trabalhou em “parceria” com as famílias locais visando a manter o fornecimento da escola. A família arcava com os custos de pagamento dos mestres, enquanto a fábrica entrava, por sua vez, com as instalações, mobília e “utensis.”

Coincidentemente, no mesmo ano, ou seja, ano de 1900, o inspetor escolar Domiciano Rodrigues Vieira em visita à fábrica São Vicente, percebeu que lá tal como vinha ocorrendo na unidade da Cedro, a fábrica parece também ter associado aos operários no que se refere à manutenção das escolas. Informara Vieira que a fábrica, por sua vez, pagava o ordenado da professora e os pais, por outro lado, arcavam com o salário do outro docente. Dessa forma, é possível que houvesse algum tipo de trocas de

²³⁴ Albino Jose Alves Filho. Relatório do inspetor extraordinário, ano de 1900. In: Secretaria do Interior. Caixa 2746.

experiências entre aquelas unidades fabris no que tange à adoção de estratégias de manutenção de suas escolas.

É possível que a estratégia da fábrica em recorrer aos pais para auxiliá-la a arcar com o fornecimento de escola permitiu a ela solucionar o problema de pagamento dos mestres, tendo em vista, ter podido então pagar melhor salário ao docente. Ao lado da família e, por conseguinte, dividindo a responsabilidade dos custos ela solucionou o problema de salário, e resolveu, quem sabe, as inúmeras suspensões das aulas noturnas, uma vez que os relatórios anuais estarem indicando que o funcionamento das escolas apresentou certa estabilidade a partir do período em questão.

Acreditamos que o objetivo da fábrica em associar aos pais foi menos uma recusa em querer bancar a escola e mais uma estratégia para evitar suspender em definitivo o funcionamento da mesma. Pois, ao garantir as aulas na fábrica os industriais lograriam em continuar a utilizar a escola para cooptação da população pobre resultando, portanto na ampliação de sua clientela e no fortalecimento do prestígio local, bem como poder contar com mão de obra mais especializada. Nessa estratégia adotada as famílias, por sua vez, também permaneceriam recebendo instrução de primeiras letras para seus filhos.

Cabe ainda nos perguntar se estratégias, tais como essas desenvolvidas pelas famílias ao redor da fábrica Cedro e Cachoeira (ou São Vicente) não eram ressonância de experiências educacionais desenvolvidas por outras famílias e comunidades mineiras à época. Vale destacar que, no decorrer do século XIX, segundo Faria Filho (2000, p. 145), um modelo de educação escolar foi se configurando em Minas Gerais, no qual os pais, em conjunto, contratavam coletivamente um professor ou uma professora. Nesse modelo, segundo o autor, a escola e seu professor não mantinham nenhum vínculo com

o Estado, apesar dos crescentes esforços deste, em vários momentos, para influenciar tais experiências.

De qualquer forma, somos inclinados a pensar que, no caso da Cedro e Cachoeira, a ação adotada pelos pais em manter à custa dos próprios bolsos a escola para seus filhos, no limite acaba reforçando a ideia de ter havido, à época, forte demanda na região por escolarização. Inclina-nos também a perceber esses pais como sujeitos de suas vontades, em virtude dos mesmos não terem ficado presos a uma condição de passividade ou apatia diante da realidade na qual estavam inseridos, antecipando a iniciativa do Estado ao criarem de forma também bastante original estratégias para instruir seus filhos.

5. A cultura material da escola e condições de funcionamento

A documentação a qual tivemos acesso, infelizmente, não nos permite entender a fundo como se davam as práticas no interior das escolas por nós analisadas. Poucos foram os relatórios da instrução pública disponíveis que descrevem com precisão a cultura material e escolar das escolas em questão. Em quase todos os relatórios encontrados, os inspetores foram muitos lacônicos ao abordar as escolas noturnas.

Em muitos casos, os inspetores registravam ricas informações acerca das escolas mistas da fábrica (as quais, como já sabemos, eram diurnas e financiadas pelo Estado), entretanto, ao abordar a escola noturna, estes apenas informavam, de forma bastante perfunctória, a existência de escola noturna na fábrica, não registrando de forma esmiuçada sua condição de funcionamento, seu mobiliário, a prática de seus

docentes, a composição do público discente, mas apenas vagos dados acerca da mesma. Há, portanto, poucos relatos acerca da cultura material das escolas noturnas. Todavia, é possível que as aulas noturnas ocorressem nas mesmas instalações das aulas diurnas, mas como os documentos são poucos elucidativos nesse tocante cria-se uma lacuna.

Por isso, alguns dos dados que apresentaremos não se ligavam diretamente às escolas por nós estudadas, mas os consideramos importantes, pois permitem pensar realidades escolares semelhantes a que estamos analisando e, desta forma, também nos permitem refletir sobre aquilo que era possível ocorrer no cotidiano de escolas que vivenciavam condições materiais e temporais semelhantes.

Objetivaremos no presente tópico descrever um pouco acerca da materialidade, dos espaços, das condições de instalação dessas escolas noturnas visando à compreensão de como se apresentava parte da cultura escolar das mesmas. Cultura escolar essa, entendida aqui, tal como sugere Faria Filho (2002 apud Vidal, 2005, p. 52)²³⁵, não apenas como um conjunto de norma que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, bem como um conjunto de práticas que permitem a transmissão destes saberes e a incorporação destes conhecimentos, mas que incorpora também os espaços, os tempos e a materialidade da escola.

5. 1 As instalações e mobiliário

No geral, as fontes mostraram que as aulas ocorriam debaixo de precárias condições, notadamente, em casas particulares onde as instalações eram desprovidas de

²³⁵ FARIA FILHO, L. M. Escolarização, culturas e práticas escolares: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: Alice Casimiro Lopes; Elizabeth Macedo. (Org.). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. 1 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002, v. 1, p. 13-36.

forro, térreas, com espaço reduzido e sem luz. Realidade essa, não muito distinta da maioria das escolas isoladas existentes à época. Os dados não são ricos em detalhes, mas em visita à fábrica Cedro, no ano de 1900, o inspetor escolar Albino José Alves Filho contribui grandemente para nosso estudo a partir de suas observações feitas sobre as escolas noturnas da fábrica.

Segundo o inspetor havia na fábrica duas escolas noturnas uma para o sexo feminino, regida pela professora Maria Emília Pereira, e outra destinada aos alunos do sexo masculino sendo, por sua vez, regida pelo professor Clorival Gentil Horta.

A escola do gênero feminino era mantida pela companhia e funcionava no interior da casa professora, em dois turnos, diurno e noturno. Internamente, a escola não possuía forro, era térrea, dotada de muito pouco espaço e mal arejada. Por conta do mestre ficava o provimento da iluminação da sala, embora fosse a escola mantida pela fábrica. Entretanto, na ocasião da visita, a escola feminina não estava provida de luz conforme chamava a atenção o inspetor. Também não havia nela “utensis”, tampouco livros didáticos, além disso, a professora não cumpria o programa de ensino.

Os documentos mostraram, porém, que nas outras escolas noturnas da fábrica Cedro e Cachoeira em que os mestres cumpriam com sua obrigação de prover a iluminação interna, utilizava-se luz oriunda de lampião ou lamparina. Iluminação essa, que tinha grandes inconvenientes. Consta que, quando o lampião tinha, por ventura, algum vidro de proteção quebrado, “*soltava grande fuligem*”²³⁶ na já apertada e mal arejada sala de aula tornando o ambiente insuportável.

²³⁶ Esta informação se refere à Escola da fábrica São Vicente, também pertencente aos irmãos Mascarenhas. Acreditamos, que o mesmo poderia ocorrer nas escolas da Cedro e Cachoeira. In: Domiciano Rodrigues Vieira. Secretaria do Interior. Relatório do inspetor extraordinário da 1ª circunscrição a 5ª. Códice: SI 2746, 1900.

Também a fumaça que soltava das enormes chaminés da fábrica certamente se constituía um incremento a mais para deixar o ar local demasiadamente sobrecarregado e de difícil respiração. Além disso, a escola, por estar junto da fábrica, tornava-se “*inconvenientíssima devido ao barulho das águas e machinas*” que se faziam ouvir a longas distâncias.²³⁷

Vale ressaltar que essa realidade de escassez material apresentada pela escola noturna da fábrica, possivelmente, não era muito diferente da encontrada em outras escolas existentes à época. No geral, eram as escolas isoladas existentes em solo mineiro e, alhures, verdadeiros “*pardieiros*”, regidas sob prédios emprestados, com móveis adaptados e dotadas de exígua materialidade didática (Vilela, 2000, p.118). Associadas à época Imperial essas escolas isoladas receberam da parte da intelectualidade e das autoridades fundantes do novo regime um manto de representações negativas sendo identificadas como “*pocilgas, pardieiros, estalagem, impróprias, pobres e incompletas*” (Schueler; Magaldi, 2008, p. 35).

Quanto ao método de ensino verificou-se que no geral os professores das escolas noturnas da fábrica utilizavam o método individual. Até mesmo a normalista dona Maria Emília, que talvez tivesse na escola Normal entrado em contato com outros métodos, tais como o mútuo, ou o simultâneo, ou quem sabe o misto, permanecia utilizando no interior da sala de aula o dito método individual. Método esse que, segundo Inácio (2004, 26), foi utilizado no Brasil desde a Colônia e permaneceu sendo empregado ao longo de todo o século XIX, com algumas modificações.

Tal método consistia basicamente em fazer ler, escrever e calcular, cada aluno, separadamente, mesmo quando se ensinava a várias crianças e jovens dispostos

²³⁷ ALVES FILHO. Secretaria do Interior. Relatório do inspetor extraordinário da 1ª circunscrição. Cidade Ipiranga. Belo Horizonte 30 de setembro de. SI 2756, 1901.

num mesmo local. A partir da década de 20 dos oitocentos, vemos se produzir no Brasil, bem como em outros lugares da Europa e da América, um discurso articulado sobre a necessidade de organizar a instrução elementar no qual o método de ensino individual passa a ser considerado dispendioso e ineficiente (Inácio, 2004).

Os dados não são precisos quanto às matérias que se ensinava no interior da sala de aula. Consta, porém, que aos alunos mais adiantados a “*mestra ensinava noções de gramática portuguesa, aritmética e leitura*” de acordo com os conhecimentos previstos a serem ensinados na instrução elementar. Mas cabe aqui fazer uma breve discussão.

Segundo Faria Filho (2000, p.136), a organização da “instrução de primeiras letras” significou uma tentativa por parte do Estado brasileiro de generalizar para as “classes inferiores da sociedade” rudimentos do saber, tais como “*ler, escrever e contar.*” Já a instrução elementar, na visão do autor, se difere da chamada “instrução de primeiras letras”, uma vez que naquela articula-se não apenas com a necessidade de se generalizar o acesso às primeiras letras, mas também com um conjunto de outros conhecimentos e valores necessários à inserção, mesmo que de forma muito desigual, dos pobres à vida social. Dessa forma, na instrução elementar agregava-se ao “*ler, escrever e contar*” outros conhecimentos e valores, que a instituição escolar deveria ensinar às novas gerações, sobretudo às crianças, conteúdos como “*rudimentos de gramática*”, de “*língua pátria*”, de “*aritmética*” ou “*rudimentos de conhecimentos religiosos*” que, lentamente, aparecerão nas leis como componentes de uma “*instrução elementar*” (Faria Filho, 2000.p.139).

A considerar a diferenciação estabelecida por Faria Filho (2000) entre a “*instrução de primeiras letras*” e a “*elementar*”, somos inclinados a pensar que na

Fábrica Cedro e Cachoeira, em diferentes épocas, os professores das escolas noturnas, dotados de certa autonomia, transitaram entre uma e outra forma de instrução, ou seja, se (como veremos adiante), por um lado, houve professores que limitaram-se a ensinar apenas o “ler, escrever e contar” da “instrução de primeiras letras”, por outro, houve aqueles que introduziram nessas escolas saberes como “noções de gramática”, “aritmética” e “leitura” que eram, segundo o autor, conhecimentos associados à “instrução elementar.”

Acrescenta-se também que a escrituração era feita em apenas um livro de ponto diário, a sala não possuía quadros negros e a frequência registrada foi de 26 alunas presentes de um total de 36 matrículas. Logo, percebe-se que havia um grande número de infrequência nessas escolas, fenômeno que não era muito diferente nas diversas escolas elementares da época (Gouvêa, 2004; Inácio & Viana, 2004).

No tocante à escola do sexo masculino, Alves Filho, notara que, como já dissemos, as aulas eram regidas pelo professor Clorival Gentil Horta o qual estava à frente da mesma há dez meses. Horta recebia de cada pai de aluno a quantia de 3\$000 réis mensais para instruir seus filhos, o que se constituía um ordenado de 30\$000 réis mensais, uma vez que havia 10 alunos matriculados na escola. A escola não possuía livro de escrituração e professor, na opinião do agente da instrução pública, era “*incompetentíssimo*”, pois seus alunos mais adiantados “*apenas lêem e escrevem.*”²³⁸

Quanto à mobília da escola do sexo masculino, Alves Filho registrou que a sala e os móveis eram muito ruins. Não havia no interior da escola “*utensis excepto uma grande palmatória que vi dependura na parede.*”²³⁹

²³⁸ Alves Filho. Secretaria do Interior. Relatório do inspetor extraordinário. Belo Horizonte. Códice: SI 2756, 1900.

²³⁹ Ibidem.

A palmatória, esse temido instrumento “pedagógico” que, durante o dia, fazia parte da experiência dos meninos no mundo do trabalho permanecia soberana nas paredes da sala de aula. É como se mesma tivesse escapulado sorratoriamente das mãos dos feitores de meninos e pulasse para as do mestre-escola.

Bastante íntima dos escravos e conhecida ainda como “fêrula” ou “Santa Luzia” a palmatória (Dalcin, 2005, p.57; Galvão 2001, p.136) era o principal instrumento de punição no cotidiano escolar. Representava, corporificava, simbolizava o poder do professor, o poder da escola, o poder da ameaça e da dor na tarefa de tornar instruídos meninos que seriam doutores, dóceis, os corpos perdidos no mundo do engenho; sofisticados, gostos e gestos acostumados à rusticidade. Ora era aplicada nos alunos desatentos (Souza, 2000, p. 93), ora aos recalcitrantes, ora manifestava o arbítrio ou mau humor do professor. No imaginário social, ela comportava-se como emblema da profissão docente, enquanto expressão do direito legítimo de comando, uma espécie de crédito moral suplementar emprestado aos mestres pelas famílias (Souza, 2000, p. 94).

Quando lembramos que muitos dos alunos da escola noturna da Cedro e Cachoeira vinham de uma frenética jornada de trabalho onde previa o regulamento punição para aqueles que trabalhassem assentados e, por conta disso, os corpos estavam cansados e exaustos somando-se à condição de pouca luminosidade no interior da sala de aula certamente a palmatória se constituía um instrumento “pedagógico” que tinha a “mágica” função de “estimular” aqueles que por ventura ousassem ficar desatentos ou que intentassem desafiar a autoridade do mestre.

Se no mundo do trabalho ela parecia querer dizer aos meninos “*trabalhem!*”, “*Não saiam dos boxes*”, “*não leiam*” jornais ou revistas, pois senão “*entrarei em ação!*” Na sala de aula ela parecia querer lembrá-los que não seria tolerado nenhum

cochilo ou respostas toscas. Que deveriam fazer toda a lição e se comportarem direito. Certamente, muitos foram os meninos que ao se perderem no sono tiveram as mãos violentamente castigadas pelos bolos da palmatória.

No transcorrer da segunda metade do século XIX com a modernização dos métodos de ensino no Estado, muitas escolas aboliram a palmatória (Galvão, 2001, p. 132; Dalcin, 2005, p. 43; Vilella, 2000, p. 111). Mas, noutras escolas, principalmente as privadas, que não sofriam quase nenhuma fiscalização por parte do governo, mesmo sendo criticada, a palmatória (bem como outros castigos físicos) continuou sendo fartamente utilizada (Galvão, 2001, p. 135).²⁴⁰ E a escola regida por Gentil Horta, certamente se constituía um bom exemplo disso.

Na mesma ocasião Alves Filho também visitou as escolas noturnas da unidade da Cachoeira. Consta que a escola feminina era regida pela professora Anna Francisca Pinto da Silva e também funcionava em uma casa de propriedade da companhia Cedro e Cachoeira. Seu interior, segundo o inspetor, não oferecia condições de higiene, e no que tange à mobília, possuía dois bancos e uma mesa. Tal como as escolas da Cedro, não possuía “utensis”, mas adotava livros didáticos, notadamente, os de Abílio César Borges.

A escola masculina, por sua vez, era regida pelo professor Avelino César Bueno e funcionava numa casa que oferecia condições de higiene. Sua mobília contava com bancos e mesas, porém na escola não havia livro de escrituração nem tampouco “utensis”. Também, semelhantemente à docente da escola feminina, o professor Avelino adotava “*os livros didacticos de abílio*”.

²⁴⁰ Em 1893, numa das visitas do inspetor escolar Sebastião Rodrigues Sette e Câmara da 3ª Circunscrição Literária às escolas de São João Del Rey, o agente escolar reclamara que em uma delas o professor ainda fazia uso da palmatória “*bárbaro meio disciplinar*”. In: SETTE E CÂMARA. Secretaria do Interior. Relatório do inspetor extraordinário. São João Del Rey, ano de 1893. In: Códice: 2746,1893.

Tempos depois, em visita realizada à Fábrica Cachoeira, Lopes Azevedo, inspetor escolar da época, constatou que a professora da escola noturna, Adélia Alves da Silva, ensinava seus alunos a “*ler, escrever e contar*” adotando para isso o método da silabação, destacadamente, o de primeira leitura de Thomaz Galhardo.²⁴¹

Segundo Valdez (2004) livros de autores, tais como Abílio César Borges (1866), Hilário Ribeiro (1880), Felizberto de Carvalho (1892), Romão Puigari e Arnaldo Barreto (1895), Francisco Mendes Vianna (1908), João Köpke (1900/1920), Thomaz Galhardo (1910/1920) e Antonio Proença (1920/1930) eram utilizados e recomendados nas escolas, públicas e privadas, de diferentes regiões do Brasil.

É possível, porém, que as escolas noturnas da unidade da Cedro, diferentemente, das da unidade da Cachoeira utilizassem ainda o método de leitura soletração dada a ausência de livros didáticos, notadamente, o de “Abílio” e “Thomaz”, que recomendavam a adoção do método da silabação no interior das salas de aulas.

Em outro relatório, datado também do ano de 1900, o inspetor escolar Alves Filho realizou contundentes críticas às escolas privadas que insistiam em continuar adotando o método de soletração. É bem possível que parte dessas críticas estivessem sendo endereçadas às escolas da unidade da Cedro.

Relatara Alves Filho que visitou e inspecionou grande número de “*escolas particulares existentes nas diversas comarcas [e] verifi(ou) em todas ellas os mesmos inconvenientes nas do Estado*”. *Falta de prédios, de material escolar, completa ausência de methodos de ensino, etc..etc..*”. Criticava também o inspetor a falta de “*competência de grande número de professores*”, e a permanência do uso nessas escolas, as quais ele denominava “*particulares*”, de “*methodos boborenhos e*

²⁴¹ AZEVEDO, Lopes. Secretaria do Interior. Relatório do inspetor extraordinário da 2ª circunscrição. Cidades Santa Rita do Cedro e Ipiranga. São João Del Rey. Códice: 3294, 1909

archaicos [tais como] “a cartilha de João de Barros (Sic), do A- arvore, b-Besta, C-cesta e o prejudicialíssimo methodo de soletração- que é na opinião de quasi todos os educadores – o methodo do absurdo.”(Sic)²⁴²

Talvez, objetivando corrigir aquilo que para ele se constituía uma falta grave nas escolas, o inspetor forneceu aos professores da Fábrica Cedro e de Taboleiro Grande, materiais didáticos, bem como exemplares dos livros de primeira leitura de Abílio César Borges.

Segundo Pfromm Neto (1974, p.171 apud Valdez, 2004) o primeiro livro de leitura do “Método Abílio” representou um surpreendente salto na pedagogia brasileira. Até então, a aprendizagem de leitura se iniciava com abecedários manuscritos, papéis de cartórios e toscas cartilhas. Vale destacar que, segundo ainda o autor, o primeiro Livro de Abílio adotava o método de silabação opondo-se à soletração de sílabas sem sentido, método de leitura, que como vimos, muito criticado à época.²⁴³

Não nos demandaria, portanto, muito esforço para imaginar a dureza que eram as aulas ministradas nas escolas da fábrica, pois se já não bastasse ao fato da existência do criticado método individual tinha-se ainda, como já vimos, o problema da iluminação, do ar e do ensurdecido barulho das máquinas, os quais certamente pesavam grandemente contra realização de tais aulas. Certamente, manter acordados, atentos e dispostos corpos já cansados pelo trabalho não era tarefa simples.

²⁴² Alves Filho. Relatório do inspetor extraordinário. Belo Horizonte, ano de 1900. Secretaria do Interior. SI 2746. (Grifos meus).

²⁴³ Segundo Rabelo (2001, p. 19) utilizado em muitas escolas o método da soletração foi, no decorrer da segunda metade do XIX, muito criticado entre os educadores tupiniquins, por tornar a aprendizagem árdua e custosa, pois empregava o nome e não o som das letras. Nesse método, a ênfase estava em ensinar a combinação de letras e sons, fazendo com que os alunos decorassem as letras alfabéticas e as sílabas, em um mecanismo de estímulos visuais (forma das letras) e auditivos (som das letras). O maior problema desse método configurava-se em trabalhar com palavras soltas, fora do contexto significativo ao aluno. In: RABELO, Claudiene do Socorro. *Alfabetização: Sucesso ou insucesso, uma questão de método* (dissertação de Mestrado). 2001. Também fornecido para as escolas da fábrica da Cedro exemplares do primeiro livro de leitura de A. Joviano, pelas mãos do inspetor técnico Francisco Lopes de Azevedo.

Os últimos registros encontrados por nós fazendo referência às escolas noturnas da fábrica são apenas de 1913 e 1917, indicando que tais escolas, 40 anos após suas criações, ainda continuaram funcionando. Em relação ao ano de 1913, vale dizer que a escola da unidade da Cedro estava sendo regida pela professora dona Bernardina Alves de Assis. Diferentemente dos seus primeiros anos de existência, a escola noturna, durante o ano em questão, possivelmente foi transformada em escola noturna mista na qual a professora passara a ministrar aulas para uma turma composta por 46 alunos e 69 alunas coeducando, desse modo, um total de 115 indivíduos.²⁴⁴

No ano de 1917, registrou-se, por sua vez, que permanecia à frente da classe a professora D. Bernardina Alves. Entretanto, se quatro anos atrás havia um efetivo de 115 alunos na escola, no ano de 1917, por sua vez, o efetivo caíra para apenas 61 matriculados, ou seja, uma queda de quase da metade do efetivo registrado em 1913.

A professora ensinava “*leitura, escripta e contabiliade*” e os alunos estavam divididos em turmas do 1º e 2º ano o que seria talvez uma ressonância daquilo que vinha já ocorrendo na maioria das escolas da época. Em visitada à escola o inspetor regional Arthur Queiroga fez o seguinte registro:

“(...) Continua a funcionar na fábrica e escola noturna para os operários, regida pela professora D. Bernardina Alves de Assis. Tem esta aula 61 alunos matriculados, estando presente 55, divididos em classe correspondentes mais ou menos aos dois anos do programa oficial. Há progresso, tratando-se de alunos duros pela passagem da idade escolar e cansados pelo serviço mecânico durante o dia. Certo é que a professora algo

²⁴⁴ PAULINO, Antônio Ferreira. SECRETARIA DO INTERIOR. Boletim de Freqüência. Município de Paraopeba. 2ª Circunscrição Literária. Outubro, Curvelo. Códice: SI 2914. Arquivo Público Mineiro, 1913.

*faz, prestando o alto serviço de integrar ao alfabetismo seres já perdido para ela, mediante a gratificação de 60 mil réis.*²⁴⁵ (Grifos meus)

O relato de Queiroga acaba corroborando nossa suposição inicial, de que a labuta diária dos alunos durante o dia na fábrica se constituía num óbice para o rendimento escolar dos alunos. Eram, na visão do inspetor, alunos cansados pelo serviço mecânico durante o dia e já passados da idade escolar.

Nogueira (2009, p.80), analisando esse mesmo documento redigido por Queiroga, conclui que a escola noturna “*não era frequentada somente por crianças*”, ou seja, defende que aquele espaço escolar abrigou no seu interior crianças coeducando ao lado adultos.

Acreditamos, porém, que a afirmação defendida pela autora cabe ser relativizada, pois semelhante à mesma também acreditamos que na escola noturna coeducaram lado a lado crianças e adultos, entretanto, diferente de noqueira (2009), pensamos que há indícios de que essa coexistência não ocorreu em todos os anos de existência da escola, se constituindo, portanto, um acontecimento datado.

É bem verdade que, conforme analisou Gouvêa (2004), uma das características das escolas naquele período era a coexistência de crianças e adultos coeducando num mesmo espaço escolar. Entretanto, pensamos que no caso da escola noturna da Cedro e Cachoeira tal fenômeno ocorrera somente com o passar dos anos. Tudo indica que aquela escola, em seus primeiros anos de existência, foi um espaço exclusivamente infantil. O relato do gerente da Cedro , datado do ano de 1884, é bastante sugestivo para se pensar isso. Nele o gerente informava que havia “*na fabrica*

²⁴⁵ QUEIROGA, Arthur. SECRETARIA DO INTERIOR. Relatórios. Termos de Visitas e Papéis diversos. 2ª Circunscrição- 1917. Secretaria do Interior do estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 24 de agosto de 1917 – 6ª Seção. Códice: SI -3701. Belo Horizonte. Arquivo Público Mineiro, 1991.

*escolas para os operários de ambos os sexos que são frequentadas por 60 meninos e 27 meninas.*²⁴⁶

Nota-se que, no ano em questão, não há na fala do gerente nenhuma referência à existência de adultos, nem tampouco rapazes ou moças na referida escola. Fato que destoava um pouco daquilo que sugere Nogueira (2009) ao afirmar, sem pontuar sua análise, que a escola noturna não era frequentada somente por crianças.

Será porque então Arthur Queiroga, muitos anos depois, registrou a presença na escola noturna de, nas palavras do inspetor, “*alunos duros pela passagem da idade escolar*”? O que teria então ocorrido na escola, no interstício tempo decorrido entre a data do relato do gerente e a visita do inspetor, que viesse a contribuir para a mudança de sua configuração inicial?

É possível que dois fatores tenham ajudado a provocar essa mudança de configuração. Um deles possivelmente tenha sido fruto da criação das escolas mistas diurnas, (criadas em 1886), acontecimento que, talvez, tivesse ocasionado que muitos dos alunos que não submetiam ao trabalho infantil, mas que estavam na escola noturna, migrassem para a diurna.

Outra questão talvez tenha sido porque com as restrições do trabalho infantil que vão ao longo dos anos aparecendo, em consonância com fortalecimento dos discursos de que o lugar da criança deveria ser a escola e não mais o trabalho (Rago, 1985) muitas das crianças, por conta dessas restrições, ao deixarem o trabalho, atividade que as impedia de estudarem durante o dia, possivelmente foram também migrando para escola diurna da fábrica.

²⁴⁶ Primeiro Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia Cedro e Cachoeira a de 17 de março de 1884. In: Museu Décio Mascarenhas.

O caso ocorrido com o menino Joaquim talvez possa corroborar nossa suposição. Consta que Joaquim Fernandes Silva, no ano de 1918, possivelmente em virtude do trabalho durante o dia, ingressou na escola noturna da fábrica quando tinha ainda a idade de 9 anos ou menos. Consta, porém que no ano seguinte, ou seja, ano de 1919, Joaquim migrou-se para escola mista diurna da fábrica.²⁴⁷

Caso parecido foi também o ocorrido com Esmenia Fernandes Silva, irmã de Joaquim. Consta que Esmenia ainda muito nova ingressara na escola noturna da fábrica quando tinha a idade de 10 anos.²⁴⁸ Mas, tal como o irmão, se transferiu em 1919 para a escola mista diurna da fábrica.

Obviamente, nada impede que na ocasião da visita de Queiroga à escola estivessem adultos e crianças coeducando na escola. E os meninos Joaquim e Esmenia são indícios disso. Mas, como já dissemos, tudo indica que a escola em seus primórdios foi criada para atender exclusivamente às várias crianças e menores que se acotovelavam na linha de produção da fábrica, mas é possível que quando essas crianças, devido aos fatores já por nós apresentados, passaram a deixar de compor o quadro de operários da fábrica, foram também deixando os bancos da escola noturna em direção à diurna. Mas, paralelamente a isso, é possível que tivesse também ocorrido uma adultização do espaço escolar noturno, passando a escola noturna a abrigar crianças que ainda “insistiam” em permanecer no trabalho diurno, mas principalmente alunos que, tal como relatou Queiroga, “*estavam passados da idade escolar*”, mudando dessa forma, a configuração inicial do espaço escolar noturno que passara a ser predominantemente ocupado por alunos considerados adultos.

²⁴⁷ Livro de Matricula da Fábrica Cedro, ano 1919. In: Museu Décio Mascarenhas.

²⁴⁸ Ibidem.

Ao finalizar este capítulo, destacamos que as fontes não nos permitiram fornecer luz a questões como índices de aprovação na escola, bem como, compreender os efeitos da instrução escolar sobre a melhoria da qualificação da incipiente mão de obra. Vale destacar que decorridos 15 anos de existência da escola noturna, ou seja, em 1889, o gerente da Cedro se queixava ao delegado da instrução pública de Curvelo de que o ensino na escola noturna estava apresentando “*quase nenhum aproveitamento dos alunos visto a pouca habilitação dos mestres.*”²⁴⁹ Reclamava o gerente de haver grande infrequencia nas aulas devido “*a falta de energia dos pais, cujas falhas são mais fácil a comprehender-se*”, uma vez que esses alunos submetiam ao trabalho diurno.

A reclamação do gerente ganhava eco também por parte dos inspetores da instrução pública que visitavam as fábricas. Sete anos depois da queixa do gerente, ou seja, em 1896, o inspetor Manoel Lessa em visita às escolas da Fábrica e outras da vizinhança reclamava da qualidade dos professores denunciando que os tais não apresentavam sequer “*um único alumno pronto nas matérias de ensino.*”²⁵⁰ Portanto, parece ser um pouco forçoso falarmos em índice de aprovação dadas às difíceis condições que se apresentaram nas escolas noturnas da Cedro e Cachoeira. Acreditamos que, se ocorriam aprovações nessas escolas, possivelmente eram sensivelmente diminutas.

No tocante, aos possíveis efeitos que a escola noturna teve na melhoria da qualificação da mão de obra nativa constitui outra lacuna, dada a escassez de fontes nesse sentido. Entretanto, como já explicitamos, há fortes indícios de que tais escolas tenham sido criadas com o objetivo capacitar a grande massa de menores trabalhadores

²⁴⁹ Carta de Francisco Mascarenhas ao delegado da instrução pública de Curvelo, datada de 2 de julho de 1889. In: Copiador de cartas CA 1889-1890.

²⁵⁰ LESSA, Manoel Antonio Pacheco. SECRETARIA DO INTERIOR. Relatórios da 2ª Circunscrição Literária. Julho, Sabará. Códice: SI 680. Arquivo Público Mineiro, 1896.

da fábrica. Sabemos que desde a fundação da fábrica os empresários da Cedro desejaram capacitar a força de trabalho nacional. Consta que os empresários da companhia, ainda em meados do ano de 1882, reclamavam que sendo aquela fábrica um dos primeiros estabelecimento fabril criado na província mineira não dispunha o seu pessoal até então de “*nenhuma educação industrial*”²⁵¹ oferecida pelo governo, que ao contrário, tinha deixado a fábrica caminhar aos “trancos e barrancos” sem ajuda nenhuma, obrigando-a a depender quase que exclusivamente de trabalhadores ingleses, os quais, além do inconveniente da diferença da língua, eram, com “*poucas exceção, egoístas, monopolistas e insolentes.*”²⁵²

Dada a demanda por melhora do nível de qualificação dos trabalhadores nativos é possível que os dirigentes vissem na escola noturna um instrumento que iria facilitar essa passagem. Mas, como dissemos, as fontes se calaram a esse respeito. Inculca-nos, porém o fato de que, conforme sugere Girolletti (1991:96), à medida que os anos foram se passando a força nacional foi substituindo os trabalhadores estrangeiros e até o início do século XX a mão de obra da companhia passou a ser composta exclusivamente por trabalhadores nacionais. Poderia, então, a escola noturna, tal como sugeriu nogueira (2009), no início deste capítulo, ter sido parte integrante desse processo de formação da mão de obra nacional? Os indícios são fortes, mas o certo é que para responder essa e outras lacunas deixadas ao longo dos capítulos deste trabalho demandaríamos de mais tempo de investimento de pesquisa.

Portanto, criadas quem sabe para atender a diversos interesses, tais como resposta à pressão legislativa, possibilidade de ser usada como barganha política com a população local, difundir luz, ou mesmo, participar no processo de formação do

²⁵¹ Carta do gerente da Cedro a Thomaz Pacheco Lessa Brasil (Rio de Janeiro). In: Copiador de cartas CE 1882-1883.

²⁵² Ibidem.

trabalhador nacional, as escolas noturnas da Cedro e Cachoeira, funcionaram nos seus mais de 40 anos de existência sob precárias condições e inúmeros percalços. Não diferenciando em muito das outras iniciativas escolares existentes à época. Carentes de utensílios, de mobiliários, de livros didáticos, de instalações condizentes, as escolas noturnas se constituíram uma cultura escolar, na qual, seus mestres e mestras, em que pese a diferença do nível de qualificação, possivelmente exerceram certa autonomia ao adotar distintos métodos de instrução e de leituras, bem como, distintos instrumentos pedagógicos (se considerarmos o fato de que a palmatória “também” educa) carregando consigo uma experiência que não se conformava passivamente às imposições do prescritivo, dando, dessa forma uma feição multifacetada àquela cultura escolar.

CONCLUSÃO

Segundo Lopes e Galvão (2005, p.77), em sua inteireza, o passado nunca será plenamente conhecido e compreendido. No limite, podemos entendê-lo em seus fragmentos, em suas incertezas. Elas acrescentam que por mais que o pesquisador tente se aproximar de uma verdade sobre o que passou, apostando no rigor metodológico, permanecem sempre fluidos e fugidios os pedaços de uma história que se quer reconstituir. Portanto, o pesquisador, de forma alguma, traz à tona o passado, e sim, determinado aspecto do mesmo.

Abraçando a ideia proposta pelas autoras, acreditamos que nesta pesquisa, que por hora apresentamos os seus resultados (não significa dizer que esgotamos o assunto e sim que jogamos um pouco mais de sementes num campo fértil de discussão), certamente, não estamos trazendo à cena presente, o passado em sua completude, em sua inteireza (nem é possível fazê-lo). Na verdade, o que trazemos, são apenas (apropriando da fala das autoras) pedaços “fugidios” e “fluidos” de uma história dado o fato de que muitas lacunas ainda permanecem abertas, bem como, várias indagações também ficaram por ser respondidas. Neste esforço de pesquisa, ao trazermos somente aquilo que as fontes se permitiram em mostrar, foi lançada uma interpretação possível, entre as muitas, que do passado pode suscitar.

Vale antes destacar, que não foi de forma despropositada e não provocativa a escolha do título deste trabalho dado o fato de que a expressão “infância tecida” remeteu-nos, por um lado, à ideia de crianças trabalhando no espaço fabril têxtil. Por outro, a mesma expressão, de forma também bastante sugestiva, suscitou ainda a ideia de “infância construída”. Infância “tecida” ou “construída”, porque aqui ela foi pensada como um constructo, histórico e socialmente datado, desrotulado, portanto, de noções essencializadas, bem como naturalizadas. Infância esta, que contribuía na elaboração de

seu cotidiano, na medida em que tecia e experimentava complexas e múltiplas relações sociais. Portanto, foi nosso objetivo apresentar a infância trabalhadora, “tecida” de forma peculiar, síntese da ação educativa das agências socializadoras fábrica e escola.

Inserida no recorte temporal compreendido entre os anos de 1880 a 1915, e sob o título “A infância tecida: construindo a infância entre os teares e as escolas da Fábrica de Tecidos e Fiação Cedro e Cachoeira”, a pesquisa apresentada objetivou dar visibilidade à infância pobre trabalhadora e as estratégias viabilizadas pela iniciativa fabril destinadas à promoção de sua escolarização. Objetivou-se investigar os espaços e as instâncias de inserção e formação da criança naquele período histórico, destacando as tensões estabelecidas entre a escola e o trabalho.

Não sem lógica, esta pesquisa, primeiramente, visou a discutir a fábrica e as questões em torno de seu surgimento. Inaugurada no ano de 1872, momento esse, em que o Brasil iniciava o chamado “boom têxtil”, a fábrica Cedro se constituiu, conforme lembrou Libby (1988), na primeira verdadeira indústria têxtil mineira.

Vimos que dois anos depois, ou seja, em 1874, por sua vez, foi inaugurada a unidade da Cachoeira, instalada a 8 quilômetros da cidade de Curvelo. Mas, a partir do ano de 1883, com o objetivo de poderem reagir melhor à concorrência de outras fábricas que, alhures, surgiam na província mineira, deu-se então a junção das unidades da Cedro e Cachoeira, passando doravante a se chamar Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira. Os documentos fornecidos pela fábrica mostraram que, a partir dessa junção, a companhia passou a apresentar um considerável crescimento em sua produção correspondendo, portanto, às expectativas de melhor responder às concorrências externas.

Obviamente, percebeu-se que esse crescimento apresentado pela fábrica deu-se, não sem antes, é claro, de a mesma ter enfrentado diversos problemas, tais como falta maquinário e de pessoal especializado para operá-lo, inconstância e evasão da mão de obra, bem como outros de ordem sanitária, materializados nos constantes surtos de epidemias que, vez por outra, grassaram na fábrica. As inúmeras secas e enchentes também se constituíram noutro problema enfrentado pela companhia. Se a falta d'água trouxe, a reboque, doenças e crise de abastecimento na região em torno da Cedro e Cachoeira, as constantes enchentes, por sua vez, provocaram, quase sempre que visitaram-na, quebra de pontes (prejudicando o fluxo de mercadorias e a comunicação), bem como também trouxeram grandes danos às dependências da fábrica, fazendo com que a mesma ficasse parada por diversos dias redundando em sérios prejuízos para a mesma.

Abordou-se em seguida o tema “Trocas de favores: compadrio e clientelismo”, onde foi nossa intenção mostrar que intensas relações de troca de favor foram mantidas entre os poderosos locais e as camadas populares. As fontes por nós perscrutadas revelaram que a prática de favores se difundiu em toda malha social e as camadas populares pareceram ter entendido muito bem as regras do jogo. Pois, verificou-se que, no contexto analisado, ter um protetor significou, em contrapartida, inserção na esfera pública, obtenção de emprego na fábrica ou em outras indústrias indicadas pelos gerentes, além de constituir canal de acesso à educação. Portanto, entre outras coisas, essas práticas estavam subjacentes aos mecanismos de arregimentação da força trabalho, de fornecimento de vagas nas escolas mantidas pelas fábricas, de contratação de professores.

Em um momento em que a esfera pública era precária, o que dificultava o cumprimento de seu papel social, coube a particulares, atendendo a interesses privados, realizarem políticas de cunho público. Portanto, devido a essa relação de trocas de favores, os poderosos entraram e interferiram no âmbito público e privado. Os protegidos, diante da necessidade de serem atendidos em suas petições, se permitiram a colocar-se em uma relação de submissão, obediência e lealdade com o protetor, autorizando-o em muitos casos interferir em decisões que hoje compreendemos como de cunho estreitamente particular. Mas, o homem simples do povo, ao contrário do que aventou Viana (2005), ao compreender a regra do jogo se mostrou não ser tão assujeitado como se alvittrara acabando, em muitos casos, também interferindo na condução de seus destinos. Não se constituindo, de forma alguma, figura “inerte” ou “passiva” na trama social.

Mais adiante, foi discutido acerca da composição da mão de obra da Cedro e Cachoeira, onde a documentação mostrou que a fábrica foi um espaço socializador onde coexistiram indivíduos de origem estrangeira (portugueses, ingleses, norte-americanos, italianos), trabalhando lado a lado de operários nativos (livres e escravos), de diferentes condições sociais, extratos geracionais, origem racial e credo religioso.

Desqualificada e em maior quantidade, a força operária nacional foi formada por homens, mulheres e crianças oriundos do meio artesanal e do campesinato. Foi composta, como vimos, por “gente simples sujeitos as vezes às energias brutaes de chefes estrangeiros.”²⁵³

²⁵³ Carta de Francisco Mascarenhas ao Cap. Theotonio Alexandrino datada de 18 de set de 1890. In: Copiador Cartas 1890.

A documentação mostrou que, durante todo o período analisado, as mulheres se constituíram a maioria dos trabalhadores da fábrica apresentando, quase sempre, um efetivo duas vezes superior ao dos trabalhadores homens.

A documentação ainda revelou que também o uso da mão de obra infantil foi grandemente empregado, onde quase 50% da força de trabalho da fábrica foi constituída por menores. Mas como, possivelmente, a definição de “*menor*” pareceu ter-se estendido às crianças com 14 anos de idade ou menos, boa parcela da mão de obra poderia ainda ser adolescente (Libby, 2002, p.235).

Na fábrica, os menores estavam presentes em quase todos os espaços de produção. Compunham (na parte externa da fábrica) a turma de conservação de estradas e de limpeza do rego, estavam no serviço de escritório, na carpintaria, na tecelagem, na fiação etc.. Se, sob a perspectiva de gênero a fábrica foi, conforme atesta Lima (2009), um espaço predominantemente feminino, na perspectiva geracional a fábrica, certamente, foi um espaço predominantemente infantojuvenil.

No processo de produção, verificou-se que os trabalhadores menores trabalhavam em boxes, onde o ambiente era dotado de pouca ventilação, de bastante barulho, bem como, de saturada concentração de pó e restos de algodão, fatos esses que, provavelmente, causavam enormes problemas respiratórios naqueles trabalhadores. Estavam expostos a vários tipos de enfermidades, tais como, varíola, coqueluche, bronquite, influenzas, como a diversos tipos de acidentes que quando ocorriam causavam sérios danos na integridade física dos operários.

Vimos que estes trabalhadores menores eram oriundos de orfanatos espalhados na província e de logradouros ao redor da fábrica, tais como, Arraial Trayras, Sete lagoas, Arraial Jequitibá, Fazenda Gineta, Paraopeba, entre outros. Mas,

as fontes também indicaram que o grosso dessa mão de obra infantil era alimentado por menores, filhos e filhas, de operários moradores na vila operária adjacente da fábrica revelando, portanto, que o capital aplicado sobre nossa incipiente industrialização do final do século XIX, se apropriou não somente do trabalho do operário, pai de família, mas de toda a sua prole.

Eram meninos e meninas trabalhadores com idades variadas, entre sete e 14 anos, vendendo sua força de trabalho na fábrica. Mas, vimos que desses trabalhadores, a grande maioria tinha idades que iam dos 10 a 14 anos, indicando talvez que fosse porque, possivelmente essa faixa idade, devido à melhor compleição física, correspondesse mais a contento às exigências de boa produção requerida pela fábrica.

Uma das lacunas deste trabalho se liga ao fato de não termos conseguido, ao término do mesmo, identificar a existência, ou não, de “crianças” escravas, bem como, de estrangeiras trabalhando na fábrica. A documentação revelou, porém (no caso dos trabalhadores estrangeiros) a presença de indivíduos ainda em fase adolescente vendendo suas forças de trabalho no interior da fábrica uma vez que em um dos relatos os gerentes terem registrado contrato de *“dous moços práticos para ajudantes de machinistas sendo um para looms e outro para opining [...] de 16 a 18 annos [que] dever(iam) ser solteiros [e] que [fizessem] contrato em 4 a 6 annos.”*²⁵⁴

Não obstante a omissão da fonte quanto à condição geracional dos trabalhadores estrangeiros e escravos, tudo indicou que possivelmente, foi a fábrica um “lôcus” heterogêneo onde conviveram, num limitado espaço físico, não somente trabalhadores adultos, mas “menores” de múltiplas identidades, gêneros e línguas, bem

²⁵⁴ Carta do gerente a Robert Kerr (de Manchester), datada de 13 de agosto de 1880. In: Copiador de Cartas CA, anos 1880-1881.

como, condição jurídica, que a fábrica lograva em transformar em uma identidade única, a do trabalhador.

Sobre as condições de remuneração dos menores trabalhadores verificamos que não obstante autores como Foot;Leonardi (1982, p.86); Vaz (1990, p.197); Giroletti (1991, p.98), Rago (1985, p.140), entre outros, se convergirem quanto à afirmação de que a causa ou uma das causas que contribuía para que o trabalho infantil lograsse êxito fosse porque seu emprego favorecia certos mecanismos de superexploração, entre eles, o rebaixamento de salários, vale dizer, que no caso da Cedro e Cachoeira, no recurso às fontes, coube relativizar a universalidade da afirmação de uma remuneração infantil inferior. Pois, foi possível observar que alguns trabalhadores menores ganhavam salário igual ou até mesmo maior do que os recebidos por alguns trabalhadores adultos.

Neste caso, a documentação mostrou que a condição de trabalhador com um conhecimento técnico determinante para o exercício da função impôs-se em relação à identidade geracional. Para além da condição infantil, era enquanto trabalhador melhor qualificado que tais sujeitos foram apreendidos na lógica empresarial.

No que tange aos mecanismos de controle, vimos que a orientação fabril, para sujeitar, controlar, disciplinar e inculcar uma racionalização de trabalho nos menores trabalhadores tentou imprimir um grande aparato de controle, tais como, correção por parte dos pais ou tutores, vigilância estreita dos mestres e feitores de meninos, uso da palmatória e do tronco, além de um persuasivo sistema de premiações.

Mas, os documentos também indicaram que diante das estratégias de controle, os menores trabalhadores, na luta diária pela sobrevivência forjaram uma experiência na qual, possivelmente, aprenderam mecanismos de resistência e, quem sabe, de negociação. Tudo indicou que, de alguma forma, as relações no interior do

sistema fabril ensinaram aos meninos e meninas trabalhadores que determinados comportamentos (fazer “corpo mole” para não trabalhar, esconder-se, ou “fugir” da presença dos mestres), atos ou recusas poderiam muitas vezes redundar em conquistas.

Os documentos também mostraram que houve casos em que, para não submeter ao trabalho, alguns dos menores trabalhadores simplesmente se evadiram da fábrica, utilizando-se para isso, inusitadas táticas de fuga evidenciando, dessa forma, a recusa ao trabalho ou às práticas mantidas no interior da fábrica. Vimos, portanto, que a infância tecida no interior da fábrica foi bastante singular, pois diante da ação disciplinar houve menores que não ficaram passivos ou inertes diante da norma.

E, finalmente, o terceiro e último capítulo foi dispensado para discussão acerca das escolas noturnas da fábrica Cedro e Cachoeira destinadas ao ensino de primeiras letras para operários e filhos de trabalhadores da fábrica.

Funcionando em salas apertadas, calorentas, bem como, dotadas de pouca luminosidade e materialidade, as aulas noturnas da Fábrica Cedro e Cachoeira foram instaladas a partir do ano de 1874.

A documentação mostrou que essas aulas noturnas, em seus primeiros anos, funcionaram entre os horários de sete às 20:30h da noite, durante seis dias da semana tendo, porém um dia para descanso, na qual o professor, aos “moldes” dos operários da fábrica submetera a um tempo de trabalho muito semelhante ao praticado pelos demais operários da fábrica seguindo, por conseguinte, os mesmos dias de trabalho e folgas dos demais trabalhadores. Com o passar dos anos na escola, devido talvez à sua imbricação mantida com a fábrica, a obrigatoriedade prevista pela lei de instrução pública de se separar dois dias para descanso escolar foi respeitada, entretanto, adaptados à realidade

fabril, adotando-se o sábado e a quarta-feira ao invés da quinta e o domingo conforme previa a Lei 41 de 1892.

Criadas quem sabe para atender a diversos interesses, tais como resposta à pressão legislativa, possibilidade de ser usada como barganha política com a população local, difundir luz, ou mesmo, participar no processo de formação do trabalhador nacional, as escolas noturnas da Cedro e Cachoeira, funcionaram nos seus mais de 40 anos de existência sob precárias condições e inúmeros percalços. Não diferenciando em muito das outras iniciativas escolares existentes à época. Carentes de utensílios, de mobiliários, de livros didáticos, de instalações condizentes, as escolas noturnas se constituíram uma cultura escolar, na qual, seus mestres e mestras, em que pese a diferença do nível de qualificação, possivelmente exerceram certa autonomia ao adotar distintos métodos de instrução e de leituras, bem como, distintos “instrumentos pedagógicos” (se considerarmos fato de que a palmatória “também” educa) carregando consigo uma experiência que não se conformava passivamente às imposições do prescritivo, dando, dessa forma uma feição multifacetada àquela cultura escolar.

Na análise de tais escolas também se constituiu lacuna o fato de não termos logrado êxito, no que tange à identificação de quem eram os sujeitos discentes das mesmas. Se a documentação mencionou, mesmo que de forma bastante pontual, alguns dos docentes dessas escolas, no que tange ao alunado as fontes se calaram. Fruto dessa omissão por parte da documentação, questões outras, tais como, cor e idade do público discente ficaram também sem respostas.

Uma outra lacuna deste trabalho se refere ao Estatuto que regulava tais escolas noturnas. Através da análise de uma das cartas²⁵⁵ trocadas entre os gerentes das

²⁵⁵ Em carta de Francisco Mascarenhas a seu parente Theophilo Marques da Cedro consta informação sobre envio de cópias de estatutos da escola noturna. In: Copiador de Cartas CA de 1889-1890. p. 448.

unidades Cedro e Cachoeira, foi possível verificar que havia na fábrica a existência de um estatuto regulando as escolas noturnas, entretanto, vasculhando a grande massa documental presente no Museu da Companhia, não foi possível chegar ao referido documento. Acreditamos que a análise desse estatuto nos permitiria compreender, quem sabe pelo menos no plano ideal, como se davam parte as práticas mantidas no interior dessas escolas.

Uma quarta lacuna foi no tocante aos possíveis efeitos que a escola noturna teve, ou não, na melhoria da qualificação da mão de obra nativa dada a escassez de fontes nesse sentido. Entretanto, como já explicitamos, vimos que há fortes indícios de que tais escolas tivessem sido criadas com o objetivo de capacitar a grande massa de menores trabalhadores da fábrica, uma vez que os industriais da Cedro e Cachoeira desde do princípio desejaram capacitar e melhorar o nível de qualificação da incipiente e desqualificada mão de obra nativa livrando-se dessa forma da presença dos trabalhadores estrangeiros na fábrica.

Contudo, acreditamos que estas e outras lacunas mencionadas anteriormente, possibilitam, por sua vez, a abertura de um florescente caminho para outros estudos mais aprofundados que possam contribuir para o enriquecimento dessa e de novas discussões em torno desta temática.

REFERÊNCIAS e FONTES

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALTMAN, Raquel Zumbano: Brincando na História. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História das crianças no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. 279p.

BAER, Werner: *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1983. 562 p.

BATALHA, Cláudio. Limites da liberdade: trabalhadores, relações de trabalho e cidadania na Primeira República. In: LIBBY, Douglas & FURTADO, Junia. *Trabalho livre, trabalho escravo no Brasil e Europa, século XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

BEZZERA, Holien Gonçalves. E. P. Thompson e a teoria na história. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: PUC-SP, n 12, out, 1995. p.119-127.

BOTO, Carlota. *O desenvolvimento da criança entre a renascença e o século das luzes*. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (Org). Os intelectuais na História da infância. São Paulo: Cortez, 2002. P11-60.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CASTRO, Hebe. História Social. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Orgs) *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. 16ª reimpressão.

CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CHARTIER, Roger. A história cultural. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHARTIER, Roger. “A história hoje”: dúvidas, desafios, propostas. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.7, n.13, 1994.

_____. *O mundo como representação*. São Paulo: Estudos Avançados, 11(5), p. 173-191. 1991.

_____. O mundo como representação. In: *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da Universidade_ UFRGS, 2002.

CUNHA, Alexandre Mendes da. “*Patronagem, clientelismo e redes clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na História política brasileira*. História, V.25, n. 1, São Paulo, 2006.

CUNHA, Luiz Antonio. *O ensino industrial-manufatureiro no Brasil*. Revista Brasileira de Educação (São Paulo), no. 14, maio/agosto 2000

DALCIN, Talita Banck. *Os castigos corporais como práticas punitivas e disciplinadoras nas escolas isoladas do Paraná (1857-1882)*. (Dissertação de Mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005.

DE DECCA, Maria auxiliadora Guzzo. *Indústria, trabalho e Cotidiano: Brasil 1889 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991. (História em documentos). 95p

DE PAULA, Manoel Julio. *A Infância tecida: a mão-de-obra infantil na Cedro e Cachoeira*. 2004. Monografia (licenciamento em História) - Faculdade de Ciências Integradas de Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2004.

DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. 2ed. São Paulo.: Martins Fontes. 2001.

DOURADO, Ana et al. Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História das crianças no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DUARTE, Regina Horta. *A imagem Rebelde : a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas, SP: Pontes(Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

DURÃES, Sarah Jane. . *Acerca do valor de ser professor(a): remuneração do trabalho docente em Minas Gerais (1859-1900)*. Revista Brasileira de História da Educação, v. 14, p. 145-176, 2007.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Lisboa: Editorial Presença, 1975.

_____. “*Do socialismo Utópico ao socialismo Científico: Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. São Paulo: Fulgor Ltda, 1962. 143p.

FAORO, Raymundo. *Os donos do Poder: formação do patronato político no Brasil*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. et al. (org.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.135-150

FARIA FILHO, Luciano. *Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa*. Mimeo, 2001.

FARIA FILHO, Luciano; VAGO, Tarcísio Mauro. Entre relógios e tradições: elementos para uma História do Processo de Escolarização em Minas Gerais. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (Org.). *Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de, VIDAL, Diana et all. *A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira*. Educação & Pesquisa, vol. 30, nr. 1, jan./abr., 2004

FARIA FILHO, Luciano Mendes; GONÇALVES, Irlen Antônio. Processo de escolarização escolar: o caso de Minas Gerais (1835-1911). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações [Português e Brasil]*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 159-188.

FERNANDES, Rogério; KUHLMANN, Moysés. Sobre a história da infância in FARIA FILHO, Luciano (org.) *A infância e sua educação: materialidades, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autentica, 2004

FONSECA, Marcus Vinícius. *Concepções e práticas em relação à educação dos negros no processo de abolição do trabalho escravo no Brasil (1867-1889)*. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte, 2000.

FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. *Historia da indústria e do trabalho no Brasil: Das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982 (Teses, 6).

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

FREITAS, Marcos Cezar de. História da infância no pensamento social brasileiro. Ou, fugindo de Gilberto Freyre pelas mãos de Mário de Andrade. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org). *História Social da Infância no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. A palmatória era sua vara de condão: práticas escolares cotidianas (1890-1920). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes et al. *Modos de ler/ formas de escrever: estudos de histórias da leitura da escrita no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: Philippe Ariès & Georges Duby. *História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GEREMEK, Bronislaw. *A piedade e a força: História da Miséria e da Caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1986.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: companhia das Letras, 1990.

GIROLETTI, Domingos. *Fábrica Convento Disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

GOES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História das crianças no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GOUVEA, Maria Cristina Soares. *Tempos de aprender: a produção histórica da idade escolar*. Revista Brasileira de História da Educação, CAMPINAS, v. 8, p. 265-288, 2004.

_____. A literatura como fonte para a história da infância: possibilidades e limites. In: FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.). *Para a compreensão histórica da infância*. Porto, Portugal: Campo das Letras, 2006. p. 21-42

_____; JINZENJI, Mônica Yumi. *Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850)*. Revista Brasileira Educação. Rio de Janeiro, v.11 n.31 jan./abr. 2006.

_____. A escolarização da “meninice” nas Minas oitocentista: a individualização do aluno. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 189-226.

_____. *A Escolarização da criança brasileira no século XIX: apontamentos para uma reescrita*. In: *Educação em Questão*, v. 28, 2007

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971

HUNT, Lynn. Apresentação: história, cultura e texto. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. 2ed. São Paulo.: Martins Fontes. 2001.

INÁCIO, Marcilaine Soares. *O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)*. (Dissertação de Mestrado) . Belo Horizonte, 2003.

INÁCIO, Marcilaine Soares. O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852). In: GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; VAGO, Tarcísio Mauro (org.) *Histórias da educação: Histórias de escolarização*. Belo Horizonte: Edições Horta Grande, 2004.

INÁCIO, Marcilaine Soares; Viana, Fernanda da Silva. *A instrução elementar e os castigos escolares em Minas Gerais nos Oitocentos 1822-1835*. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004, Curitiba. A educação escolar em perspectiva, 2004. p. 1-12.

INFANTOSI, Ana Maria. *A escola na República Velha: expansão do ensino primário em São Paulo*. São Paulo: EDEC, 1983.

KOHAN, Walter O. *Infância. Entre Educação e Filosofia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003

KUHLMANN JR., Moysés. Educando a infância. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil* Belo Horizonte: Autêntica, 2000

KUHLMANN JR., Moysés & FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações [Português e Brasil]*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 15-34.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LEITE, Miriam L. Moreira: O óbvio e o contraditório da Roda. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História da criança no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996. (Coleção Caminhos da História).

LEWKOWICS, Ida et al. *Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988 (coleção 100 anos Da abolição 1888-1988)

LIMA, Junia de Souza. “*De Meninas fiandeiras a mulheres operárias: a inserção da mão-de-obra feminina na companhia de fiação e tecidos Cedro e Cachoeira (1872-1930)*”. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET), Belo Horizonte, 2009.

LIMA, Lana Lage da Gama; VENÂNCIO, Renato Pinto. O abandono de crianças negras no rio de Janeiro. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História da criança no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996. (Coleção Caminhos da História).

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. A imigração portuguesa e a mão-de-obra do Rio de Janeiro na primeira República In: SILVA, Sérgio S.; SZMRECSANYI, Tamas.(Org.) *Historia econômica da primeira republica*. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em Historia Econômica /HUCITEC.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História da criança no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996. (Coleção Caminhos da História).

LOPES, Eliana Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. *A escola primária noturna na política educacional mineira (1891/1924)*. 2009. Tese (Doutorado em História da educação). Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2009.

NUNES, Clarice. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (org.) *Pesquisas em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DPCA, 2005.

MACEDO, Concessa Vaz de. *A indústria têxtil, suas trabalhadoras e os censos da população de Minas Gerais do século XIX - uma reavaliação*. Revista Varia História, Belo Horizonte, v. 22, n. 35 jan/june, 2006.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v.1

MASCARENHAS, Geraldo Magalhães. *Centenário da Fábrica de Cedro histórico: 1872-1972 (Histórico)*. Belo Horizonte: Edição particular, 1972.

MATTOSO, Kátia de Queirós. O filho da escrava. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História da criança no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996. (Coleção Caminhos da História)

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História das crianças no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império (subsídios para a História da educação no Brasil) / 1854-1888*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. *Socialização da força de trabalho: Instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo (1873-1934)*. Bragança Paulista: EDUSP, 2003. 480p.

MOTT, Luiz. Pedofilia e Pederastia no Brasil. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História da criança no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996. (Coleção Caminhos da História).

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. *Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo*. IN: PRIORE, Mary Del(Org) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

MOURA, Esmeralda B. Bolsonaro de. Infância operária e acidente do trabalho em São Paulo. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História da criança no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996. (Coleção Caminhos da História).

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *O Ensino em Minas Gerais no tempo da República*, 1962.

OLIVEIRA, M. Teresa Ribeiro de. Indústria têxtil mineira do século XIX. In: SILVA, Sergio S.; SZMRECSANYI, Tamas.(Org.) *História econômica da Primeira República*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC/ Associação Brasileira de Pesquisadores em Historia Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ imprensa Oficial, 2002).

PERROT, Michelle. *A juventude operaria: das oficinas as fabricas*. In: LEVI, Giovanni. *A historia dos jovens, vol. 2*. Sao Paulo: Companhia das Letras, 1996,

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (Oficinas da história).

PASSETTI, Edson. *Crianças carentes e políticas públicas* In: PRIORE, Mary Del(org.).*Historia da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991 .(caminhos da Historia).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PRIORE, Mary Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História das crianças no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História da criança no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996. (Coleção Caminhos da História).

RABELO, Claudiene do Socorro. *Alfabetização: Sucesso ou insucesso, uma questão de método* (Dissertação de Mestrado). Belém: Universidade da Amazônia, 2001.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História das crianças no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

- REIS, José Carlos. *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papyrus, 1994. 202 p.
- RIZZINI, Irmã. *Pequenos trabalhadores do Brasil*. In: PRIORE, Mary Del.(org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.
- RIBEIRO, Maria Helena. *Fazenda da Ponte*. Rio de Janeiro: Gráfica O Cruzeiro, 1968.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. Geração e Alteridade: interações a partir da sociologia da infância. In: *Educação e Sociedade*. Campinas-SP, vol. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago, 2005.
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Forma e Culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências, e profissionalização docente em escolas públicas primárias*. 2002. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002.
- SCHUELER, Alessandra F. Martinez. ; [Magaldi, Ana Maria](#) . *Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa*. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 26, p. 32-55, 2009.
- SCHWARTZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1981.
- SOUZA, Laura de Mello. O Senado da Câmara e as crianças exposta. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História da criança no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996. (Coleção Caminhos da História).
- _____. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SOUZA, Maria Cecília Cecília C. de. *A escola e a memória*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco/ EDUSF, 2000.
- STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850/1950)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- STELLING, Webber. *Indústria Têxtil na Bahia – o apogeu no século XIX e tendências atuais*. Cadernos de Análise Regional. Número especial, ago./ 2003, pp. 73-88.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.
- THOMPSON, Edward P. *Experiência: o termo ausente*. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro, Zahar, 1981
- _____. *Obra esencial*. Barcelona: Ed. Critica, 2002

THOMPSON, Edward P. *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*. In: costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras. 1995.

VAINFAS, R. (Org.); CARDOSO, C. F. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. v. 1. 508 p.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VAZ, Alysson Mascarenhas. *Cia. Cedro e Cachoeira: História de uma empresa familiar, 1883/1987*. Belo Horizonte: 1990.(Cedro e Cachoeira).

VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Infância no sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. (coleção Historial). 142p.

_____. *Cultura escrita e educação: representações de criança e imaginário de infância, Brasil, século XIX*. In: FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.). *Para a compreensão histórica da infância*. Porto, Portugal: Campo das Letras, 2006. p. 21-42

_____. *Infância e Modernidade: ações, saberes e sujeitos*. In: *A Infância e sua educação: materiais, práticas e representações [Português e Brasil]*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

VELLASCO, Ivan de Andrade. *Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate*. In: Carvalho, José Murilo de; Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira (Org.) *Repensando o Brasil do Oitocentos : cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Os aprendizes da guerra*. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História das crianças no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

VERSIANI, Flavio Rabelo. *Escravos, homens livres e imigrantes: nota sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920* In: SILVA, Sergio S.; SZMRECSANYI, Tamas.(Org.) *História econômica da Primeira República*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ imprensa Oficial, 2002).

VIANA, Fabiana da Silva. *Relações entre governo, escola e família no processo de institucionalização da instrução pública elementar em Minas Gerais (1830-1840)*. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte, 2006.

VIANA, Francisco José de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Edições do Senado, 2005. Vol. 27 (Edições Eletrônicas).

VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. v. 1. 187 p.

VALDEZ, Diane. *Livros de leitura para a infância: fontes para a história da educação brasileira* (1868-1960). *Leitura: teoria e prática*, Campinas, nº 43, pág.17-22, set.2004.

VILELLA, Heloísa de O. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. et al. (org.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FONTES DOCUMENTAIS

APRESTAMENTOS

–Aprestamento para o Relatório Anual de 1890 - In: Copiador de Cartas da Cachoeira – 1891-1892. Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

–Aprestamento para o Relatório Anual de 1889 - In: Copiador de Cartas da Cachoeira – 1890. Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

RELATÓRIOS

–Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1883 – Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

–Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1884 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

–Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1885 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

–Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1886 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

–Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1887 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

–Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1888 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

–Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1889 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

–Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1890 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

–Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1891 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

–Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1891 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

–Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1892 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

–Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1893 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

- Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1894 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1895 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1896 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1897 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1898 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1899 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1900 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1901 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1902 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1905 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1906 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1912 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1914 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1915 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1917 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1919 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1921 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1922 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Relatórios e balanços da Fábrica da Cachoeira - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Relatórios e balanços da Fábrica Cedro - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

COPIADORES E CAIXA DE CORRESPONDÊNCIA

- Caixa de Correspondência Rec da Cedro 1887 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Caixa de correspondência Rec da Cedro 1890 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Caixa de correspondência Rec da Cedro 1887 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

- Caixa de correspondência Rec da Cedro 1900 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Caixa de correspondência Rec da Cedro 1900 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1878 a 1880- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1880a 1881- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1880 a 1882- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1880 a 1883- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1884 a 1886- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1886 a 1887- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1887 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1889 a 1890- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1890 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1891 a 1892 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1892 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1892 a 1893- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1892 a 1894- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1893 a 1894- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1894 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1894 a 1895- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1895 a 1896- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1896 a 1897- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1899 a 1900- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1900 a 1901- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1901- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1902- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1904- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1905- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1906- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1907- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1909- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1872 a 1879- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1879 a 1881- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1881 a 1883- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro– 1882 a 1883- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1885 a 1887- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1888 a 1889- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1889 a 1890- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1890- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1890 a 1891- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1892 a 1893- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1893 a 1894- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro– 1894- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1894 a 1895- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1895 a 1896- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1896 a 1897- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1897 a 1898- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1898- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1898 a 1900- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1900a 1901- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1901 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1901 a 1902- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1903 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1903 a 1904- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1907 a 1908- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1915 a 1916- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas Antonio Cândido Mascarenhas – 1869 a 1872- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Copiador de cartas do Escritório Central – 1912 a 1913- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

LIVROS DE MATRÍCULA

- Livro de Matrícula de Alunos da Cedro 1909- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Matrícula de Alunos da Cedro 1910 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Matrícula de Alunos da Cedro 1911 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Matrícula de Alunos da Cedro 1912- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Matrícula de Alunos da Cedro 1913 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Matrícula de Alunos da Cedro 1914 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

- Livro de Matrícula de Alunos da Cedro 1915- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Matrícula de Alunos da Cedro 1916- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Matrícula de Alunos da Cedro 1917- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Matrícula de Alunos da Cedro 1922- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

LIVRO DE PONTO

- Livro de Ponto da Cedro 1873 a 1878 – Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Ponto da Cedro 1885 a 1886 – Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

- Livro de Ponto da Cedro 1890 a 1892 – Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Ponto da Cedro 1895 a 1896– Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Ponto da Cedro 1899 a 1901 – Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Ponto da Cedro 1901 -Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Ponto da Cedro 1902 -Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Ponto da Cedro 1903 Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Ponto da Cedro 1904 -Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Ponto da Cedro 1905 -Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Ponto da Cedro 1906 -Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Ponto da Cedro 1907 -Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Ponto da Cedro 1908 -Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Ponto da Cedro 1909 Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Ponto da Cedro 1910- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro de Ponto da Cedro 1911- Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

DOSSIÊS

- Dossiês- cx 405-Cachoeira. Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Dossiês- cx 404-Cachoeira. Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Dossiês- cx 1102- Cachoeira. Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Dossiês- cx 407-Cachoeira. Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Dossiês- cx 202-Cedro. Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Dossiês-cx 201-Cedro. Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Dossiês- cx 215-Cedro. Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas

CAIXAS BOX

Caixa de Box 11 – 18/11/1884- Museu Décio Mascarenhas

REGULAMENTOS DA FÁBRICA, LEIS, DECRETOS E OUTROS

- Relação das Machinas e do Pessoal da Fábrica do Cedro 1915. Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Manuscrito de 1901 (Fábrica Cedro). Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Regulamento para Operários da Fábrica do Cedro de 1872 - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas.
- CODIGO CIVIL BRASILEIRO. Brasília: Ed. CONSULEX, 2002. 260 p.
- Base de Dados Legis*: Base de Dados Legislativa sobre a Infância e a Juventude (1824-2002). Disponível em:<http://www.Ciesp.org.br/bases_legis/base_legis.htm. _
- Livro Registro de Operários da Fábrica Cedro - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- Livro Registro de Operários da Fábrica Cachoeira - Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas
- MINAS GERAIS. Lei n.41, de 03 de agosto de 1892. Dá nova organização à instrução pública do Estado de Minas. *Minas Gerais*: Ouro Preto, 03 ago.1893.
- MINAS GERAIS. DECRETO nº 260, de 1º de dezembro de 1890. Proíbe os estabelecimentos comerciais e fabris de empregarem menores de até 15 anos que não

tenham freqüentado escolas primárias, públicas ou particulares. Coleção dos Decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Gerais. Expedidos de 03 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro 1890. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1890.

JORNAIS

- *A Folha do Cedro*. Fábrica do Cedro, Ano I, nº 37, 10 dez 1911.
- *A Folha do Cedro*. Fábrica do Cedro, ano II, nº 52, 07 abr 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.
- *A Folha do Cedro*. Fábrica do Cedro, ano II, nº 57, 12 mai 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.
- *A Folha do Cedro*. Fábrica do Cedro, ano III, nº 121, 03 ago1913. Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas.
- Gazeta de Paraopeba*. Villa Paraopeba. Ano IV, nº 177, 30 ago1914. p.4
- Gazeta de Paraopeba*. Vila Paraopeba, Ano VII, nº 335, 02 set 1917. Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas.
- *Gazeta de Paraopeba*. Vila Paraopeba, Ano VII, nº 337, 16 jan 1917. Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas.
- *Gazeta de Paraopeba*. Vila Paraopeba, Ano VII, 16 set 1917. Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas.
- *Gazeta de Paraopeba*. Paraopeba, nº 686, 16 abr1922. Caetanópolis: Museu Décio Mascarenhas.

RELATÓRIOS DA INSPEÇÃO DE ENSINO e MAPAS

ALVES FILHO, Albino. SECRETARIA DO INTERIOR. Relatório do inspetor extraordinário. Belo Horizonte, ano de 1900. Secretaria do Interior. SI 2746, Arquivo Público Mineiro, 1900.

ALVES FILHO, Albino. SECRETARIA DO INTERIOR. Relatório do inspetor extraordinário. Belo Horizonte. Códice: SI 2756, Arquivo Público Mineiro, 1900.

ALVES FILHO, Albino. SECRETARIA DO INTERIOR. Relatório do inspetor extraordinário da 1ª circunscrição. Cidade Ipiranga. Belo Horizonte 30 de setembro de 1901. Códice: SI 2756, Arquivo Público Mineiro, 1901.

AZEVEDO, Francisco Lopes de. SECRETARIA DO INTERIOR. Relatório da Instrução Pública da 2ª Circunscrição. Sete Lagoas, 04 de maio de 1909. Códice: SI 3294, Arquivo Público Mineiro, 1909.

AZEVEDO, Lopes. SECRETARIA DO INTERIOR. Relatório do inspetor extraordinário da 2ª circunscrição. Cidades Santa Rita do Cedro e Ipiranga. Sete Lagoas, 2ª quinzena de Junho. Códice: SI 3294, Arquivo Público Mineiro, 1909.

BRANT JUNIOR, Jose Ferreira de Andrade. SECRETARIA DO INTERIOR. Relatório da Instrução Pública da 2ª Circunscrição. Sete Lagoas, 01 de agosto de 1909. Códice: SI 3294, Arquivo Público Mineiro , 1909.

CÂMARA, Sebastião Rodrigues Sette e. SECRETARIA DO INTERIOR. Relatório da Instrução Pública da 3ª Circunscrição. São João Del Rey. Segundo Semestre de 1895. Códice: SI 2746, Arquivo Público Mineiro, 1895.

LESSA, Manoel Antonio Pacheco. SECRETARIA DO INTERIOR. Relatórios da 2ª Circunscrição Literária. Julho, Sabará. Códice: SI 680. Arquivo Público Mineiro, 1896.

PAULINO, Antônio Ferreira. SECRETARIA DO INTERIOR. Boletim de Freqüência. Município de Paraopeba. 2ª Circunscrição Literária. Outubro, Curvelo. Códice: SI 2914. Arquivo Público Mineiro, 1913.

PAULINO, Antonio Ferreira. Paulino. SECRETARIA DO INTERIOR. *Relatório do inspetor extraordinário*. Inspeção de ensino da 2ª circunscrição Litteraria. Códice: SI 2914, 1913.

QUEIROGA, Arthur. SECRETARIA DO INTERIOR. Relatórios. Termos de Visitas e Papéis diversos. 2ª Circunscrição- 1917. Secretaria do Interior do estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 24 de agosto de 1917 – 6ª Seção. Códice: SI -3701. Belo Horizonte. Arquivo Público Mineiro, 1991.

SECRETARIA DO INTERIOR. Mapas de matrícula. Escolas particulares e municipais 3ª Seção. Códice SI- 836. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1899.

VIEIRA, Domiciano Rodrigues. SECRETARIA DO INTERIOR. *Relatório do inspetor extraordinário*. 31 de julho de 1899. Inspeção de ensino da 1ª circunscrição a 5ª. Códice: SI 2746, Arquivo Público Mineiro, 1899.

VIEIRA, Domiciano Rodrigues. SECRETARIA DO INTERIOR. Relatório da Instrução Pública da 1ª a 5ª Circunscrição. Santa Luzia, junho de 1900. Códice: SI 2746. Arquivo Público Mineiro, 1900.